



Organização Não Governamental de Ambiente, de Utilidade Pública, com atividades desde 1981

Associado fundador da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente |
Membro de: EEB | Seas At Risk | Green Budget Europe | PASC CC

Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; A.D.Praia da Madalena; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; FPCUB; LOURAMBI; Marés; OIKOS; PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral; Associação de Defesa do Património de Mértola; REAL21; Amigos dos Açores; SETA, CNE



Década dos Desertos e do Combate à Desertificação (2010 a 2020)



Década da Biodiversidade

Decade Living in Harmony with Nature (2011 a 2020)



2017
INTERNATIONAL YEAR
OF SUSTAINABLE TOURISM
FOR DEVELOPMENT



2017
ANO INTERNACIONAL
DO TURISMO SUSTENTÁVEL
PARA O DESENVOLVIMENTO



Relatório de Atividades E Relatório de Contas 2017

Aprovado a 17/03/2018

Marlene Marques
Presidente da Direção

Tornada, 17 de Março de 2018

ÍNDICE

ÍNDICE	2
Objetivos e Prioridades	3
Sumário Executivo de 2017	3
Quem fez o quê em 2017?	5
Órgãos	5
Áreas de Trabalho/Atividades	6
Áreas temáticas	6
Água	6
Avaliação de Impacte Ambiental	6
Biodiversidade e Conservação da Natureza	6
Consumo Responsável	6
Energia e Clima	7
GEOTAMAR	7
Ordenamento do Território e Mobilidade	8
Projetos de educação, informação e intervenção ambiental	8
Resíduos	8
Rios Livres	8
GEOTALINE	16
Coastwatch ®	19
Projeto O Meu Eco-Sistema ®	24
Projeto BiodiverCidade®	25
Estratégia de Comunicação para o GEOTA	25
SUSTENTURIS	25
TerraSeixe	26
Projetos colaborativos	29
Plataformas inter-associativas e projetos na área dos recursos hídricos	29
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada	29
Representações junto de ONG ou similares	32
ATTCEI - Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	32
Agência Oeste Sustentável	32
CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	32
MIA – Movimento Ibérico Antinuclear	32
C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, WWF Mediterrâneo - Portugal)	33
PASC - CC	35
PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo	35
Plataforma de Defesa das Árvores	35
PONG Pesca	36
EEB/BEE – European Environmental Bureau	36
Seas At Risk	36
GBE	36
Representações em Organismos	36
Conselho Nacional da Água (CNA)	36
Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1)	37
Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (1)	37
Conselho Estratégico Do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (CE-PNSAC) (1)	37
Compromisso para o Crescimento Verde	37
Conselho de Região Hidrográfica do Norte (1)	37
Comissão de Acompanhamento do Aproveitamento Hidrelétrico de FozTua (1)	37
Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (*)	37
Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (*)	37
Logística	38
Secretariado e apoio técnico	38
Equipamento	38
Serviços externos	38
Recolha de Consumíveis de Informática e outros materiais	38
Sede (obras e manutenção)	39
ANEXO 1 - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2017	40
ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2017	98
ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2017	98
ANEXO 3 - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS E REUNIÕES EXTERNAS – 2017	134
ANEXO 4 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2017	144
ANEXO 5 - GEOTA na Rede	147
RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2017	148
Análise de Contas	148

Objetivos e Prioridades

Ao longo do ano de 2017, os Objetivos e Prioridades seguidos foram os definidos no programa de mandato da lista eleita aos órgãos sociais que este ano cessa o seu mandato.

Sumário Executivo de 2017

O ano de 2017 foi marcado por alguns acontecimentos internacionais a diferentes escalas.

- Mais atentados terroristas em cidades da Europa;
- Continuação e eventual agravamento da crise humanitária dos refugiados do Médio Oriente;
- Cimeira do Clima (COP23) e acordos do clima firmados na cimeira de Paris.
- Acordo CETA confirmado.
- Reforço da luta anti-exploração de petróleo no Algarve e Anti-nuclear.
- Aumento da poluição no troço superior do Tejo.
- Ano muito quente e seco provocando longos meses de seca severa a extrema em quase todo o país.
- Recorde infeliz de grandes incêndios rurais, com mais de 100 vítimas mortais, 500 mil hectares de áreas ardidas e mais de mil milhões de euros de prejuízos.
- Melhoria muito modesta das condições económicas e de endividamento externo do país.

Enfrentam-se novos desafios colocados pela COP23 (Paris) e na implementação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa Europa a sair da recessão, onde as preocupações ambientais estão na agenda mas continuam a transparecer pouco na definição para um novo paradigma de desenvolvimento. Prevê-se a continuação da colaboração na iniciativa do anterior governo e prosseguida por este: “Compromisso para o Crescimento Verde”.

Água: Continuámos a dar grande destaque ao trabalho desenvolvido pelo grupo Rios Livres. O GEOTA obteve o prolongamento do Projeto "Let the Rivers Flow Freely" (Rios Livres) atribuído *pela* Fundação suíça *MAVA Fondation pour la Nature*, por um período de 9 meses após outubro 2017 até junho de 2017, mantendo um grande investimento para a submissão de um projeto para os anos seguintes.

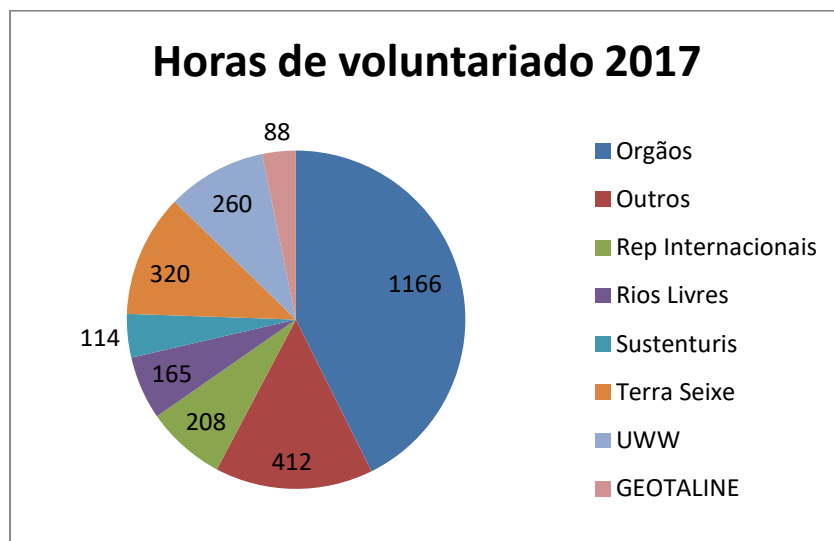
Energia e Reforma Fiscal Ambiental: Em 2017 continuámos o trabalho nessas duas áreas interligadas.

Ordenamento do Território e Mobilidade:

Conservação da Natureza: Continuação do trabalho no âmbito do C6 e manutenção da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada com os respetivos parceiros; o projeto TerraSeixe teve novos avanços com uma candidatura ao CRESC Algarve submetida e um conjunto significativo de atividades e parcerias concretizadas ao nível regional.

A produção de opinião manteve um ritmo considerável, com 41 posições e comunicados publicados. Foram registadas 13 referências genéricas na comunicação social, podendo ter ocorrido muitas outras que não se conseguiu recolher. Nas seções seguintes há também listagens desse tipo de referências. Foram efetuadas mais de 180 representações externas em eventos ou reuniões com outras entidades.

No inquérito feito aos associados às horas de voluntariado prestadas à organização, embora com poucas respostas recolhidas, evidenciam-se os contributos cívicos que por essa via foram prestados à causa do ambiente.



Legendas utilizadas neste relatório:

[1] LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2017

[2] LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2017

[3] LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS – 2017

[4] LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2017

[5] GEOTA NA REDE

[6] RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2017

(1) – Representação em nome das ONGA, gerida pela CPADA

(MR) – Marca Registrada no INPI

© – Coordenador/a

Quem fez o quê em 2017?

Órgãos	Equipa
Assembleia Geral Reunião ordinária da Assembleia-geral em 29 de Março de 2017	Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo Vice-presidente: Maria Isabel Lopes Moura Teixeira Secretária: Ana Filipa Ribeiro Ramalhete Suplente: João Carlos Pires Caninas
Comissão Executiva A CE reuniu numa base semanal durante 2017	Presidente: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques Tesoureiro: Carlos Miguel Murta do Sacramento Vice Presidente: Patrícia Latino Tavares Rocha Vogal: Olga Alexandra Romão Branco – Vogal: Luís Miguel Batista Jerónimo – Suplentes: António Miguel Portugal Galvão Pedro Campos Rodrigues da Costa
Conselho Fiscal Realizou-se uma reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral.	Presidente: Maria da Conceição da Costa Martins Vogal: Maria da Graça Silva Mourão Serpa Vogal: Joaquim Manuel da Rocha Afonso Suplente: Maria de Fátima Mata Monge Valverde
Direção Reuniões mensais em 2017.	Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos
Conselho Geral Não ocorreram reuniões deste órgão durante 2017.	Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, FPCUB, Oikos Leiria, PATO, Palhota, Lourambi, A.D. Praia da Madalena, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

Áreas temáticas

Água

A área da água foi dominada principalmente pela atividade no projeto Rios Livres e pela participação no Conselho Nacional da Água e do grupo de trabalho da água do EEB.

Consultar as secções respetivas neste documento.

Avaliação de Impacte Ambiental

Foram elaborados os pareceres de EIA em consulta do público que constam da lista de posições do GEOTA.

Consultar a tabela de posições do GEOTA em 2017

Biodiversidade e Conservação da Natureza

Justin Roburg-Søndergaard @ Biodiversidade

Em 2017 a atividade do GEOTA nesta área teve como principais aspetos:

- a) Manutenção da atividade do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista (CEEPT) em conjunto com a Associação PATO e na Reserva Natural Local do Paul de Tornada, em conjunto com a Associação PATO, Câmara Municipal de Caldas da Rainha e Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- b) Projeto TerraSeixe;
- c) Projeto “BiodiverCidade” – manutenção do registo e intervenções pontuais, Desenvolvimento do Blogue e da página Facebook;
- d) Acompanhamento dos trabalhos da plataforma C6;
- e) Emissão de posições sobre a temática, individualmente ou em conjunto com outras ONGA.

(ver secções respetivas neste relatório)

Consumo Responsável

Patrícia Latino Tavares (C)

- Elaboração de um projeto a desenvolver com a EPAL para o uso racional da água da torneira, visando a promoção da água da rede pública e dos bebedouros públicos e também defender um uso mais racional da água no desenho e na manutenção dos jardins.

Helder Careto

- Foi elaborado um projeto de redução de resíduos plásticos nas praias, através de um apelo a todos os Municípios para banirem a utilização de sacos de plástico nas praias, nomeadamente na venda ambulante de “bolas de Berlim” e do uso de copos de plástico nos apoios de praia. Foram enviadas cartas a todos Municípios localizados junto à costa.

- Procedeu-se à informação aos consumidores de matéria relevante sobre o consumo sustentável através das redes sociais, nomeadamente de informação sobre alimentação equilibrada, sobre produtos mais amigos do ambiente e atitudes mais sustentáveis.

- Participação no Projeto Cidadania Global e Ecologia Integral com o objetivo de : Cuidar juntos de uma ca(u)sa comum. Projeto defendido por uma série de Associações de diferentes organizações da sociedade civil e que vai realizar um congresso em Junho sobre a defesa dos bens comuns.

- Acompanhamento de toda a informação relevante sobre a negociação do Tratado TTIP e do CETA. Reuniões com outras organizações ambientais sobre este tema.

- Acompanhamento da Agenda da Economia Circular, da PALP e do Grupo Sementes Livres.

- Participação na Reunião do Programa Gulbenkian Sustentabilidade com as ONGA

Energia e Clima

João Joanaz de Melo ©

- Acompanhamento do acordo de Paris e tomada de posição ocasional sobre eventos relacionados com a temática;
- Acompanhamento do grupo de contacto "Carbon pricing" liderado pelo Citizen Climate Lobby (CCL). Discussão interna no GEOTA sobre a implementação de uma taxa de carbono;
- Acompanhamento do grupo de trabalho temático "Energia e Clima" da Coligação para o Crescimento Verde;
- Diversas entrevistas à comunicação social sobre: o Acordo de Paris, a seca e as políticas energéticas

Pedro Mota

GEOTAMAR

José Maria Candeias ©

17 de janeiro – Reunião DGPM (Dr. Vasco Mendes) – Financiamento CW e UWW

22 de janeiro – reunião Oceanário de Lisboa (Workshop MAVA)

Fevereiro 2017 – Organização e preparação do Workshop MAVA (Oceanário de Lisboa)

21 de março – Reunião com Eg. Nuno Lourenço (IPMA)~

6 de abril – saída Coastwatch com a Fundação “O Século” – S. Pedro do Estoril

6, 7 e 8 de julho – participação no seminário Coastwatch 2017

17 a 24 de julho – participação na Caravana pelo Tâmega (Rios Livres)

8 a 11 de setembro – Caravana pelo Tâmega (Rios Livres)

25 de outubro – Conferência “Valor dos Oceanos” (Iniciativa Gulbenkian Oceanos)

26 de outubro – Participação no Encontro Nacional de Ciência Cidadã (Teatro Thalia)

27 de outubro – Participação na Conferência “Mineração do Mar Profundo” (Oceano Livre)

Foi também desenvolvido no âmbito do GEOTAMAR o projeto **UnderWaterWatch**, com uma candidatura ao Fundo Ambiental em 2017.

coordenação com a equipa do CW e Helder Careto



Mais informações: <https://underwaterwatchgeo.wixsite.com/underwaterwatch>



Ordenamento do Território e Mobilidade

O grupo manteve uma atividade residual em 2017, com algumas representações [3].

Irina Gomes
Pedro Costa
Filipa Ramalheite
Graça Serra
J. Joanaz de Melo
Nádia Pedroso
Ricardo Próspero

Projetos de educação, informação e intervenção ambiental

Resíduos

Foi feita a participação em eventos dentro da temática, citados na lista de representações.

SFF vide as secções correspondentes.

Helder Careto ©

Saúde Martins

Rios Livres

O ano 2017 foi de transição para o Grupo Rios Livres, tendo-se dado início a uma nova e mais ambiciosa fase. Um novo projeto foi aprovado, e será novamente financiado pela Fundação MAVA, que tem vindo a apoiar o trabalho desenvolvido pelo Grupo Rios Livres desde outubro de 2014. Intitulado **Reviving Douro Basin**, decorrerá entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020 sob a liderança do GEOTA. Este período corresponde à primeira de duas fases de uma estratégia que decorrerá até junho de 2022, tendo sido desenvolvida de acordo com as diretrizes da MAVA para um dos temas englobados no [programa da Fundação para a Região Mediterrânica](#), nomeadamente **Freshwater – key basins and aquifers & coastal and island wetlands**. Ainda neste âmbito e pelo mesmo período, o GEOTA integrará mas como parceiro, o projeto **Halting hydropower developments in the Mediterranean Basin**, coordenado pela organização EuroNatur Foundation.

A bacia hidrográfica do Douro tem sido a zona mais trabalhada pelo Grupo Rios Livres. Trata-se da maior (em área) na Península Ibérica, e também em Portugal, onde é “casa” de duas Key Biodiversity Areas (Montesinho e Malcata), 13 Sítios de Importância Comunitária (22% da área total, correspondendo a 149 massas de água, equivalente a 38% do número total), 5 Zonas de Proteção Especial (13% da área total) e 4 áreas protegidas (aproximadamente 10% da área total). No entanto, é hoje a mais ameaçada por barragens já existentes, sobretudo ao nível da erosão costeira (i.e. extração de areais e retenção em barragens) e pelas futuras grandes barragens que integram o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH). O número, localização e características das barreiras transversais nestes rios, bem como a magnitude dos seus impactes, são desconhecidos para toda a Região Hidrográfica do Norte. A nível nacional, não existe um quadro legal para proteger de novas alterações hidromorfológicas

Ana Brazão ©

Pedro Santos
Ana Bento

Parcerias e apoios:

MAVA Fondation pour la Nature [Entidade Financiadora].

No âmbito do novo projeto Reviving Douro Basin, que decorrerá entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020 sob a liderança do GEOTA,

que vá além do previsto na Diretiva Quadro da Água (DQA), cuja violação infringida pelo PNBEPH não foi admitida até hoje pela Comissão Europeia, onde já foram submetidas várias queixas formais neste âmbito.

O projeto *Reviving Douro Basin* foi concebido durante 2017 em parceria com um conjunto de entidades multidisciplinares e que o integrarão, nomeadamente o CEDOUA, a Wetlands International – European Association, um conjunto de membros da Academia (CIBIO, CITAB, CBMA, CIMO e FCT-NOVA), a INDUCAR, a WWF Portugal, a IUCN - Centre for Mediterranean Cooperation/IUCN European Regional Office (IUCN EURO) e a LPN. Teve por base a necessidade de enfrentar as principais ameaças aos ecossistemas ribeirinhos enquanto meios de subsistência, a falta de conhecimento sobre o estado e impactos do PNBEPH e o fraco envolvimento dos stakeholders na gestão dos recursos hídricos nesta bacia hidrográfica. Em suma, foram traçadas as seguintes metas entre 2018 e 2022: 1) Parar o PNBEPH, nomeadamente no rio Tâmega, ou outras barragens propostas (p.e. rio Paiva); 2) Promover a identificação de barreiras existentes e medidas de adaptação (p.e. escadas para peixes) ou a remoção de infraestruturas obsoletas e 3) Desenvolver e propor a criação de um estatuto de conservação para rios livres (ou trechos).

Este trabalho foi desenvolvido a par com todas as ações previstas para o ano de 2017. Os objetivos destas ações, que podem ser consultadas mais abaixo, foram cumpridos e superaram as metas traçadas. As únicas exceções foram a criação da chamada Aliança pelo Tâmega, assim como o projeto de ecoturismo RIVUS.

A primeira deveu-se à falta de interesse, capacidade e/ou concordância por parte dos parceiros envolvidos, já que pressupunha a dinamização de ações de luta contra as barragens do PNBEPH previstas para a sub-bacia do Tâmega. Foi substituída pela plataforma internacional Save Europe's Rivers, lançada no **Dia Internacional de Ação pelos Rios e contra Barragens**, 14 de março. Neste, o projeto Rios Livres realizou uma ação pública, em Lisboa. A ação consistiu em abordar as pessoas na rua, sensibilizando-as para a importância de rios livres e para os impactos negativos causados por barragens. Nesta iniciativa liderada pelos Rios Livres, participaram oito associações e/ou movimentos europeus, nomeadamente: AEMS – Rios com Vida (Espanha), Aqua Viva (Suíça), EcoAlbania (Albânia), Free Rivers Italia (Itália), Leeway Collective (Eslovénia), Rios Livres GEOTA (Portugal), Save the River Conwy (Reino Unido) e SOS Salvem o Surf (Portugal).

No segundo caso, verificou-se que por atrasos no lançamento, pelo programa ser demasiado longo para as disponibilidades dos/as interessados/as e pelo reduzido investimento em publicidade, não houve um número mínimo de inscritos necessário para a sua realização.

Em julho de 2017 teve início a Caravana pelo Tâmega II, uma iniciativa realizada pela primeira vez em 2015. Esta segunda edição coincidiu com o lançamento da **Campanha VOTATAMEGA**, destinada a influenciar todos/as os/as Candidatos/as às Autárquicas de 2017 a subscreverem a Declaração pelo Tâmega, vinculando-se ao objetivo de fazer os possíveis para cancelar as barragens nos seus municípios e zelar pela melhoria do estado das massas de água no Tâmega. O lançamento desta Campanha coincidiu com o Festival de música MIMO, que conta com milhares de espectadores. Nesse sentido, a equipa Rios Livres entrou em contacto com todos/as os artistas, solicitando que apoiassem a campanha, falando publicamente sobre a mesma e se possível em palco. Tal verificou-se com os artistas Três Tristes Tigres, os brasileiros Nação Zumbi, o Fadista Ricardo Ribeiro, o Rodrigo Amarante e Manuel Cruz. Para além das demonstrações em palco, alguns divulgaram ainda a campanha nas suas redes sociais.

Foi também em 2017 que o projeto Rios Livres desenvolveu e publicou o **“Guia de ação para salvar rios”**, mais de 150 alunos/as do terceiro ciclo do ensino básico das escolas EB 2,3 de Amarante e EBI do Marão receberam o projeto Rios Livres, dinamizado pelo GEOTA, para a apresentação do “Guia para Salvar Rios”, entre 19 e 21 de abril e no âmbito do Dia da Terra. Este Guia tem o tamanho de um pequeno cartão desdobrável e é uma forma rápida e simples de poder atuar na defesa de um curso de água. Disponibiliza números de telefone das autoridades em casos de poluição, fogo ou outras agressões ao meio ambiente. Também sugere atividades aventura e de lazer para usufruir dos rios e explica alguns conceitos básicos relacionados com a morfologia, fauna e flora ribeirinhas.

No final do ano criou-se a primeira “Outstanding Free Rivers List”, um inventário de rios e/ou trechos de rios nacionais que corram livres e não estejam poluídos. A área de análise experiencial foi a Bacia Hidrográfica do Rio Douro. A identificação de rios e troços de rios, que não apresentam alterações morfológicas significativas (i.e. barragens) e se encontram com boa qualidade em termos químicos e ecológicos, foi feita com base em dados oficiais (Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com uma posterior definição e aplicação de critérios. O desenvolvimento destes critérios teve por base outros existentes a nível internacional. Em que o projeto Rios Livres se inspirou e que adaptou ao contexto nacional.

Em 2017 ficou concluído o Aproveitamento Hidroelétrico de Foz Tua, as obras do Sistema Eletroprodutor

foram desenvolvidas novas parcerias com CEDOUA (Portugal), LPN (Portugal), IUCN Centre for Mediterranean Cooperation (IUCN Med; Spain), IUCN European Regional Office (IUCN EURO), INDUCAR (Portugal), WWF Portugal (WWF Pt; Portugal), WETLANDS INTERNATIONAL - EUROPEAN ASSOCIATION (WI EA; The Netherlands) e ACADEMIA CONSORTIUM - AC (CIIMAR, CIBIO, CITAB, CBMA, CIMO and FCT-NOVA; Portugal).

do Tâmega avançaram de acordo com o cronograma apresentado pela Iberdrola, ou seja, dando por terminado os acessos, as linhas de transporte de energia e o circuito hidráulico de Gouvães. A construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão, tal como ficou definido em 2016 com a reavaliação do PNBEPH, está suspensa até ao ano de 2019.

Os bons resultados atingidos e os esforços já empreendidos mereceram o **prolongamento do projeto Rios Livres além de junho de 2017**, momento em que culminaria. A confiança e o apoio da *MAVA Foundation pour la Nature* estenderam-se assim até dezembro de 2020, financiamento este destinado a continuar a lutar contra as barragens do PNBEPH, e começar a trabalhar no descomissionamento e na identificação de rios (ou trechos) livres em Portugal.

Ver também a lista de posições [2]

Comunicação:

As ações realizadas foram divulgadas e promovidas através da publicação de conteúdos na página oficial do GEOTA e dos Rios Livres e respetivas redes sociais.

URL Website oficial: <http://rioslivresgeota.org/>

URL Facebook: <https://www.facebook.com/rioslivres>

URL Instagram: https://www.instagram.com/rios_livres_geota/

URL YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UC6a1OQyZ2ccMfkXmWJkuWEA/feed>

Em 2017, o website Rios Livres, recebeu 5 021 visitantes. Durante o mesmo ano, o Facebook aumentou o número de gostos em +853, face aos +1003 em 2016, num total de 3253 desde o início do projeto (2014); o número de seguidores aumentou em +843, num total de 3242. A conta de Instagram também aumentou em +80 seguidores, atingindo agora 267.

O canal de YouTube tem agora 41 publicações (mais 6 do que em 2016) e regista 3386 visualizações, face às 2014 de 2016. Este aumento deve-se sobretudo às mensagens de apoio à Campanha VOTATAMEGA pelos artistas: Rodrigo Amarante, Três Triste Tigres, Nação Zumbi, Ricardo Ribeiro e Manuel Cruz, no decorrer do Festival MIMO em Amarante.

Os Rios Livres promoveram a participação de mais apoiantes através da divulgação de Newsletters. O número de subscritores tem tendencialmente aumentado (nº de associados (161) + nº de subscritores (1036)) entre as diversas edições:

Número #11 | 24 de fevereiro de 2017

<https://us10.campaign-archive.com/?u=62d6ad445c2b0280876d87048&id=0d3ab92aa4>

Newsletter especial | 27 de março de 2017

<https://us14.campaign-archive.com/?u=3ccac4a6337ed056e6465de25&id=81381af607>

Número #12 | 24 de maio de 2017

<https://us10.campaign-archive.com/?u=62d6ad445c2b0280876d87048&id=0f7f8f79e1>

Número #13 | 18 de julho de 2017

<https://us10.campaign-archive.com/?u=62d6ad445c2b0280876d87048&id=ca975edc0c>

Número #14 | 8 de setembro de 2017

<https://us10.campaign-archive.com/?u=62d6ad445c2b0280876d87048&id=7644128762>

Número #15 | 12 de outubro de 2017

<https://us10.campaign-archive.com/?u=62d6ad445c2b0280876d87048&id=1616dcd4e1>

RIVUS 2017 | 4 a 9 abril | Vale do Rio Tâmega

<https://us14.campaign-archive.com/?u=3ccac4a6337ed056e6465de25&id=9dd15edf3f>

A divulgação do trabalho, ações, posições, pareceres e atividades organizadas e promovidas pelos Rios Livres, , também em representação da Plataforma Salvar o Tua, foram divulgadas pelos média nacionais (Consultar Anexos). Ao todo, o GEOTA enviou 5 comunicados de imprensa e foi citado – neste âmbito – 291 vezes (face às 74 vezes em 2016), os Rios Livres 50 vezes (face às 23 em 2016) e a PST uma vez (face às 112 em 2016). O tempo de antena atingiu os 119,25 minutos (face aos 136,35 minutos em 2016).

Ver informações sobre a atividade realizada no URL: <http://rioslivresgeota.org/>

Submissão da queixa à Procuradoria-Geral da República

A 16 de fevereiro, foi entregue a queixa-crime apresentada pelo GEOTA na Procuradoria-Geral da República, em Lisboa, onde é pedido que se investigue um conjunto de atos e decisões políticas e administrativas tomadas nos últimos anos, com especial incidência nos processos de planeamento, aprovação, subsidiação, licenciamento e implementação do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH).

Esta ação foi divulgada por diferentes órgãos de comunicação social, as notícias relacionadas com este acontecimento podem ser consultadas no *website* do projeto [<http://rioslivresgeota.org/imprensa/>].



Assinatura da queixa à PGR, por Marlene Marques e João Joanaz de Melo.

Dia Internacional da Ação pelos rios e contra Barragens

No dia 14 de março celebrou-se o Dia Internacional de Ação contra Barragens. O projeto Rios Livres realizou uma ação pública, em Lisboa. A ação consistiu em abordar as pessoas na rua, sensibilizando-as para a importância de rios livres e para os impactos negativos causados por barragens.

Esta iniciativa foi realizada no âmbito do lançamento do movimento [Save Europe's Rivers](#), liderado pelos Rios Livres e em que participam oito associações e/ou movimentos europeus, AEMS – Ríos com Vida (Espanha), Aqua Viva (Suiça), EcoAlbania (Albânia), Free Rivers Italia (Itália), Leeway Collective (Eslovénia), Rios Livres GEOTA (Portugal), Save the River Conwy (Reino Unido) e SOS Salvem o Surf (Portugal). O objetivo foi o de lançar as bases de uma primeira plataforma que congregasse esforços na defesa de rios livres, visando um aumento da notoriedade desta causa ao permitir a partilha de conteúdos à escala europeia, nomeadamente notícias, ações e incitativas.



Exibição do documentário DAMNATION

No dia 9 de março, o projeto Rios Livres organizou a exibição do documentário DAMNATION com debate, em Lisboa, no Espaço MOB.

O objetivo desta ação foi disseminar informação em relação ao descomissionamento de barragens obsoletas e debater as problemáticas e desafios que lhes estão associados no contexto nacional.

Campanha VOTATAMEGA e Caravana pelo Tâmega II

No dia 17 de julho de 2017 teve início a Caravana pelo Tâmega II, uma iniciativa realizada pela primeira vez em 2015. Esta segunda edição coincidiu com o lançamento da Campanha [VOTATAMEGA](#), destinada a influenciar todos/as os/as Candidatos/as às Autárquicas de 2017 a subscreverem a Declaração pelo Tâmega, vinculando-se ao objetivo de fazer os possíveis para cancelar as barragens nos seus municípios e zelar pela melhoria do estado das massas de água no Tâmega.

A Caravana pelo Tâmega II teve por objetivo lançar esta campanha, tendo ocorrido depois de vários pedidos de reunião com candidatos/as, algumas efetivadas. A Equipa Rios Livres visitou os municípios afetados pela construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão e pelo Sistema Eletroprodutor do Tâmega, através de um conjunto de ações de rua desenvolvidos ao longo de uma semana. Para além da distribuição de materiais e ações de sensibilização, foi solicitada a resposta ao *call for action* no website da campanha: enviar um email aos candidatos que não subscreveram, pedindo que se vinculassem.

A Caravana pelo Tâmega II foi realizada entre 17 e 23 de julho, tendo sido realizadas ações em Vidago, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Mondim de Basto (Debate) e em Amarante.

A sessão pública de Amarante contou com uma demonstração e instalação de rua, visando chamar a atenção para um dos “lados maus das barragens” – mensagem principal da campanha –, nomeadamente a retenção de sedimentos com impactes na linha costeira. Coincidiu com o Festival de música MIMO, que conta com milhares de espectadores. Nesse sentido, a equipa Rios Livres entrou em contacto com todos/as os artistas, solicitando que apoiassem a campanha, falando publicamente sobre a mesma e se possível em palco. Tal verificou-se com os artistas Três Tristes Tigres, os brasileiros Nação Zumbi, o Fadista Ricardo Ribeiro, o Rodrigo Amarante e Manuel Cruz. Para além das demonstrações em palco, alguns divulgaram ainda a campanha nas suas redes sociais.

Esta divulgação permitiu catapultar a campanha, sobretudo junto dos meios de comunicação social. Durante a caravana, foi conseguido que o candidato a Mondim de Basto pelo CDS-PP, Fernando Gomes, assinasse durante a ação pública aí realizada.

Uma segunda iniciativa no âmbito da campanha foi levada a cabo entre 9 e 10 de setembro, em Amarante. Este foi o município em que mais candidatos/as se mostraram disponíveis para subscrever a Declaração pelas possíveis consequências negativas da construção da barragem de Fridão, mas em que tal nunca se chegou a verificar.

Esta ação foi focada nos elevados custos do PNBEPH para os/as contribuintes, tendo sido distribuídos materiais alusivos a esse “dinheiro deitado à rua”. Culminou com a assinatura do candidato ao Município de Chaves pelo BE, Marcelo Rodrigues.

Esta ação foi divulgada por diferentes órgãos de comunicação social, as notícias relacionadas com este acontecimento podem ser consultadas no *website* do projeto Rios Livres [<http://rioslivresgeota.org/imprensa/>].

No total, esta campanha possibilitou o envio de quase 2 000 emails para todos/as os/as candidatos/as, e lançar este tópico na discussão política local, o que se verificou nos períodos de ativação da campanha. Os candidatos/as abordados pela equipa demonstraram sempre ser contra as novas obras, mas apenas dois se vincularam publicamente a essa ideia.

Com participação pontual:

João Joanaz de Melo

Pedro Duarte (Protagonista Campanha *O Último Ano do Tua*)

Jorge Rabiço, Jorge Mendes (Mondim de Basto)

Hélder Ribeiro, Artur Freitas (Amarante)





Lançamento “Guia de ação para salvar rios”

Mais de 150 alunas e alunos do terceiro ciclo do ensino básico das escolas EB 2,3 de Amarante e EBI do Marão receberam o projeto Rios Livres, dinamizado pelo GEOTA, para a apresentação do “Guia para Salvar Rios”, entre 19 e 21 de abril no âmbito do Dia da Terra.

Este pequeno panfleto tem o tamanho de um pequeno cartão desdobrável e é uma forma rápida e simples de poder atuar na defesa de um curso de água. Disponibiliza números de telefone das autoridades em casos de poluição, fogo ou outras agressões ao meio ambiente. Também sugere atividades aventura e de lazer para usufruir dos rios e explica alguns conceitos básicos relacionados com a morfologia, fauna e flora ribeirinhas.

Lançamento da “Outstanding Free Rivers List”

Um dos objetivos para 2017 era a criação de uma primeira “Outstanding Free Rivers List”, um inventário de rios e/ou trechos de rios nacionais que corram livres e não estejam poluídos.

O exercício ainda teórico será elaborado para todo o território continental, e cuja área de análise experiencial foi a Bacia Hidrográfica do Rio Douro. A identificação de rios e troços de rios, que não apresentam alterações morfológicas significativas (i.e. barragens) e se encontram

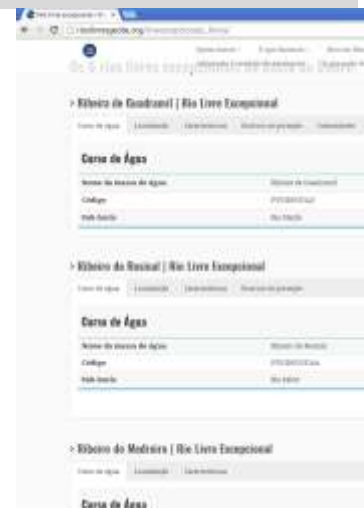


Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

com boa qualidade em termos químicos e ecológicos, foi feita com base em dados oficiais (Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro) da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com uma posterior definição e [aplicação de critérios](#).

O desenvolvimento destes critérios teve por base outros existentes a nível internacional. Em que o GEOTA se inspirou e que adaptou ao contexto nacional. A metodologia seguida e respetivos resultados foram publicados no website oficial, em http://rioslivresgeota.org/riosexcepcionais_livres/.



Manifestações contra a poluição no Tejo

Nos dias 4 de março e 14 de outubro foram realizadas as 2.ª e a 3.ªs [Manifestações contra a poluição do rio Tejo](#), em Lisboa.

A primeira teve lugar em Vila Velha de Ródão, um dos locais mais afetados pela poluição do Tejo. A segunda teve lugar em Lisboa, com início no Caís do Sodré e término no Terreiro do Paço, contou com a presença de várias entidades e teve como objetivo protestar contra os problemas de poluição que continuam a afetar o rio Tejo e os seus afluentes, e reclamar mais medidas do Governo.

Estas ações contaram com a presença de membros da equipa Rios Livres, em apoio ao Movimento ProTejo na defesa de um rio Tejo menos poluído.



Presença nos meios de Comunicação Social

Ao longo do ano, para além emissão de Comunicados de Imprensa e contacto sempre que necessário com jornalistas, marcámos presença em vários órgãos de Comunicação Social.

As notícias relacionadas com a queixa da PGR (fevereiro) e com o sismo perto do local onde poderá vir a ser construída a barragem de Fridão (junho) foram as de maior destaque.

Com participação efetiva:
[Ana Brazão](#), [Joanaz de Melo](#)



Documentos, posições e pareceres

janeiro 2017 | Reunião Aliança Tâmega Vivo, Amarante. Ana Brazão, Pedro Santos, Ana Bento e João Joanaz de Melo.

janeiro 2017 | Visita a possíveis locais de escombreira do Alto Tâmega – Sistema Eletroprodutor do Tâmega. Ana Brazão e Ana Bento.

janeiro 2017 | Participação no workshop "Ferramentas para avaliação da qualidade ecológica em sistemas ribeirinhos", APRH, Lisboa. Ana Bento

janeiro 2017 | Comunicado de Imprensa “Governo aprova Resolução que beneficia barragem da EDP no Tâmega”

fevereiro 2017 | Participação no 1.º Dia WORKSHOP RiverBasins no MED: seleção de bacias hidro a trabalhar 2018-2022. Lisboa. Ana Brazão

fevereiro 2017 | Participação no 2.º Dia WORKSHOP RiverBasins no MED: estratégia & Partnership p/ bacias hidro a trabalhar 2018-2022, Lisboa. Ana Brazão.

fevereiro 2017 | Entrega da queixa contra incertos à Procuradoria-Geral da Republica, Lisboa. Marlene Marques, Pedro Santos, Ana Bento e João Joanaz de Melo.

fevereiro 2017 | Comunicado de Imprensa “Barragens no Vale do Tâmega: muito betão, pouca produção”

março 2017 | Envio de contributos ao Relatório sobre a remoção de infraestruturas obsoletas.

março 2017 | Comunicado de Imprensa “Câmara de Amarante pode retirar barragem de Fridão do PDM”

março 2017 | 2ª Manifestação contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes, PRO-Tejo, Vila Velha de Rodão. Ana Brazão.

março 2017 | Ação de Rua pelo Dia Mundial pelos Rios e Contra Barragens, Lisboa. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

março 2017 | Submissão do Parecer ao processo de Consulta Pública relativo à revisão do Plano Diretor Municipal de Amarante. GEOTA.

abril 2017 | Envio de contributos ao Relatório sobre a remoção de infraestruturas obsoletas.

abril 2017 | Workshop Identificação de serviços ecossistema no Rio Tâmega (tese Catarina Miranda), Amarante. Ana Brazão.

abril 2017 | Ação de Educação Ambiental, Amarante. Ana Brazão e Pedro Santos.

abril 2017 | Visita CAA-SET. Ribeira de Pena. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento

abril 2017 | Reunião CAA-SET. Ribeira de Pena. Pedro Santos e Ana Bento.

maio 2017 | Reunião IV CRH-Norte (Convenção da Albufeira), Porto Leixões. Ana Brazão

maio 2017 | Lançamento público TUA - Título Único Ambiental e e-GAR, Lisboa. Ana Brazão

junho 2017 | Ação de Educação Ambiental, Cem Soldos. Ana Brazão

junho 2017 | Entrevista à Jornal da Noite da SIC Notícias, Lisboa. Ana Brazão.

junho 2017 | V Reunião CAA-SET, Vila Pouca de Aguiar. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

julho 2017 | Reunião para abordar os processos de pré-contencioso referentes a Portugal, Representação Portuguesa da Comissão Europeia, Lisboa. Ana Brazão.

junho 2017 | Enviado o parecer ao 4.º RTAA da CAA-SET ao Secretariado Técnico da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega.

junho 2017 | Lançamento do website VOTATAMEGA

junho 2017 | Reunião da Assembleia Municipal: Revisão do PDM Amarante. Amarante. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

setembro 2017 | Reunião EEB, EEB Hydro & N2K Guidance, Lisboa. Ana Brazão.

setembro 2017 | Visita ao Sistema Eletroprodutor do Tâmega. Ribeira de Pena. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

setembro 2017 | VI Reunião CAA-SET, Chaves. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

setembro 2017 | Workshop "Os principais desafios jurídicos das organizações do 3.º setor", Iniciativa Oceanos/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Ana Brazão, Pedro Santos e Miguel Jerónimo

setembro 2017 | V Reunião de CRH – Norte, Porto. Ana Brazão.

setembro 2017 | Enviado o parecer ao 5.º RTAA da CAA-SET ao Secretariado Técnico da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega.

Outubro 2017 | Comunicado de Imprensa "Alterações climáticas exigem menos barragens, não mais"

outubro 2017 | 3ª Manifestação contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes, PRO-Tejo, Lisboa. Ana Brazão e Pedro Santos.

outubro 2017 | Reunião EEB – Water Working Group, Bruxelas. Ana Brazão.

novembro 2017 | Reunião EEB – Assembleia Geral, Edinburgh. Ana Brazão.

novembro 2017 | "Gestão da água nos rios internacionais: novos desafios e oportunidades", Conselho Nacional da Água, Porto. Ana Brazão

dezembro 2017 | WEBINAR da Wetlands International "Mapping and assessing discontinuities". Ana Brazão.

dezembro 2017 | Conversa "É Apenas Fumaça": briefing sobre PNBEPH e decisões Governo Constitucional XIX, Lisboa. Ana Brazão.

dezembro 2017 | Entrevista Academia Cidadã, Lisboa. Ana Brazão e Pedro Santos.

dezembro 2017 | Submissão do Parecer ao processo de Consulta Pública relativo ao Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, na Ilha da Flores, Açores

dezembro 2017 | Submissão do artigo científico "Assessing impacts and conflicts of large dams in Portugal". Ana Brazão e João joanaz de Melo.

GEOTALINE

Actividade 1 | 1º Encontro Nacional de Associados

26/03/2017, Paul Tornada

No dia da AG organizou-se um Encontro de Associados, na parte da manhã, no CEEPT.

As condições meteorológicas não permitiram a visita ao Paul que estava no programa, mas, ...

Foi feita uma projeção de fotos antigas durante o almoço partilhado, sendo o objetivo fazer uma retrospectiva das atividades do GEOTA para quem se tornou associado mais recentemente e não conhece a história.

10h30 - 12h30 – Introdução e visita à Reserva Natural Local do Paul de Tornada. Partida do CEEPT à hora marcada, recomendados sapatos de passeio, roupa confortável, chapéu e protetor solar. No CEEPT estão binóculos à disposição.

13h00 – Almoço partilhado. Cada um poderá trazer qualquer coisa de comer, cozinhada ou não, para partilhar com os restantes. Se estiver bom tempo poderá ser usada a eira para o picnic. O CEEPT está equipado com frigorífico e micro-ondas para conservar ou aquecer a comida, se necessário.

Durante o almoço decorrerá um leilão silencioso. Regulamento: cada um deverá oferecer um

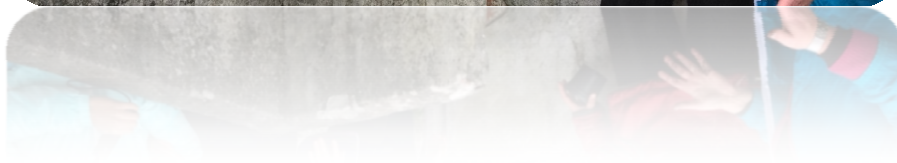
Saúde Martins (C)

Apoio pontual: Helder Careto, Teresa Lemos, Pedro Costa e outros colaboradores do GEOTA

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação ©/ Equipa

objeto relacionado com atividades de natureza (termo, canivete, guias de natureza, t-shirt ou s-shirt, boné com tema evocativo, garrafa de licor, binóculos, vaso com planta aromática, escultura de cerâmica, etc) para leiloar entre os participantes. As licitações são feitas em forma de lista junto de cada objeto. As receitas revertem para o CEEPT. Os objetos não licitados ficaram como doação material ao CEEPT.



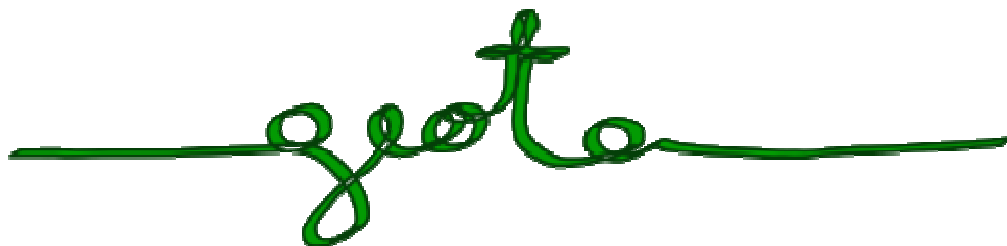


Fotografia de grupo do 1º Encontro de Associados



Actividade 2 | Comunicação GEOTALINE

Durante 2017 foram enviados aos Associados através do canal “GEOTALINE” 63 comunicações de atividades, posições e informações



Coastwatch®

Estas atividades contaram com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através do Projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

A campanha de 2017/2018 contou com o Alto patrocínio S.Exa. Presidente da República

Teresa Lemos ©

Carla Pacheco

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELENCIA



O Presidente da República



O Projeto Coastwatch promove a monitorização voluntária, individualmente ou em grupo, de unidades de 500 metros de costa do litoral português, enquadrada num projeto de educação ambiental europeu aliado à ciência cidadã que envolve milhares de pessoas todos os anos, desde 1989. Realizam-se saídas de campo para observação do litoral e registo da sua caracterização ambiental, com referência aos aspeto biofísicos, de poluição, biodiversidade, e ameaças e riscos, nas zonas intertidal e supratidal. Em 2017 a campanha anual elegeu a temática do turismo por ser um assunto de conflitos emergentes que urge resolver, refletir e colocar na agenda internacional.

Atividades desenvolvidas em 2017 (campanhas Coastwatch 2016-2017 e 2017-2018):

Ações de informação e formação sobre o projeto CW. Saídas de campo para monitorização do litoral com escolas, escuteiros, coordenadores, entre outros:

Realização de sessões de acompanhamento de monitorização, Ações desenvolvidas em EB/JI de Salir do Porto; EB1 da Foz do Arelho; JI do Nadadouro; EB da Benedita em São Martinho do Porto; EB de Alviela na Praia de Paredes de Vitória; Jovens da Fundação o Século na Praia de São Pedro do Estoril; Odeceixe; Ílhavo.

Com participação pontual:

Helder Careto

José Maria Candeias

Parcerias e apoios:

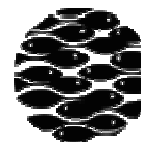
Coordenadores regionais, coordenadores locais, Corpo Nacional de Escutas, Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, IFOR/APG

<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal/coordenadores-regionais>

<http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal/parceiros>



Patrocinador: Oceanário na Campanha 2016.2017



Oceanário de Lisboa

Participação e disseminação de EAS em 8 Eventos de disseminação de Projetos de EAS de carácter ambiental - bancas em feiras e mostras: Eco-mostras de Ílhavo e Mafra; Eco-mostra de Escolas de Hotelaria e Turismo em Caldas da Rainha; Greenfest de Torres Vedras e Estoril; Jornadas de Educação Ambiental em Guimarães; Vaivém do Oceanário; Feira Infantil nas Caldas da Rainha e Feira dos Frutos nas Caldas da Rainha.



Reuniões com a coordenadores regionais do projeto para fortalecimento da Rede de coordenação e formação e capacitação dos técnicos envolvidos. Promoção de saídas de campo CW com os coordenadores.



Ações de formação acreditadas para docentes:

Realização de 2 ações de formação, de 6h cada, creditada para professores e outros destinatários, em oficinas no terreno e em sala. Locais: Cascais e Aljezur e nas temáticas: *A Ecologia da Praia de São Pedro do Estoril - Cascais* e *A Praia - Um Laboratório ao Ar Livre - São Martinho do Porto*.

Ação de Formação de Curta Duração
À descoberta da Ecologia da PRAIA DE SÃO PEDRO DO ESTORIL – Saída de Campo do Projeto Coastwatch

6 DE MAIO 2017
PRAIA DE SÃO PEDRO DO ESTORIL
16H00 - 19H00

PATROCINADOR
Oceário de Lisboa

APOIOS
REPUBLICA PORTUGUESA
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
DGEste
ICNF

PROJETO COASTWATCH PORTUGAL

Ação de Formação
A Praia - Um Laboratório ao Ar Livre - Projeto Coastwatch

27 novembro | Praia de São Martinho do Porto | 14h00-17h00

Local de Encontro: Estacionamento da Praia de Salir do Porto
Aberto a todas as pessoas
Ação de formação de curta duração para os grupos disciplinares 110, 120, 230, 420, 510, 520, 700

Proteção: Alto-padrão
Apoio: ICNF
Comitês do Projeto Coastwatch Portugal:
coastwatch@oceanario-lisboa.pt
coastwatch@portugal.gov.pt
Centro Ecológico Educativo de Paul da Torre
Rua de Paul, 12 Torreão, 2005 - 311 Celdas da Rainha
coastwatch@oceanario-lisboa.pt
00001100 - 210000000 - 00000000

Seminário anual de apresentação de dados da Campanha Coastwatch - Turismo Sustentável no Litoral- 6, 7 e 8 de Julho no Oceanário de Lisboa

Seminário nacional de apresentação de dados do projeto sob a temática geral “Turismo Sustentável no Litoral”, refletindo sobre a riqueza dos recursos naturais do litoral português e as implicações das atividades turísticas sobre os Ecossistemas, na comemoração do Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento.

O seminário foi associado à creditação de professores (<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=720&articleID=2656>)

<http://www.ambientemagazine.com/oceanario-de-lisboa-recebe-a-partir-de-amanha-o-27o-seminario-coastwatch/>

<http://www.wilder.pt/evento/seminario-coastwatch-2017/>



Campanha de monitorização no litoral

Campanha 2016/2017 (janeiro a julho de 2017) e campanha 2017/2018 (setembro a dezembro de 2017), através da mobilização da rede de coordenadores que multiplicam a mobilização pelos grupos locais (escolas, autarquias locais, associações cívicas, cidadãos em geral) Nas saídas de campo são preenchidos os questionário CW e o introduzidos os resultados na plataforma WEB destinada ao efeito pela coordenação nacional e internacional do CW.

Produção, desenvolvimento e divulgação de materiais de apoio às campanhas Coastwatch

Spot divulgação do projeto. com a duração de 3,5mn <https://youtu.be/g2D64u4jZsY>

Publicidade ao projeto na comunicação social escrita;

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação ©/ Equipa

Elaboração de Roll-up, Bandeira, design da campanha, flyers e cartazes



Produção de lápis, canecas e sacos de pano para participantes



Elaboração do Guia de Biodiversidade do litoral



Elaboração de Guia do CW - De olhos no litoral



Planeamento de conteúdos e design para Página do CW

Atualização do Questionário e Ficha de Inscrição para a campanha 2017-2018, em versão impressa e formulário

https://docs.wixstatic.com/ugd/2ea15d_1a16660268aa434295168ba0fbd82aa2.pdf

Tratamento de Dados, Elaboração de Relatórios e Disseminação de Resultados

Tratamento de dados das últimas campanhas - produção de relatório e infografias influenciar o público e as tutelas do ambiente e do litoral sobre os principais problemas e sensibilizar para a necessidade de desenvolver medidas para a sua resolução; informar sobre as condições ambientais do litoral levantado no âmbito do projeto.

https://docs.wixstatic.com/ugd/2ea15d_277bbcd4813e49e5825966e66f0dbf0d.pdf

https://docs.wixstatic.com/ugd/2ea15d_9acb90e315504762951dfe751991d703.pdf

Divulgação do Projeto Coastwatch a nível nacional:

links para notícias jornais /facebook / página

www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/

<https://ecoescolas.abae.pt/projetos-2016-2017/coastwatch-portugal/>

<http://www.cmjornal.pt/comunicados-imprensa/detalhe/campanha-coastwatch-2017---2018>

http://www.cercina.pt/?page_id=352

<https://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal>

<http://www.vagos.pt/coastwatch/>

Projeto O Meu Eco-Sistema[®]

Helder Careto (C)

www.omeueco-sistema.pt

O projeto O Meu Eco-Sistema[®] é uma iniciativa que visa promover a cidadania e a sensibilização ambiental servindo como ponte entre cidadãos com as diferentes entidades responsáveis de forma a contribuir para a melhoria dos serviços em meio urbano e do ambiente.

Apoio secretariado e contabilidade:

Saúde Martins.

Foi realizada a partilha de conteúdos relevantes para o projeto produzidos por parceiros em redes sociais e no Website.



Manutenção do www.omeueco-sistema.pt e do www.geota.pt no mesmo alojamento por questões funcionais e económicas.

Projeto BiodiverCidade®

Hélder Careto (C)

Em 2017 promoveu-se a publicação de conteúdos partilhados nas redes sociais relacionados com o tema do ambiente urbano e biodiversidade nas cidades, garantindo a manutenção do bloque e página Facebook do Projeto



Estratégia de Comunicação para o GEOTA

O site do GEOTA é um repositório de posições e conteúdos produzidos pelo GEOTA e de fácil acesso, constituindo assim uma “memória” digital e pública dos últimos anos.

Ocorreu um esforço consistente de multiplicação dos conteúdos pelas diversas páginas e redes sociais de modo a potenciar a sua utilização, nomeadamente, com a página do GEOTA no Facebook.

Foram colocados *online* e publicados 3 livros do GEOTA: Turismo e Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 e Como Implementar uma Recolha Seletiva.

Hélder Careto

Teresa Lemos



Olga Romão ©

SUSTENTURIS

O projeto SUSTENTURIS teve como objetivo central promover a sustentabilidade do turismo, através do desenho e implementação de uma plataforma colaborativa e-SUSTENTURIS. O projeto foi criado pelo GEOTA em parceria com o ISCTE-IUL, a FCT NOVA, o ISPA, a ESHTe, o ICNF e o Turismo de Portugal.

Na plataforma e-SUSTENTURIS são divulgados produtos turísticos validados do ponto de vista da sustentabilidade social, ambiental e do destino. A tipologia dos produtos é aberta, incluindo o alojamento, a restauração, a animação turística, as experiências e os produtos tradicionais, bem como pacotes que combinem diversas componentes. Pretende-se garantir a sustentabilidade ambiental e social dos territórios e das cadeias de valor que suportam os produtos turísticos através do desenvolvimento da sustentabilidade das empresas envolvidas na atividade turística.

Apesar de ser uma plataforma *business to business* perspetiva-se a utilização da plataforma e-SUSTENTURIS por empresas do sector turístico, bem como pelas autoridades com tutela no território.

O projeto SUSTENTURIS é inovador a vários níveis: no seu foco na sustentabilidade dos produtos turísticos; na avaliação de indicadores de sustentabilidade (QAmb, QSocio e QDest) calculados com uma abordagem de ciclo de vida, de forma transparente e rastreável; e na promoção ativa de parcerias entre os participantes na plataforma, para construir uma oferta turística mais sustentável.

Em 2017 o projeto foi alvo de uma candidatura bem sucedida ao Fundo Ambiental e uma candidaturamal sucedida ao programa Sudoe.

Fernando Brito e Abreu

Américo Rio

José Reis

Marlene Marques

João Joanaz de Melo

António Galvão

Maria João Sousa



Parceiros do Sustentur:

ISCTE-IUL

FCT NOVA

ISPA

ESHTE

ICNF

Turismo de Portugal



TerraSeixe

Miguel Jerónimo ©

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal nasceu de preocupações com o estado de conservação da biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe (BHRS).



Atividade 1 | Workshops Colaborativos TerraSeixe

- Tipo de iniciativa: Workshops colaborativos

- Data: 18/01/2017; 30/06/2017; 17/11/2017

- Local: Monchique e Odeceixe

- Âmbito regional

- número de participantes/público atingido: 50 pessoas entre Autarcas, Professores Universitários, Técnicos Superiores da Administração Local e Dirigentes associativos.

- Entidades parceiras: Câmara Municipal de Aljezur, Câmara Municipal de Monchique, Câmara Municipal de Odemira, Junta de Freguesia de Odeceixe, Associação Vicentina, ICNF-DCN Algarve, APA-ARH Algarve, Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção, Universidade de Évora - Polo de Évora do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), Instituto de Ciências Sociais (ICS) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade e Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

O Projeto TerraSeixe, abrange três municípios e pelo seu carácter interdisciplinar permite reunir o conhecimento necessário e apresentar um conjunto de propostas concretas no âmbito do projeto para a conservação do património natural e da gestão territorial partilhada com vista ao posterior estabelecimento de medidas e de ações que deverão ser partilhadas por um conjunto amplo de

Com participação efetiva:

Justin Roborg-Söndergaard

Marlene Marques

Antonio Lambe

Miguel Jerónimo

Rosário Oliveira

<http://www.geota.pt/scid/geota/WebPage/defaultCategoryViewOne.asp?categoryId=774> :---
[consultado em data

atores públicos e privados e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa a criação de condições para uma gestão ambiental sustentável e para o futuro estabelecimento de ações com vista capacitar/educar/sensibilizar não só os actores locais mas também no curto/médio prazo a população local através de um plano de ações.

05/03/2018]



Atividade 2 | Candidatura CRESC Alarve 2020

- Tipo de iniciativa: Candidatura para elaboração de estudos científicos
- Data: 04/12/2017 – 31/08/2018
- Local: Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe
- Âmbito regional
- Entidades parceiras: Câmara Municipal de Aljezur, Câmara Municipal de Monchique e Ação Ambiental Para o Barlavento

A candidatura submetida em 31/01/2017 e aprovada em 06/09/2017, financiado pela PI 6.3 – Património Natural do CRESC Algarve 2020 tem como objetivos:

- (i) Aumentar o conhecimento da BHRS através de estudos de base, nomeadamente os necessários à definição de uma Infraestrutura Verde que permitam identificar as áreas prioritárias e as técnicas de intervenção para a restauração ecológica, a recuperação de habitats e a funcionalidade dos serviços dos ecossistemas, com vista à conservação da biodiversidade num contexto de alterações globais acentuadas, designadamente através da constituição de um refúgio climático;
- (ii) Definir um Programa de Gestão Ambiental Partilhada que assegure a informação, sensibilização e formação da população ativa e em idade escolar;
- (iii) Promover o Ecoturismo e a Economia Verde, nomeadamente através da definição de uma rede de percursos para a interpretação da paisagem;
- (iv) Definir uma metodologia de avaliação e monitorização dos efeitos das alterações climáticas a nível local, a longo prazo;
- (v) Promover a comunicação, divulgação e o “networking” do projeto a nível local, regional, nacional e internacional.



Atividade 3 | Plano de Educação e Sensibilização Ambiental Local e Carta de Compromisso de Gestão Ambiental Partilhada

- Tipo de iniciativa: Candidatura para elaboração de planos estratégicos para o projeto

Com participação efetiva:
Justin Roborg-Søndergaard
Marlene Marques
Miguel Jerónimo
Rosário Oliveira

Com participação efetiva:
Justin Roborg-Søndergaard
Marlene Marques

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

- Data: 01/01/2017 – 30/11/2017

Miguel Jerónimo

- Local: Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe

Rosário Oliveira

- Âmbito regional

- número de participantes/público atingido: 50 pessoas entre Autarcas, Professores Universitários, Técnicos Superiores da Administração Local e Dirigentes associativos.

[Carta de Compromisso de Gestão Ambiental Partilhada](#)

- Entidades parceiras: Câmara Municipal de Aljezur, Câmara Municipal de Monchique, Câmara Municipal de Odemira, Junta de Freguesia de Odeceixe, Associação Vicentina, ICNF-DCN Algarve, APA-ARH Algarve, Universidade do Algarve – Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção, Universidade de Évora - Polo de Évora do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), Instituto de Ciências Sociais (ICS) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade e Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

http://www.geota.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/articleFile658.pdf :--- [consultado em data 05/03/2018]

Elaboração de um conjunto de propostas concretas no âmbito da Educação e Sensibilização Ambiental para a conservação do património natural e da gestão territorial partilhada com vista ao posterior estabelecimento de medidas e de ações que deverão ser partilhadas por um conjunto amplo de atores públicos e privados e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa a criação de condições para uma gestão ambiental sustentável e para o futuro estabelecimento de ações com vista capacitar/educar/sensibilizar não só os actores locais mas também no curto/médio prazo a população local através de um plano de ações.

[Plano de Educação e Sensibilização Ambiental Local](#)

http://www.geota.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/articleFile659.pdf :--- [consultado em data 05/03/2018]



Atividade 4 | Ações teste de educação e sensibilização ambiental do PESAL

- Tipo de iniciativa: Ações teste de educação e sensibilização ambiental

Justin Roborg-Søndergaard

- Data: 23/04/2017 e 27/04/2017

Marlene Marques

- Local: Odeceixe e Monchique

Antonio Lambe

- Âmbito regional

Miguel Jerónimo

- número de participantes/público atingido: 200 pessoas entre Autarcas, Professores Universitários, Técnicos Superiores da Administração Local, Dirigentes associativos, alunos e população local em geral.

Rosário Oliveira

Definição e teste de uma metodologia de implementação de ação de educação ambiental com escolas e população em geral.





Projetos colaborativos

Coordenação (C) / Equipa

Plataformas inter-associativas e projetos na área dos recursos hídricos

Plataforma Salvar o Tua

Website: <http://www.salvarotua.org/>

Esta plataforma encontra-se em descontinuação pois o fim para a qual foi constituída já não pode ser cumprido devido à construção da barragem de Foz Tua.

Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada



Teresa Lemos

Carla Pacheco

Parceria – Associação PATO, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

<http://www.ccept.pt/>
09/03/2018]

O Centro Ecológico Educativo - Professor João Evangelista localiza-se na zona envolvente da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e promove a Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS) com vista a proteger a reserva local através da devolução de um espaço profundamente poluído nos anos 80, à fauna e flora locais que o habitam e aos visitantes.

No Centro Ecológico Educativo desenvolveram-se atividades de sensibilização e de educação ambiental sobre a biodiversidade e boas práticas ambientais no âmbito da conservação da natureza, da agricultura e apicultura sustentável e dos modos suaves de mobilidade. Com base na observação *in situ* e em laboratório proporcionaram-se aos visitantes (escolas, famílias, investigadores, birdwatchers) experiências e o contato com a natureza numa zona húmida com estatuto de proteção, com os ciclos naturais e os aspectos sazonais.

Atividades desenvolvidas em 2017

Realização de Atividades de educação e formação: Saídas de campo e oficinas de campo, ateliers temáticos. Atividades destinadas à comunidade escolar, ocupação dos tempos livres de crianças e jovens durante as pausas letivas, e público em geral. Atividades desenvolvidas ao longo de todo o ano no Centro Ecológico.

Participação pontual:

Marlene Marques, Saúde
Martins, Helder Careto,
Miguel Jerónimo



Criação de Horta e Pomar Pedagógico - Planeamento da instalação de um pomar/horta/jardim de aromáticas em modo de produção biológico junto do Centro Ecológico; Dinamização e envolvimento de voluntários.



Placares Outdoor do Centro e da Reserva - Produção e Instalação de dois placares indicativos com os logótipos do Centro e da Reserva.



Ciclo de Formação em apicultura e agricultura em modo biológico no Centro Ecológico: realizadas diversas ações ao longo de 2017.

<https://jornaldascaldas.com/JournalNews/Journalnewsdetail.aspx?news=5ec1ac30-0a1d-472b-8784-0f648973c74e&q=Biol%C3%B3gica>

<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.http://www.associacao-pato.org/formaccedilatildeo-em-apicultura---sanidade-apiacutecola.html.aspx?news=1196994a-bfce-4345-b849-adae1c83183d&edition=198>



Novos equipamentos: Sala de formação re-equipada com cadeiras, mesas e expositores (fixos e móveis).

Parque infantil - Foram adquiridas e instaladas vedações e sinalização.



Promoção da deslocação em bicicleta: instalação de equipamento de apoio ao estacionamento de bicicletas.

Divulgação: Planeamento, design e produção do Serviço Educativo do Centro Ecológico Educativo em formato digital e papel
http://www.ccept.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/articleFile63.pdf

Divulgação do Serviço Educativo, como oferta formativa a escolas, associações, famílias e outras instituições bem como a programação de atividades que se

desenvolveram durante o ano.

Representações junto de ONG ou similares

Representantes

ATTCEI - Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2017 foram asseguradas as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos e individuais.

Helder Careto

Agência Oeste Sustentável

Participação na Assembleia Geral e seguimento dos trabalhos da Agência.

Helder Careto

Teresa Lemos

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Manutenção da representação no Conselho Executivo: 11 reuniões.

Helder Careto (Efetivo)

Reunião conjunta CPADA –C6 com o Presidente da Comissão de Ambiente da AR, 14 de Março de 2017

João Joanaz de Melo
(Suplente)

Posição conjunta com C6 sobre a proposta de Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

Secretário do Conselho
Executivo

Seguimento das reuniões da Assembleia Geral e do Prémio Nacional de Ambiente Fernando Pereira. Aprovado o regulamento do prémio.

Co-organização do ENADA 2017.

Participação ativa no processo de revisão dos estatutos da CPADA.

Representações institucionais em nome da CPADA.

MIA – Movimento Ibérico Antinuclear

Foram e estão agendadas várias reuniões de coordenação deste movimento envolvendo as ONGA nacionais e partidos políticos de cariz ambientalista.

Concentração a 12 jan junto ao Consulado de Espanha
<https://www.facebook.com/events/1712115385480609/>

Helder Careto

Conferência Ibérica na Fábrica de Braço de Prata dia 4 de janeiro.

Participação pontual:

Marlene Marques

Miguel Jerónimo

Carlos Sacramento

Irina Gomes



Participação em eventos organizados por outras entidades sobre o assunto.

C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, WWF Mediterrâneo - Portugal)

Prossecução dos objetivos gerais da plataforma focando nalguns temas comuns, como a defesa das diretivas aves e habitats, a cinegética e o uso do chumbo e outros temas.

A coordenação do C6 é rotativa, sendo que no terceiro ano essa responsabilidade ficou com o WWF.

O GEOTA esteve representado em todas as reuniões do C6 ocorridas em 2017.

Implementação de um plano de comunicação.

Comunicados emitidos:

CI: Coligação C6 dá nota negativa a Ministro do Ambiente e organiza em 2017 grande campanha de defesa da Natureza em Portugal, 23 de fevereiro de 2017

CI: Coligação C6 envia carta aberta ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira acerca do projeto de introdução de coelhos na ilha do Porto Santo:

Resumo das Posições da C6 partilhadas na reunião com o Presidente da Comissão de Ambiente da AR, 14 de Março de 2017

Sobre as Áreas Protegidas e sobre o financiamento da Conservação da Natureza:

- O Governo lança discussões e experimentações sobre modelos de gestão em APs mas em nenhum momento parece estar interessado, de forma aberta, em avaliar e partilhar porque é que as áreas protegidas têm reais problemas de gestão e que quota-parte cabe, e tem cabido, aos Governos quando não assumem a disponibilização de recursos públicos, humanos, materiais ou financeiros, que permitem melhorar a gestão destes territórios.

- A C6 considera que a insuficiência de meios que as autoridades da conservação da natureza têm disponibilizado para prestar melhor serviço público aos cidadãos e a falta de proteção dos valores naturais existentes nas Áreas Protegidas levou a lacunas na relação ente cidadãos e as áreas protegidas e na promoção da preservação e defesa destes territórios.

- A C6 considera que fazer protocolos de gestão, sem analisar estes problemas de fundo é um caminho de experimentação perigosa que fragiliza o próprio ICNF.

Sobre o Fundo Ambiental:

- A C6 questiona o Governo sobre 'porque é que o Fundo não financia um Programa de Investimento e Gestão das Áreas Protegidas? e atribui um irrisório montante (quando comparado com outros destinos e outras verbas) para a conservação da natureza?'

Para a C6 'são necessários ajustamentos e mais partilha e cooperação com outros atores da sociedade civil, nomeadamente as próprias ONGs que têm a experiência do que é a conservação da natureza no terreno'.

Sobre o Mouchão da Póvoa:

- A C6 solicita uma intervenção urgente da APA e do ICNF para a resolução deste grave problema ambiental relacionado com o dique por considerar que o estuário do Tejo é uma das zonas húmidas mais importantes do país e um dos grandes estuários da Europa, albergando uma grande diversidade de habitats. O estuário do Tejo tem importância internacional para a conservação das aves aquáticas, encontra-se classificado como Sítio Ramsar, Zona de Proteção Especial e Reserva Natural.

- Segundo a C6, 'se o dique não efetuar a sua função de barreira no ciclo das marés, toda a estrutura complexa de habitats do mouchão vai acabar por desaparecer e com ela parte significativa destas populações de aves'.

- A situação de rompimento de um dique no Mouchão da Póvoa, em abril de 2016, coloca em risco não só a propriedade privada mas também território administrado por diversas tutelas públicas, bem como recursos de biodiversidade de importância europeia havendo já uma larga área inundada, que poderá atingir centenas de hectares.

Helder Careto
Miguel Jerónimo

Sobre o chumbo e a caça:

- A C6 considera que a atual Lei da Caça não tem um enfoque na gestão sustentável dos recursos cinegéticos, permitindo uma série de práticas nocivas para as espécies e ecossistemas.

- Admitindo que as espécies cinegéticas são um recurso natural, que gerido de uma forma responsável pode trazer benefícios económicos e sociais, as ONGA dizem que 'isto que não está a acontecer', defendendo 'a revisão da legislação para possibilitar uma prática cinegética mais sustentável'.

A C6 apresentou ainda propostas para a revisão da Lei da Caça

Sobre a Representação das ONGA e a relação entre o Estado e as ONGA

Compete à Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, a gestão dos processos de eleição de representantes das ONGA em Organismos de acordo com um regulamento subscrito por todas as ONGA nos anos 90 e cumprido desde então.

Através desse mecanismo, aceite normalmente pelo Estado e Administração e por todas as ONGA, têm sido, há mais de 25 anos, nomeados centenas de representantes das ONGA a todos os níveis, desde os Conselhos Cinegéticos Municipais até às representações de âmbito nacional, como o Conselho Económico e Social, o Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Conselho Nacional da Água, os conselhos estratégicos e consultivos da Administração Indireta do Estado e para planos, programas e fundos.

Esse estatuto por vezes tem que ser defendido junto dos responsáveis do Governo e da Administração, na defesa da representação dos interesses dos cidadãos e das associações de ambiente e aparece aqui reafirmado o papel de organismo de cúpula e parceiro social da CPADA que como associação de organizações coletivas, se faz representar pelos seus membros, sem os substituir.

Realização de uma Volta Desassossegada pelo Ambiente, em e junho, com os temas da gestão das áreas protegidas e do financiamento da conservação da natureza. A situação do acidente e inundação do mouchão da Póvoa de Santa Iria foi também noticiado.

C6 e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), em Mesa Redonda, a 23 Junho

Audiência a 26 junho e carta ao Ministro do Ambiente sobre co-financiamento de projetos LIFE.

CI: 24 de Julho 2017, ONGA's dão nota negativa ao Aviso sobre Educação Ambiental lançado pelo Ministério do Ambiente e afirmam que este condiciona a sua participação

Set 2017, Coligação C6 - Comentários à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

PASC - CC

Acompanhamento ao nível da Direção e do Conselho Fiscal. Participação na Assembleia Geral da PASC CC – Plataforma Activa da Sociedade Civil-Casa da Cidadania em 2017. Participação nos órgãos sociais (Suplente Direção, Vogal Conselho Fiscal, Assembleia de Representantes, Assembleia Geral, Grupo de Trabalho Cluster do Mar, Grupo de Trabalho de Cidadania Ativa).

Direção:

- Participação em 28 reuniões do órgão

GT Cidadania Activa

- Participação em 2 conferências promovidas pelo GT com a participação de Nuno Garoupa.

GT Cluster do Mar

2 de Março – Reunião PASC Mar:

Discussão dos diferentes grupos de trabalho a serem desenvolvidos. (Participantes: HC, JMC)

22 de Julho – Participação na reunião PASC Mar:

Discussão dos diferentes grupos de trabalho envolvidos no projeto. Discussão das atividades a realizar no final do ano. (Participantes: JMC)

9 de Setembro – Reunião PASC Mar:

Discussão sobre a conferência anual e o projeto de cidadania ativa. (Participantes: HC, JMC)

URL: <http://pasc-plataformaactiva.blogspot.pt/>

Helder Careto

João Joanaz de Melo

José Maria Candeias

Marlene Marques

PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo

Esta agregação de organizações da sociedade civil e de cidadãos constituiu-se no início de 2017 em virtude das concessões de prospeção e exploração de hidrocarbonetos na costa do Algarve.

Tem sido feito o acompanhamento dos trabalhos e eventos da plataforma e a divulgação das atividades que têm ocorrido.

Foi assegurada a participação na Conferência Futuro Limpo e foi convidada uma representante da PALP para participar como oradora no Seminário do Coastwatch/Rios Livres no Parque Biológico de Gaia, em set 2017.

Ana Brazão

Helder Careto

Plataforma de Defesa das Árvores

Esta agregação de organizações da sociedade civil e de cidadãos constituiu-se no início de 2014 na sequência do abate indiscriminado de árvores na cidade de Lisboa.

Tem sido feito o acompanhamento dos trabalhos e eventos da plataforma.

Seminário sobre as Árvores em Lisboa em 2017.

Miguel Jerónimo

PONG Pesca

Seguimento dos assuntos da plataforma e participação nas reuniões e eventos por ela promovidas.

Atividades:

12 de janeiro – Reunião PONG Pesca

14 de junho – Reunião PONG Pesca com New Economics Foundation

26 julho – Reunião PONG Pesca

16 de novembro – Reunião PONG Pesca

Ver anexo [2].

URL: <https://pongpesca.wordpress.com/>

José Maria Candeias

Helder Careto

EEB/BEE – European Environmental Bureau

O GEOTA participou na Assembleia Geral e nas reuniões do grupo de trabalho da água [3]

C.E.

Miguel Jerónimo

Ana Brazão

Seas At Risk

Manutenção da representação e acompanhamento dos assuntos [3]

13 de Setembro – Reunião Web Seas at Risk.

Preparação do Seminário Biogeográfico Natura 2000. (Participantes: JMC)

27 – 29 de Setembro – Participação no Marine Natura 2000 Biogeographic Seminar, Malta, com apoio do SAR:

Participação como membro das ONG acompanhantes no processo de decisão das regiões Natura 2000, em termos de suficiência no cumprimento das diretivas internacionais. (Participantes: JMC)

José Maria Candeias

Hélio Rasteiro

Helder Careto

Joaquim Afonso

Marlene Marques

GBE

GEOTA co-fundador do Green Budget Europe. Participação no *board*.

Participação numa conferência internacional.[3]

Marlene Marques

João Joanaz de Melo

Representações em Organismos

Representantes

Conselho Nacional da Água (CNA)

Em 2017 houve apenas uma reunião do CNA, em 11 Julho. Síntese das posições:

- Relatório do GT sobre remoção de estruturas hidráulicas obsoletas embora seja um progresso, foi muito pobre

Representantes:

- Plenário: João Joanaz de Melo (efectivo), Ana Brazão (suplente)

- G.T. desmantelamento de barragens: Ana Brazão

Representações em Organismos

Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1)

Participação numa reunião, 14 Dezembro 2017.

Vai ingressar no grupo de trabalho "nexus água-energia-agricultura"

Representantes

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA em Novembro 2017)

Conceição Martins (efectivo)

Marlene Marques (suplente)

Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (1)

Não se realizaram reuniões desta comissão em 2017.

João Joanaz de Melo (representante suplente das ONGA no CE-PNSAC, indicado pelo GEOTA e FPE)

Conselho Estratégico Do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (CE-PNSAC) (1)

2 reuniões em 2017: 28 Junho e 6 Dezembro. Principais intervenções:

- Posição contra o desmantelamento dos planos de ordenamento das áreas protegidas e sua "recondução" a programas;
- Acompanhamento da reconversão do PO-PNSAC a programa;
- Acompanhamento crítico das ampliações de pedreiras.

Marlene Marques,

João Joanaz de Melo

Eduardo Zúquete

Pedro Mota

Miguel Jerónimo

Compromisso para o Crescimento Verde

O GEOTA acompanhou os trabalhos da comissão e integrou alguns grupos de trabalho sem ter assinado o termo de compromisso.

Conselho de Região Hidrográfica do Norte (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Pedro Santos (efetivo, pela PST)

Ana Brazão (suplente, pelo GEOTA)

Comissão de Acompanhamento do Aproveitamento Hidrelétrico de FozTua (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Pedro Santos (efetivo, pela PST)

Ana Brazão (suplente, pelo GEOTA)

Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ana Brazão (Efetiva, pelo GEOTA)

Ana Bento (Suplente, pelo GEOTA)

Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (*)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ana Catarina Miranda (efetiva)

Miguel Jerónimo (suplente)

Observações: (1) – Representação das ONGA nacionais no âmbito do Protocolo de Nomeação de Representantes em Organismos Públicos gerido pela CPADA.

Logística

Responsáveis

Secretariado e apoio técnico

A elaboração de alguns relatórios consumiu cerca de 150 horas divididas no trabalho de vários colaboradores.

Tratamento de correspondência recebida e emitida (cerca de 100 cartas, 80.000 mensagens de correio eletrónico) | Seleção e arquivo de milhares de documentos, publicações, ficheiros informáticos e outro material

Atendimento de dezenas de chamadas telefónicas com solicitações diversas e pedidos de informação

Assegurou a comunicação entre os membros dos órgãos do GEOTA e apoio técnico e logístico à sua atividade Gestão das inscrições em muitas iniciativas e apoiou a sua logística.

Contactou com os fornecedores e outras entidades. Manteve a operacionalidade geral da sede e os níveis de *stock* do economato. Melhorou o nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA

Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação.

Manutenção de bases de dados de associados e entidades, e atualização de quotizações e registos, emissão de listagens de etiquetas e outras que serviram de base a seis *mailings* regulares de associados e vários outros irregulares para entidades e associados.

Apoio à tesouraria e Contabilidade e reuniões com a Empresa de Contabilidade Organizada contratada (média 1 reunião por mês e 15 horas por mês de preparação).

Geriu o equipamento e promoveu a sua manutenção/Manutenção de software e hardware informático da sede do GEOTA

Representação do GEOTA em diversos eventos e em diversos organismos.

Realização de estágios não remunerados de complemento curricular ou fim de curso para o apoio a áreas e Projetos específicos do GEOTA

Encaminhamento dos assuntos despachados da Comissão Executiva.

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada.

Apoio técnico e realização de ações de formação e informação promovidas pelo GEOTA.

Helder Careto

(Secretário Executivo)

Saúde Martins

(Secretária de Direção)

Apoio Técnico

Carla Pacheco (Professora destacada projetos de EAS)

Teresa Lemos

(Apoio técnico Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e Coastwatch)

Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento (Desenvolvimento do projeto Rios Livres, a partir de outubro de 2017).

Maria do Rosário Oliveira, Justin Roburg-Søndergaard, Miguel Jerónimo
(avencados no projeto TerraSeixe)

Equipamento

Manutenção e reforço da rede informática no GEOTA.

Manutenção da proteção elétrica do equipamento

Comissão Executiva

Hélder Careto

Saúde Martins

Vitor Sarabando

Serviços externos

Manutenção do serviço de contabilidade.

Manutenção da adesão ao servidor Internet, com correio eletrónico e acesso à Internet com telefone.

Manutenção dos fornecimentos de serviços de água e eletricidade

Contrato para telemóvel do GEOTA.

Manutenção dos contratos de seguro multirisco para a sede e as instalações do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, novo contrato de seguro de acidentes de trabalho para os colaboradores do GEOTA.

Comissão Executiva

Hélder Careto

Saúde Martins

Recolha de Consumíveis de Informática e outros materiais

No Centro Ecológico Educativo existe um ponto de recolha onde se faz a deposição seletiva de resíduos (papel, plástico e vidro)

O Secretariado do GEOTA tem assegurado, na medida do possível, o

Secretariado do GEOTA.

Logística

encaminhamento correto dos resíduos do papel usado e outros resíduos de embalagem.

Sede (obras e manutenção)

Manutenção mínima das instalações.

Responsáveis

Hélder Careto, Saúde Martins,
Marlene Marques

Anexos:

- [1] - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2017
 - [2] - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2017
 - [3] - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS – 2017
 - [4] - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2017
 - [5] - GEOTA na Rede
- RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2017

ANEXO 1 - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2017

LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2017

11-02-2017	WWF assume coordenação da C6 - Coligação Portuguesa de ONGs de Ambiente - em 2017
11-02-2017	Barragens no vale do Tâmega: muito betão, pouca produção
14-02-2017	Parecer sobre a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA2020)
23-02-2017	Coligação C6 dá nota negativa a Ministro do Ambiente e organiza em 2017 grande campanha de defesa da Natureza em Portugal
13.03.2017	Contributo do GEOTA para o Grupo de Trabalho para identificar e planear a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas
20-03-2017	Parecer sobre os estudos de impacte ambiental da “Ampliação da Pedreira Casal Farto nº 3” e da “Ampliação da Pedreira de Calcário Ornamental Chapadas” (Ourém) no âmbito do processo de consulta pública
26-03-2017	Parecer para a consulta do público do documento “Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário”
31-03-2017	Coligação C6 - Carta aberta ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira sobre o projeto de introdução de coelhos na ilha do Porto Santo
31-03-2017	O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - tem uma posição crítica baseada em preocupações de índole ambiental, social, económica e democrática relativamente à ratificação pela Assembleia da República do CETA - Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e o Canadá, .
31-03-2018	COMUNICADO DE IMPRENSA - Câmara de Amarante pode retirar barragem de Fridão do PDM
29-04-2017	Comunicado de Imprensa - 29 de AbrilMarcha pelo Clima tem lugar em 25 países
27-04-2017	COMUNICADO DE IMPRENSA – Acção de Educação Ambiental
05-05-2017	Glifosato: Assine agora ou nunca (ou espere pelo menos 10 anos)
05-05-2017	Nota de Imprensa - A PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo interpôs uma providência cautelar
22-05-2017	C6 antecipa o Dia do Ambiente com volta desassossegada ao ambiente em Portugal
24-05-2017	Contributo para a reunião do Conselho de Ambiente da UE – Bruxelas, 19 Junho 2017
26-05-2017	PONG-Pesca alerta para os riscos da legalização da venda de jaquinzinhos da arte xávega e recomenda aos portugueses que evitem o seu consumo
02-06-2017	Coligação de ONGA antecipa o Dia do Ambiente com volta desassossegada ao Ambiente em Portugal
07-06-2017	COMUNICADO DE IMPRENSA - Governo aprova Resolução que beneficia barragem da EDP no Tâmega
16-06-2017	Nota de Imprensa - Foi aceite a providência cautelar interposta pela PALP para deter a perfuração ao largo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
20-06-2017	Comunicado - A PROPÓSITO DO INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE
10-07-2017	Posição sobre a política florestal
11-07-2017	Nota de Imprensa: Política Florestal
24-07-2017	ONGA's dão nota negativa ao Aviso sobre Educação Ambiental lançado pelo Ministério do Ambiente e afirmam que este condiciona a sua participação
17-08-2017	Comunicado de Imprensa - Coligação C6 vem apelar ao governo para que cancele abertura da caça à rola-brava prevista para 20 de Agosto.

12-08-2017 proTEJO MARCA NOVA MANIFESTAÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO E A PETIÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES SERÁ DISCUTIDA NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO INÍCIO DA LEGISLATURA

14-09-2017 COMUNICADO DE IMPRENSA - Tâmega poluído e moribundo tem o futuro ameaçado

20-10-2017 Pesca da sardinha: parar agora para não acabar para sempre – PONG-Pesca

26-10-2017 COMUNICADO DE IMPRENSA - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EXIGEM MENOS BARRAGENS, NÃO MAIS

28-10-2017 PONG-Pesca discorda dos limites de captura de sardinha acordados a nível ibérico para 2018 e indigna-se com falta de diálogo por parte da tutela

01-11-2017 CARTA ABERTA AO SENHOR MINISTRO DO AMBIENTE “MORTANDADE DE PEIXES DEVIDO À POLUIÇÃO DO TEJO”

02-11-2017 Incêndios em Portugal: ONGA’s da Coligação C6 a propósito do Relatório da Comissão Independente salientam a importância das áreas protegidas na recuperação do território

07-11-2017 Nota de Imprensa - UM MEMORANDO PARA ENDENDER O QUE SE TEM PASSADO NA FRENTE CONTRA A PROSPECÇÃO DE PETROLEO NO ALGARVE

16-11-2017 Comunicado de Imprensa Permissão para destruir a Praia Grande de Silves?

17-11-2017 Comunicado Movimentos reafirmam a sua oposição à prospeção e exploração de petróleo e gás no mar ao largo da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano.

30-11-2017 COMUNICADO - proTEJO – Movimento Pelo Tejo

12-12-2017 Parecer sobre o RECAPE da pedreira “Vale do Mar”(freguesia de Alcanede, concelho de Santarem)no ambito do processo de consulta publica

13-12-2017 Oportunidades de Pesca 2018 – Ministros da UE fazem progressos mas teimam em adiar o fim da sobrepesca. Portugal volta a estar entre os menos ambiciosos

29-12-2017 Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande

RESUMO DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2017

11-02-2017 WWF assume coordenação da C6 - Coligação Portuguesa de ONGs de Ambiente - em 2017

Agenda da coligação para 2017 prevê a organização de uma grande campanha de defesa da Natureza em Portugal

O WWF, Fundo Mundial para a Natureza, (World Wide Fund for Nature na sigla inglesa), assume hoje a coordenação da Coligação C6 para este ano de 2017, respeitando o princípio da rotatividade e substituindo a SPEA que coordenou em 2016 a coligação (precedida em 2015 pela LPN).

A C6, coligação portuguesa de ONGs de Ambiente, criada em 2015, é formada pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal com o objetivo de atuarem a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da Natureza e da Biodiversidade em Portugal.

Para este ano de 2017 a C6 terá uma Agenda comum de intervenção focada nos seguintes pontos:

1. A organização e desenvolvimento de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública **em defesa da Natureza em Portugal**, com um momento de denúncia do que vai mal na Natureza em Junho de 2017 e um momento dinâmico em defesa da Natureza em Portugal em Novembro de 2017;
2. O financiamento da conservação da natureza e da biodiversidade e a apresentação de propostas neste domínio;

3. A importância da Rede Natura 2000 e apresentação de propostas para uma política efetiva de proteção e valorização da Rede Natura 2000 em Portugal.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

11-02-2017 Barragens no vale do Tâmega: muito betão, pouca produção

O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente opõe-se à construção das três novas barragens da Iberdrola nos rios Tâmega e Torno e contesta os números da produção elétrica apresentados pela elétrica espanhola.

Foi hoje apresentado pela Iberdrola, em Ribeira de Pena, o Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET) – um conjunto de três barragens na bacia hidrográfica deste afluente do Douro onde serão erguidos os empreendimentos hidroelétricos de [Daivões](#), [Gouvães](#) (rio Torno, afluente do Tâmega) e [Alto Tâmega](#).

A associação ambientalista fez contas e contesta o valor anunciado pela empresa de energia quanto à real produção destas obras. Ao **contrário do que afirma a Iberdrola** - 4% do consumo elétrico do país - **o SET contribuirá apenas com 0,1% da energia nacional e 0,6 % da eletricidade produzida**. A diferença explica-se com o critério de avaliação: a Iberdrola invoca a produção bruta, o [GEOTA defende](#) que o que deve ser avaliado é a produção líquida. Isto é, a **eletricidade efetivamente injetada na rede** nacional e pronta a ser consumida.

Gouvães é a chave do SET, funcionando como uma central de potência: permite disponibilizar uma potência instantânea elevada (desnecessária porque o sistema nacional já tem potência excedentária) mas no balanço final **acrescenta muito pouca energia**. A sua central será utilizada para bombear água de, e para, a albufeira de Daivões, através de um túnel hidráulico. Portanto, aos valores de **produção de eletricidade bruta** anunciados para o SET (1 697 GWh/ano, segundo os [dados oficiais](#)) **tem de ser descontada a eletricidade gasta a transportar água**, o que faz descer a produção para **valores líquidos muito mais baixos** (333 GWh/ano) — ou seja, **0,6%** dos cerca de 52 802 GWh/ano de disponibilidade de energia elétrica para consumo nacional, em 2014.

Joanaz de Melo, do GEOTA, considera o SET **“uma fraude”**. O professor de engenharia do ambiente acusa o Governo de laxismo: *“Quando, em abril passado, se reavaliou o Programa Nacional de Barragens, por obrigação do [acordo](#) que suporta o governo entre o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) e o Partido Socialista (PS), **recusaram-se a olhar para o que ia ser feito no Tâmega. As obras ainda não tinham começado**, de facto, e o acordo referia explicitamente este projeto. Havia alguns acessos, um túnel técnico e nada mais. **O PS ignorou o acordo, o PEV deixou que fosse ignorado e o Governo fez de porteiro da Iberdrola, deixando-a entrar à vontade para destruir um rio que é ganha pão de centenas de famílias** – na produção agrícola, no vinho verde, nos desportos de águas bravas.”*

*“A criação de emprego é uma falácia, pois são **postos de trabalho temporários**. Por via da destruição dos solos férteis e do último rio com um grande troço livre em Portugal, destroem-se postos de trabalho locais na agricultura e turismo de natureza”, acrescenta Marlene Marques, Presidente do GEOTA.*

Diz ainda que o **retorno real** das novas barragens do Tâmega é **“insignificante”** face aos impactos sociais, ambientais, culturais e económicos do projeto, e que com a evolução esperada das alterações climáticas na região mediterrânica,

“tenderá a reduzir-se ainda mais nas próximas décadas”.

As novas barragens do Tâmega, em conjunto com Foz Tua (concessionada à EDP), fazem parte do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico e beneficiam de um **subsídio direto do Estado de 21,6 milhões de euros, por ano, durante 10 anos.**

Ana Brazão, do projeto [Rios Livres GEOTA](#), integra a Comissão de Acompanhamento Ambiental do SET e avalia como “anacrónicas” estas construções. *“Devíamos apostar nas alternativas, como o solar. O caminho devia ser **remover barragens sem utilidade. Em Espanha, só na bacia do rio Douro, foram removidas 115 barreiras** nos últimos anos, entre as quais três grandes barragens. Por cá, também no Douro, estamos a construir novas. Depois admiramo-nos com a **falta de areia nas praias** e de que os temporais de inverno invadam as marginais deste país. Se **temos cada vez mais obstáculos à conectividade fluvial** e ao transporte de sedimentos não podemos esperar ter uma costa segura”.*

14-02-2017 Parecer sobre a Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA2020)

A Estratégia Nacional para a Educação Ambiental (ENEA 2020), definida pelo Ministério do Ambiente, em estreita cooperação com o Ministério da Educação, assume o compromisso de promover uma maior e melhor consciência ambiental da população, impulsionando a alteração e aquisição de novos comportamentos pró-ambiente e mostra-se em consulta pública até 14 de fevereiro.

Apreciação na generalidade:

Reconhece-se a pertinência e necessidade de dispormos de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental, contribuindo para o maior conhecimento do que se faz em Portugal neste domínio, que fomenta o reforço de parcerias institucionais e estimule a participação dos cidadãos e das suas organizações. Os documentos existentes caíram no esquecimento e ficaram desatualizados com o tempo, pelo que a premência de encetar este caminho era por demais evidente.

Reconhece-se a congruência do documento provisório apresentado para discussão pública no enquadramento temático, na definição dos princípios orientadores e no estabelecimento de objetivos. Adverte-se para a insuficiência do documento provisório apresentado para discussão pública, no que diz respeito à identificação de ações e à definição de metas e de processos de avaliação. Tratando-se de uma Estratégia, é fundamental que estas componentes do documento sejam desenvolvidas e aprofundadas. Faltam Ações, Metas e Medidas. Isso é reconhecido no próprio documento, em vários locais, como, por exemplo: “... Ações específicas de EA, em matéria de Litoral, e integradas com outros eixos temáticos da ENEA 2020 são, assim, fundamentais ...”; “... É por isso crucial que a ENEA 2020 inclua nas suas prioridades temáticas a utilização sustentável da água, bem como a gestão dos ecossistemas ribeirinhos ...”.

No âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade, a ONGA Geota em Portugal já trabalha, há cerca de 40 anos com toda a comunidade, em várias vertentes e explora os vários eixos temáticos que constam agora da Estratégia. Possui experiências adquiridas e propostas de medidas muito concretas. O Geota, inclusivamente, faz parte do órgão de gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e gere conjuntamente um Equipamento de Educação Ambiental, o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada que apresenta um Serviço Educativo para toda a comunidade. Coordena o projecto Coastwatch há 27 anos sendo o programa de educação ambiental sobre o litoral de maior duração, em Portugal.

Apreciação na especialidade

Estrutura-se a parte restante do presente parecer de acordo com a organização do documento a que se refere.

2. Estado de Arte,

2.1 - Enquadramento Histórico,

Consideramos fundamental haver partilha e divulgação regular de todas as boas práticas por todos os intervenientes.

Entendemos necessário implementar desde muito cedo na vida do cidadão, as atividades de educação ambiental para a sustentabilidade, sempre num processo contínuo ao longo de todo o percurso escolar e ao longo da vida, em regime formal, não formal e informal.

Consideramos imprescindível a realização de ações de educação ambiental para todas as pessoas inclusivamente os cidadãos séniores.

2.2 – Cooperação institucional,

Relativamente às redes de Ecotecas/Equipamentos de Educação Ambiental torna-se necessário implementar uma participação periódica da comunidade nestes mesmos locais o que não invalida que os mesmos não se desloquem para divulgarem temáticas ambientais e possam ter uma intervenção ativa nas escolas, nas empresas, nos locais de recreação, em locais comerciais,....;

Deverá ainda ser disponibilizada toda a informação necessária sobre os cursos superiores existentes nesta área (licenciaturas, pós-graduações, mestrados, doutoramentos, formações);

Consideramos fundamental a divulgação das competências e áreas de intervenção dos Serviços da Administração Pública Central, Regional e Local, junto de todos os cidadãos e.g. SEPNA da GNR.

Consideramos importante promover a divulgação dos programas de educação ambiental e sensibilização ambiental promovidos pelas ONGA.

4. Princípios

É importante melhorar alguns títulos, tornando-os mais sintéticos, equilibrados e claros, para que o leitor tenha mais facilidade em acompanhar o documento. Entre outras possibilidades, sugere-se como exemplo a mudanças para:

- Educar para a capacitação da sociedade face aos desafios ambientais
- Educar para uma Cidadania Interveniente;

5. Eixos Temáticos

5.1.1. Clima,

Retirar a expressão assinalada abaixo, uma vez que a EA deve contribuir, em grande medida para a prevenção do agravamento dos problemas ambientais decorrentes das mudanças climáticas, e é importante que os cidadãos tenham consciência que os seus atos permitem, realmente, fazer a mudança (se os impactos das alterações climáticas forem inevitáveis, não há motivação para agir): "... alteração de paradigma em que assenta a transição para esta economia competitiva, resiliente e de baixo carbono. Do mesmo modo, a adaptação aos, infelizmente inevitáveis, impactos da mudança do clima...";

Retirar a expressão assinalada, uma vez que a mudança de atitudes e de comportamentos que contribuam para a prevenção do agravamento do aquecimento global (preventivas) e a mudança de atitudes e de comportamentos que contribuam para a adaptação às consequências do aquecimento global já registado (reativo) devem constitui-se como prioridades de atuação nacional. Existem diversos, graves e significativos efeitos da mudança climática nas zonas rurais e litorais não urbanas, para as quais necessitamos estimular medidas de prevenção e de adaptação: "... deve constituir-se como uma prioridade de atuação ~~das cidades, vilas e localidades~~ do nosso país, pelo que, também nesta dimensão a EA é pedra fundamental para o sucesso das respostas que, como sociedade, levaremos a cabo...";

5.2. Tornar a economia circular,

Substituir a expressão assinalada abaixo por outros exemplos mais gerais, mais prevalentes e com impactos ambientais negativos mais significativos, como por exemplo reduzir a aquisição de materiais de usar-e-

deitar-fora e de embalagens supérfluas (ou outros exemplos): “... A desmaterialização de processos (p.e. ~~usar e-books ao invés de comprar livros~~, usar o telemóvel ao invés de imprimir o bilhete de avião, a partilha de manuais escolares ou de equipamentos) constitui-se como modo direto e indireto de desmaterialização...”;

5.3.4 - Natureza e Biodiversidade,

Reconhecemos a extrema necessidade de todas as pessoas, desde tenra idade estarem mais em contato com a Natureza, contato a manter ao longo da vida. É imperativo desenvolver atividades científico-pedagógicas, lúdicas, práticas, experimentais em períodos temporais regulares - semanais, quinzenais, mensais em espaços exteriores, mais em contato com a Natureza. Explorar o pátio da escola, incluir posteriormente uma zona natural (um bosque, um prado, um charco, um estuário, uma praia, um rio,...), incluir também zonas protegidas e Equipamentos para a Educação Ambiental/Ecotecas da região onde se insere a escola, a empresa, ...;

Torna-se prioritário divulgar a todas as pessoas a Biodiversidade e Geodiversidade do nosso país, inclusivamente os endemismos portugueses e ibéricos;

É urgente e imprescindível dotar as Áreas Protegidas de técnicos qualificados com competências específicas em EA e com os meios para a concretização de ações de sensibilização e de educação ambiental. Na maior parte das AP, apesar do esforço, dedicação e competência dos técnicos existentes, a carência de meios (humanos, físicos e financeiros) limita significativamente o papel das AP na promoção da EA, comprometendo os verdadeiros objetivos das AP. Na maior parte das AP as populações residentes não se identificam com os objetivos estabelecidos e distanciam-se das ações desenvolvidas, em grande medida porque não há uma estratégia de envolvimento das comunidades locais. Isso é resultado de uma enorme carência de ações de EA, ou de ações de EA promovidas de forma insipiente, por agentes com pouca ou nenhuma formação nesse domínio. Concordamos com o enunciado no texto e apelamos a que sejam especificadas as medidas e as metas para que o constrangimento identificado seja ultrapassado: “... Se é certo que Portugal está hoje dotado de vastas áreas do seu território – incluindo marinho – protegidas de diversas formas, não é menos verdade que as populações ainda não estão suficientemente sensibilizadas para a dupla vertente de proteção e valorização (incluindo económica) das nossas áreas protegidas e rica biodiversidade. É por isso prioritário inverter esta noção, através de um reforço sem precedentes do investimento na EA em matéria de natureza e biodiversidade ...”.

6. Recursos

6.1. Recursos Físicos

6.1.1 – Estabelecimentos de Ensino,

É urgente agilizar os processos de aprendizagem no exterior, em contato com a Natureza, atingindo as metas curriculares de cada ano de escolaridade em contexto não formal. É importante que os alunos compreendam o que aprendem e não se limitem a memorizar conteúdos e informação. A experiência directa é a base da aprendizagem da ciência. Os alunos necessitam de ter experiência directa sobre os temas que estão a estudar e em situações do mundo real, tendo em conta que a experiência directa é essencial para a compreensão de conceitos; as crianças constroem a compreensão do mundo com base nas suas experiências;

Divulgar as boas práticas que já estão implementadas no Sistema Educativo;

Todas as instituições de Ensino Superior devem realizar e divulgar boas práticas ambientais em todos os cursos. Podem e devem também assumir-se como promotores privilegiados para o desenvolvimento de ações de EAS para todos.

Todas as pessoas devem ter acesso à informação, aos recursos e à ações de educação ambiental;

Consideramos fundamental envolver os cidadãos séniores nas atividades de Educação Ambiental;

6.1.3 Parques Naturais / Zonas Protegidas,

É necessário reforçar os equipamentos de EA nas AP, dado que são escassos, pouco atrativos e pouco dinamizados. É fundamental que as AP reforcem o seu papel enquanto agentes privilegiados de contacto com o público em temas ambientais sensíveis, pelo que é relevante dotar as AP de meios (humanos, físicos e financeiros). Para isso é necessário aumentar o número de equipamentos existentes e torna-los mais modernos e didáticos. Assim, concordamos com o enunciado no texto e apelamos a que sejam especificadas as medidas e as metas para que o constrangimento identificado seja ultrapassado: “... Muitas destas áreas contam com a presença de equipamentos de educação ambiental. Independentemente de possuírem ou não condições físicas para o desenvolvimento de atividades em sala, importa salientar a enorme importância que estes representam ...”.

6.2. Recursos Humanos,

Torna-se fundamental criar mais postos de trabalho e dotá-los de elevadas competências que além das Ciências do Ambiente também incluam formação em Educação, Ciências Sociais e Comportamentais para o desenvolvimento de AES;

Os Recursos Humanos beneficiariam também se incluídos em equipas pluridisciplinares, com uma abordagem mais estratégica, apoiando redes e colaboração intersectorial e interinstitucional.

9. Recomendações Gerais,

Embora no contexto das cidades a recomendação sobre mobilidade sustentável tenha todo o interesse, considera-se que ela está subjacente a outras recomendações. Dado tratar-se de uma abordagem muito específica, a ficar no texto, deve ser complementada com outras abordagens correlacionadas e que estão no mesmo nível de especificidade. Na periferia das cidades e no espaço não urbano os problemas que se colocam em termos de opção de transportes têm formulações muito diferentes, que devem ser considerados, para que a aplicação das propostas possa ter uma abrangência nacional. Por exemplo, em zonas de baixa densidade populacional, o ordenamento do território que combata a construção dispersa é imprescindível, pois este obriga a movimentos pendulares em transporte individual ou à existência de carreiras de transporte coletivo com trajetos excêntricos e taxas de ocupação mínimas, mas que gastam em qualquer dos casos quantidades desproporcionais de combustível. Por outro lado, em zonas de baixa densidade, apelar a que as pessoas optem por transporte coletivo quando as redes de transportes coletivos são quase inexistentes, conduz o cidadão ao desânimo e à desconfiança em relação a outras medidas nas quais pode, e deve, colaborar. Assim, propõe-se que, a este nível se elimine este item: “... ~~Vencer o desafio da mobilidade urbana sustentável, quebrando a primazia do transporte individual e valorizando o transporte coletivo e os modos de mobilidade suave e promovendo a mobilidade elétrica;~~...”.

9. Recomendações – Administração Pública,

Retirar os jornalistas ou alargar os exemplos a profissionais de outras áreas (no limite, todas). Ou seja, deverá ser um centro de recursos centrado na função educativa (alunos, docentes e investigadores), ou centrado no apoio a outros profissionais que pretendam ampliar as suas competências em termos de EA ou recorrer ao centro de recursos quando necessitem de informações sobre algo em concreto. Neste caso, pode incluir-se os jornalistas, entre outros exemplos, mas optando por uma formulação centrada nas funções educativa, devem ficar omissos: “... Criar um centro de recursos ambiental que constitua uma ferramenta educativa para alunos, docentes, ~~jornalistas~~ e investigadores ...”.

9. Recomendações – Sistema educativo,

Torna-se imperioso valorizar a formação contínua de todos os professores nas temáticas de Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Muitos cursos do Ensino Superior formam profissionais que podem vir a ter influência direta ou indireta na gestão dos recursos naturais, quer como decisores. É também relevante, e nem sempre é feita, a valorização no currículo académico da participação em ações, projetos ou programas de EA. Assim, deve-se incluir o Ensino Superior no item: "... Valorizar a frequência/participação em ações, projetos ou programas de EA nos currículos dos estudantes de todas as áreas e níveis de ensino, certificando essas competências transversais no novo modelo de Certificado do 3.º Ciclo do Ensino Básico e no novo modelo de Certificado do Ensino Secundário ...".

9. Recomendações – Organizações da Sociedade Civil,

Não se vê a pertinência de privilegiar programas/projetos de EA desenvolvidos em colaboração entre diferentes ONG. Será relevante que sejam programas/projetos em parceria entre diferentes agentes, para terem maior abrangência, serem mais multiplicadores e mais pluridisciplinares. Mas restringir essa cooperação à parceria entre ONG, parece desnecessário referir: ~~"... Privilegiar os programas/projetos de EA partilhados e/ou desenvolvidos em colaboração entre diferentes ONG ..."~~.

9. Recomendações – Setor empresarial,

Um dos maiores obstáculos à realização de boas práticas é o facto de não terem repercussão na carreira nem no reconhecimento dos colaboradores no seu contexto de trabalho. A divulgação das boas práticas, como forma de reconhecimento público das entidades que as promovem é relevante, visto que é geradora de mais-valias competitivas, mas internamente, as boas práticas desenvolvidas por funcionários nem sempre têm a devida valorização, que os estimule a manter essas boas práticas, a implementar outras e a alargar a outros colaboradores. Assim, será de incluir no item, pelo menos: "... Divulgar e valorizar os promotores de boas práticas ambientais através dos meios de comunicação interna das empresas e associações de negócios e profissionais ...".

23-02-2017 Coligação C6 dá nota negativa a Ministro do Ambiente e organiza em 2017 grande campanha de defesa da Natureza em Portugal

A Coligação C6, coligação portuguesa de Organizações Não Governamentais de Ambiente formada pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal, divulga hoje a sua avaliação do que tem sido a política de conservação da natureza do Ministro do Ambiente e **dá nota claramente negativa à sua atuação**.

Estas Organizações Não Governamentais de Ambiente consideram como:

1. **Muito Negativa (- -)** - a gestão que o Ministro faz da política de conservação da natureza, assente em ideias preconcebidas e em clara discriminação negativa da opinião, experiência e ponderação das organizações de defesa da ambiente mais representativa da sociedade portuguesa.
2. **Negativas (-)** - as decisões tomadas: não suspendendo o Plano Nacional de Barragens e insistindo na ruína para a Natureza e na sua já demonstrada total ineficiência em termos de política energética; viabilizando contratos de exploração de hidrocarbonetos na Costa Alentejana; gerindo o Fundo Ambiental como gaveta orçamental complementar do Estado e não com o objetivo de investir nas medidas a que se destina; mantendo a gestão dos Fundos Comunitários destinados à conservação da natureza com regras que discriminam, de facto, as organizações sem fins lucrativos, apesar das propostas que lhe foram feitas pela C6; anunciando modelos de gestão para as Áreas Protegidas que fragilizam de forma irreversível a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a Autoridade de Conservação da Natureza, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, sem que se conheça a existência de uma avaliação criteriosa do assunto e argumentos objetivos e sem ouvir, sobre tão importante questão, as organizações de defesa do ambiente; não intervindo no sentido de suspender a caça à rola-brava, apesar da forte ameaça de risco de desaparecimento em Portugal da espécie e dos avisos feitos nesse sentido; aprovando uma nova lei para o lobo-ibérico que, claramente, é um retrocesso na conservação e proteção da espécie e que nem sequer tem em conta as orientações vertidas do Plano de Ação para esta espécie; reagindo tardiamente às intenções governamentais espanholas de ampliar a atividade nuclear em Almaraz, com constantes hesitações e posições pouco firmes, de que é exemplo a recente retirada da queixa à Comissão Europeia
3. exemplo a recente retirada da queixa à Comissão Europeia

4. **Moderadamente positivas (+ -)** - e a adoção de uma taxa que penalize a utilização das munições de chumbo na caça, que apesar de insuficiente é um primeiro sinal para a proibição do uso deste tipo de munições
5. **Positivas (+)** - a apresentação e discussão de uma Estratégia Nacional para a Educação Ambiental; o fim dos contratos de prospeção e exploração de petróleo no Algarve, que ameaçavam um dos ecossistemas costeiros mais ricos de Portugal, e a não aprovação do Parque Eólico da Torre de Moncorvo, suscetível de causar mortalidade de aves planadoras.

Para além destas notas, a C6 exprime ainda um **claro sinal de apreensão (?)** para com as declarações políticas do Governo feitas sobre o projeto de uso, pela aviação civil, da Base Aérea n.º 6 (Montijo), local de impacto significativo sobre as aves e a natureza, ao sugerir que o aeroporto se construirá no Montijo, independentemente do que a Avaliação de Impacte Ambiental identificar.

Porque a preocupação com esta orientação do Ministério do Ambiente para a política de conservação da natureza é crescente, a C6, tal como foi anunciado, irá desenvolver em 2017 um conjunto de iniciativas com objetivos claros de informar e promover a mobilização dos cidadãos e exigir fundamentação aos decisores (para que optem por medidas que protejam todos os pilares da sustentabilidade (Sociedade, Economia e Ambiente), sem esquecer este último), lançando assim **uma ampla campanha de defesa da natureza em Portugal**.

Notas para os Editores

A C6 foi criada em 2015 com o objetivo de atuar a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da natureza e da biodiversidade em Portugal.

Para este ano de 2017 a C6 tem uma Agenda comum de intervenção focada nos seguintes pontos:

4. A organização e desenvolvimento de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública **em defesa da natureza em Portugal**, com um momento de denúncia do que vai mal na em Junho de 2017 e um momento dinâmico e mobilizador em defesa da natureza em Portugal em Novembro de 2017;
5. O financiamento da conservação da natureza e da biodiversidade e a apresentação de propostas neste domínio;
6. A importância da Rede Natura 2000 e apresentação de propostas para uma política efetiva de proteção e valorização da Rede Natura 2000 em Portugal.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença, para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o ambiente em Portugal.

13.03.2017 Contributo do GEOTA para o Grupo de Trabalho para identificar e planear a remoção de infraestruturas hidráulicas obsoletas

O GEOTA considera positivos os avanços no sentido da identificação de barreiras transversais e a sistematização de informação, com destaque para o enquadramento legal. Contudo, considera que não é claro o âmbito de avaliação destas infraestruturas (i.e. tipologia, dimensão, etc.). Adicionalmente, lamenta que a proposta de estratégia de avaliação não tenha em conta todos os potenciais impactes – focando-se apenas na vegetação ribeirinha e na composição da comunidade piscícola –, nem nas funções socioeconómicas desempenhadas. Estas lacunas deverão ser colmatadas pela definição e implementação de uma análise multicritério, implicando a atribuição de fatores de ponderação, conforme sugerido pelo GEOTA e outros representantes deste Grupo de Trabalho (GT).

Nota-se ainda as lacunas na inventariação de barreiras nalgumas bacias hidrográficas, sobretudo Minho, Lima, Cávado, Ave, Leça, Douro, Vouga, Mondego e Ribeiras do Algarve. A ausência de informação para bacias

desta dimensão inviabiliza a correta definição e implementação de qualquer estratégia. O mesmo se pode dizer relativamente à falta de integração das pressões identificadas sobre as massas de água nesta estratégia, nomeadamente para as massas de água com estado inferior a Bom (cf. Quadro 5., pág. 21), o que evidencia a ausência de enquadramento desta estratégia com os objetivos da DQA.

Assim, o GEOTA considera que este documento não dá resposta aos objetivos deste GT definidas no Despacho Ministerial n.º 15/MAMB/2016, já que a identificação de barreiras não se encontra completa (alínea i)) e que o documento ainda não engloba conclusões ou uma proposta de ação (alínea ii)).

Por fim, remetemos abaixo um conjunto de propostas de melhoria ao nível da estratégia proposta (I), da melhoria do relatório (II) e sugestões a considerar (III). Quando aplicável, encontra-se a referência do capítulo do relatório onde a proposta poderá ser incluída, ou com a qual está relacionada ou é justificada. I

Contributos para a definição da estratégia

a Âmbito de aplicação

O GEOTA considera muito importante que sejam consubstanciados os critérios de seleção e âmbito de aplicação.

b Metodologia de inventariação

As diferentes ARHs parecem ter recorrido a diferentes metodologias de inventariação, pelo que se considera importante definir no que esta consiste.

c Propriedade

No Relatório, deverá ser clara qual a decisão a tomar quando o Proprietário não for identificado e haja necessidade de se proceder à remoção.

d Definição de todos os impactos ambientais Capítulo 2.2.1

Considera-se que a análise dos principais impactos decorrentes da implementação de barragens e açudes está muito incompleta, pelo que deverão ser acrescentados os seguintes:

- ☐ Erosão: efeito “hungry river” a jusante de paredões & erosão costeira. Neste âmbito, deverão ser tidos em conta os resultados do Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral (apresentado em dezembro de 2014 no CNA), sempre que aplicável;
- ☐ Degradação da qualidade da água, com destaque para fenómenos de eutrofização identificados nos PGRH – 2.º Ciclo;
- ☐ Quebra do *continuum naturale* (longitudinal e transversalmente);
- ☐ Emissões de metano, sobretudo em grandes albufeiras.

e Definição de uma análise multicritério

A análise deve ter em conta, para além do definido em **d** e de outros aspetos referidos no relatório:

- ☐ Contribuição para o desenvolvimento local e nacional (i.e. turismo), nos últimos 10

20-03-2017 Parecer sobre os estudos de impacto ambiental da “Ampliação da Pedreira Casal Farto nº 3” e da “Ampliação da Pedreira de Calcário Ornamental Chapadas” (Ourém) no âmbito do processo de consulta pública

1. Legalidade

A ampliação proposta das pedreiras de Casal Farto nº3 e da Chapada é um projecto fictício, dado que a área em causa já se encontra intervencionada, com destruição da quase totalidade do coberto vegetal bem como da remoção do solo. No caso da pedreira de Casal Farto nº 3, a intervenção inclui a destruição da maioria duma área de Azinhal e Carvalhal, espécies protegidas. De salientar que a existência de Azinhal e Carvalhal, se bem que constante no Relatório Síntese, é omitida no Resumo Não Técnico.

Esta lógica de legitimação do facto consumado é inaceitável.

A indústria extractiva apresenta na área do Maciço Calcário Estremenho um longo histórico

de violações à lei, desde a não recuperação das áreas intervencionadas, à deposição de inertes fora das áreas autorizadas, e a exploração de áreas superiores às autorizadas. Desde a elaboração do EIA foi praticamente destruída uma mancha de 1,6 ha de Azinhal + Carvalhal + Pinhal + Matos (habitats 9340 + 9240 + 5330) bem como cerca de 1,8 há de Matos + Prados + Afloramentos rochosos (habitat 5330) (cf. Relatório síntese do EIA Casal Farto 3, p. III.66 e 67)

2. Relevância estratégica

O EIA refere que “A facilidade de exploração da maioria dos calcários portugueses, o tamanho dos blocos disponíveis e a sua grande homogeneidade textural e cromática, têm permitido a oferta de boas qualidades a preços favoráveis, pelo que estas rochas têm vindo a ser muito reclamadas pelos mercados internacionais” (cf. Relatórios síntese do EIA, p. II.1). A indústria nacional de rochas ornamentais é tradicionalmente exportadora, sendo a produção nacional bastante apreciada internacionalmente. (...) Os principais países de destino continuam a ser a China, a França, a Arábia Saudita, a Espanha e o Reino Unido (cf. Relatório síntese do EIA Casal Farto 3, p. III. 98 e Chapada p. III.107).

A FILSTONE centra a sua actividade na exploração e comercialização de blocos de calcário ornamental, exportação para diversas partes do mundo, das quais se destacam a China. (cf. Relatório síntese do EIA Casal Farto 3, p. IV. 1)

Em 2006 inicia-se a parceria da FILSTONE com a Kingstar resultando desta parceria a introdução de nove novos produtos de pedra ornamental, de diversas pedreiras de calcário português, no mercado chinês. Desta parceria resulta em 2012 a decisão de construção da fábrica da Kingstar em Dafeng (Xangai). (cf. Relatório síntese do EIA Casal Farto 3, p. III. 112 e 113)

Durante vários anos a Mármore Garcogel privilegiou o mercado nacional como centro do seu negócio. Todavia nos últimos cinco anos a Mármore Garcogel deu início ao processo de internacionalização, sendo as exportações realizadas essencialmente para a China, França. (cf. Relatório síntese do EIA Chapada p. III.123)

A correcta e racional exploração dum recurso não renovável, como é o caso das rochas ornamentais, deve passar por uma política integrada que favoreça a venda de produtos transformados com elevada mais valia associada, contrariamente à situação actual das rochas ornamentais que apresentam uma exportação maioritariamente em bruto, com baixas mais valias, o que lesa os interesses nacionais. A corrente exploração irracional deste recurso não renovável manifesta-se na exportação da matéria-prima, arcando com os impactos negativos inerentes à sua exploração, e procedendo à delapidação deste recurso não renovável, para posteriormente importarmos os produtos processados feitos com a rocha portuguesa.

O licenciamento de novas pedreiras, bem como de ampliação das existentes, deve ser feito com base numa política e métodos de planeamento que evitem a destruição sistemática da paisagem, e que promovam a maximização das mais valias associadas ao comércio de rochas ornamentais. Apesar de algumas iniciativas louváveis que promovem a qualidade da pedra portuguesa como a certificação stone.pt, estas incidem principalmente sobre a qualidade da matéria prima e como tal pouco têm contribuído para a exportação de produtos transformados com mais valia.

A verdade é que Portugal está a vender rocha ornamental supostamente com valor de raridade, com um valor acrescentado próximo de zero. Para além da destruição sistemática de uma paisagem única e protegida, estamos perante uma exploração de recursos predatória, com baixo valor acrescentado e com uma péssima relação custo/benefício para o País.

Acresce que não temos, com este EIA ou qualquer ferramenta de planeamento disponível, uma percepção minimamente rigorosa sobre os impactos cumulativos da exploração de

pedreiras na região. A percepção empírica é que a área destruída é crescente, ao ponto de já estar a alterar substancialmente a paisagem; não há qualquer informação sobre outros efeitos.

Já solicitámos por diversas vezes às autoridades responsáveis — ICNF e DGEG — informação que nos permita compreender o alcance pelo menos geográfico nas explorações existentes e previstas, para ter uma noção mínima dos seus impactes cumulativos. A DGEG não deu qualquer resposta e o ICNF forneceu apenas informação de baixa qualidade, muito aquém do solicitado.

A exploração proposta pelas firmas em questão correspondem a uma extracção de 97,5 kt de calcário por ano (60 kt da Filstone e 37,5 kt da Mármore Garcogel), duplicando a extracção do total do concelho de Ourém comparativamente ao ano de 2011, entretanto já incrementada em 30% em 2013. A evolução da taxa de extracção que se tem registado na região ao longo das ultimas décadas, com aumento acentuado recente, não é compatível com a preservação deste recurso para as gerações vindouras.

3. Erros e omissões do EIA

Foi usada informação geográfica desactualizada, cujo uso é desaconselhado pelo ICNF. Não foi consultado o ICNF. “consultou-se ainda o Manual de apoio à análise de projectos relativos à instalação de linhas aéreas de distribuição e transporte de energia eléctrica e à informação geográfica associada (cf. Relatório síntese do EIA Chapada p. III:85, Casal Farto 3, P. III.75)

O descritor fauna não tem autoria em nenhum dos relatórios.

Como vão armazenar o solo em pargas para efectuar a recuperação se quase toda a área já está sem solo?

Recuperação: plantação de rosmaninho, alecrim e oliveira. Muito pobre como medida de recuperação (aditamento aos EIA de ambas as pedreiras).

Conclusão

Esta proposta de ampliação corresponde à consagração de um facto quase consumado, que multiplica a área de exploração previamente autorizada por cinco, após uma situação recorrente e prolongada de ilegalidade.

É inaceitável que seja sancionada esta lógica de facto consumado, para mais sem qualquer estratégia visível, garantias de recuperação ambiental, ou geração de mais valias significativas.

Estas empresas de exploração de pedra, como outras na região, comportam-se como se fossem a única actividade relevante, fazendo tábua rasa das populações residentes, da paisagem e dos ecossistemas, e com pretensões de áreas a explorar muito superiores ao que o equilíbrio do negócio poderia requerer.

26-03-2017 Parecer para a consulta do público do documento “Referencial de Educação para o Desenvolvimento – Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário”

A proposta de Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário encontra-se em consulta pública até 26 de abril.

O Referencial de Educação para o Desenvolvimento, nos termos do exposto pelos proponentes constitui-se como documento orientador que visa enquadrar a intervenção pedagógica da Educação para o Desenvolvimento, como dimensão da educação para a cidadania, e promover a sua implementação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Poderá também constituir-se como instrumento de trabalho para outras entidades e agentes educativos com interesse em atuar na área da Educação para

o Desenvolvimento, nomeadamente através da produção de recursos e materiais pedagógicos-didáticos e da formação inicial e contínua de docentes.

A proposta foi elaborada em parceria pelo Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação (DGE), pela Fundação Gonçalo da Silveira, pelo CIDAC e pelo Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.

O GEOTA considera que esta é uma iniciativa com relevância pelo que merecia um período mais extenso de consulta do público e uma maior divulgação e envolvimento em particular por organismos representativos da Administração e da sociedade civil do sector ambiente e desenvolvimento sustentável como o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CNADS), a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente/ONGA e outros. Com efeito, consideramos que as ONGA deveriam ter sido envolvidas com ao mesmo nível que as ONGD.

Reconhecemos a convergência deste documento com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2015) (ENED) (publicada através do Despacho n.º 25931/2009, de 11 de setembro), particularmente no que diz respeito à “consolidação da ED no sector da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação”.

O GEOTA entende que pouca ou nenhuma diferença deverá ser feita em termos conceituais e de princípios no que é a Educação para o Desenvolvimento com a Educação para o Desenvolvimento Sustentável. A educação deverá também perspetivar a promoção do exercício da cidadania ambiental, social e económica baseada nos princípios da solidariedade e da responsabilidade partilhada. Consideramos que é importante estimular as práticas de cidadania desde os primeiros anos de escolaridade. Porque só os cidadãos conscientes e atuantes podem fazer mudar o mundo.

Consideramos que é imprescindível a promoção do papel da educação não formal no seio das famílias no quadro de referenciais de educação para o desenvolvimento, porque a formação da personalidade e dos cidadãos começa nos primeiros anos de vida.

Ao GEOTA interessa, para já, realçar que mais do que a elaboração de estratégias e referenciais é a sua aplicação de forma continuada e consistente que realmente poderá fazer alguma diferença transformadora nas perceções e valores sociais e ambientais, sendo para isso exigida a disponibilização de meios e políticas de educação estáveis o que não se tem verificado nestas últimas décadas.

Apontamos, a seguir algumas propostas de alteração ao documento.

Página 5

II – introdução

3º parágrafo

A necessidade de integrar os esforços de Educação para o desenvolvimento no domínio da Educação formal, (adicionar) não formal e informal;

Página 10:

Adicionar mais um item:

7. Ambiente ou Sustentabilidade ou Natureza;

Educação pré-escolar

Página 20:

adicionar:

- Visitar pelo menos 2 áreas naturais locais, localizadas próximas da instituição ou mais afastadas (prados, bosques, dunas, zonas húmidas, lagunas costeiras, lagoas, charcos temporários, estuários, afloramentos,...) em diferentes momentos do ano onde possam desenvolver um conjunto de atividades que vão ao encontro das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar que poderão ser ações ambientais mas também atividades de expressão plástica, desportiva, atividades lúdica, ...;
- Participar num projeto de Educação Ambiental local e/ou nacional promovido por ONGAS ou entidades públicas;

1º ciclo do Ensino Básico

Página 22:

Em Compreender o desenvolvimento na (...)

Adicionar:

6. Conhecer, proteger e preservar os Ecossistemas Naturais. De forma a atingir estes objetivos e as metas curriculares propostas para este nível de ensino, privilegiando sempre a transdisciplinaridade, sugere-se a realização de pelo menos 2 saídas de campo a áreas naturais (bosques, dunas, zona húmida, lagunas costeiras, lagoas, charcos,...) de forma a conhecer Ecossistemas Naturais e perceber a sua dinâmica e a necessidade de os preservar. Participar em Projetos de Educação Ambiental locais ou nacionais promovidos por ONGAS ou por entidades municipais/estatais que passam pela Conservação da Natureza; Consumo Sustentável; Mobilidade; Monitorização Costeira, de Rios e de águas de transição; Resíduos; Estilos de Vida Saudáveis,...

Página 27

Participação e corresponsabilidade

(adicionar)

5. Cooperar e/ou Implementar Projetos de Educação Ambiental promovidos por ONGAS ou entidades públicas;

2º ciclo do ensino básico

Página 31:

Visões de futuro, alternativas e transformação social

(adicionar)

8. Promover boas práticas ambientais.

Página 32

Interdependências e relação dialética entre o global e o local

(adicionar)

7. Contribuir para projetos multidisciplinares de caráter ambiental.

Página 37

Tema 5

Cidadania Global

A comunidade planetária

(adicionar)

11. Conhecer *in situ* vários ecossistemas naturais localizados próximo ou mais afastados do espaço letivo;

12. Desenvolver atividades multidisciplinares de caráter ambiental *in situ*

3º ciclo

Página 51:

Tema 5

Cidadania Global

A comunidade planetária
(adicionar)

Transferir conteúdos curriculares da sala de aula para espaços exteriores que constituam laboratórios ao ar livre passíveis de ser explorados transdisciplinarmente.

Ensino Secundário

Página 67:

Tema 5

Cidadania Global

A comunidade planetária
(adicionar)

Transferir conteúdos curriculares da sala de aula para espaços exteriores que constituam laboratórios ao ar livre passíveis de ser explorados transdisciplinarmente.

31-03-2017 Coligação C6 - Carta aberta ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira sobre o projeto de introdução de coelhos na ilha do Porto Santo

A Coligação C6, coligação portuguesa de Organizações Não Governamentais de Ambiente formada pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal, solicita esclarecimentos e fundamentação ao Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza da Região Autónoma da Madeira, sobre o projeto de **introdução de coelhos na ilha do Porto Santo**.

Estas Organizações consideram que:

6. A Ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira apresenta sinais de degradação ambiental devida à sobre-exploração histórica dos seus ecossistemas.
7. Nunca tendo sido completamente erradicados, uma sobrepopulação de coelhos persistiu na ilha até ao final do século XX, contribuindo fortemente para o declínio constante dos ecossistemas naturais e seminaturais do Porto Santo.
8. Por outro lado, a importância do Porto Santo para a conservação da biodiversidade é elevada, pois alberga cerca de 1500 espécies, de entre as quais 250 são endémicas; relativamente aos habitats naturais, a Lista Vermelha dos Habitats da Europa, recentemente publicada pela Comissão Europeia, refere que o habitat EUNIS F8.2. 'Matagal xerofítico madeirense', cuja proporção dominante se acha no Porto Santo, possui o estatuto de 'ameaçado'. [1], [2]
9. No início do século XXI, os habitats tinham começado a recuperar devido ao alívio da pressão de consumo de alimento por parte dos coelhos sobre os ecossistemas, à incidência da mixomatose e da chamada «virose hemorrágica»; a este contexto acresceram ações conscientes de tentativa de erradicação das populações de coelhos por parte do Governo Regional em funções na altura (tal como a erradicação das cabras das Ilhas Desertas), através de projetos LIFE financiados pela UE. [3].[4]

Para além destas notas, a C6 exprime ainda um **claro sinal de apreensão** com o anúncio da intenção do Governo Regional, em promover novamente a população de coelhos na ilha do Porto Santo, através do recém-criado Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN) com o argumento da procura de coelhos para satisfazer necessidades sociais associadas à atividade cinegética.

Tal medida, sem um estudo profundo do seu impacto, irá contra todo o esforço de combate à erosão do solo e degradação dos ecossistemas desenvolvido até agora.

Considerando que a caça é uma atividade socialmente relevante que resulta melhor em equilíbrio com a saúde dos ecossistemas, pede a C6 às autoridades regionais que promovam um estudo que avalie os prós (benefícios sociais e ambientais) e contras (perda de solo e biodiversidade, degradação da paisagem e outros) nestes ecossistemas insulares, apontando soluções equilibradas que enfrentem os grandes riscos ecológicos desta decisão.

A gestão da caça em áreas insulares deverá basear-se em pressupostos distintos e seguir regras diferentes das seguidas no continente, dadas as fragilidades dos ecossistemas insulares.

Poderá tratar-se de uma oportunidade única de recuperação dos ecossistemas - habitats, espécies e erosão do solo – em equilíbrio com uma gestão cinegética equilibrada e socialmente importante. Será um erro desperdiçar uma oportunidade histórica de aplicar uma gestão ecológica ativa.

Notas

[1] https://www.ipetitions.com/petition/rabbits-in-porto-santo/?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=post-sign-pop-up

[2] - <http://www.lifeportosanto.com/>

[3] - <http://www.lifeportosanto.com/images/stories/Documentos/relatoriotecgrbotanica2012.pdf>
(ver tabela 3), página 11-12

[4] - <http://www.lifeportosanto.com/project-contents/threats.html#1>

A C6 foi criada em 2015 com o objetivo de atuar a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da Natureza e da Biodiversidade em Portugal.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

31-03-2017 O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - tem uma posição crítica baseada em preocupações de índole ambiental, social, económica e democrática relativamente à ratificação pela Assembleia da República do CETA - Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e o Canadá, .

O que consideramos importante a ter em conta na avaliação deste acordo é o seguinte:

A defesa do Interesse Público

No CETA não existe uma adequada ponderação entre os interesses privados e o interesse público. Qualquer acordo deve defender acima de tudo o interesse público, que é superior aos interesses privados das empresas, e o nosso futuro comum. O CETA faz uma ampla protecção das empresas e dos investidores, mas não há qualquer referência nestes tratados às medidas de proteções climáticas e fiscais que permitam combater o "dumping" fiscal e climático (que se traduz, na prática, em concorrência desleal dos países e empresas que os permitem ou praticam).

A defesa de um Sistema Económico Sustentável

O objectivo prioritário destes grandes acordos é a liberalização total do comércio, que se baseia na deslocalização do consumo e da produção, com um sistema cada vez mais baseado no consumo de combustíveis fósseis e na mercantilização dos recursos naturais (os quais são bens comuns das comunidades e da humanidade). É inegável que a liberalização total do consumo e da produção é insustentável a médio e longo prazo e está a contribuir para as alterações climáticas - que todos os países se comprometeram a combater e tal deveria ter levado a uma séria ponderação destes aspectos nas negociações.

Lamentavelmente, isso não aconteceu.

Defesa da Regulamentação Europeia mais favorável às pessoas e ambiente

As regulamentações existem para proteger as pessoas e não devem ser usadas

apenas para beneficiar o comércio. A Europa tem, a nível mundial, das regulamentações mais eficazes na protecção do ambiente e do consumidor e, por isso, qualquer acordo internacional corre o risco de ir no sentido de diminuir essa protecção. Não podemos baixar os padrões europeus de qualidade e de defesa do consumidor que foram conquistados nas últimas décadas. Uma pequena melhoria no comércio não justifica que se prejudique a defesa do ambiente e do consumidor. Na mesma linha de argumentação, deve ser prioritária a defesa da saúde pública. As conquistas sociais da Europa são fundamentais para o bem-estar social e não podem ser postos em causa. Não podemos permitir a desregulamentação total do mercado como se pretende com o CETA porque isso se reflectirá em menor protecção social.

Protecção das pequenas e médias empresas

O crescimento económico previsto é mínimo, com efeitos marginais no PIB entre 0,03 e 0,08% para o conjunto da UE, mas em contrapartida o CETA tem efeitos perversos a nível do emprego e da protecção das pequenas e médias empresas.

Estes grandes tratados internacionais defendem sobretudo os interesses das grandes multinacionais, sempre à conta dos pequenos e médios produtores e vai ser um grande golpe no sector agrícola nacional. A agricultura nacional baseada em pequenos e médios agricultores vai ser muito prejudicada por estes grandes Acordos.

É salutar uma economia que permita a convivência entre as grandes, as médias e as pequenas empresas, assim como é salutar a diversidade de produtos, de formas de produção e de sementes. O objectivo das relações económicas não pode ser apenas o preço reduzido, tem de ser ter também em conta os aspectos da protecção do ambiente e da biodiversidade, da protecção dos trabalhadores e do consumidor, que se manifesta também no acesso a uma variedade de produtos e não pode aceitar uma redução da variedade da oferta.

Perigo da protecção dos investidores

Um dos maiores problemas deste Acordo é o direito que dá às empresas de processar os Estados em tribunais arbitrais especiais. O que vai condicionar os Estados na aplicação das políticas públicas, pelo risco de serem processados no futuro pelas grandes empresas, em defesa dos seus lucros expectáveis, se sentirem os seus interesses ameaçados. Não podemos permitir que se estabeleça esta chantagem sobre as democracias, criando um sistema judicial acima das garantias jurídicas e democráticas dos Estados, desistindo de defender os interesses dos cidadãos em nome do princípio geral do livre comércio. Não concordamos que se estabeleçam privilégios, substantivos e processuais, para os investidores estrangeiros, relativamente a todos os outros actores sociais.

Negociação pouco democrática e com pouca reflexão política

Parece-nos também de criticar a formar pouco democrática como este acordo foi negociado, em grande secretismo, sem informação do público e discussão pública.

31-03-2018 COMUNICADO DE IMPRENSA - Câmara de Amarante pode retirar barragem de Fridão do PDM

A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Amarante está em curso e o município tem poder para impedir a concretização do empreendimento hidroelétrico (suspensão pelo Governo até 2019). Durante o período de discussão pública, o GEOTA submeteu um parecer identificando falhas e recomendando alterações essenciais à proposta de PDM

Terminou esta semana o período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Amarante. Da análise que o GEOTA fez à proposta agora em análise foram encontradas:

- a) incompatibilidades com programas e planos territoriais;
- b) não cumprimentos de leis e regulamentos obrigatórios;
- c) propostas contrárias aos objetivos estabelecidos para a revisão do PDM.

O GEOTA centra o seu parecer em dois aspetos fundamentais:

1 | Barragem de Fridão

É paradoxal e tecnicamente incorreto assumir o Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão (AHF) como um dado adquirido, sendo que a obra se encontra suspensa pelo Governo, até 2019.

Avançar com a construção do AHF é diretamente contrário aos objetivos identificados na revisão do PDM de Amarante, como a valorização das características naturais, ambientais e paisagísticas do concelho ou a proteção do património arquitetónico e arqueológico, valores e recursos culturais associados à intenção de desenvolvimento da atividade económica do turismo; para além de contribuir para acelerar da tendência preocupante de declínio demográfico.

A proposta de PDM colocada a consulta ignora esta contradição fundamental: a barragem de Fridão não é um dado adquirido, e a concretizar-se será inevitavelmente lesiva para o desenvolvimento futuro do Concelho de Amarante, quer pela destruição dos valores naturais e patrimoniais, quer pelos riscos e restrições que irá impor à vida da cidade de Amarante.

A proposta de PDM deve ser reestruturada com base em dois cenários possíveis - um plano A (proibindo de facto a barragem) e um plano B (com barragem e todas as condicionantes que ela implica) - para permitir uma escolha por parte dos cidadãos e da Assembleia Municipal, que é o órgão competente para proceder a uma avaliação do mérito do PDM.

É possível um PDM propor uma correção a um Programa Sectorial (como é o caso do Programa Nacional de Barragens), nos termos previstos pelos artigos 90 e 91 do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, pelo que a barragem pode ser travada pelo Município de Amarante, se houver vontade para isso. De resto, a barragem não está licenciada e a posição do Município é essencial no processo de decisão.

O GEOTA lançou online a campanha "[Barragem de Fridão fora do PDM de Amarante](#)", no âmbito do projeto Rios Livres, apelando à participação dos cidadãos e cidadãs durante o período de discussão pública. Dezenas de formulários foram preenchidos, reafirmando a vontade de populares e amantes dos rios em parar a destruição do rio Tâmega.

2 | Gestão e Uso do Solo

É incorreta a intenção indicada na proposta de PDM de aumentar tanto a área de solo urbano como da globalidade dos solos urbanizáveis em 29% (931ha) e 96% (2049ha), respetivamente, em relação ao PDM em vigor. O significativo aumento do solo urbano/urbanizado previsto na proposta de revisão, contraria as orientações tanto da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio e do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.

29-04-2017 Comunicado de Imprensa - 29 de Abril Marcha pelo Clima tem lugar em 25 países

A Marcha Mundial do Clima acontecerá no próximo dia 29 de Abril em mais de 25 países, tendo como pano de fundo as políticas do novo presidente dos EUA que impedem a defesa do clima e dos efeitos para a humanidade de um aumento catastrófico da temperatura e dos fenómenos climáticos extremos.

Em Portugal, a Marcha pelo Clima terá também como reivindicação a travagem do furo de prospeção de petróleo e gás em Aljezur e o fim dos contratos para exploração de hidrocarbonetos em Portugal. **Dezenas de associações da sociedade civil e políticas juntam-se na subscrição de um Manifesto comum e na organização desta Marcha em Portugal que vai ter lugar dia 29 de Abril, às 15h, em Lisboa, Porto e Aljezur.**

Porquê uma Marcha pelo Clima?

O aquecimento global antropogénico está a ser provocado pelas elevadas emissões de gases com efeito de estufa, cuja fonte principal são os processos de combustão de hidrocarbonetos, associados à produção e consumo de energia. A magnitude das emissões de gases com efeito de estufa já ultrapassou a capacidade natural do planeta para remover esses gases da atmosfera. O consenso quanto à existência das alterações climáticas e ao gigantesco perigo que representam para os ecossistemas e para a Humanidade, em particular para as camadas mais desprotegidas da população, tarda em produzir respostas políticas concretas numa economia viciada em emissões e poluição desregulada.

Para combater as alterações climáticas é preciso levar a cabo uma mudança que tenha como objetivo a transição justa para as energias renováveis, diminuindo progressivamente o uso de combustíveis sujos e perigosos como o petróleo, o gás natural, e o carvão, ao mesmo tempo que se recusam soluções insustentáveis como a energia nuclear e as grandes barragens.

A Marcha em Portugal

Em Portugal, uma das prioridades desta transição energética tem de ser o anulamento imediato de todas as concessões de prospeção e exploração de gás e de petróleo ao longo da costa portuguesa, do Algarve à Beira Litoral, do Oeste à Costa Alentejana. Não é possível uma política climática coerente que possa coexistir com estes contratos de petróleo e gás natural.

Enquanto cidadãos e coletivos queremos um país e um planeta em marcha para um novo paradigma energético, que respeite os direitos humanos, que ponha as pessoas e a natureza acima dos interesses da indústria petrolífera. Queremos uma outra economia, livre de conceitos e práticas que nos arrastam para a catástrofe.

Dia 29 de Abril, dezenas de associações e coletivos juntam-se à People's Climate March internacional, e apelando à participação de todos os cidadãos em Aljezur, Porto e Lisboa, para exigir uma resposta séria às alterações climáticas e a recusa da exploração de hidrocarbonetos em Portugal.

Marcha de Lisboa: <https://www.facebook.com/events/1268077373299570>

Marcha de Porto: <https://www.facebook.com/events/624625797725320>

Marcha de Aljezur: <https://www.facebook.com/events/433067670380715>

CONTACTOS:

João Camargo (Marcha Nacional e Lisboa) – 963367363

As organizações signatárias:

Academia Cidadã - academiacidada.org

ALA - Alentejo Litoral pelo Ambiente - www.facebook.com/ALA-Alentejo-Litoral-pelo-Ambiente-1466286710066310/

Amnistia Internacional Portugal - www.amnistia.pt
ASMAA – Associação de Surf e Atividades Marítimas do Algarve - www.asmaa-algarve.org
Bloco de Esquerda - www.bloco.org
Campo Aberto - Associação de Defesa do Ambiente - www.campoaberto.pt
Cidadãos pela Pressão Climática - www.facebook.com/groups/819416661511762
Climáximo - climaximo.wordpress.com
Coletivo Clima - www.facebook.com/Coletivo-Clima-492643044230366
Coopérnico – Cooperativa de Energias Renováveis – www.coopernico.org
Futuro Limpo - yesweb.pt/futurolimpo
GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental - gaia.org.pt
GEOTA – Grupo de Ordenamento do Território e Ambiente – www.geota.pt
Hidrosfera Portugal - www.facebook.com/hidrosfera.portugal
LIVRE - livrept.net
MAS - Movimento Alternativa Socialista – www.mas.org.pt
MIA – Movimento Ibérico Anti-nuclear - <https://movimientoibericoantinuclear.com>
Partido Ecologista "Os Verdes" - www.osverdes.pt
PAN – Pessoas, Animais, Natureza - www.pan.com.pt
Peniche Livre de Petróleo - <https://penichelivredepetroleo.wordpress.com>
Plataforma Não ao Tratado Transatlântico - <https://www.nao-ao-ttip.pt>
Porto Sem OGM - www.facebook.com/portosemogm
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza – www.quercus.pt
Sciaena – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação - www.sciaena.org
SPN - Sindicato dos Professores do Norte - www.spn.pt
Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável - www.zero.org

27-04-2017 COMUNICADO DE IMPRENSA – Acção de Educação Ambiental

No passado dia 27 de Abril o **GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente**, com o apoio da **Câmara Municipal de Monchique**, desenvolveu uma acção de educação ambiental enquadrada no **Projecto Coastwatch** com os alunos do 3º e 4º ano do **Agrupamento de Escolas de Monchique**, na Praia de Odeceixe. No total estiveram envolvidos 86 alunos.

O Projecto Coastwatch é um projecto europeu de educação ambiental e ciência cidadã. Em Portugal este projecto é coordenado há 27 anos pelo GEOTA, no qual qualquer pessoa pode participar, individualmente ou em grupo na monitorização ambiental do litoral português, caracterizando a biodiversidade, zonação costeira, poluição e as pressões antrópicas de uma faixa costeira de 500m, durante a maré baixa. O objectivo é recolher informações para melhorar o conhecimento ambiental e intervir junto dos principais decisores.

Esta acção está também enquadrada no Plano de Acção Local do **Projecto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal** fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal de Monchique e as ONG's GEOTA e Acção Ambiental para o Barlavento, promotores do projecto.

05-05-2017 Glifosato: Assine agora ou nunca (ou espere pelo menos 10 anos)

PARA ASSINAR CLIQUE <http://stopogm.net/iniciativa-europeia-contraherbicida-glifosato>

A Comissão Europeia deu indicações há menos de um mês de que pretende autorizar o herbicida glifosato [por mais dez anos](#). O glifosato (mais conhecido por Roundup, ou Spasor) é o herbicida mais vendido no mundo e em Portugal, para além de uma enorme fonte de lucro para a Monsanto e outras empresas.

Embora a Organização Mundial de Saúde afirme desde 2015 que o glifosato [causa cancro em animais de laboratório](#), a ECHA e a EFSA (autoridades europeias da química e da segurança alimentar) deram luz verde à sua reaprovação. Esses pareceres só foram possíveis porque se basearam em [estudos secretos](#) realizados pela própria indústria (!) e em artigos científicos públicos, aparentemente independentes, em que os autores tinham sido discretamente [contratados pela Monsanto](#) para chegar à conclusão de que o glifosato era totalmente inócuo. A existência destas ligações perigosas só em 2017 começou a vir a público, graças a numerosas ações judiciais em curso nos Estados Unidos onde [documentos confidenciais foram tornados públicos](#) por ordem do tribunal.

Neste momento já estão em curso diversas medidas oficiais para restringir o glifosato: a Bélgica pretende [proibir o uso por não profissionais](#), a França já proibiu a [aplicação de glifosato em espaços públicos](#) e até em Portugal [foram tomadas algumas medidas](#) para proteger zonas urbanas mais sensíveis.

A contaminação do ambiente e dos alimentos - e [portanto das próprias pessoas](#) - pelo glifosato é bem conhecida. No caso português, num pequeno conjunto de análises realizadas a voluntários, verificou-se que 100% das pessoas apresentava glifosato na urina e que a concentração média dessa contaminação estava cerca de [vinte vezes acima dos valores alemães](#).

Neste momento já não basta restringir o glifosato: é preciso proibi-lo. Há [evidências suficientes](#) para justificar medidas que efetivamente protejam a saúde de todos. E o que não se sabe - por exemplo se o glifosato [causa ou não desregulação hormonal nas pessoas](#) - também justifica essas medidas. A Comissão Europeia não tem legitimidade para reautorizar um herbicida sem primeiro ter sequer definido o método que irá avaliar se essa desregulação hormonal existe... e no entanto é exatamente isso que se avizinha.

Os cidadãos portugueses e europeus não podem, sozinhos, proibir o glifosato, mas podem contribuir para que isso aconteça. Está em curso uma [Iniciativa de Cidadania Europeia](#) que obriga formalmente a Comissão Europeia a propor legislação que ponha fim ao glifosato na União. Para a Iniciativa ser válida tem de reunir pelo menos um milhão de assinaturas (neste momento já há mais de 700 mil) e atingir um mínimo de adesões em pelo menos 7 dos 28 Estados Membros.

Portugal precisa de um mínimo de 16 mil assinaturas... e ainda faltam 12 mil. Embora a recolha possa decorrer legalmente até ao final de 2017, na prática ela tem de terminar em meados de junho, visto que nessa altura a Comissão deverá tomar a sua decisão final. O tempo urge!

Por favor [assine aqui](#) para juntar a sua voz ao protesto. Vale a pena! Também pode colaborar divulgando este email e partilhando o apelo [nas redes sociais](#). Se preferir, pode descarregar o [formulário de adesão em papel](#) (também em anexo) e, depois de preenchido, enviar para a morada indicada no mesmo.

Para questões adicionais contacte a Plataforma Transgénicos Fora: contacto@stopogm.net

E NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR: <http://stopogm.net/iniciativa-europeia-contraherbicida-glifosato>

05-05-2017 Nota de Imprensa - A PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo interpôs uma providência cautelar

A PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo interpôs uma providência cautelar contra o Ministério do Mar e contra a Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) de forma a evitar que se iniciem os trabalhos de prospecção de petróleo ao largo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Este é um "outro" passo de uma luta que se iniciou há muito e que vai continuar com a propositura, nos próximos dias, de uma acção administrativa de impugnação do acto administrativo que permite ao consórcio ENI/ Galp os trabalhos de prospecção.

A providência cautelar assentou num mundo de razões. Na realidade, não há uma única razão que justifique a prospecção e a exploração de hidrocarbonetos no mar ou em terra.

Salientam-se os seguintes factos:

1. O acto administrativo que permite à ENI/ Galp iniciar os trabalhos de prospecção viola legislação comunitária e há nele violação da lei nacional;
2. A completa inutilidade da consulta pública promovida pela DGRM no âmbito do processo de concessão da licença de prospecção à ENI/ Galp. Em primeiro lugar, porque a decisão já estava tomada antes da participação do público; em segundo lugar, porque o peso de mais de 42.000 participações contrárias à concessão da licença não foi suficiente para fazer travar as autoridades responsáveis;
3. O de não ter existido por parte da DGRM uma informação rápida do público e uma fundamentação da decisão tomada;
4. A não existência de estudo de impacto ambiental. Apesar da perigosidade das operações que se pretendem levar a cabo e de estas se localizarem numa zona altamente sensível do ponto de vista ambiental, muito próxima do limite da Rede Natura 2000, e apesar de a lei o impor, ainda assim, não houve qualquer estudo de impacto ambiental;
5. O perigo que representa o início dos trabalhos de prospecção: perigo para o ambiente em geral e para algumas espécies em particular que usam, vivem e passam pela zona das projectadas operações de prospecção.

A Plataforma Algarve Livre de Petróleo irá continuar a lutar por um futuro sustentável, pela rescisão dos contratos e revogação do Decreto-lei n.º 109/94, de 26 de Abril, de modo a impedir a atribuição de novas concessões para a pesquisa, a prospecção, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural, e pela substituição deste último por um quadro legal promotor de uma economia suportada em formas de energia sustentáveis.

22-05-2017 C6 antecipa o Dia do Ambiente com volta desassossegada ao ambiente em Portugal

Antecipando o Dia Mundial do Ambiente que se celebra no próximo dia 5 de Junho, a coligação C6 – coligação de ONGA portuguesas formada pelo Fapas, Geota, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal - convida os jornalistas para uma **Volta Desassossegada ao Ambiente em Portugal**, a realizar-se no próximo **dia 2 de Junho (9h-12h)**.

Programa

9h00 - Encontro no Espaço Monsanto; partida com destino ao Estuário do Tejo, espaço 'Guarda Rios', na Póvoa de Santa Iria

10h – **Apresentação pela C6 do que vai mal no ambiente em Portugal**, incluindo referências ao estado de degradação do Mouchão da Póvoa, ao tema das Áreas Protegidas, sua gestão e financiamento, à degradação de outros altos valores de conservação e ao novo aeroporto

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

24-05-2017 Contributo para a reunião do Conselho de Ambiente da UE – Bruxelas, 19 Junho 2017

Excelentíssimo Senhor Ministro do Ambiente

Eng.º João Pedro Matos Fernandes

Ministério do Ambiente

Rua de «O Século», 51

1200-433 Lisboa

Lisboa, 24 de Maio de 2017

Assunto: Contributo para a reunião do Conselho de Ambiente da UE – Bruxelas, 19 Junho 2017

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Em nome do GEOTA, LPN, QUERCUS, SPEA, WWF e ZERO, gostaríamos de partilhar com V. Exa. a nossa posição relativamente ao *Plano de Ação para a Natureza, as Pessoas e a Economia* da Comissão Europeia, que fará parte da agenda do próximo Conselho de Ambiente da UE. Apelamos a que tenha em consideração as nossas preocupações durante os preparativos oficiais finais, assim como durante a reunião propriamente dita.

De forma praticamente transversal, a natureza Europeia ainda enfrenta graves ameaças e declínio. Por esta razão, acolhemos com bastante agrado este Plano de Ação que aborda importantes lacunas na implementação das Diretivas Aves e Habitats da UE. Este Plano de Ação constitui um compromisso positivo da Comissão Juncker para conservar espécies e habitats ameaçados na Europa. De particular importância são os compromissos renovados de completar a Rede Natura 2000 e de adotar as necessárias medidas de conservação para todas as áreas classificadas

Para que o Plano de Ação possa tornar-se um sucesso, os Governos da UE necessitam agora de aumentar os seus esforços para cumprir os seus objetivos de proteger eficazmente a natureza ao longo do continente, assim como de desempenhar o seu papel para colocar em prática o Plano. As Conclusões do Conselho de Ambiente de junho serão uma oportunidade de V. Exa. exprimir o seu total apoio e empenho nas medidas incluídas no Plano de Ação. Simultaneamente, será importante que os Ministros reconheçam expressamente que a implementação do Plano de Ação isoladamente não será suficiente para travar a perda de biodiversidade até 2020 e que apelem à Comissão que desenvolva as medidas complementares necessárias para assegurar que o Plano de Ação atinja o seu pleno potencial e que os objetivos de biodiversidade da UE sejam alcançados. Isto deverá incluir em particular:

- Enfrentar as profundas falhas da Política Agrícola Comum (PAC), que necessitará de ser radicalmente revista de modo a assegurar a sua coerência com os objetivos de conservação da natureza;
- Estabelecer uma nova estrutura para promover uma restauração da natureza estratégica, sob a forma de uma Rede Transeuropeia para a Infraestrutura Verde (TEN-G), visando a insuficiente conectividade da Rede Natura 2000 e a melhoria da sua resiliência;
- Realizar uma avaliação detalhada das necessidades de financiamento com vista a alcançar os objetivos de biodiversidade; e assegurar um aumento do financiamento da Rede Natura 2000 através do orçamento da UE, assim como da melhoria do rastreamento dos gastos em Natura 2000 no orçamento da UE;
- Abordar o declínio dos polinizadores, lançando uma Iniciativa para os Polinizadores.

Será essencial, na nossa opinião, que estes assuntos sejam refletidos nas Conclusões do Conselho. Como tal, permanecemos à Vossa disposição para fornecer mais informação e para a realização de uma reunião presencial onde possamos debater estas recomendações, assim como as implicações deste Plano de Ação para o nosso país e quais deverão ser as prioridades de Portugal para a sua melhor implementação e aplicação.

Certos de que este assunto merecerá a melhor atenção por parte de Vossa Excelência, subscrevemo-nos com a mais elevada consideração,

26-05-2017 PONG-Pesca alerta para os riscos da legalização da venda de jaquinzinhos da arte xávega e recomenda aos portugueses que evitem o seu consumo

A PONG-Pesca saúda os esforços desenvolvidos pelo governo e por todos os envolvidos na Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega (CAPAX), que agora resultaram na publicação de uma nova portaria (nº [172/2017, de 25 de maio](#)) que regula esta pescaria, mas manifesta apreensão sobre algumas das medidas nela constantes, nomeadamente a possibilidade de venda de indivíduos de carapau abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação, ainda que limitada. Caberá agora à tutela, aos pescadores e a todos os membros da Comissão de Acompanhamento – da qual a PONG-Pesca passa agora a fazer parte oficialmente – assegurar que as medidas propostas não têm efeitos negativos e imprevistos.

A PONG-Pesca foi convidada a integrar a CAPAX como observadora desde o início dos seus trabalhos, em 2013, e desde aí tem defendido três posições abrangentes:

- Apoiar a preservação da arte xávega, se ela se comprovar como sustentável, a nível ambiental, social e económico, e defender todos os esforços que possam ser feitos para conhecer e minimizar os impactos ambientais da arte xávega.
- Opor-se de forma veemente à venda generalizada de juvenis de qualquer espécie, bem como a medidas que possam ter impactos negativos ou pelo menos imprevisíveis, não só na arte xávega, mas como noutras pescarias, áreas e espécies;
- Propor e apoiar medidas que resultem em facilitação de processos, bem como na melhoria da fiscalização e da qualidade e rendimentos do pescado da xávega.

Se é verdade que a portaria agora publicada permitiu progressos no que toca ao conhecimento, fiscalização e redução de alguns dos impactos ambientais da xávega, ela infelizmente pôs em prática a possibilidade de vender carapau de tamanho inferior a 12cm, sendo um valor bem inferior ao tamanho mínimo de referência de conservação que é 15 cm para aquela espécie.

A PONG-Pesca opõe-se à solução encontrada pelo governo e consagrada no Regulamento Delegado Comunitário(UE) [2016/2377](#), agora transposta na nova portaria, tendo já manifestado esta posição à Sra. Ministra do Mar e também a vários funcionários da Comissão Europeia. As preocupações da PONG-Pesca são exatamente as que foram identificadas pelo Comité Técnico Científico e Económico das Pescas do *Joint Research Center* da Comissão Europeia¹:

"A criação de mercados legais para juvenis pode criar um incentivo para os desembarques ilegais de peixes inferiores ao tamanho mínimo de referência para conservação para consumo humano acima dos limites propostos. Se todos estes níveis de tamanhos

¹ https://stecf.jrc.ec.europa.eu/documents/43805/1471816/2016-07_STECF+16-10+-+Evaluation+of+LO+joint+recommendations_JRCxxx.pdf – pág. 31

mínimos não forem controlados adequadamente, a mortalidade de peixes imaturos pode ser subestimada e os rendimentos futuros podem ser reduzidos.”.

Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca, refere que “até ao momento, não conseguimos obter da parte da Sra. Ministra respostas conclusivas sobre como estão a ser contempladas estas preocupações e que medidas de controlo estão a ser tomadas e planeadas para impedir que se tornem realidade. Se é certo que algumas destas medidas irão certamente ser apresentadas, melhoradas e monitorizadas nas reuniões futuras da CAPAX, é de lamentar que se tenha avançado sem que estejam assegurados o controlo, a fiscalização e a rastreabilidade em toda a cadeia de consumo.”

Mas para a PONG-Pesca, é também sobre os consumidores que recai parte da responsabilidade de resolver este problema: “os portugueses adoram peixe, e um dos nossos objetivos é que possam continuar a comer peixe capturado de forma sustentável e que não ponha em causa os *stocks* e os ecossistemas marinhos. E uma das medidas é evitar consumir pescado abaixo do tamanho mínimo de conservação, nomeadamente os *jaquinzinhos*. E há que ter noção que para um consumidor num restaurante vai ser muito difícil ter a certeza se o que está a comer é legal ou não,” acrescentou Gonçalo Carvalho, lembrando que “esta permissão de venda de indivíduos subdimensionados se aplica apenas ao carapau, pelo que os consumidores devem rejeitar comprar ou consumir outras espécies, como a sardinha ou a cavala².”

Sobre a possibilidade de venda direta na praia, uma reivindicação de longa data dos profissionais da xávega, que finalmente foi atendida na nova portaria, a PONG-Pesca considera ser uma medida importante e que tem o potencial de poder acabar com a elevada venda ilegal e não declarada que até aqui caracteriza esta pescaria. Segundo Gonçalo Carvalho, “cabe agora aos pescadores cumprirem as limitações e obrigações de reporte previstas na portaria de forma a não perder esta oportunidade, sendo que terá necessariamente de haver fiscalização por parte das autoridades e escrutínio pela parte dos compradores para garantir que o modelo funciona na prática”.

A PONG-Pesca continuará o seu trabalho na CAPAX, procurando ser construtiva na melhoria do desempenho da pescaria a nível ambiental, mas também económico e social. Para além das questões levantadas anteriormente sobre a monitorização e controlo da atividade e da limitação da captura dos juvenis, a PONG-Pesca irá lançar propostas para rentabilizar a venda do pescado acima do tamanho legal, não só das espécies mais conhecidas, como também das menos populares entre os consumidores neste momento: “tem sido algo sobre o qual praticamente apenas nós temos falado na comissão, mas que consideramos essencial para evoluirmos para uma pescaria da xávega mais rentável e mais amiga do ambiente”, finalizou Gonçalo Carvalho.

02-06-2017 Coligação de ONGA antecipa o Dia do Ambiente com volta desassossegada ao Ambiente em Portugal

C6 pede mais financiamento para a conservação da natureza através do Fundo Ambiental

Antecipando o Dia Mundial do Ambiente que se celebra na próxima 2 feira, dia 5 de Junho, a coligação C6 – coligação de ONGA portuguesas formada pelo Fapas, Geota, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal - organiza hoje, **dia 2 de Junho**, uma **Volta Desassossegada ao Ambiente em Portugal**.

Na primeira paragem desta volta, no Estuário do Tejo, na Póvoa de Santa Iria, a C6 alerta para o **que vai mal no ambiente em Portugal**, fazendo referências ao estado de degradação do Mouchão da Póvoa, ao tema das Áreas Protegidas, sua gestão e financiamento, à degradação de outros altos valores de conservação e à lei da caça.

Segundo a C6, e **relativamente ao tema das Áreas Protegidas e sobre o financiamento da Conservação da Natureza**, ‘o Governo lança discussões e experimentações sobre modelos de gestão mas em nenhum momento parece estar interessado, de forma aberta, em avaliar e partilhar porque é que as áreas protegidas têm reais problemas de gestão e que quota-parte cabe, e tem cabido, aos Governos quando não assumem a disponibilização de recursos públicos, humanos, materiais ou financeiros, que permitem melhorar a gestão destes territórios’.

² Os tamanhos mínimos para a Sardinha e a Cavala são, respetivamente, 11cm e 20cm. Uma lista completa dos tamanhos mínimos de referência de conservação pode ser consultada aqui: https://www.dgrm.mm.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&selectedmenu=1469964&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=226023

A C6 considera que a insuficiência de meios que as autoridades da conservação da natureza têm disponibilizado para prestar melhor serviço público aos cidadãos e a falta de proteção dos valores naturais existentes nas Áreas Protegidas levou a lacunas na relação entre cidadãos e as áreas protegidas e na promoção da preservação e defesa destes territórios.

A C6 acrescenta que ‘fazer protocolos de gestão, sem analisar estes problemas de fundo é um caminho de experimentação perigosa que fragiliza o próprio ICNF’.

Relativamente ao **Fundo Ambiental**, a C6 questiona o Governo sobre ‘porque é que o Fundo não financia um Programa de Investimento e Gestão das Áreas Protegidas? e atribui um irrisório montante (quando comparado com outros destinos e outras verbas) para a conservação da natureza?’.

Para a C6 ‘são necessários ajustamentos e mais partilha e cooperação com outros atores da sociedade civil, nomeadamente as próprias ONGs que têm a experiência do que é a conservação da natureza no terreno’.

Sobre o **Mouchão da Póvoa**, a C6 solicita uma intervenção urgente da APA e do ICNF para a resolução deste grave problema ambiental relacionado com o dique por considerar que o estuário do Tejo é uma das zonas húmida mais importante do país e um dos grandes estuários da Europa, albergando uma grande diversidade de habitats. O estuário do Tejo tem importância internacional para a conservação das aves aquáticas, encontra-se classificado como Sítio Ramsar, Zona de Proteção Especial e Reserva Natural.

A área do mouchão da Póvoa fica situada dentro da reserva natural e é extremamente importante para as aves aquáticas invernantes. São milhares de aves que procuram refúgio e alimento dentro do mouchão da Póvoa durante a praia-mar, beneficiado do abrigo e dos habitats criados pelo dique (restolhos, prados e caniçais). Nos caniçais e sapais do mouchão nidificam duas espécies ameaçadas no território nacional, a águia-sapeira e a garça-vermelha.

Segundo a C6, ‘se o dique não efetuar a sua função de barreira no ciclo das marés, toda a estrutura complexa de habitats do mouchão vai acabar por desaparecer e com ela uma parte significativa destas populações de aves’.

‘A situação de rompimento de um dique no Mouchão da Póvoa, em abril de 2016, coloca em risco não só a propriedade privada mas também território administrado por diversas tutelas públicas, bem como recursos de biodiversidade de importância europeia havendo já uma larga área inundada, que poderá atingir centenas de hectares’, acrescenta a coligação.

Para a sustentabilidade, preservação e segurança do Mouchão, são necessários elevados investimentos que devem ser realizados pela intervenção das autoridades administrativas (Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira) e ambientais (MA/ICNF/RNET, APA) e setoriais (MAFDR, APL). A C6 já solicitou a intervenção urgente destas entidades numa carta enviada em Abril até agora sem resposta.

A C6 salientou ainda que ‘a passividade das autoridades face à degradação permanente do canal técnico do Rio Tejo, tem afetado negativamente o Mouchão e os terrenos confinantes na margem norte, sendo urgente a declaração de calamidade pública para aquela zona e a reparação das estruturas hidráulicas afetadas’.

Deve ser implementado, na sequência da reparação, um plano para reverter os solos salinizados e outros que deixaram de ter aptidão agrícola por estarem com lodos depositados.

No regresso ao ponto de encontro - o Espaço Monsanto – a C6 falou ainda sobre **o chumbo e a caça**, considerando que a atual Lei da Caça não tem um enfoque na gestão sustentável dos

recursos cinegéticos, permitindo uma série de práticas nocivas para as espécies e ecossistemas.

Admitindo que as espécies cinegéticas são um recurso natural, que gerido de uma forma responsável pode trazer benefícios económicos e sociais, as ONGA dizem que 'isto que não está a acontecer', defendendo 'a revisão da legislação para possibilitar uma prática cinegética mais sustentável'.

A C6 apresenta ainda as seguintes propostas para a revisão da Lei da Caça:

Interdição do uso de munições com granalha de chumbo em todos os tipos de caça em todo o território, para erradicar os problemas ligados ao saturnismo;

Indexar a intensidade de caça às espécies migradoras aos indicadores de estado das suas populações. Incluindo a suspensão da caça às espécies que apresentem estatuto de conservação desfavorável, como atualmente acontece com a rola-comum e o zarro-comum.

Fixar a abertura da caça às aves aquáticas em Outubro, para minimizar o abate de patos pertencentes às populações reprodutoras ameaçadas e o abate de patos-reais em situação de muda da plumagem;

Tornar públicos os números do abate anual de cada espécie cinegética. Criar um sistema credível de estatísticas da caça, obtidos de forma independente, e utilizar também a informação da monitorização científica das populações de aves produzida por universidades e organizações portuguesas e europeias para fundamentar as decisões anuais em sede de Calendário Venatório.

Definir limites anuais de abate para as espécies residentes, de acordo com o conhecimento da sua biologia da reprodução e o estado das populações locais. Transformar os repovoamentos em ações extraordinários, que carecem de fundamentação e autorização. Só poderão ser realizadas, na sequência de eventos ambientais extraordinários (condições climáticas adversas em épocas críticas, epidemias, incêndios, etc.).

Tornar o controlo de predadores numa medida de gestão extraordinária, que carece de fundamentação e autorização.

Responsabilizar os gestores cinegéticos pelas populações de espécies protegidas dentro das suas concessões. Estas deverão ser cartografadas e geridas favoravelmente, podendo o gestor obter benefícios da administração pela sua ação positiva. Por outro lado, deverá ser suspensa a concessão para recuperação do ecossistema sempre que ocorram episódios graves de destruição do habitat, como por exemplo o uso ilegal de venenos.

O Calendário Venatório deverá ser fixado anualmente, com base em conhecimentos sólidos sobre estatísticas da caça e o estado das populações das espécies cinegéticas. As decisões sobre o Calendário Venatório deverão ser precedidas de uma discussão técnica envolvendo responsáveis pela regulamentação, pela prática da caça, pela gestão do território, pela conservação da natureza e biodiversidade e pela monitorização das populações de espécies cinegéticas.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

O Conselho de Ministros aprovou, esta segunda-feira, uma Resolução que viola uma Diretiva europeia permitindo que a EDP avance com a barragem de Fridão. Apesar de suspenso até 2019, para reavaliação, o projeto viu prolongado o seu prazo de validade.

O GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente irá apresentar queixa à Comissão Europeia.

Fridão integra o Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH), lançado em 2007 pelo Governo liderado por José Sócrates. Em abril de 2016, no âmbito da reavaliação do Programa, o Ministério do Ambiente suspendeu o projeto, esclarecendo que “(...) tendo em conta as metas com que Portugal se comprometeu em termos de produção energética, **torna-se necessário reavaliar a sua construção** no prazo de três anos”.

Contudo, uma [Resolução do Conselho de Ministros](#) publicada em Diário da República, esta segunda-feira, revela “(...) **o Estado Português, a EDP – Gestão de Produção de Energia, S.A. (EDP), e a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., celebraram, em 5 de dezembro de 2016, um Memorando de Entendimento** através do qual acordaram, entre outros aspetos, em celebrar **uma adenda ao Contrato de Implementação do PNBEPH** para a conceção, construção, exploração e conservação de obras públicas e das respetivas infraestruturas hidráulicas dos aproveitamentos hidroelétricos de Fridão e do Alvito atribuídas por concurso público (...)”.

A Resolução define que os contratos de concessão de utilização do domínio hídrico poderão ser celebrados quando o Governo decidir se a barragem avança ou não. **Prolonga ainda a suspensão dos Planos Diretores Municipais** das áreas afetadas em Amarante, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena.

O [contrato de implementação de Fridão foi assinado em dezembro de 2008](#), antes da emissão de Declaração de Impacte Ambiental (DIA) que, por lei, aprova ou reprovava um projeto sujeito ao cumprimento da Diretiva de Impactes Ambientais. Também a DIA, emitida em abril de 2010, havia sido prorrogada, sendo **válida para além do período estabelecido pela lei** que transpõe a Diretiva.

“Se Fridão for aprovado em 2019, **as obras terão início quase dez anos depois de elaborado o Estudo de Impacte Ambiental**. O património natural já sofreu alterações, assim como o tecido económico da região. Se o projeto não se justificava em 2007, hoje ainda menos”, explica Ana Brazão, do GEOTA. Acrescenta ainda: “A barragem de Fridão afetará negócios de turismo diferenciadores, que dependem de um rio livre e serão inviabilizados”.

Há também risco para a população de Amarante, devido à sua proximidade em caso de rutura. **O aproveitamento será construído sob uma antiga falha sísmica.** [Ontem, um sismo de magnitude 3.6 na escala Richter](#) teve o seu epicentro a poucos quilómetros do futuro local da barragem.

A ambientalista exige clareza: “Aquando da reavaliação do PNBEPH, as associações de defesa do ambiente

denunciaram a falta de transparência desse processo. A situação mantém-se”. O GEOTA pediu, em maio, esclarecimentos ao Ministério do Ambiente sobre as novas datas dos contratos de concessão para Fridão, mas ainda não obteve resposta.

João Joanaz de Melo, presidente da Assembleia Geral do GEOTA, acrescenta que: “a opacidade afeta todos os empreendimentos aprovados ao abrigo do PNBEPH, nomeadamente Foz Tua, da EDP, mantido pelo Governo anterior, e o Sistema Electroprodutor do Tâmega, da Iberdrola, que nos termos da “revisão” feita pelo atual Executivo, nunca deveria ter avançado.”

Por estes motivos, realçam, **“o GEOTA exige um novo Estudo de Impacte Ambiental e nova consulta pública para o projeto”**.

João Joanaz de Melo, professor de Engenharia do Ambiente, relembra que “as novas barragens são apoiadas por um subsídio direto no montante de 21,6 M€/ano durante dez anos”, [subsídio que Fridão perdeu em 2015](#). À data, o Ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, explicava que a EDP “não submeteu o contrato de concessão e a conclusão do processo de licenciamento na data prevista, até ao final do ano passado” e que, por isso, “perdeu a possibilidade de beneficiar dos incentivos ao investimento”. Para Joanaz de Melo **“fica por explicar se esta reviravolta de prazos também implica estes incentivos”**.

O GEOTA irá **apresentar queixa à Comissão Europeia por considerar que o processo de Fridão viola a Diretiva de Impactes Ambientais**.

Recorde-se ainda que em fevereiro passado [o GEOTA entregou uma queixa-crime na Procuradoria Geral da República pedindo uma investigação](#) às decisões tomadas pelos responsáveis políticos, técnicos e empresas envolvidos na construção de novas barragens. Em causa estão todos os projetos que integram o PNBEPH, suspeitando-se da prática dos crimes de corrupção, tráfico de influências, burla agravada, falsas declarações e participação económica em negócio.

16-06-2017 Nota de Imprensa - Foi aceite a providência cautelar interposta pela PALP para deter a perfuração ao largo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé **aceitou liminarmente** a providência cautelar interposta pela PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo contra o Ministério do Mar e a Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), para deter a realização do furo de prospecção de petróleo ao largo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. As contrapartes no processo irão agora deduzir oposição.

A Plataforma Algarve Livre de Petróleo congratula-se com esta notícia.

Continuaremos a lutar por que o furo do consórcio ENI-GALP previsto para o mar em frente a Aljezur não seja realizado. Relembramos que cada um dos contratos assinados é um ACTO

ÚNICO que contempla todas as fases (pesquisa, prospecção, desenvolvimento e produção), pelo que esta actividade deverá ser travada desde o seu início.

Continuaremos também a lutar pela rescisão dos contratos em vigor e pela revogação do Decreto-lei n.º 109/94, de 26 de Abril, de modo a impedir a atribuição de novas concessões.

20-06-2017 Comunicado - A PROPÓSITO DO INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE

Face à situação de calamidade no último fim-de-semana em consequência dos fogos florestais de Pedrógão Grande e concelhos vizinhos, no alastrar dos incêndios e no rol de vítimas mortais, feridos, populações desalojadas e propriedade perdida a lamentar, o GEOTA emite o presente comunicado composto pelas seguintes partes:

A SURPRESA SAZONAL

AS CAUSAS DOS INCÊNDIOS

A ILITERACIA, OS DECISORES E A MUDANÇA CLIMÁTICA

A LEGISLAÇÃO E SEU INCUMPRIMENTO

AS MEDIDAS QUE SE IMPÕEM

1. A SURPRESA SAZONAL

Nos anos mais recentes tem sido cada vez mais evidente que os acontecimentos, para admiração geral, são os mais graves de sempre, com as áreas ardidas a baterem recordes em relação a anos anteriores, e desastres humanos cada vez mais graves. Exemplos não faltam.

Depois surgem os discursos, as promessas. Mas as medidas eficazes quase nunca se materializam.

No futuro virão surpresas ainda mais desagradáveis se nada for feito entretanto.

2. AS CAUSAS DOS INCÊNDIOS

As causas são conhecidas. Clima mediterrânico, abandono agrícola, desertificação humana do interior, falta de ordenamento florestal, estrutura de posse da terra, falta de aplicação do conhecimento científico. A “floresta” portuguesa está ao abandono e os *proprietários do abandono* não cumprem a lei. A isto tudo soma-se a mudança climática. Os fogos florestais são um fator ecológico do clima mediterrânico, por isso, praticamente inevitáveis, mas não precisam de atingir as dimensões que verificamos todos os anos se for feita a adequada gestão do fogo no inverno.

3. A ILITERACIA, OS DECISORES E A MUDANÇA CLIMÁTICA

A iliteracia geral no que respeita à floresta impede a interiorização da relação entre a terra e o Homem o que não favorece a tomada de medidas eficazes.

Parece também que eles e, admita-se, até alguns técnicos, ainda não interiorizaram que as alterações climáticas estão aí a afetar a vida de toda a gente, todos os dias. Porque o senso comum, e não só a estatística e a ciência meteorológica, têm-nos dito que, cada vez mais, nos confrontamos com eventos meteorológicos extremos, tanto em intensidade como em quantidade: secas, inundações, precipitações violentas concentradas e, evidentemente, fogos florestais³.

3 Veja-se um exemplo: A CMLisboa fez obras, onde não teve a cerimónia de abater um número significativo de árvores adultas bem desenvolvidas que eram preciosas para a cidade. Até porque, argumentava, veio a plantar 700 novas árvores. Mas estas estão a morrer, uma grande parte já se perdeu. Isto sugere que alguém responsável não equacionou a alteração climática no projecto ou na sua execução,

Há que referir ainda um conflito indissolúvel entre prevenção e combate que importa denunciar. De um lado a tecnologia, o material pesado, médio ou ligeiro, de combate. De outro lado a prevenção, que é a solução sustentável.

4. A LEGISLAÇÃO E SEU INCUMPRIMENTO

O desastre de Pedrogão Grande é, para além de uma tragédia, um dano praticado sobre as pessoas e a Natureza por todos por todos aqueles que, ao longo de décadas, com o seu desleixo, permitiram que se construíssem casas onde não deviam ter sido construídas e permitiram acumulações de combustível onde era demasiado arriscado acumulá-lo. O fogo podia não ter tido as proporções que teve se tivesse sido cumprida a legislação que “obriga” a controlar o combustível junto a povoações, caminhos, estradas, linhas de alta tensão, etc. A julgar pelas imagens que foram divulgadas pelas televisões, a carga de combustível era absurdamente elevada.

Os PMDFCI – Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios não parecem ter tido concretização no terreno.

5. AS MEDIDAS QUE SE IMPÕEM:

- Assumir o objetivo de gerir o "território florestal" para assegurar os serviços ambientais e os equilíbrios biofísicos do território do qual dependemos.
- Implementar campanhas de grande magnitude, anuais, de fogo controlado⁴, a executar com carácter de urgência nos locais mais perigosos de acordo com a informação contida nos PMDFCI.
- “Sujar as mãos” no controlo do combustível com máquinas, equipamentos, técnicas adequadas, objetivos quantificáveis e produção quantificada, nomeadamente, de limpeza de matos com corte seletivo de vegetação, fogos controlados, e uso de cercas móveis com gado para reduzir a carga térmica, salvaguardar a biodiversidade e prevenir erosão.
- Tomar medidas descomplexadas de gestão da terra em desfavor do abandono, com criação de novas entidades gestoras da floresta (ou aproveitamento das existentes), com filosofia *simplex* e ação.
- Repovoar o interior com oferta de oportunidades a desempregados e a refugiados à procura de uma nova vida, num processo simples e desburocratizado. É dar-lhes formação, condições, financiamento e exigir-lhes gestão da terra generalizada a todo o território abandonado⁵ para:
 1. Produzir produtos da floresta;
 2. Exercer pastorícia, agricultura biológica, resinagem; produção de cortiça, madeiras, mel, lenha, castanha, pinhão, bolota, cogumelos;
 3. Oferta turística e de lazer;
 4. Agro-indústria.
- Reintrodução progressiva de herbívoros selvagens, bem como de predadores da fauna autóctone.
- Melhorar, reestruturar e simplificar a atividade cinegética sustentável.
- Simplificar e desburocratizar os apoios. Torná-los progressivos em função dos resultados.
- Fazer cumprir a legislação relevante em vigor, designadamente os PNDFCI, PDDFCI e PMDFCI.
- Afetar em grande quantidade meios humanos de formação superior, multidisciplinares, à gestão da floresta e à DFCI.

esquecendo que estavam alteradas as condições necessárias para as árvores enraizarem: um inverno com pouca precipitação e uma primavera quente e seca.

4 Barato e eficaz, pode, na prática, ser o seu grande *handicap* porque não irá dar grande lucro monetário. O lucro ambiental tem que se impor.

- Apoiar iniciativas locais dos cidadãos em matéria de Floresta e DFCI.
- Efetuar sessões de esclarecimento junto das populações e fazer simulacros de situações de incêndio.
- Introduzir nos currícula do ensino básico conteúdos sobre a sustentabilidade da gestão florestal e as medidas de autoproteção para a prevenção ou para lidar com a ocorrência de incêndios.
- Recurso à força aérea e ao exército, tanto na prevenção como no combate.

Nota:

Ver também: INCÊNDIOS FLORESTAIS EM PORTUGAL, Contributo para Grupo de Trabalho da Assembleia da República para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais. URL

<http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=720&articleID=2344>

10-07-2017 Posição sobre a política florestal

Introdução

A importância da floresta não advém apenas da área que ocupa em Portugal, mas principalmente dos serviços que oferece ao nível ecológico, social e económico.

Os ecossistemas florestais prestam serviços de elevado valor: para além dos benefícios económicos conhecidos (madeira para diversos usos, lenha, pastagem, mel, caça, plantas aromáticas e medicinais), as florestas regulam o ciclo da água (incluindo a produção de água potável e o controlo de cheias e de secas), salvaguardam o solo, suportam uma rica biodiversidade animal e vegetal, e podem ainda ser espaços de turismo, recreio e lazer.

O “pacote florestal”, agora em discussão na Assembleia da República, toca apenas superficialmente o problema de fundo, que é o ordenamento florestal; e ignora de todo as questões igualmente críticas do despovoamento do mundo rural e das alterações climáticas.

Os problemas da floresta portuguesa

Problemas estruturais

A parte do território português com vocação florestal é hoje dominada pela monocultura de pinheiro e eucalipto e por matos. Esta evolução da estrutura da floresta ocorre em paralelo com um processo acelerado de despovoamento do interior do País; as aldeias estão envelhecidas, ou em vias de extinção pela migração para as vilas e cidades. Os espaços agro-silvo-pastoris perderam valor e portanto capacidade de gestão: muitos terrenos agrícolas e pastagens deram lugar a manchas contínuas de matos ou floresta; os matos deixaram de ser usados para lenha e cama de gados; muitos proprietários abandonam os terrenos ou optam por rentabilidades a curto prazo com o mínimo esforço de gestão.

O pinheiro e eucalipto são facilmente combustíveis devido respectivamente à resina e aos óleos. Em manchas contínuas (ou conjugadas com matos) e na ausência de uma gestão adequada, este tipo de povoamento é bastante mais vulnerável aos incêndios do que as matas dominadas pelas espécies autóctones; agravado pelo desaparecimento da primeira linha de defesa, as populações das aldeias, e pelo processo de alterações climáticas.

O Estado detém apenas 2% da floresta. Os restantes 98% são, ou baldios sem uma gestão coerente, ou pertença de meio milhão de proprietários com uma dimensão média da propriedade de 5 ha, muitas vezes dividida em várias parcelas. Não se conhece a titularidade de grande parte das propriedades, devido às múltiplas sucessões e partilhas não registadas. Um ordenamento adequado destas áreas só possível mediante o associativismo florestal, que em Portugal ainda é incipiente.

Nas últimas décadas, exactamente quando o Estado precisava de se preocupar mais com os espaços florestais em crise e em mudança, as capacidades que tinha foram desmanteladas: os serviços florestais foram desmembrados, a Estação Florestal Nacional e corpo de Guardas Florestais foram extintos, e o número de profissionais da floresta, como os sapadores florestais ou vigilantes da natureza, é grosseiramente insuficiente. Os diversos serviços públicos com intervenção na floresta sofrem de crónica falta de meios humanos, materiais, preparação e coordenação. Esta incúria sistémica do Estado é grave, porque se perdeu conhecimento, memória institucional e capacidade de intervenção.

Problemas conjunturais

O sistema de incentivos em vigor no sector agro-florestal privilegia a rentabilidade de curto prazo, em detrimento de um ordenamento que sirva o interesse público a longo prazo. Nas últimas décadas o eucalipto cresceu porque é o uso que dá uma rentabilidade mais rápida (embora não necessariamente a mais alta); no passado aconteceu uma situação semelhante com o pinheiro bravo. A culpa não é do pinheiro ou do eucalipto, ou dos proprietários que os instalam; a culpa é das políticas medíocres definidas pelo Estado. No passado a desregulação até parecia favorecer os sectores industriais das fileiras do eucalipto e do pinheiro; mas neste momento isso já nem é verdade, porque a vulnerabilidade aos incêndios e a subutilização do território reduziram o valor e aumentaram os riscos associados à floresta. Grande parte dos incêndios florestais acontecem durante episódios meteorológicos extremos (secas, ondas de calor, trovoadas secas). Estas ocorrências têm aumentado de frequência e é previsível que aumentem ainda mais, por força das alterações climáticas. Os fenómenos meteorológicos extremos são previsíveis, mas as suas consequências sobre os espaços florestais são difíceis de controlar, na ausência de um ordenamento do território adequado e com dispositivos de prevenção e combate frágeis.

Incêndios florestais

O flagelo dos incêndios florestais agravou-se a partir da década de 80 do século XX, correspondendo ao êxodo rural e ao desinvestimento sistemático nos serviços florestais do Estado.

A situação portuguesa não tem comparação com qualquer outro país da União Europeia, mesmo no quadro mediterrânico. Em países como Espanha, Grécia e Itália a área ardida tem diminuído desde a década de 80; em Portugal verifica-se o inverso. No que toca a área média ardida por incêndio também é mais elevada bem como o número absoluto de incêndios quando comparado com os mesmos países. Estudos existentes sugerem que os prejuízos devidos aos incêndios florestais em Portugal podem ascender aos mil milhões de euros por ano — contabilizando os custos do combate, mais os impactos directos (perdas de bens e património) e indirectos (perdas de biodiversidade, de solo e libertação de CO₂ para a atmosfera), para não falar da perda de vidas humanas.

Apesar da abundância de leis, faltam meios para a prevenção e fiscalização, e não há capacidade eficaz de intervenção no terreno por parte dos proprietários ou das autoridades. Daqui resulta o acumular de quantidades elevadas de material inflamável nos matos e floresta, em particular junto às povoações. Esta situação, conjugada com o despovoamento prevalecente no interior e a monocultura de eucalipto e pinheiro sem gestão adequada, é uma receita certa para o desastre, como as últimas décadas têm demonstrado.

O dispositivo de prevenção e combate aos incêndios é muito desagregado e influenciado por interesses políticos, em vez de fundamentos técnicos — tornando-se caro e ineficiente nas melhores condições, e incapaz de impedir situações desastrosas nas piores.

As recorrentes vagas de incêndios que têm assolado o País e o recente desastre de Pedrógão Grande resultam de uma combinação de factores estruturais e conjunturais. É hoje claro para toda a gente o que os especialistas denunciam há muitos anos: é um erro a concentração de medidas e recursos principalmente no combate, subvalorizando a prevenção e desprezando o ordenamento do território — e ainda está por avaliar se os meios de combate foram ou não aplicados de forma competente, um assunto que parece tabu.

As soluções

A floresta é um sistema complexo, que envolve muitos interesses e actores, e cujos problemas em Portugal resultam de décadas de negligência. É totalmente irrealista pretender que um pacote legislativo vai resolver estes problemas. Dificuldades da magnitude que temos pela frente implicam certamente melhores leis, mas requerem muitas outras coisas: vontade e coragem política, diálogo entre as partes interessadas, criação de conhecimento, meios humanos e técnicos, que por sua vez requerem recursos financeiros e requerem opções políticas, sociais e empresariais. A parte mais difícil é mudar as mentalidades, habituadas ao egoísmo míope e à indiferença.

Orientações estratégicas

O GEOTA propõe cinco orientações estratégicas para reformar a floresta portuguesa. A concretização destas soluções requer a definição urgente de uma direcção clara aceite pelos interessados, um pacto social; sendo certo que a sua concretização ao nível do detalhe requer um debate alargado na sociedade.

1. *Desenvolvimento sustentável da floresta de espécies autóctones.* Espécies autóctones como os carvalhos, sobreiros, azinheiras, castanheiros, nogueiras, cerejeiras, estão ecologicamente bem adaptadas ao território. São claramente a melhor opção para conservação do solo, biodiversidade, regulação do ciclo hídrico, reservatório de carbono, resiliência às alterações climáticas e redução do risco de incêndio. Podem também ser interessantes em termos de rendimento económico a prazo (madeiras de qualidade, uso múltiplo da floresta). A dificuldade está no período de retorno dos investimentos, exigindo incentivos a longo prazo. A instalação de pastagens, sob coberto ou não, poderá ser igualmente uma opção interessante. São necessários incentivos em larga escala para promover estas mudanças de paradigma; não será possível alcançar resultados eficazes apenas por via regulamentar, proibitiva ou gestão directa do Estado. Defendemos uma abordagem assente no princípio da justa remuneração dos serviços dos ecossistemas prestados pela floresta. Sabemos que este é um domínio ainda não completamente maduro (em termos científicos e institucionais), mas o suficiente para aplicar o princípio desde já a decisões sobre a distribuição de incentivos agro-florestais, finanças locais e benefícios fiscais relacionados com o uso do território (em vez da mera subsidiação à produção ou ao rendimento). Em primeira prioridade, esta mudança de uso do território deverá ser feita em espaços actualmente improdutivos, prosseguindo depois para a substituição de povoamentos florestais inadequados.

2. *Melhorar a coesão territorial e o desenvolvimento local.* Este é um dos desafios mais difíceis que o País tem pela frente. Não há soluções mágicas, mas há um conjunto de acções que sabemos serem positivas ou negativas:

- Positivas, a reproduzir: (i) facilitar e apoiar as iniciativas empresariais e autárquicas de base local, que têm como suporte valores endógenos únicos ou característicos do território, como a paisagem natural e humanizada, o turismo de natureza, cultural, gastronómico, enológico, ferroviário; (ii) criar mecanismos de incentivo à instalação de novos residentes;

- Negativas, a evitar ou reverter: eliminação de serviços sociais como educação, saúde, cultura, banca, administração, nas regiões deprimidas do interior do País; infra-estruturas onerosas que prejudicam o desenvolvimento local (como as ex-SCUT agravadas com portagens), ou que destroem o património e eliminam empregos locais permanentes (como as novas grandes barragens).

3. *Promover o associativismo florestal.* Em áreas onde predomina o minifúndio, o associativismo é indispensável para uma gestão adequada. Este processo já se iniciou, mas de forma muito lenta e insuficientemente apoiada pelos poderes públicos. A questão é complicada pela falta de cadastro e pelo facto de muitos proprietários serem absentistas ou desconhecidos. O problema não se resolve penalizando pequenos proprietários individuais sem capacidade de gestão — são precisas soluções integradas, pela positiva, que gerem um rendimento razoável e criem interesse pelo investimento florestal. Embora minoritários, existem casos suficientes de sucesso e boas práticas para se compreender as abordagens que funcionam melhor em cada região, e os instrumentos necessários para potenciar a boa gestão florestal: p.e. através do emparcelamento, da criação de bolsas de terrenos (tuteladas pelos municípios, pelo Estado ou pelas associações), pela implementação de projectos cooperativos de ordenamento florestal.

4. *Recriar capacidades no sector florestal público.* É necessário desenvolver e expandir capacidades sobre a floresta, especialmente no sector público, do planeamento à prevenção de incêndios, da investigação científica e funções técnicas superiores, aos corpos de sapadores, guardas florestais e vigilantes de natureza. A floresta tem de ser pensada e gerida como o ecossistema complexo que é, e como um activo estratégico, não como mero cultivo de “pau”. A área de floresta pública deve ser aumentada, com três funções fundamentais: (i) prevenção de riscos e conservação da Natureza; (ii) investigação e experimentação científica, e (iii) reserva estratégica de recursos de longa rotação (pelo menos 80 anos). Deve ainda ser profundamente repensado o dispositivo de prevenção e combate aos incêndios florestais, que claramente não é hoje eficaz.

5. *Promover a literacia sobre a floresta e a cidadania.* A maior parte da população portuguesa tem hábitos urbanos, mesmo quem vive em áreas designadas “rurais”. É essencial dar a conhecer o mundo rural e a Natureza aos jovens, numa perspectiva de “edutainment” e educação cívica, incluindo conhecimento sobre a floresta, a sua importância e os seus riscos.

Medidas de curto prazo

Sem prejuízo da prioridade que tem de ser atribuída às questões estratégicas, há algumas medidas que podem ser tomadas a curto prazo:

1. *Completar o cadastro, integrado com o parcelário agro-florestal, a matriz predial e o registo predial.* Os registos da propriedade estão hoje desagregados por três instituições (AT, IRN e DGT), e em metade do País não existe sequer cadastro. A tecnologia SIG necessária existe há 30 anos! O cadastro predial digital deve ser considerado uma prioridade nacional, quer por uma questão de protecção jurídica dos bens públicos e privados, quer como ferramenta para a gestão da floresta. É uma tarefa básica do Estado — que já dispõe da maior parte da informação necessária, entre o cadastro existente, o parcelário do sistema de ajudas agro-florestais e outras fontes. Uma primeira aproximação georreferenciada será suficiente para os fins de interesse público; sem prejuízo de posterior afinação e actualização, à medida que haja alterações do estatuto da propriedade (tal como se fez com a propriedade urbana na maior parte do País).
2. *Fazer cumprir a lei para prevenção de incêndios.* Neste domínio a legislação é suficiente (sem prejuízo de ser pontualmente melhorada). Cumpra-se a lei: limpem-se os terrenos para protecção de povoações, estradas, caminhos e casas isoladas, e imediatamente reduzimos os riscos de danos pessoais e materiais.
3. *Corrigir falhas no dispositivo de prevenção e combate aos incêndios.* O rácio de meios atribuídos ao combate versus vigilância continua desequilibrado. Além do reforço da vigilância convencional e dos meios de primeira intervenção, é de equacionar o reforço de patrulhamento das matas pelas Forças Armadas (medida com sucesso no passado). Na vertente do combate, é evidente pelas notícias vindas a público que muitos meios técnicos, p.e. o SIRESP, são grosseiramente desadequados (e caros, e adquiridos pelo Estado em processos tudo menos transparentes). A atribuição de responsabilidades é uma questão relevante; mas muito mais importante é avaliar, objectivamente e sem complexos, em que medida os meios, a doutrina, o treino e o comando do combate ao incêndio de Pedrógão Grande (e outros) foram ou não adequados, o que funcionou bem e mal, e extrair daí as devidas conclusões.
4. *Rever a lei em matéria de instalação do eucalipto.* O eucalipto não deve ser nem protegido nem diabolizado. Objectivamente, quando comparado com as espécies florestais autóctones, o eucalipto tem desvantagens para a conservação do solo, para a regulação do ciclo hídrico, para a biodiversidade e para a integridade da paisagem; por estes motivos o seu cultivo deve ser condicionado. Por outro lado, se correctamente instalado e gerido, o eucalipto é uma cultura como outra qualquer. O problema é que muitas áreas de eucaliptal estão mal localizadas (p.e. em áreas de Rede Natura) ou são mal geridas.
5. *Desmontar interesses económicos associados aos incêndios florestais.* Independentemente da identificação de culpados em concreto (de negligência, incompetência, corrupção, fogo posto) devem eliminar-se componentes do sistema que permitem benefícios objectivos dos incêndios. Entre outras medidas pode ser equacionadas as seguintes: criar bolsas e parques de armazenagem de madeira ardida; colocar meios aéreos sob tutela da Força Aérea; colocar as comunicações de emergência sob tutela directa dos serviços do Estado; estabelecer maior profissionalização dos bombeiros.

Conclusão

A floresta é um sistema complexo. Não é possível resolver de um dia para o outro os problemas acumulados por décadas de negligência. Por outro lado, o diagnóstico está feito e as soluções essenciais são conhecidas. Haja coragem política para assumir o caminho, e bom senso para ouvir quem tem de ser ouvido. “Devagar se vai ao longe”: as soluções duradouras para a nossa floresta têm de ser construídas de forma cooperativa com as partes interessadas.

11-07-2017 Nota de Imprensa: Política Florestal

O GEOTA enviou ontem à Assembleia da República a sua posição sobre política florestal.

A parte do território português com vocação florestal é hoje dominada pela monocultura de pinheiro e eucalipto e por matos em paralelo com um processo acelerado de despovoamento do interior do País. Nas últimas décadas, exatamente quando o Estado precisava de se preocupar mais com os espaços florestais em crise e em mudança, as capacidades que tinha foram desmanteladas. O sistema de incentivos em vigor no sector agroflorestal privilegia a rentabilidade de curto prazo, em detrimento de um ordenamento que sirva o interesse público a longo prazo. Grande parte dos incêndios florestais acontece durante episódios meteorológicos extremos que têm aumentado de frequência, num contexto de alterações climáticas.

O GEOTA propõe cinco orientações estratégicas para reformar a floresta portuguesa:

1. *Desenvolvimento sustentável da floresta de espécies autóctones.* Carvalhos, sobreiros, azinheiras, castanheiros, nogueiras, cerejeiras, estão ecologicamente bem-adaptadas ao território e têm grande potencial económico. A alteração da estrutura da floresta deve ser incentivada, remunerando os serviços prestados pelos ecossistemas florestais.

2. *Melhorar a coesão territorial e o desenvolvimento local.* Este é um dos desafios mais difíceis que o País tem pela frente.

3. *Promover o associativismo florestal.* Em áreas onde predomina o minifúndio, o associativismo é indispensável para uma gestão adequada.

4. *Recriar capacidades no sector florestal público.* É necessário desenvolver e expandir as capacidades sobre a floresta, especialmente no sector público, do planeamento à prevenção de incêndios, da investigação científica e funções técnicas superiores, aos corpos de sapadores, guardas florestais e vigilantes de natureza.

5. *Promover a literacia sobre a floresta e a cidadania.* A maior parte da população portuguesa tem hábitos urbanos, mesmo quem vive em áreas designadas “rurais”.

Sem prejuízo da prioridade que tem de ser atribuída às questões estratégicas, algumas medidas podem ser tomadas a curto prazo: 1. *Completar o cadastro, integrado com o parcelário agro-florestal, a matriz predial e o registo predial.* 2. *Fazer cumprir a lei para prevenção de incêndios.* 3. *Corrigir falhas no dispositivo de prevenção e combate aos incêndios.* 4. *Rever a lei em matéria de instalação do eucalipto.* 5. *Desmontar interesses económicos associados aos incêndios florestais.*

A floresta é um sistema complexo. Não é possível resolver de um dia para o outro os problemas acumulados por décadas de negligência. Por outro lado, o diagnóstico está feito e as soluções essenciais são conhecidas. Haja coragem política para assumir o caminho, e bom senso para ouvir quem tem de ser ouvido: as soluções duradouras para a nossa floresta têm de ser construídas de forma cooperativa com as partes interessadas.

24-07-2017 ONGA's dão nota negativa ao Aviso sobre Educação Ambiental lançado pelo Ministério do Ambiente e afirmam que este condiciona a sua participação

A CPADA- Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente/ONGA e a Coligação C6, coligação portuguesa de Organizações Não Governamentais de Ambiente formada pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal, dão nota negativa ao aviso / concurso "Apoiar uma Nova Cultura Ambiental - Incentivos ao Desenvolvimento de Programas, Projetos e Ações de Educação Ambiental", lançado no passado dia 30 de Junho pelo Ministério do Ambiente, e **afirmam que este condiciona fortemente a participação das ONGA.**

As ONGA manifestaram, há duas semanas, junto do Ministro do Ambiente a sua discordância com as condições de elegibilidade previstas que impedem que sejam financiadas as despesas com pessoal e outras despesas estruturais importante para o desenvolvimento dos projectos. **As ONGA presentes na reunião apelaram ao Ministro do Ambiente que procedesse à retificação do Aviso mas tal não aconteceu até à data.**

No contexto da abordagem às dificuldades existentes de financiamento da conservação da natureza e à insuficiência da contribuição do Fundo Ambiental para esse efeito, o concurso constitui mais uma desilusão relativa ao Ministério que não pode deixar de ser denunciada.

Por outro lado, o facto de o aviso pretender financiar projetos que serão executados de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2017, ou seja, apenas projetos que praticamente já ocorreram na altura da aprovação, torna-o ainda mais caricato e ineficiente no planeamento da acção das organizações que se dedicam à educação ambiental.

Depois da coligação C6 e da CPADA terem chamado a atenção do Ministro do Ambiente para a necessidade de ajustar as regras do POSEUR e de ter sido claramente afirmado que as ONGA necessitam que lhes seja reconhecida a contribuição através dos encargos salariais com os seus colaboradores e outras despesas de estrutura, porque estas organizações sem fins lucrativos não dispõem de capital, não se compreende que o Aviso em causa, tanto mais que é financiado unicamente por recursos nacionais, insista no mesmo erro e dificuldade.

Estas ONGA entendem que o aviso acaba por favorecer indiretamente as empresas que serão subcontratadas para executar as acções. O que é injusto e incompreensível face ao histórico e importância que as ONGA têm tido na Educação Ambiental em Portugal, desenvolvendo de forma continuada ações de educação, muitas vezes com grandes dificuldades de financiamento.

A inelegibilidade de despesas com colaboradores próprios e outras despesas associadas tem o efeito perverso de aumentar custos (via contratação de serviços externos) e de fomentar indiretamente o trabalho precário em vez de contribuir para a consolidação das ONGA e de todo o seu trabalho, por missão e convicção, de educação e sensibilização ambiental.

A CPADA e as ONGA da C6 exprimem ainda um **claro sinal de apreensão** relativamente à atuação continuada deste Ministério que penaliza grande parte das ONGA e as discrimina sem nenhuma justificação.

A C6 e CPADA vão continuar a intervir junto do Ministério do Ambiente para a disponibilização dos recursos financeiros adequados para a educação ambiental e para a conservação da natureza.

Notas para os Editores

A **C6** foi criada em 2015 com o objetivo de atuar a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da Natureza e da Biodiversidade em Portugal.

Para este ano de 2017 a C6 tem uma Agenda comum de intervenção focada nos seguintes pontos:

7. A organização e desenvolvimento de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública **em defesa da Natureza em Portugal**, com um momento dinâmico e mobilizador em defesa da Natureza em Portugal em Novembro de 2017;
8. O financiamento da conservação da natureza e da biodiversidade e a apresentação de propostas neste domínio;

9. A importância da Rede Natura 2000 e apresentação de propostas para uma política efetiva de proteção e valorização da Rede Natura 2000 em Portugal.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

A CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente/ONGA foi criada em 1991 e é a maior organização ambientalista do nosso País, integrando 110 ADA/ONGA que representam, no seu todo, muitas dezenas de milhar de associados.

A Confederação tem como objetivos gerais a defesa do ambiente, nas suas múltiplas vertentes, em particular através do fenómeno do associativismo. É um fórum de debate de temas ambientais, um espaço de solidariedade e o parceiro social por excelência em política de ambiente. A Confederação pretende melhorar os processos de informação, decisão e debate entre as ADA/ONGA em matéria de ambiente, promovendo e assegurando o intercâmbio de informações e experiências entre as ADA/ONGA, participar nos debates sobre política de ambiente e defender os interesses das ADA/ONGA junto dos organismos públicos.

É membro do **European Environmental Bureau**, federação de organizações ambientalistas da Europa e representa as ONGA no **Conselho Económico e Social**.

Compete à Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, a gestão dos processos de eleição de representantes das ONGA em Organismos Públicos de acordo com o "Regulamento de Representação em Organismos Públicos".

A democratização da defesa do ambiente em Portugal é um objetivo da Confederação.

17-08-2017 Comunicado de Imprensa - Coligação C6 vem apelar ao governo para que cancele abertura da caça à rola-brava prevista para 20 de Agosto.

Incêndios, destruição de habitat e caça tornam imperativo que seja cancelada a caça para este ano.

Após anos de alerta por parte das associações de defesa do ambiente e da comunidade científica, o governo vem reconhecer pela primeira vez que existe um decréscimo preocupante da população de rola-brava. Apesar disso, permite que a espécie seja caçada!

A Rola-brava (*Streptopelia turtur*) é uma espécie migradora que está a desaparecer a um ritmo galopante em Portugal e restante Europa. A situação da espécie na Europa é muito grave, estimando-se que a sua população tenha decrescido 79% (desde 1980 (PECBMS: Trends of common birds in Europe, 2016 update)).

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, que está em consulta pública até 30 de Setembro refere que: *"Concretamente e a título de exemplo, de referir que para a rola-comum (Streptopelia turtur), os dados de censos existentes apontam para um decréscimo populacional que pode ser preocupante, devido em grande parte à destruição de habitat e a níveis insustentáveis de exploração."*

Não é pois admissível que o governo, reconhecendo o problema da rola-brava num documento desta importância, mantenha a abertura da caça à espécie.

Esta situação é um paradoxo e revela descoordenação entre o Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente.

Este assunto foi abordado na última reunião da Coligação C6 com o Senhor Ministro do Ambiente mas, aparentemente, ele não terá escutado os nossos argumentos.

Recentemente a rola-brava foi incluída na Lista Vermelha de espécies ameaçadas da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) com o estatuto de “Vulnerável”. Esta inclusão na Lista Vermelha é um reconhecimento internacional e científico da ameaça de extinção que a espécie enfrenta.

Acresce que, na data prevista para a abertura da caça à rola, ainda durante o mês de Agosto, é provável a existência de muitas rolas em nidificação ainda com crias no ninho e, pontualmente, ovos de posturas tardias ou segundas posturas. Conjugada com a quantidade e a extensão dos incêndios florestais que têm ocorrido em Portugal, esta situação provocará uma quebra ainda maior nas já debilitadas populações selvagens de rola-brava.

A Coligação C6 defende a suspensão da caça a esta espécie por um período de 3 a 5 anos, de modo a favorecer a recuperação das respectivas populações e prevenir uma eventual extinção da espécie. Esta posição já foi manifestada ao Ministro do Ambiente e ao Secretário de Estado das Florestas em várias ocasiões.

Os ministérios do Ambiente e da Agricultura estão de posse de toda a informação, por isso é responsabilidade do dois ministros a tomada das decisões para evitar a extinção desta espécie.

Notas para os editores:

PECBMS – A Rede Pan-Europeia de Monitorização de Aves comuns é constituída por organizações científicas e de conservação da natureza presentes em 28 países da Europa. Estas organizações no seu conjunto contribuem com dados actualizados anualmente sobre as populações de aves comuns da Europa. Toda a informação sobre o PECBMS pode ser encontrada em <http://www.ebcc.info/pecbm.html>. A informação actualizada sobre a tendência populacional das aves comuns pode ser consultada em <http://www.ebcc.info/index.php?ID=612>.

C6 – A **C6** foi criada em 2015 com o objetivo de atuar a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da Natureza e da Biodiversidade em Portugal. Para este ano de 2017 a C6 tem uma Agenda comum de intervenção focada nos seguintes pontos:

10. A organização e desenvolvimento de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública **em defesa da Natureza em Portugal**, com um momento dinâmico e mobilizador em defesa da Natureza em Portugal em Novembro de 2017;
11. O financiamento da conservação da natureza e da biodiversidade e a apresentação de propostas neste domínio;
12. A importância da Rede Natura 2000 e apresentação de propostas para uma política efetiva de proteção e valorização da Rede Natura 2000 em Portugal.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

12-08-2017 proTEJO MARCA NOVA MANIFESTAÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO E A PETIÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES SERÁ DISCUTIDA NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO INÍCIO DA LEGISLATURA

O Movimento proTEJO realizou uma reunião de trabalho no dia 12 de agosto de 2017 para informar a situação da Petição contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes, avaliar a proposta de projeto de monitorização da qualidade da água do rio Tejo e seus afluentes, analisar a situação da bacia da poluição do rio Tejo e programar atividades a realizar no período de 2017/18, tendo desta resultado as seguintes apreciações e decisões:

1º A realização de uma 3ª manifestação contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes, no dia 14 de Outubro de 2017, pelas 15 horas, junto ao Ministério do Ambiente em Lisboa na [Rua de “O Século”, nº 51 -1200-433 Lisboa \(38.712472, -9.147583\)](https://www.google.pt/maps/@38.712472,-9.147583,15z).

Esta manifestação irá realizar-se face à continuidade dos episódios de poluição extrema no rio Tejo, com principal origem em Vila Velha de Ródão, apesar do Senhor Ministro do Ambiente ter anunciado que a nova ETAR da Celtejo estaria concluída e em funcionamento no passado mês de Maio.

Tem como objetivo apelar ao governo para agir com eficácia e determinação na contenção dos agentes poluidores uma vez que a medida de criação de uma brigada de intervenção rápida de fiscalização do IGAMAOT, que estaria disponível a todo o tempo, 24 horas por dia 7 dias por semana e equipada com drones, não está a obter os resultados pretendidos.

Além disso, pretendemos ainda que o Governo proceda à revisão da licença de descarga de efluentes da Celtejo no rio Tejo para valores que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico das massas de águas do rio Tejo ao longo de todo o seu curso em território português.

2º A Petição contra a poluição do rio Tejo e seus afluentes foi aceite pela Comissão Parlamentar do Ambiente e será levada a discussão no plenário da Assembleia da República no início da próxima legislatura, em Setembro.

3º Quanto ao projeto de monitorização do rio Tejo e seus afluentes foi realizada uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente tendo esta manifestado que promoverá a colaboração com as entidades da Administração Local e Central e com as Comunidades Intermunicipais, quer no âmbito do 3º ciclo de planeamento, quer ao nível da monitorização, responsabilizando-se por assegurar a necessária articulação entre a monitorização de que atualmente é responsável com a monitorização que as diferentes entidades venham a manifestar interesse em realizar.

4º A programação de um debate sobre “O regime de caudais ecológicos e a Convenção de Albufeira” e uma atividade “Vogar contra a indiferença”, em Maio de 2018, tendo como possível percurso Barca da Amieira - Barragem de Belver-Ortiga, sendo um percurso de 16 km com estacionamento na Ortiga e ida de comboio às 8h43m da estação de Barragem de Belver com chegada às 9h à estação da Barca da Ameira e volta de canoa para a Ortiga, com paragem na praia do Alamal.

Apelamos assim ao apoio e participação dos cidadãos e das comunidades ribeirinhas do rio Tejo e seus afluentes, em Portugal e Espanha, para defenderem e protegerem os nossos rios.

O TEJO MERECE!

14-09-2017 COMUNICADO DE IMPRENSA - Tâmega poluído e moribundo tem o futuro ameaçado

O GEOTA está desde a semana passada no Vale do Tâmega, a acompanhar a grave situação de eutrofização verificada no rio em Amarante, Mondim de Basto e Chaves.

A associação divulgou o caso nas redes sociais, apresentou denúncias ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente na GNR de Amarante e de Chaves e prepara um relatório sobre o estado do rio, acompanhado de um caderno de exigências à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Ministério do Ambiente.

A equipa do projeto Rios Livres, do GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, está desde sexta-feira em Amarante a promover a campanha [Vota Tâmega](http://www.votatamega.com) [www.votatamega.com], que pretende desafiar as candidaturas autárquicas da região a comprometerem-se com a defesa de um rio livre e limpo.

Ana Brazão, coordenadora do projeto Rios Livres, explica: “Através do site, as pessoas podem exigir aos seus futuros representantes que assinem a [Declaração pelo Tâmega](#). A questão é prioritária, como infelizmente se confirma. **Verificámos este alarmante nível de eutrofização em Amarante, Mondim de Basto e Chaves. É evidente que não é um problema pontual. O rio está verde, cheio de algas, fétido e moribundo**”.

Esta semana o GEOTA denunciou a situação nas [redes sociais](#) e formalmente junto dos Serviços de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana de Amarante [dia 11/09/2017] e de Chaves [dia 13/09/2017].

Os fenómenos de desenvolvimento anormal de algas têm o nome técnico de eutrofização e acontecem quando a água está parada, se verificam temperaturas elevadas e há excesso de nutrientes, fruto de poluição.

Como era assumido no 1.º Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Douro [2012-2015], do qual o Tâmega é afluente, **todo o curso deste rio se encontrava em incumprimento dos objetivos da Diretiva Quadro da Água**, sendo que este estava mais degradado a montante (concelho de Chaves), com classificação de «Medíocre». Acontece que a situação não melhorou no 2.º Plano, lançado no ano passado e vigente até 2021.

O problema [acontece pelo menos desde 2008](#) e é do conhecimento dos municípios afetados e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). **O estado do rio Tâmega piorou do 1.º ciclo para o 2.º ciclo do PGRH do Douro. O número de massas de águas classificadas como «Bom» diminuiu e o número de massas de água classificadas como «Medíocre» aumentou.**

Ana Brazão avisa que a qualidade da água do rio ficará ainda pior com a [construção das barragens do Sistema Eletroprodutor do Tâmega](#) (SET) – Daivões, Gouvães e Alto Tâmega, concessionadas à Iberdrola. **“Se o Governo continuar a apadrinhar o SET e quiser ainda avançar com o Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão [duas grandes barragens, de 38 e 94 metros], da EDP, suspenso até 2019, tudo o que estamos a assistir será pior.”**

O rio Tâmega tem já uma grande barragem, a do Torrão, no Marco de Canaveses, junto à confluência com o Rio Douro. A albufeira do Torrão [foi classificada como zona sensível no parâmetro «Eutrofização»](#) e encontra-se em «risco de eutrofização». De acordo com o 2.º PGRH do Douro, a massa de água da albufeira do Torrão não atinge o «Bom Estado» ecológico devido à existência da barragem. Na identificação das medidas de restauro necessárias para atingir o bom estado ecológico, as propostas eram claras: **«Eliminar a barragem e todos os seus órgãos; Recuperar a morfologia natural do curso de água; Repor o regime hidrológico natural do curso de água»**. Contudo, nada foi feito neste sentido.

Para Marlene Marques, presidente do GEOTA, é necessário pedir contas às autoridades: “Só não reconhece o problema que estas novas barragens vão trazer quem quer esconder os seus enormes impactos negativos. Estamos a preparar um **relatório sobre o estado do rio Tâmega que enviaremos à APA e ao Ministério do Ambiente. Queremos que assumam as suas responsabilidades técnicas e políticas e façam cumprir a legislação**. Não podemos permitir que se banalize a ideia de que é normal o Tâmega ser um rio de água inquinada.”

20-10-2017 Pesca da sardinha: parar agora para não acabar para sempre – PONG-Pesca

O Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM, em inglês, ICES) divulgou hoje o parecer científico sobre a pesca da sardinha ibérica para 2018, onde recomenda uma paragem total desta atividade. A Plataforma de Organizações Não Governamentais sobre a Pesca (PONG-Pesca*) salienta que esta recomendação evidencia a má situação do *stock* da sardinha ibérica e deve ser seguida para dar as melhores hipóteses possíveis de recuperação, juntamente com a adoção de outras medidas de gestão e proteção da sardinha e dos *habitats* que lhe são essenciais. A PONG-Pesca lamenta os impactos negativos que esta medida terá no sector da pesca, transformação e comercialização de pescado, mas considera que estes devem ser minorizados através do redirecionamento para outros *stocks* e de medidas de valorização da atividade.

O CIEM divulgou hoje o seu parecer para as possibilidades de pesca de sardinha ibérica para o ano de 2018, recomendando uma paragem total da pesca a esta espécie**. O documento – para o qual contribuem os investigadores do Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) – faz uma descrição detalhada da situação dramática em que este *stock* tem estado nos últimos anos.

Perante este quadro, e como vem indicando há vários anos, a **PONG-Pesca apela ao governo que siga as recomendações científicas, articulando as medidas de recuperação e gestão com Espanha**. PONG-Pesca alerta para a necessidade de se fazer um esforço na gestão da pescaria da sardinha ibérica com recurso a um plano de recuperação nos próximos anos e esperar assim que haja sinais claros de recuperação do *stock* para se voltar a ter uma pescaria revitalizada e sustentável.

Segundo Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca, “a situação é lamentável, mas não é de todo inesperada, pois os pareceres científicos e as informações vindas do mar já há muito tempo nos dizem que a sardinha está à beira do colapso. É tempo de parar a pesca à sardinha e tomar todas as medidas para esta poder recuperar.”

A PONG-Pesca reforça a importância do trabalho do IPMA e todo o seu esforço para assegurar a credibilidade dos dados que forneceram ao CIEM para a elaboração deste aconselhamento. Na situação atual é ainda imperativo intensificar o esforço no desenvolvimento de estudos científicos que permitam encontrar respostas e soluções pelo que a **PONG-Pesca apela ao reforço na capacitação (recursos humanos, financeiros e institucionais) das entidades nacionais que fazem investigação em biologia pesqueira e avaliação de *stocks***, “não só para a recuperação da sardinha, mas também para podermos com confiança pescar outras espécies, como a cavala e o biqueirão, sem correr os riscos de os esgotar”, acrescentou Gonçalo Carvalho.

A PONG-Pesca mantém a sua disponibilidade e empenho em colaborar na procura de soluções para a frota do cerco. Como tal, chama a atenção para a necessidade premente de encontrar alternativas que podem passar, por exemplo, por redirecionar o esforço de pesca da frota para outras espécies. Outras soluções podem passar pela valorização de outras espécies e pela diversificação da atividade das embarcações e dos profissionais da pesca, como o turismo ou outras pescarias. “Permitir a continuação da pesca da sardinha nesta altura não só põe em risco o *stock*, como todas as pessoas que dependem da pesca do cerco. É tempo desta pescaria existir para além da sardinha, introduzindo medidas essenciais para a sua continuidade a curto, médio e longo prazo”, concluiu o mesmo responsável.

26-10-2017 COMUNICADO DE IMPRENSA - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EXIGEM MENOS BARRAGENS, NÃO MAIS

O GEOTA refuta as declarações de António Sá da Costa, presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis - APREN, proferidas ontem na conferência anual da organização.

Os ambientalistas consideram que as afirmações sobre a necessidade de mais barragens não têm sustentação científica e que ignoram completamente as consequências das Alterações Climáticas

"Se temos um clima semi-desértico, e se queremos água no verão na estação seca, precisamos de barragens. Queixamo-nos que há seca, dos incêndios, que não há água para beber, para regar, ou para apagar fogos. Mas a única forma de armazenar água são as barragens".

"Nós preocupamo-nos com o lobo ibérico, com o morcego, e não nos preocupamos com o homo sapiens lusitano. Se não preservamos o homo sapiens lusitano ninguém mais nos vem defender".

António Sá da Costa, presidente da APREN, a 25 de outubro, na conferência anual da organização, [citadas pelo Jornal de Negócios, na sua edição online.](#)

O [GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente](#) refuta as palavras citadas e considera-as irresponsáveis e populistas, num quadro de seriedade e rigor que deve pautar a intervenção pública de dirigentes de organismos da sociedade civil.

As projeções produzidas e verificadas por centenas de cientistas do **Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas** - IPCC (uma organização mundial criada pela ONU que analisa e reporta a investigação produzida na área), [no seu último relatório, são claras](#) no que à produção de eletricidade diz respeito: **prevê-se que a produção hidroelétrica diminua em todas as sub-regiões europeias**, com exceção da Escandinávia, alcançando até menos 15% no sul da Europa, até 2050.

Os aproveitamentos hidroelétricos necessitam de níveis de armazenamento mínimos para operar. As condições climáticas atuais e futuras apontam para uma redução e maior variabilidade de precipitação. O mês passado foi o mais seco dos últimos 87 anos em Portugal Continental e a 30 de setembro o [Instituto Português do Mar e da Atmosfera considerou](#) que 81 % do território estava em seca severa, 7 % em seca extrema e que o ano hidrológico passado (1 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017) foi o 9º mais baixo, desde 1931, em termos de precipitação.

"Estes valores mostram que devíamos estar a promover outras formas de produção de energia, como a solar, a par de um maior esforço em matéria de eficiência energética, que é a abordagem mais barata e com efeitos mais positivos no emprego e no ambiente. Não só não podemos ficar reféns da eletricidade produzida em barragens, como não faz qualquer sentido defender que se construam novas", sustenta Joanaz de Melo, dirigente do GEOTA.

Ana Brazão, do GEOTA, coordenadora do projeto [Rios Livres](#), defende que o paradigma do aumento da produção tem de ser substituído pelo da racionalidade: ***"Os recursos são finitos. As empresas deviam estar a estudar como vão adaptar as suas centrais de produção às alterações climáticas, e assim garantir também a segurança do abastecimento — de água e de energia. A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos estima que, em 2015, cerca de 30% de toda a água da rede que abastece as nossas casas perdeu-se antes de chegar às torneiras"***.

Para a organização a tese de que para combater a seca é preciso mais barragens não faz sentido no atual cenário de alterações climáticas. Ana Brazão, explica que ***"o armazenamento de água em albufeiras é vital para o abastecimento público e a produção elétrica, mas não é a resposta à seca ou aos incêndios. As barragens, em países como Portugal, não aumentam a resiliência às***

alterações climáticas”.

*“Os índices de evaporação em albufeiras são significativos e as práticas florestais e agrícolas terão de **possibilitar uma maior absorção de água nos solos, em vez de promover o seu escoamento.** As secas vão continuar, a forma como nos preparamos para elas é que tem de mudar”,* alerta a ambientalista.

Joanaz de Melo denuncia a falácia de prometer obras como solução para todos os problemas. *“A complexidade e impactes de uma barragem têm de submeter-se a legislação comunitária e nacional, em primeiro lugar para defender as pessoas. **Os lobos e os morcegos são protegidos por lei, não por um qualquer devaneio, mas porque são essenciais ao equilíbrio dos ecossistemas que suportam a nossa vida, e também emblemáticos de uma sociedade evoluída, que preza a Natureza.***

*Nos recentes conflitos com as novas barragens, nos rios Sabor, Tua e Tâmega, nem as pessoas nem a Natureza foram defendidas. **Mais do que valores ecológicos, estas barragens estão a destruir valores culturais e ativos económicos. Quem mais perdeu nestes processos foram os habitantes humanos das regiões periféricas, abandonados pelo poder político-económico, espoliados do seu património e enganados com promessas vãs.***”

28-10-2017 PONG-Pesca discorda dos limites de captura de sardinha acordados a nível ibérico para 2018 e indigna-se com falta de diálogo por parte da tutela

Ontem, após os governos de Portugal e Espanha terem estado reunidos, a tutela portuguesa reuniu com o sector, numa reunião à porta fechada, para discutir as futuras medidas de gestão e comunicar os valores que foram acordados entre os dois Estados Membros relativamente à quota de sardinha ibérica para 2018. Segundo a Comunicação Social, terá sido acordada entre os dois países uma quota entre as 13 500 e as 14 000 toneladas. Espera-se que esta proposta seja apresentada aos responsáveis da Comissão Europeia durante a próxima semana, para que seja tomada uma decisão final.

A Plataforma de Organizações Não Governamentais sobre a Pesca (PONG-Pesca*) **recebe esta notícia com manifesta preocupação, uma vez que no passado dia 20 de outubro o Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM, em inglês, ICES) divulgou o parecer científico sobre a pesca da sardinha ibérica para 2018, onde recomendava captura zero para o próximo ano**.** Uma vez mais, Portugal pretende desrespeitar os pareceres científicos, adiando a resolução de um problema que poderá resultar numa paragem na pesca da sardinha por muitos anos.

Segundo uma publicação, decorreu ontem uma reunião entre a tutela e o sector onde foram *«transmitidas "em primeira mão" as informações sobre as negociações mantidas até agora entre Portugal e Espanha, depois da reunião de quinta-feira entre as ministras dos dois países para definir os limites de captura e o plano de gestão da pesca da sardinha para 2018»***.*

Foi com muita surpresa e indignação que a PONG-Pesca tomou conhecimento desta notícia. A Plataforma entende que se trata de uma comunicação que deveria ser feita em sede própria – a Comissão de Acompanhamento da Sardinha. Este órgão formal de gestão foi sempre veículo de informação e fórum de discussão relativa à sardinha e à sua gestão e dele fazem parte todas as partes interessadas, incluindo a PONG-Pesca. A confirmar-se a notícia veiculada, a PONG-Pesca não compreende como uma informação tão importante e sensível é transmitida apenas ao sector, e não a todas as partes interessadas. A PONG-Pesca tem seguido os trabalhos desta Comissão de Acompanhamento (da qual decorreram já 57 reuniões) sempre de forma solícita, ponderada e construtiva, pelo que aguarda uma resposta da tutela quanto às razões que levaram à exclusão desta reunião em particular. **A PONG-Pesca relembra que este é um dos meios que asseguram uma gestão participativa, onde se pressupõe participação de todas as partes interessadas e alerta que o modelo é desvirtuado quando não se incluem todos os parceiros.**

A PONG-Pesca reitera que este é o momento em que o governo deve assumir o seu papel de representante de todos os portugueses, **protegendo e gerindo de forma sustentável recursos que são de todos, e considerar devidamente as recomendações científicas na tomada de decisão, articulando as medidas de recuperação e gestão com Espanha.**

01-11-2017 CARTA ABERTA AO SENHOR MINISTRO DO AMBIENTE “MORTANDADE DE PEIXES DEVIDO À POLUIÇÃO DO TEJO”

Exmo. Senhor Ministro do Ambiente

João Pedro Matos Fernandes

O [proTEJO](#) é um movimento de cidadania em defesa do Tejo denominado "Movimento Pelo Tejo" (abreviadamente proTEJO) que congrega todos os cidadãos e organizações da bacia do Tejo em Portugal, trocando experiências e informação, para que se consolidem e amplifiquem as distintas atuações de organização e mobilização social.

Neste âmbito, realizámos, em 26 de setembro de 2015, em 4 de Março de 2017 e em 14 de Outubro de 2017, três manifestações “contra a poluição no rio Tejo” face ao significativo número de episódios de poluição que o rio Tejo vinha sofrendo, em especial na zona de Vila Velha de Ródão, visíveis a olho nu, registados e denunciados por diversos cidadãos que integram a rede de vigilância do rio Tejo deste movimento.

No entanto, estas manifestações e denúncias não foram suficientes para que o Ministério do Ambiente agisse oportuna e tempestivamente com a eficácia necessária para impedir a catástrofe ambiental que se anunciava e que está agora a ocorrer com uma vastíssima mortandade de peixes e a destruição da fauna e flora do Tejo.

Todas as palavras são poucas para qualificar o inqualificável!

Inacreditável, inconcebível, inaceitável, intolerável!

São estas as palavras que nos ocorrem ao vermos as imagens de milhares de peixes que jazem mortos, desde 13 de Outubro, nas águas do Tejo sujo e poluído entre Vila Vela de Ródão e a barragem do Fratel.

São as palavras que nos ocorrem ao vermos outros tantos milhares de peixes a nadarem continuamente à superfície da água com as bocas fora de água para poderem respirar o oxigénio que a água poluída não tem e que o buscam à superfície.

E é com tristeza com que assistimos às leis da natureza que se impõem quando estes peixes obrigados a respirar à superfície da água são facilmente pescados por bandos de gaivotas que subiram o rio ao adivinharem a tragédia e se banqueteam com presas tão fáceis.

O proTEJO já em 16 de setembro de 2017 tinha alertado que o rio Tejo estava a ser vítima de eutrofização no alto Tejo trazendo consigo um tapete verde de algas desde Espanha, da barragem de Cedilho, causado pela poluição e pela redução do caudal, acontecimento cada vez mais frequente a colocar em causa a qualidade da água, a sobrevivência das espécies piscícolas, as atividades de lazer e a qualidade dos produtos agrícolas sujeitos à rega desta água poluída.

Este tapete verde de algas consome o oxigénio da água e reduz os seus níveis colocando os ecossistemas aquáticos em perigo de sobrevivência e, consequentemente, matando os peixes.

E foi de Espanha que veio este tapete a verde de algas com origem nos fertilizantes utilizados na agricultura intensiva, na eutrofização gerada pela sua estagnação nas barragens da Estremadura e na descarga de águas residuais urbanas das vilas e cidades espanholas sem o adequado tratamento.

À poluição que chega de Espanha acrescem as contínuas descargas poluentes das celulosas de Vila Velha de Ródão que se acumulam até à barragem do Fratel.

E não nos custa a crer na insensibilidade ambiental destas empresas das celulosas que sabem exatamente os danos e as perdas que as suas descargas poluentes estão a causar ao rio Tejo, que sabem exatamente que estão a matar todos os peixes e toda a fauna e flora do rio Tejo.

De entre estas empresas salientamos a Celtejo que aumentou a sua produção a níveis para os quais não tinha capacidade de tratamento, antes de terem concluído a construção de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais que tem sido apresentada pelo Senhor Ministro do Ambiente como solucionadora do problema.

Esta mesma empresa solicitou uma alteração da licença de emissão de efluentes para triplicarem o valor do parâmetro de Carência Bioquímica de Oxigénio (CBO5), que foi imediatamente autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente.

O proTEJO vem desde 2016 a solicitar que o Senhor Ministro do Ambiente intervenha no sentido de que sejam tomadas medidas para a contenção das descargas poluentes no rio Tejo na zona de Vila Velha de Ródão, nomeadamente, para garantir que as emissões de efluentes da Celtejo para o rio Tejo estejam dentro de parâmetros que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico das suas massas de águas ao longo de todo o seu curso em território português, seja pela maior fiscalização, seja pela revisão ou suspensão das licenças de emissão de efluentes.

Todos estes poluidores contribuíram e acentuaram a carência de oxigénio dissolvido nas águas do rio Tejo e são assim responsáveis por esta mortandade de peixes e pela destruição da fauna e flora do rio Tejo.

De acordo com um testemunho que nos fizeram chegar "no dia 15 de Setembro, foram efetuadas análises no rio Tejo junto à barragem do Fratel e à barragem do Cabril no rio Zêzere constatando-se que os níveis de oxigénio na água à superfície (oxigénio dissolvido) no rio Tejo na barragem do Fratel eram 100 vezes inferiores aos níveis medidos no rio Zêzere em Cabril. O oxigénio era tão baixo no rio Tejo que os peixes ou aprendem a respirar fora de água ou morrem. Esta é a realidade deste rio."

É precisamente este prenúncio de morte que está a acontecer, neste preciso momento os peixes morrem e começam a tentar respirar fora de água.

Triste destino!

E ainda conseguimos ser surpreendidos pela fiscalização da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), a fazer análises à água acompanhados da comunicação social, a dizer, também surpreendida, que os níveis de oxigénio dissolvido nas águas eram preocupantemente muito reduzidos.

É urgente que atuem visto que há muito tempo que se conhecem as origens da poluição e quem são os poluidores!

Queremos medidas eficazes e definitivas que garantam que esta situação não volta a acontecer.

Neste sentido os cidadãos e as populações ribeirinhas vêm junto de vossa Ex.^a requerer que sejam tomadas medidas que permitam obviar e impedir a continuação da poluição do rio Tejo, designadamente:

1º O incremento da intervenção da IGAMAOT e da Agência Portuguesa do Ambiente de forma eficaz e determinada tendo em vista a deteção das origens e dos focos de poluição que estão a agravar-se neste momento, bem como a tomada das ações coercivas que impeçam a continuidade da ação poluidora;

2º A tomada de medidas para a contenção das descargas poluentes no rio Tejo, nomeadamente, para garantir que as emissões de efluentes da Celtejo para o rio Tejo estejam dentro de parâmetros que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico das suas massas de águas ao longo de todo o seu curso em território português, seja pela maior fiscalização, seja pela revisão ou suspensão das licenças de emissão de efluentes;

3º A determinação das causas da morte de milhares de peixes ocorrida desde 13 de outubro de 2017, entre Vila Velha de Ródão e a barragem do Fratel, identificando e responsabilizando os agentes poluidores.

02-11-2017 Incêndios em Portugal: ONGA's da Coligação C6 a propósito do Relatório da Comissão Independente salientam a importância das áreas protegidas na recuperação do território

A Coligação C6, coligação portuguesa de Organizações Não Governamentais de Ambiente formada pelo GEOTA, FAPAS, LPN, Quercus, SPEA e WWF em Portugal, apoia o relatório da Comissão Independente sobre a Reforma da Floresta Portuguesa, respondendo ao problema dos graves incêndios florestais que assolaram o país durante em Junho e ao longo dos últimos 4 meses e que fizeram mais de 100 vítimas mortais e consumiram mais de 37 mil hectares de áreas protegidas.

As ONGA da C6 reconhecem **que este documento** apresentado pela Comissão Independente, identifica grande parte dos problemas na base destes acontecimentos trágicos e identifica muitas das soluções que são necessárias implementar. Mas temem que este relatório coloque o enfoque unicamente nas perdas humanas e do tecido económico, deixando de lado a enorme destruição do património natural, essencial para a sustentabilidade ecológica e económica no longo prazo.

Dados do ICNF publicados esta semana revelam que, até 16 de outubro, arderam na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) 37.332 hectares de espaços florestais. O ICNF destaca o Parque Natural da Serra da Estrela pela maior extensão de área ardida até 16 de outubro (20.116 hectares, cerca de 22,6% da área total do parque). Adianta ainda que as áreas protegidas mais afetadas, face à sua extensão, são a Serra do Açor, o Monumento das Portas de Ródão e a Paisagem protegida da Serra da Gardunha, com uma afetação de 79,3%, 71,8% e 52,4%, respetivamente. Também o Parque Natural do Douro Internacional e o Parque natural do Vale do Tua viram mais de 5% da sua área consumida pelas chamas. Deve ainda dizer-se que uma boa parte da área ardida correspondeu não a floresta nem a plantações florestais mas a outros tipos de habitat.

No total ardeu 4,5% do território de Portugal Continental e 5,2% do total da RNAP. Isto parece indicar que as áreas protegidas não estão mais protegidas do que o resto do território, antes pelo contrário. Isto é uma grande tragédia para as espécies e os habitats ameaçados dessas áreas protegidas, que terão agora uma recuperação lenta e incerta. Mas acima de tudo, um grande golpe nos serviços de protecção do solo, da água e do ar que esses valores naturais

proporcionavam, e um golpe fatal no turismo de natureza, na agro-pecuária de pequena escala e na débil economia das populações, que em muitos casos são as mais remotas e as menos apoiadas do país.

O Relatório da Comissão Técnica Independente retrata os acontecimentos relacionados apenas com os incêndios de Pedrógão Grande e de Góis do dia 17 de Junho, abordando a problemática dos incêndios e apresentando um conjunto de recomendações. O relatório conclui que é urgente atuar a quatro níveis: ao nível do conhecimento, de forma a antecipar a ocorrência destes fenómenos, ao nível de uma correta gestão florestal; ao nível da qualificação e competências de todos os agentes intervenientes; e ao nível da governança, de forma a haver uma gestão concertada entre todas as entidades, não só durante as operações de combate a incêndios, mas também na aplicação de uma política de gestão e ordenamento rural que envolva todos os agentes – públicos e privados – e seja eficaz na prevenção dos incêndios.

A ONGA da C6 afirmam que 'este é um documento que aponta soluções concretas e concretiza medidas e ações para salvar as plantações florestais portuguesas. Trata-se de um documento estratégico que envolve toda a sociedade na solução do problema.' 'Contém os pontos essenciais relativamente à gestão florestal responsável que as ONGA da C6 há muito vêm referindo e praticando em projetos florestais no terreno.'

Mas lembram que "as áreas protegidas devem ser colocadas na linha da frente dos valores a proteger, quer na prevenção, quer no combate aos incêndios. "Devem ser apetrechadas com mais meios materiais e humanos, na prevenção e na primeira intervenção, e acima de tudo devem ser colocadas numa prioridade elevada na hora do combate. Os valores naturais e a biodiversidade das áreas protegidas, sendo salvos, têm um papel fundamental na recuperação dos ecossistemas das áreas ardidas em redor, na reposição dos ciclos naturais e no repovoamento das espécies animais e vegetais. Ou seja, as áreas protegidas e os serviços de ecossistema que proporcionam, aumentam a resiliência do território aos incêndios.

A C6 espera que 'as propostas que estão no relatório sejam integradas na política florestal e de conservação da natureza do Governo para os próximos anos, para que tenhamos em Portugal uma política florestal que promova a biodiversidade, para que se consiga ter uma floresta viva, equilibrada e resistente ao fogo em Portugal, capaz de promover o repovoamento e dinamização sustentável dos territórios rústicos.

Notas para os Editores

A **C6** foi criada em 2015 com o objetivo de atuar a uma única voz junto da sociedade civil e das instituições públicas e governamentais na defesa, proteção e valorização da Natureza e da Biodiversidade em Portugal.

Para este ano de 2017 a C6 tem uma Agenda comum de intervenção focada nos seguintes pontos:

13. A organização e desenvolvimento de uma ampla campanha de sensibilização e mobilização da opinião pública **em defesa da Natureza em Portugal**, com um momento dinâmico e mobilizador em defesa da Natureza em Portugal em Novembro de 2017;
14. O financiamento da conservação da natureza e da biodiversidade e a apresentação de propostas neste domínio;
15. A importância da Rede Natura 2000 e apresentação de propostas para uma política efetiva de proteção e valorização da Rede Natura 2000 em Portugal.

A coligação C6 está convicta que a informação e mobilização dos cidadãos pode sempre fazer a diferença para exigir aos decisores que optem por medidas que protejam o Ambiente e a Natureza em Portugal.

07-11-2017 Nota de Imprensa - UM MEMORANDO PARA ENDENDER O QUE SE TEM PASSADO NA FRENTE CONTRA A PROSPECÇÃO DE PETROLEO NO ALGARVE

Em **Maio de 2016**, numa altura em que não se falava, nem existia qualquer titulo para prospecção de petróleo ao largo da costa Algarvia a ENI / Galp contrataram os serviços de uma empresa

denominada MedServ que ficou instalada no porto de Sines para dar apoio a processos de prospecção offshore.

Saliente-se que nesta altura, embora já existissem contratos de concessão de direitos de prospecção, ainda não havia qualquer título emitido ao abrigo desses contratos, que lhes permitisse fazer qualquer prospecção.

Na sequência da sua contratação, a MedServ vem anunciar publicamente em 26 de Maio de 2016 ter ganho o concurso da ENI para fazer apoio logístico à prospecção.

Salientamos mais uma vez que tudo isto acontece ANTES da emissão do título de prospecção e até ANTES da abertura da consulta pública - nessa altura já a ENI, a GALP e a MedServ sabiam o que ia acontecer e sabiam que a prospecção iria avançar e o título iria ser concedido. Não importaria qual o resultado da consulta pública que, embora viesse a ser esmagador na posição que expressou contra a prospecção, de nada serviu. TUDO JÁ ESTAVA DECIDIDO. Em 31 de Maio de 2016 seria aberta a consulta pública. Inútil e desnecessária.

Chegamos a **Janeiro de 2017**, mais concretamente a 11 de Janeiro de 2017.

O Governo português atribui à ENI Portugal BV uma licença que permite a esta empresa a sondagem de pesquisa de petróleo no **deep offshore** da bacia do Alentejo.

A pesquisa pode decorrer por um período de 60 dias e tem na sua génese o contrato de concessão de direitos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção, celebrado pelo Estado português em 2007.

Embora o TUPEM que permite sondagens no mar em frente a Aljezur, tenha sido emitido em 11 de Janeiro de 2017, a PALP através das associações que a compõem só soube dessa emissão através da comunicação social, no dia 27 de Janeiro de 2017.

Como forma de reagir contra este acto administrativo, deu entrada no Tribunal administrativo e fiscal de Loulé uma **providência cautelar** proposta pelas associações, Almargem, Scianena e Quercus.

A providência é colocada contra o Ministério do Mar, contra a ENI e contra a Petrolgal, S.A. e pretende a suspensão da eficácia do TUPEM e intimar as requeridas a absterem-se de praticar uma conduta que, no entender das requerentes, viola o direito da União Europeia.

A providência cautelar **foi aceite pelo Tribunal administrativo e fiscal de Loulé e, neste momento, decorre uma fase processual de marcação da data da audição das testemunhas que cada uma das partes indicou.**

A Providência Cautelar da AMAL continua a correr os seus termos; a PC de Odemira foi indeferida pelo Tribunal Administrativo de Beja no passado dia 8 de Agosto, mas foi interposto recurso.

16-11-2017 Comunicado de Imprensa Permissão para destruir a Praia Grande de Silves?

Terminou na semana passada a consulta pública do Relatório de Conformidade Ambiental (RECAPE) da primeira fase do megaempreendimento turístico da Praia Grande de Silves. O relatório está em muitos aspetos incompleto e não responde a várias das condições legalmente impostas pela Declaração de Impacte Ambiental (DIA). Seis organizações não-governamentais de ambiente (ONGA) participaram na “Consulta Pública” através de um parecer em que pedem que o relatório seja recusado, considerando o empreendimento claramente sobredimensionado, ilegal e destruidor do património público. Estas associações lamentam que tenham de ser os cidadãos a tentar parar este empreendimento, sendo quase imoral a permissividade das autoridades centrais e regionais.

O Plano de Pormenor de Praia Grande de Silves refere-se a um mega-empreendimento, com mais de 300ha, 3 hotéis, 2 aldeamentos turísticos, 4000 camas, um campo de golfe e zona comercial. Localiza-se na última fracção de costa não edificada, entre as sobre-construídas praias de Albufeira e de Armação de Pêra. Estas ONGA, assim como qualquer cidadão o fará, não podem deixar de relacionar o projecto com a especulação imobiliária e com a fraude económica do ex-BPN. Infelizmente, o projecto teve a aprovação da Câmara Municipal de Silves em 2012, contra o estipulado no Plano Regional do Ordenamento do Território (PROT Algarve).

Este mega-projecto de construção civil não acrescenta nada de novo à oferta turística do Algarve, e vai destruir a última área natural da costa de Silves. Uma área com espécies e habitats protegidos por lei, e um dos locais mais visitados pelos observadores de aves e outros amantes da natureza em todo o Algarve. Um local com grande importância ambiental (pelos valores presentes e pelos benefícios que eles proporcionam a nível de ecossistema) e um enorme potencial educativo, de lazer e turístico, sendo claramente um elemento diferenciador da região. Os valores naturais e paisagísticos da área são adequados ao desenvolvimento de um projecto turístico mais ligeiro na construção, pleno de natureza, e mais aberto à visita e à educação, e não a mais dos mesmos erros destrutivos, cometidos já tantas vezes no Algarve.

Em 2013 a primeira fase do mega-emprego foi sujeita a um processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Uma avaliação incompleta, insuficiente e fortemente contestada pelo público. Apesar do coro de protestos e de uma petição pública com mais de 34000 assinaturas, a AIA foi aprovada pelo governo de então. Face a essa aprovação, seis organizações ambientais (Almargem, A Rocha, GEOTA, LPN, Quercus e SPEA) interpuseram uma acção judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, para anular os actos administrativos que autorizaram o empreendimento. Ao mesmo tempo estas ONGA foram prospectar no terreno espécies da flora que a AIA afirmava não existirem na área do empreendimento, e que vieram a verificar-se existir e com populações relevantes que agora serão destruídas se seguirem em frente as intenções dos promotores. O RECAPE que esteve em consulta pública não cumpre com o estipulado na DIA, principalmente porque:

- As medidas de monitorização e mitigação apresentadas são insuficientes ou não são claras, remetendo inclusivamente para futuros RECAPES;
- A avaliação dos efeitos cumulativos verificados sobre a fauna e flora é inadequada e incompleta;
- Não apresenta os estudos relevantes mencionados, inviabilizando a sua consulta e avaliação, do que resulta um problema de falta de fundamentação.

As ONGA esperam que este RECAPE não seja aprovado, e que o mega-emprego não seja autorizado a avançar. Têm confiança que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé se pronuncie a qualquer momento, uma vez que aguardam há mais de dois anos por uma decisão, que acreditam, só poderá ser pela anulação dos actos administrativos que viabilizaram o projecto. Esperam ainda que a Câmara Municipal de Silves se envolva activamente na busca de uma alternativa de projecto que não destrua o património natural e os serviços dos ecossistemas que deixarão a Silves, o Algarve e o país mais pobre de uma forma irreversível. Em suma, as ONGA esperam que os activos tóxicos do ex-BPN não contaminem mais o património e o interesse público, e que seja possível desenvolver um empreendimento turístico equilibrado, que permita combinar desenvolvimento económico, educação e património natural para as gerações futuras.

Notas para editores:

Plataforma dos amigos da lagoa dos Salgados – É uma plataforma de entendimento constituída por seis ONGA (Almargem, A Rocha, GEOTA, Liga para a Protecção da Natureza, Quercus e Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves), empresas de animação turística locais, órgãos de notícias locais e cidadãos individuais.

Parecer sobre o RECAPE – pode ser consultado em <http://www.spea.pt/pt/estudo-e-conservacao/pareceres-cartas/2017/>

Petição “Protect Salgados for the Future” – pode ser vista aqui:

https://secure.avaaz.org/en/petition/Save_Salgados_a_unique_internationally_recognized_birding_sanctuary_from_being_destroyed/

17-11-2017 Comunicado Movimentos reafirmam a sua oposição à prospeção e exploração de petróleo e gás no mar ao largo da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano.

Perante o anúncio da entrega do Plano de Trabalhos para 2018 apresentado pelo Consórcio Galp/ENI ao Governo, a prospeção e exploração de petróleo e gás na Bacia do Alentejo em 2018 está de novo em cima da mesa.

Apesar de todos os riscos e impactes ambientais, sociais e económicos, amplamente denunciados por várias entidades e organizações da sociedade civil, o consórcio Galp/Eni insiste na concretização desta atividade, tendo entregado ao Governo o Plano de Trabalhos para 2018. Em sequência, e de acordo com a entrada em vigor da Lei nº82/2017 de 18 de agosto, o Governo pediu, na semana passada, parecer (não vinculativo) às

Câmaras Municipais de Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos sobre o Plano de Trabalhos em causa, embora, em agosto, as declarações do Secretário de Estado fizessem crer que o processo estaria encerrado no final do ano de 2017. Aguardamos com expectativa o que se seguirá aos pareceres dos Municípios.

A recente oposição a todo este processo - por parte das Autarquias Locais, designadamente das Assembleias Municipais e Câmaras Municipais do Algarve e Alentejo Litoral, da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), da Sociedade Civil protagonizada pelas organizações ambientalistas portuguesas e movimentos de cidadania que entretanto se formaram, os expressivos resultados da Consulta Pública, ocorrida em 2016, relativa ao pedido de emissão do Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) para realização do furo de prospeção ao largo de Aljezur (na qual 42 295 cidadãos se pronunciaram contra e apenas 4 a favor) e a existência de várias ações judiciais em curso - não gera qualquer dúvida de que a sociedade civil se opõe à exploração de petróleo e gás no seu território, e que a imposição desta atividade por parte do Consórcio Galp/Eni e do Governo às comunidades do Algarve e Alentejo é uma violação aos princípios democráticos que exigem uma governação transparente, consciente e participativa.

Nesta fase, perante a real ameaça de concretização de prospeção e exploração de petróleo e gás em 2018, as Organizações e Movimentos subscritores deste comunicado reafirmam a sua oposição a este processo e o seu empenho em travar a prospeção e exploração de petróleo e gás na Bacia do Alentejo e em Portugal, exortando todos os cidadãos a tomarem uma posição ativa e esperando que todos os Municípios agora consultados mantenham a sua posição e emitam parecer contra este Plano de Trabalhos.

Os Movimentos e Organizações subscritores:

Alentejo Litoral pelo Ambiente (ALA), Algarve Surf and Marine Activities Association (Asmaa), Associação Rota Vicentina, Campanha Linha Vermelha, Climáximo, Coletivo Clima, Futuro Limpo, Plataforma Algarve Livre de Petróleo – PALP (Aldeia, Almargem, Coletivo Clima, Climáximo, Geota, Glocalfaro, LPN, Newloops, PAS, Quercus, Rias, Rocha, Sciaena, SPEA; organizações internacionais: Ocean Care, Save the Waves, Surfrider, Sun Concept), **Preservar Aljezur, Stop Petróleo Vila do Bispo, Tamera, Tavira em Transição.**

30-11-2017 COMUNICADO - proTEJO – Movimento Pelo Tejo

O proTEJO JÁ APRESENTOU DENÚNCIA À COMISSÃO EUROPEIA, PETIÇÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E DENÚNCIA POR CRIME PÚBLICO À PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA POR CRIME AMBIENTAL E GRAVE PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA POR EXTREMA POLUIÇÃO DO RIO TEJO QUE CAUSOU UMA VASTÍSSIMA MORTANDADE DE PEIXES

O proTEJO – Movimento pelo Tejo apresentou hoje, dia 30 de novembro de 2017, uma [denúncia à Comissão Europeia](#) e uma [petição à comissão de petições do Parlamento Europeu](#) (que em breve estará disponível para receber apoios) para que a União europeia intervenha junto do Ministério do Ambiente português e do Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente espanhol, tendo em vista que:

- a) a Confederacion Hidrografica del Tajo assegure o bom estado ecológico das massas de água fronteiriças e transfronteiriças, tendo em vista o cumprimento Convenção de Albufeira e a Diretiva Quadro da Água, nomeadamente, pela execução imediata da medida de melhoria dos atuais sistemas de tratamento de águas residuais urbanas “Saneamento e Depuração da Zona Fronteira com Portugal. Cedillo e Alcântara” e da “Estrategia para la Modernización Sostenible de los Regadíos, Horizonte 2015”, bem como pela adoção de outras medidas que visem a eliminação da significativa carga poluente de fosforo que tem vindo a ser detetada nas análises efetuadas na barragem de Cedillo;

b) a Agência Portuguesa do Ambiente reveja imediatamente a “licença de utilização de recursos hídricos – rejeição de efluentes” da Celtejo estipulando um nível de produção que não exceda a capacidade de processamento de efluentes da atual ETAR e defina valores limites de emissão (VLE) que garantam o objetivo de alcançar o bom estado ecológico da massa de água “Albufeira do Fratel”, bem como das massas de águas a jusante da mesma e pertencentes à mesma bacia hidrográfica;

c) a Agência Portuguesa do Ambiente e a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) intervenham de forma eficaz e definitiva tendo em vista a inequívoca identificação dos focos de poluição que originaram a mortandade de peixes a 2 de novembro de 2017, bem como a tomada de ações que visem a prevenção e reparação de danos ambientais nos termos da diretiva comunitária e da lei interna de responsabilidade ambiental;

d) a Centroliva, a Celtejo e a Agência Portuguesa do Ambiente adotem as ações de prevenção e as ações de reparação de danos ambientais que se justifiquem nos termos da diretiva comunitária e da lei interna de responsabilidade ambiental.

Apresentou ainda à Procuradoria-Geral da República uma denúncia por crime público por crime ambiental e grave problema de saúde pública por extrema poluição do rio Tejo que causou uma vastíssima mortandade de peixes.

No âmbito da XX reunião plenária da [Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas](#) (CADC), realizada no passado dia 27 de novembro de 2017, tecemos as seguintes considerações:

a) os caudais mínimos estabelecidos no protocolo adicional à Convenção de Albufeira foram cumpridos com exceção de uma semana;

b) existe uma falta de transparência e défice de incentivo à participação pública pela não divulgação semanal e trimestralmente, e até mesmo online e em tempo real, dos caudais que passam em Muge e na barragem de Cedillo para se aferir publicamente do cumprimento ou incumprimento dos respetivos caudais semanais e trimestrais;

c) o Ministério do Ambiente português está dependente da veracidade dos dados fornecidos pela Confederation Hidrografica del Tajo visto que o local de medição dos caudais para verificar o cumprimento da Convenção de Albufeira está localizado na barragem de Cedillo que pertence a Espanha. Curiosamente, o SAIH Tajo (<https://saihtajo.chtajo.es/index.php>) apresenta o caudal online e em tempo real de todas as barragens do Tejo espanhol, menos na barragem de Cedillo onde se afere do cumprimento ou incumprimento da Convenção de Albufeira.

d) os caudais mínimos semanais e trimestrais estabelecidos no Protocolo Adicional à Convenção de Albufeira, que afluem de Espanha, são insignificantes por representarem, se cumpridos, respetivamente, apenas 12% e 36% do caudal anual de 2.700 hm³, permitindo assim uma grande variação dos caudais durante os dias, as semanas e os trimestres.

No que respeita ao regime de caudais temos vindo a defender que:

a) os caudais semanais e trimestrais da Convenção de Albufeira sejam estabelecidos num nível aproximado ao caudal anual (no mínimo cerca de 80%) e que sejam definidos caudais diários com a finalidade de evitar uma grande variabilidade dos caudais durante a semana e os trimestres e não para resolver o problema de poluição;

b) a implementação de um regime de caudais ecológicos estabelecidos de forma científica que garantam o bom estado ecológico das águas do rio Tejo, integrando regimes de exceção, especificamente de seca, conforme previsto na Convenção de Albufeira, em vez de manter a atual definição de caudais mínimos fixados no Protocolo Adicional à Convenção de Albufeira, com critérios administrativos e políticos, que deveria ser meramente transitória;

c) a adoção de um conceito de caudal ecológico que seja o “volume de água mínimo capaz de satisfazer as necessidades dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos, assegurando a conservação e manutenção destes ecossistemas aquáticos naturais, bem como aspectos estéticos da paisagem e outros de interesse científico e cultural (Alves e Bernardo, 2002)”.

O proTEJO apresentou 10 casos específicos de problemas da bacia do Tejo, no passado dia 2 de novembro de 2017, que sejam passíveis de análise e resolução pelo Ministério do Ambiente, designadamente:

1º Poluição na Albufeira de Santa Águeda

2º Poluição da Celtejo no rio Tejo

3º ETAR Fossa I e Fossa II da Ortiga/Mação

4º Definição de caudais ecológicos nas barragens de Fratel e Belver

5º Conectividade Fluvial no Travessão do Pego e no Açude de Abrantes

6º Aterro sanitário intermunicipal de Abrantes – Valnor

7º Poluição da Fabrióleo na ribeira da Boa Água

8º Poluição da Tomatagro no rio Maior

9º Poluição das suiniculturas nas Póvoas (Benepec)

10º Poluição do rio Nabão

Por fim e muito importante, na Conferência de Líderes dos grupos parlamentares, realizada no dia 29 de novembro de 2017, foi deliberado agendar a apreciação da Petição n.º 264/XIII/2ª “[CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES](#)” para a reunião plenária da Assembleia da República do próximo dia 21 de dezembro, a partir das 10 horas (link para as ordens de trabalho das reuniões plenárias - <http://app.parlamento.pt/BI2/>).

Apelamos assim ao apoio e participação dos cidadãos e das comunidades ribeirinhas do rio Tejo e seus afluentes, em Portugal e Espanha, para defenderem e protegerem os nossos rios.

O TEJO MERECE!

12-12-2017 Parecer sobre o RECAPE da pedreira “Vale do Mar”(freguesia de Alcanede, concelho de Santarem)no ambito do processo de consulta publica

1. Introdução

Em Dezembro de 2014 a LPN, GEOTA e a FPE manifestaram o seu parecer negativo a ampliação da pedreira “Vale do Mar”. Os motivos que levaram a essa posição mantêm-se infelizmente válidos: A justificação da criação da pedreira “Vale do Mar” é totalmente falha de fundamento. Tanto a paisagem carsica do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros como a rocha em si são recursos

escassos e não renováveis; a sua exportação com baixo valor acrescentado e simultaneamente um grave dano ambiental e um uso de recursos com péssima relação custo/benefício; O estudo de impacto ambiental da pedreira “Vale do Mar” é um documento de fraca qualidade, designadamente no que toca ao património cársico e espeleológico. A pedreira localiza-se no coração do PNSAC, uma área protegida criada explicitamente para defender estes valores; Constatamos agora que a DIA é muito pouco exigente e que o RECAPE nem sequer dá cumprimento a essas escassas exigências.

Chamamos a atenção que tivemos um período muito reduzido para analisar o problema, uma vez que documentos relevantes não estavam disponíveis durante o período de consulta pública. Reservamo-nos portanto o direito de acrescentar informação adicional sobre o processo em data posterior.

2. Valores protegidos ameaçados

A pedreira proposta designada “Vale do Mar”, do proponente Solancis, S.A., localiza-se em pleno Vale do Mar, um vale seco quase horizontal com características paisagísticas raras no contexto do modelado cársico superficial do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. A pedreira irá desfigurar completamente o Vale, destruindo irreversivelmente uma paisagem de características únicas — paisagem essa já confinada pela presença de outras pedreiras, o que aumenta o valor de unicidade da parte remanescente. Recentemente foi aprovada, ainda que condicionantes, a pedreira Vale Maria, que irá degradar parte do vale.

Nas proximidades do perímetro designado para a nova pedreira, encontra-se o Algar das Gralhas, o Algar do Pena com o respectivo Centro de Interpretação Subterrâneo, e ainda o Algar Pena 2. As duas primeiras tratam-se de grutas bem conhecidas, com várias topografias publicadas, e.g. por Thomas (1985) e Ferreira (2000). O Algar das Gralhas localiza-se a cerca de 250 m do limite da área sujeita ao pedido de licenciamento para a pedreira de Vale do Mar. A entrada é um pouco de 10 m; a sala principal apresenta um desenvolvimento de cerca de 50 m e ostenta um concrecionamento interessante. Há várias hipóteses de continuação por explorar. É um abrigo de espécies de morcegos protegidas de importância nacional no Outono, sendo ainda satélite de maternidade. A sua importância só foi reconhecida recentemente sendo o conhecimento deste local ainda incompleto, estando referenciadas para esta gruta o morcego-de-peluche (*Miniopterus schreibersii*), o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e o morcego-de-ferradura-pequeno (*R. Hipposideros*). Podemos afirmar que o interesse desta gruta *per si* é significativo. O contexto em que se insere é de elevada importância cársica, espeleológica e paisagística.

O Algar do Pena e respectivo Centro de Interpretação Subterrâneo localizam-se a 330 m do limite da área sujeita ao pedido de licenciamento para a pedreira. O Algar do Pena contém a maior sala subterrânea conhecida em Portugal, com cerca de 60 m x 30 m em planta e mais de 40 m de altura. O Algar é classificado como “cavidade cársica”, protegida, nos termos do Anexo n.º I (outros geo-sítios e sítios de interesse cultural) do plano de ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) com o nº 30 (RCM n.º 57/2010). O Centro de Interpretação Subterrânea da Gruta Algar do Pena (CISGAP) é um caso único em Portugal: operado pelo PNSAC, com um programa de monitorização climática, recebe visitantes com interesses quer turístico quer espeleológico. O CISGAP recebeu recentemente investimentos significativos para um melhor serviço de educação ambiental e de divulgação sobre os ambientes cársicos. Tem um número de visitantes significativo, pelo que a exposição do público à paisagem envolvente é igualmente significativa.

No endocarso da área podem identificar-se circulações sub-horizontais da água, nomeadamente no Algar do Pena, no Algar dos Potes I, no Algar das Gralhas e no Algar da Aderneira. Todos estes algarres são importantes para compreender a circulação subterrânea nesta região, que representa uma importante reserva estratégica de água, a segunda maior em Portugal (a seguir ao aquífero do baixo Tejo e Sado).

As pedreiras provocam uma poluição hídrica não desprezável, designadamente o pó de pedra e as fugas de óleo dos equipamentos mecânicos. Isto é especialmente preocupante quando, como é o caso, as escorrências serão dirigidas para áreas com a presença de grutas sensíveis e aquíferos importantes. Todos estes valores são expressamente protegidos no Plano de Ordenamento do PNSAC.

O licenciamento da area pedida para a pedreira de vale do mar implicara a destruicao de 6,5 ha de azinhal, especie protegida pelo Decreto-Lei 169/2001) de 25 de Maio.

“A area onde se propoe para lavra esta coberta, na sua generalidade, por uma área continua de mato, com numerosos exemplares arbustivos de azinheira, dos quais, os de maior dimensao atingem cerca entre 3 e 4 m de altura. Na generalidade da area existem caules de azinheira com uma altura minima de 1 m, embora a maior parte apresente menor dimensao. Em alguns locais, a densidade de caules de azinheira brotando do solo e extremamente elevada, sendo superior a 20/m². (...) Neste contexto, este povoamento enquadra-se na alinea q) i) do Artigo 1o Decreto-Lei n.o 169/2001 de 25 de Maio” (cf. elementos adicionais do EIA, p. 24) “Desta forma propoem-se a “beneficiacao” de um povoamento de azinheira existente numa area igual a area de lavra multiplicada por um factor de 1,25. Esta beneficiacao consistira no corte das arvores mais pequenas diminuindo a densidade e permitindo o crescimento das maiores.” (cf. elementos adicionais do EIA, p. 26). O EIA nao fornece elementos que permitam avaliar a eficacia da “beneficiacao” proposta, nem mesmo se a medida proposta nao resultara numa violacao do artigo 2 do Decreto-Lei 169/2001 de 25 de Maio. Salvo melhor opiniao, a medida proposta nao representa qualquer beneficio, bem pelo contrario.

3. Deficiências do RECAPE

Uma analise relativamente superficial, a unica possivel no escasso tempo disponivel, indicia que o RECAPE nao garante o cumprimento de questoes relevantes, inscritas na DIA.

No seu ponto 6, a DIA diz ser preciso efectuar pelo menos mais um ano de monitorizacao e depois reavaliar calendario da mesma — ja de si muito insuficiente. Com o inicio dos trabalhos, os morcegos serao espantados, pelo que no ano seguinte a reavaliacao dará que nao existem morcegos.

No seu ponto 7, a DIA exige a declaracao de imprescindivel utilidade publica. Qual o beneficio publico de uma pedreira que vai destruir valores protegidos pela lei da Republica? Onde e que esta essa declaracao e com que fundamentos?

O DL 169/2001 refere que arranque de azinheira pode ser compensada por constituicao de novas areas ou beneficiacao de area com $\geq 1,25 \times$ area afectada. A DIA refere que a opcao de beneficiacao tera de ser com $5 \times$ area afectada. O RECAPE nao esclarece nada sobre a constituicao nem a beneficiacao de azinhal. A DIA indica que nao deverao ser intervencionadas as areas de defeso e que estas devem ser devidamente balizadas. O RECAPE refere que nao estao intervencionadas e que estão balizadas, apresentando um registo fotografico onde nao se ve balizamento (p. 9-12).

Nao referem nada em relacao ao futuro, que e o que realmente interessa.

O RECAPE apresenta declaracoes de encerramento de 6 pedreiras, como prova da recuperacao da area afectada para dar cumprimento a RCM 57/2010 (autorizacao de exploracao em areas de protecao complementar dado como contrapartida a recuperacao de igual area de pedreiras). Nao parece haver qualquer informacao sobre a situacao destas pedreiras em relacao a recuperacao (obrigatoriedade, situacao e motivo de incumprimento). Se o no 8 do artigo 32 da RCM 57/2010 for usado com a recuperacao de pedreiras que de qualquer modo ja seriam ou ja estavam recuperadas, o seu uso e perverso, utiliza-se um regime “de excepcao” com exploracao em zona protegida sem contrapartida real.

DIA refere para a fase de exploracao: limitar a destruicao do coberto vegetal as áreas estritamente necessarias e garantir a sua recuperacao logo que possivel. Nao ha um mapa do RECAP/AIA que defina as zonas de coberto que nao serao afectadas. Pela analise das varias plantas, nao devera haver quase nenhuma, ou nenhuma area não afectada. O Relativamente aos morcegos DIA refere que ate obtencao dos resultados do plano de monitorizacao de morcegos para o Algar das Gralhas e respectiva avaliacao não sao permitidos trabalhos de pedreira entre Agosto e Novembro. Refere que o proponente deve apresentar um plano de monitorizacao de morcegos, indica alguns parametros para o mesmo, que sao confusos e insuficientes. O RECAPE diz que nao irão haver trabalhos entre Agosto e Novembro e que o plano foi enviado ao ICNF e que o mesmo esta no anexo IV. ORECAPE diz: Verificacao da conformidade com a DIA: Não verificavel nesta fase do projecto. Demonstracao da conformidade com a DIA: oproponente assim como o responsavel tecnico da pedreira irao garantir que a destruicao do coberto vegetal se ira limitar as areas estritamente necessarias e garantir a sua recuperacao logo que possivel. Mais vago nao podia ser...

Ponto 4.2.1. do RT: *"O Anexo n.º IV do presente documento constitui o Plano de Monitorização dos Quirópteros para o Algar das Gralhas que foi apresentado ao ICNF. Perante a apresentação do plano o ICNF, respondeu através do ofício n.º 6285/2015/DCNF-LV, que constitui o Anexo n.º V ao presente documento."* Não consta qualquer Plano de Monitorização de Quirópteros do Algar das Gralhas no Anexo IV e o parecer do ICNF apenas refere a receção do Plano de Monitorização (Anexo V). Ou seja, não se consegue avaliar o que foi feito em relação aos morcegos, nem os resultados obtidos nos estudos (nota: no Anexo VIII também não surge nada de impactos sobre os morcegos, falha grosseira).

Ponto 1.2 do Anexo VII do RT: *"As atividades que decorrem da fase de funcionamento da atividade extrativa na área a intervir, tais como a destruição do coberto vegetal e a remoção das terras de cobertura, põem a descoberto uma determinada extensão de rocha, facilitando os processos erosivos, o que constitui um impacto negativo. Atendendo à elevada permeabilidade das formações aflorantes e a sua relativa resistência à erosão, considera-se que a sua suscetibilidade aos agentes erosivos não será incrementada de forma significativa."* Ao contrário do que é afirmado, a rocha calcária não é assim tão resistente à erosão, algo facilmente perceptível na grande variedade de formas cársticas de superfície que estão associadas a estas formações (marmitas, os vários tipos de lapias). Assim, considera-se que a remoção do coberto vegetal e das terras, vai originar um aumento significativo da erosão das rochas.

"A destruição das formações geológicas presentes na área de intervenção, como resultado das operações de desmonte, constituirá um impacto negativo permanente. Contudo, considera-se que esta perda será pouco significativa uma vez que estas formações geológicas não constituem valores geológicos a preservar. No entanto, dada a proximidade relativa dos Alagares das Gralhas e do Pena, importa avaliar em pormenor eventuais impactos do projeto em apreço sobre estas formas de relevo cárstico."

13-12-2017 Oportunidades de Pesca 2018 – Ministros da UE fazem progressos mas teimam em adiar o fim da sobrepesca. Portugal volta a estar entre os menos ambiciosos

Às primeiras horas de hoje, os Ministros das Pescas da União Europeia reunidos em Conselho em Bruxelas decidiram as possibilidades de pesca para 2018, num processo mais uma vez marcado pela falta de transparência. À semelhança de anos anteriores uma boa parte dos pareceres científicos voltaram a ser ignorados e a grande maioria das quotas foi estabelecida acima de níveis que permitam o rendimento máximo sustentável (RMS), conforme exigido pela Política Comum das Pescas (PCP). Portugal voltou a estar entre os menos ambiciosos, tendo mais uma vez optado por objetivos de curto prazo, em vez de privilegiar a sustentabilidade ambiental e também socioeconómica. No caso da sardinha ibérica, as decisões ficaram adiadas para o início do ano, mas o pedido da Comissão Europeia para o plano de recuperação ser avaliado pelo Comité Científico, Técnico e Económico da Pesca (CCTEP) foi acolhido positivamente pelas organizações da PONG-Pesca.

Em vigor desde 2014, a PCP reformada determina que os *stocks* têm de ser restabelecidos progressivamente e mantidos acima dos níveis de biomassa que permitem obter o RMS antes de 2020. Qualquer adiamento desta meta só pode ser aceite "se tal comprometer seriamente a sustentabilidade social e económica das frotas de pesca envolvidas" (preâmbulo 7). "Numa análise preliminar podemos afirmar que terão sido feitos progressos para atingir as metas da PCP, mas abaixo do que seria necessário e sem que tenham sido tornados públicos os argumentos socioeconómicos que justificaram o protelar destas metas", disse Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca.

Portugal não terá sido exceção a esta tendência geral, uma vez que várias das quotas estabelecidas para espécies importantes para o país terão excedido o aconselhamento científico entre as quais o biqueirão, as raias e a pescada, sendo que para a última terá havido um compromisso para atingir o RMS já em 2019. É particularmente preocupante que se permita um aumento da captura de grupos como as raias, que incluem espécies ameaçadas com estatuto de conservação⁶.

Os membros da PONG-Pesca* ficaram ainda perplexos com a tentativa de exceder o parecer científico para o carapau durante as negociações, um *stock* que nos últimos anos tem sido explorado a níveis sustentáveis. "Sabendo que o nível recomendado não estava abaixo das quantidades que têm sido capturadas por Portugal nos últimos anos, não conseguimos compreender porque é que a Sra. Ministra e a sua equipa se terão batido por uma quota excessiva que, para além de ir contra o

⁶ [Lista vermelha da IUCN para as espécies ameaçadas](#)

aconselhamento científico, desvalorizaria ainda mais o preço desta espécie. A PONG-Pesca congratula o esforço da Comissão Europeia em salvaguardar este *stock*”, salientou Gonçalo Carvalho.

A exploração sustentável dos recursos naturais implica forçosamente o respeito pelos pareceres científicos, pela transparência dos processos decisivos e pela inclusão de todos os envolvidos. No caso das pescas, valorizando comercialmente o que é capturado e procurando alternativas para o sector. Em Portugal, é urgente uma mudança de paradigma no que toca à gestão pesqueira, estamos a falar de bens comuns que dependem de ciclos naturais que não controlamos. Assim, é imperativo que as decisões sejam tomadas tendo em conta o benefício comum. A PONG-Pesca lamenta que nos últimos meses o esforço para um diálogo produtivo e construtivo com a Senhora Ministra do Mar tenha sido inglório. “Estamos a falar de recursos que são públicos e como tal é fundamental que sejam ouvidas todas as partes interessadas, incluindo as organizações de defesa do ambiente”, acrescentou o mesmo responsável.

Esta mudança de paradigma é particularmente urgente para a sardinha, tendo em conta o estado crítico em que se encontra. Embora não esteja incluído nos *stocks* geridos pela EU, foi também discutida a situação da sardinha ibérica, tendo a Comissão Europeia decidido enviar para o seu organismo científico independente dedicado às pescas - o CCTEP - o plano de recuperação apresentado por Portugal e Espanha para ser avaliado, para além de ter instado os dois países a apresentarem medidas de proteção dos juvenis mais profundas. Estas decisões foram consideradas positivas pelos responsáveis da PONG-Pesca.

29-12-2017 Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande

Parecer no âmbito da consulta pública do Projeto de Execução

O GEOTA é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), de âmbito nacional e sem fins lucrativos, em atividade desde 1981. O GEOTA acredita ser indispensável considerar o Ambiente como um fator central de desenvolvimento, que englobe não só a Natureza mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida das pessoas e a gestão e salvaguarda dos recursos naturais. Neste âmbito, tomou conhecimento do processo de participação pública que está a decorrer até hoje, 29 de dezembro de 2017, relativo ao Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande (AHRG) na Ilha da Flores, Açores.

A análise deste processo permitiu-nos verificar que algumas questões centrais carecem de análise aprofundada, nomeadamente:

- **Ausência do estudo de alternativas: localização** | Verifica-se que foi realizada uma análise comparativa de dois cenários. O GEOTA congratula o facto de ter sido considerada a alternativa zero, mas considera que deveriam ter sido estudadas alternativas que não afetassem o Parque Natural de Ilha das Flores, mais precisamente a Área de Paisagem Protegida da Zona Central e Falésias da Costa Oeste. O facto de outras localizações terem sido estudadas em anos anteriores não inviabiliza a sua inclusão nesta nova análise. Tal porque os impactes são mutáveis à escala temporal e porque a sua inclusão possibilitaria uma análise comparativa de impactes entre alternativas, permitindo consequentemente uma decisão devidamente consubstanciada.
- **Ausência do estudo de alternativas: produção elétrica** | Para o GEOTA, referir a construção de novas aproveitamentos hidroelétricos como uma solução isolada, descrimina a existência de outras soluções, com padrões tecnológicos alternativos e financeiramente rentáveis, que permitem assegurar os mesmo objetivos em termos energéticos. Neste âmbito, destaca-se a necessidade de análise de produção recorrendo a fontes endógenas alternativas, como o caso da energia solar.

Paralelamente, a construção de novas infraestruturas, sobretudo quando apresentam impactes irreversíveis em áreas protegidas, deve ser precedida, ou pelo menos acompanhada, de uma análise da eficiência energética nos diversos sectores (habitação, serviços, indústria) do território.

Note-se que os meses de maior dependência de combustíveis fósseis são também os mais secos do ano (abril a setembro), logo, aqueles em que a produção de energia hídrica será previsivelmente mais baixa. De facto, tal já se verifica no Aproveitamento Hidroelétrico de Além Fazenda, nas Flores. As soluções de produção elétrica devem assim optar por soluções que colmatem esses períodos, e não por infraestruturas que não os solucionem. Devem ser diversificadas as formas de produção, assegurando uma maior resiliência do sistema de produção e distribuição de eletricidade. O GEOTA é uma associação de defesa do ambiente, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, em actividade desde 1981.

- **Afetação da qualidade das massas de água superficiais** | O EIA refere que o Estado Ecológico da ribeira da Badanela é “Bom” e o da Ribeira Grande “Razoável”, enquanto que o Estado Químico é “Bom” em todas as ribeiras. A construção das infraestruturas previstas no AHRG irá afetar este estado, já que novos reservatórios de armazenamento de água criarão massas de água lântica.

De facto, é admitido que, na Ribeira Grande, a redução significativa do caudal poderá causar alguns problemas ao nível da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, com previsível redução da capacidade de depuração destes sistemas. Este impacte é tido como negativo mas pouco significativo, o que contraria as metas traçadas pela Diretiva Quadro da Água, que exige a não deterioração do estado das massas de água. De facto, a poluição difusa proveniente da indústria agropecuária poderá afetar bastante a sua qualidade, pelo que devem ser tidas devidamente em conta.

- **Impactes no sector turístico** | O projeto prevê estabelecer as suas instalações nas proximidades do Poço Ribeira do Ferreiro, o local mais icónico e imagem de marca da ilha das Flores. A importância ecológica atribuída aos ecossistemas afetados e o valor paisagístico deste local, implicam que o AHRG tenha impactes concretos, e não estudados, num dos principais sectores económicos da ilha, nomeadamente o Turismo num contexto de Natureza.

- **Envolvimento de stakeholders no processo de consulta** | O período de consulta pública (20 dias úteis, de 29 de novembro a 29 de dezembro de 2017) foi demasiado reduzido e não houve apresentação e discussão presencial em sessões públicas. Pese embora o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental, indique que a duração desta fase seja de 30 dias, o período atribuído poderia ter sido superior, sobretudo quando se trata de uma época festiva e de um mês com vários feriados.

Note-se que as lacunas de informação e análise acima descritas, assim como o fraco esforço de envolvimento das populações na consulta pública, indiciam que pode não estar a ser dado cumprimento ao artigo 29.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, que define como objetivos fundamentais da avaliação de impacte ambiental:

*a) Obter uma **informação integrada dos possíveis impactes directos e indirectos sobre o ambiente natural e social dos projectos que lhe são submetidos;***

(...)

*c) **Verificar a compatibilidade entre o projecto e as condições ambientais existentes e previsíveis, de forma a garantir a sustentabilidade e a durabilidade das soluções adoptadas face ao ambiente, incluindo a validação climática do projecto;***

*d) **Garantir a participação pública e a consulta dos interessados na formação de decisões que lhes digam respeito, privilegiando o diálogo e o consenso no desempenho da função administrativa;***

Em suma, tendo em conta as lacunas do estudo em áreas consideradas de grande importância e a possível violação de legislação comunitária, como as Diretivas Habitats e Diretiva Quadro da Água, o GEOTA considera que a Declaração de Impacte Ambiental, a ser emitida até 22 de fevereiro de 2018, do projeto Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, deve ser alvo de um Parecer Desfavorável

ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2017

RESUMO DOS ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2017

ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2017

- 11-07-2017 | Açoriano Oriental | GEOTA propõe espécies autóctones e associativismo para reformar a floresta
- 24-07-2017 | Diário de Notícias | Rodrigo Amarante levanta a voz contra barragens no Tâmega
- 26-11-2017 | Rádio Renascença | Organizações exigem posição firme contra mineração no mar
- 14-09-2017 | Notícias do Nordeste | GEOTA alerta para poluição: "Tâmega poluído e moribundo tem o futuro ameaçado"
- 06-10-2017 | Notícias do Douro | Rio abaixo! Rio acima!
- 21-10-2017 | Tinta Fresca | "Parar agora para não acabar para sempre"
- 22-10-2017 | Sapo 24 | GEOTA lamenta que medidas digam "muito pouco de florestas"
- 22-10-2017 | Observador | GEOTA lamenta que medidas digam "muito pouco de florestas"
- 29-10-2017 | Observador | Plataforma de ONG discorda dos limites acordados para captura de sardinha
- 29-10-2017 | Sapo 24 | Plataforma de ONG discorda dos limites acordados para captura de sardinha
- 16-11-2017 | Sul Informação | Associações pedem chumbo da conformidade ambiental de «megaempreendimento» na Praia Grande de Silves
- 20-11-2017 | Sul Informação | Plano de trabalhos da Galp/ENI leva ativistas anti-petróleo a reafirmar disponibilidade para a luta
- 18-12-2017 | Sul Informação | Câmaras disseram «não» ao petróleo e movimentos querem saber o que fará o Governo
- Dez 2017 | Observador | Como Santana Governou Lisboa – 12 histórias para conhecer melhor o candidato a líder do PSD

ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2017

<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=99dc30f6-96fc-4db8-a3bf-a17a39157758>

Jornal Tinta Fresca

DATA: 28-05-2017

28-05-2017 | Jornal Tinta Fresca | Ambientalistas recomendam aos portugueses que evitem o seu consumo

Pong-Pesca alerta para riscos da legalização da venda de jaquinzinhos da arte xávega

PONG-Pesca – Plataforma das Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca, saúda os esforços desenvolvidos pelo governo e por todos os envolvidos na Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega (CAPAX), que agora resultaram na publicação de uma nova portaria (nº 172/2017, de 25 de maio) que regula esta pescaria, mas manifesta apreensão sobre algumas das medidas nela constantes, nomeadamente a possibilidade de venda de indivíduos de carapau abaixo do tamanho mínimo de referência de conservação, ainda que limitada.

Caberá agora à tutela, aos pescadores e a todos os membros da Comissão de Acompanhamento – da qual a PONG-Pesca passa agora a fazer parte oficialmente – assegurar que as medidas propostas não têm efeitos negativos e imprevistos.

A PONG-Pesca foi convidada a integrar a CAPAX como observadora desde o início dos seus trabalhos, em 2013, e desde aí tem defendido três posições abrangentes:

- Apoiar a preservação da arte xávega, se ela se comprovar como sustentável, a nível ambiental, social e económico, e defender todos os esforços que possam ser feitos para conhecer e minimizar os impactos ambientais da arte xávega.

- Opor-se de forma veemente à venda generalizada de juvenis de qualquer espécie, bem como a medidas que possam ter impactos negativos ou pelo menos imprevisíveis, não só na arte xávega, mas como noutras pescarias, áreas e espécies;

- Propor e apoiar medidas que resultem em facilitação de processos, bem como na melhoria da fiscalização e da qualidade e rendimentos do pescado da xávega.

Se é verdade que a portaria agora publicada permitiu progressos no que toca ao conhecimento, fiscalização e redução de alguns dos impactos ambientais da xávega, ela infelizmente pôs em prática a possibilidade de vender carapau de tamanho inferior a 12cm, sendo um valor bem inferior ao tamanho mínimo de referência de conservação que é 15 cm para aquela espécie.

A PONG-Pesca opõe-se à solução encontrada pelo governo e consagrada no Regulamento Delegado Comunitário(UE) 2016/2377, agora transposta na nova portaria, tendo já manifestado esta posição à ministra do Mar e também a vários funcionários da Comissão Europeia. As preocupações da PONG-Pesca são exatamente as que foram identificadas pelo Comité Técnico Científico e Económico das Pescas do Joint Research Center da Comissão Europeia:

"A criação de mercados legais para juvenis pode criar um incentivo para os desembarques ilegais de peixes inferiores ao tamanho mínimo de referência para conservação para consumo humano acima dos limites propostos. Se todos estes níveis de tamanhos mínimos não forem controlados adequadamente, a mortalidade de peixes imaturos pode ser subestimada e os rendimentos futuros podem ser reduzidos."

Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca, refere que "até ao momento, não conseguimos obter da parte da Sra. Ministra respostas conclusivas sobre como estão a ser contempladas estas preocupações e que medidas de controlo estão a ser tomadas e planeadas para impedir que se tornem realidade. Se é certo que algumas destas medidas irão certamente ser apresentadas, melhoradas e monitorizadas nas reuniões futuras da CAPAX, é de lamentar que se tenha avançado sem que estejam assegurados o controlo, a fiscalização e a rastreabilidade em toda a cadeia de consumo."

Mas para a PONG-Pesca, é também sobre os consumidores que recai parte da responsabilidade de resolver este problema: "os portugueses adoram peixe, e um dos nossos objetivos é que possam continuar a comer peixe capturado de forma sustentável e que não ponha em causa os stocks e os ecossistemas marinhos. E uma das medidas é evitar consumir pescado abaixo do tamanho mínimo de conservação, nomeadamente os jaquinzinhos. E há que ter noção que para um consumidor num restaurante vai ser muito difícil ter a certeza se o que está a comer é legal ou não," acrescentou Gonçalo Carvalho, lembrando que "esta permissão de venda de indivíduos subdimensionados se aplica apenas ao carapau, pelo que os consumidores devem rejeitar comprar ou consumir outras espécies, como a sardinha ou a cavala."

Sobre a possibilidade de venda direta na praia, uma reivindicação de longa data dos profissionais da xávega, que finalmente foi atendida na nova portaria, a PONG-Pesca considera ser uma medida importante e que tem o potencial de poder acabar com a elevada venda ilegal e não declarada que até aqui caracteriza esta pescaria. Segundo Gonçalo Carvalho, "cabe agora aos pescadores cumprirem as limitações e obrigações de reporte previstas na portaria de forma a não perder esta oportunidade, sendo que terá necessariamente de haver fiscalização por parte das autoridades e escrutínio pela parte dos compradores para garantir que o modelo funciona na prática".

A PONG-Pesca continuará o seu trabalho na CAPAX, procurando ser construtiva na melhoria do desempenho da pescaria a nível ambiental, mas também económico e social. Para além das questões levantadas anteriormente sobre a monitorização e controlo da atividade e da limitação da captura dos juvenis, a PONG-Pesca irá lançar propostas para rentabilizar a venda do pescado acima do tamanho legal, não só das espécies mais conhecidas, como também das menos populares entre os consumidores neste momento: "tem sido algo sobre o qual praticamente apenas nós temos falado, na comissão, mas que consideramos essencial para evoluirmos para uma pescaria da xávega mais

rentável e mais amiga do ambiente”, finalizou Gonçalo Carvalho.

- A PONG-Pesca   constituída por oito organizações ambientais portuguesas:
- Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos Elasmobrânquios (APECE)
 - Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA)
 - Liga para a Protecção da Natureza (LPN)
 - Observatório do Mar dos Açores (OMA)
 - Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus)
 - Associação de Ciências Marinhas e Cooperação (Sciaena)
 - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)
 - WWF Portugal – World Wildlife Fund for Nature.

<http://expresso.sapo.pt/revista-de-imprensa/2017-06-09-Ministerio-Publico-investiga-barragens-da-EDP-construidas-pela-Odebrecht-e-pelo-grupo-Lena>

Expresso

DATA: 09-06-2017

09-06-2017 | Expresso | Ministério Público investiga barragens da EDP construídas pela Odebrecht e pelo grupo Lena

Inquérito foi aberto após queixa do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), com base em n cias sobre alegados subornos pagos pela Odebrecht

O Ministério Público está a investigar a construção da barragem do Baixo Sabor, aprovada pelo Governo de José Sócrates, devido a suspeitas de corrupção e subornos envolvidos na conceção da obra, [revela](#) a “Jornal Econ mico” esta sexta-feira.

Este inquérito foi aberto após queixa do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), com base em n cias sobre alegados subornos pagos pela Odebrecht, que com o grupo Lena construiu a estação energética para a EDP.

Esta investigação foi lançada já este ano pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) que também tem em mãos o processo relacionado com as designadas “rendas excessivas” da energia e que levou já   constituição de sete arguidos, entre os quais o presidente da eléctrica nacional.

Segundo o matutino, existem outras obras concecionadas ao mesmo grupo que estão a ser investigadas para além da barragem do Baixo Sabor, mas a identidade destas não é revelada. Sabe-se, contudo, que estas estarão sob a gestão da Iberdrola.

<http://www.noticiasdonordeste.pt/2017/06/barragens-podem-causar-sismos.html>

Noticias do Nordeste

DATA: 15-07-2017

As barragens podem provocar mais tremores de terra, afirma um artigo no sítio da internet da [International Rivers](#), associação global de proteção dos rios. Neste momento a associação ambientalista nacional GEOTA luta para o cancelamento da barragem de Fridão, em Amarante, zona que sofreu, na passada semana, um sismo de 3.6 na escala de Richter e com epicentro a nordeste desta localidade.

A barragem de Fridão está suspensa até 2019, mas os Rios Livres, projeto desenvolvido pelo GEOTA pretendem o cancelamento definitivo desta infraestrutura que está concessionada à EDP - Energias de Portugal. Em caso de acidente na futura barragem, esta inundará a cidade de Amarante e o nível da água ficará 14 metros acima da ponte de São Gonçalo, o que equivale a, aproximadamente, um prédio de 5 andares.

A pressão que a água causa nas placas tectónicas funciona como um lubrificante para as fissuras já existentes no solo, ou seja, faz com que estas aberturas se movimentem com maior facilidade. Sem a pressão e a presença da água, estes movimentos tornam-se mais difíceis devido à pressão e ao atrito causado pelas rochas. Por esta razão é que as barragens podem causar sismos.

Segundo a [International Rivers](#), cientistas acreditam que existem mais de 100 casos de tremores de terra que podem ter sido induzidos por barragens. O caso mais sério foi o terramoto de Sichuan que ocorreu em 2008, com uma magnitude de 7.9 e que matou cerca de 80 mil pessoas. Os cientistas acreditam que este terramoto está ligado à barragem de Zipingpu, na China.

"A probabilidade do aumento dos sismos devido a construção e a presença das barragens é apenas uma das razões pelas quais queremos travar a construção da Barragem de Fridão, em Amarante. Podíamos dar muitas outras. É por isso que nas últimas décadas a Suíça, Suécia, Reino Unido, Espanha, França e os Estados Unidos já removeram mais de 4750 barragens. No entanto, em Portugal, querem construir mais 4 barragens", refere fonte de Rios Livres, projeto desenvolvido pelo grupo ambientalista GEOTA.

http://gazetacaldas.com/sociedade/paul-tornada-devera-integrar-rede-natura2000/	
---	--

Gazeta das Caldas	DATA: 07-07-2017
-------------------	------------------

07-07-2017 | Gazeta das Caldas | Paul de Tornada deverá integrar a Rede Natura2000



O Paul da Tornada é um activo

ambiental que tem vindo a ser potenciado sem descurar as suas características ambientais | D.R.

No dia em que a Reserva Natural Local do Paul de Tornada comemorou o 8º aniversário foi anunciado que este local deverá integrar a Rede Natura2000, que ajudará a promover este activo ambiental na Europa. Em clima de festa, falou-se também do aumento de visitantes que os observatórios de aves proporcionaram e foi inaugurada uma exposição de ilustração científica. Estudos estatísticos, investigação, formações em diversas áreas, saídas de campo, campos de férias e a criação de um vídeo promocional do Paul, são alguns dos planos em curso.

O Paul de Tornada é um activo ambiental do concelho das Caldas. Depois da recuperação que permitiu salvar aquele espaço da poluição e devolver-lhe vida, foram criadas infraestruturas de suporte à reserva natural, que têm levado a um aumento do número de visitantes. Além do turismo científico (especialmente na observação de aves), há muitas visitas de famílias e de escolas que ali vêem um exemplo de sustentabilidade ambiental e uma referência em termos de vida animal livre. Os números ainda não estão fechados, mas entre Setembro de 2016 e Julho de 2017 passaram pela reserva cerca de 11 mil crianças em visitas com escolas.

Marlene Marques, presidente do GEOTA, esclareceu que a candidatura à rede Natura2000 começou há três anos e que deverá ser apresentada brevemente.

A ideia é promover a nível europeu um espaço que serviu de inspiração a artistas como Bordallo Pinheiro e José Malhoa e que pode ser visitado em diferentes alturas do ano. O avançar das estações no Paul é, em si mesmo, um espectáculo de cores e sons distintos. Ali têm sido desenvolvidas várias formações. Apicultura sustentável, ilustração científica e desenho de natureza e fotografia de natureza são áreas que têm vindo a ser exploradas.

Nos meses de Julho e Agosto realizam-se caminhadas de quatro quilómetros no Paul, bem como saídas de campo, campos de férias e a presença na Feira dos Frutos.

“Os investimentos desde o Proder têm como objectivo devolver o Paul à população”, esclareceu Marlene Marques, que sugeriu ainda que é importante **“recolher as histórias deste espaço”**.

Rita Ramos, presidente da Associação PATO, disse que está a ser feito um estudo estatístico em relação às visitas nos últimos três anos, que deverá ser apresentado em breve.

Já Hugo Oliveira, vice-presidente da Câmara e presidente da Comissão Directiva da Reserva Natural Local das Caldas, informou que será feito um vídeo curto de divulgação do Paul para as redes sociais. Pretende promover turisticamente a reserva natural sem nunca pôr em causa os ecossistemas existentes.

Câmaras filmam lontras

Cerca de 30 pessoas de diferentes gerações marcaram presença na sessão comemorativa do 8º aniversário da Reserva Natural Local do Paul de Tornada. A sessão começou com uma mostra da diversidade e as rotinas da reserva, através de fotografias captadas por máquinas com sensor de movimento (como por exemplo, uma garça-real com um peixe na boca). A colocação das câmaras foi um dos mais recentes investimentos e permitiu, por exemplo, filmar as lontras na seu habitat, que se sabia que existiam pelos vestígios que deixavam. Ainda no aniversário foi inaugurada a exposição de ilustração científica de Marco Correia Nunes, professor da ESAD que desenvolveu um curso desta área e de desenho de Natureza no Paul. Os trabalhos dos alunos estão, também eles, expostos, assim como os de Irina Tarasova, aluna da ESAD que estagiou no centro ecológico e educativo do Paul e que desenvolveu várias ilustrações para divulgação do mesmo. O mural da casa em frente ao centro educativo também está novamente em andamento. A ideia é que todos os anos os alunos do curso possam escolher uma espécie entre as que existem no Paul e a pintem na parede. Em dia de aniversário foram também descerradas duas placas à entrada do Paul, uma da Reserva Natural Local e outra do Centro Ecológico e Educativo, e cantaram-se os parabéns, com um bolo decorado com uma ilustração daquele espaço e um chá do Paul.



Rita Ramos, presidente da

Associação PATO e Marlene Marques, presidente da GEOTA |

<https://www.ojogo.pt/extra/lusa/interior/campanha-vota-tamega-sensibiliza-candidatos-autarquicos-contra-barragens-8642757.html>

O Jogo

DATA: 17-07-2017

17-07-2017 | O Jogo | Campanha "Vota Tâmega" sensibiliza candidatos autárquicos contra barragens

A associação ambientalista GEOTA anunciou hoje a campanha "Vota Tâmega" que quer travar a construção de quatro barragens no vale do Tâmega e sensibilizar os candidatos às autárquicas 2017 para o impacto negativo dos empreendimentos.

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) lançou a campanha "Vota Tâmega", no âmbito do projeto Rios Livres, com o objetivo de travar a construção das novas barragens no vale do Tâmega: Fridão, concessionada à EDP, e Daivões, Gouvães e Alto Tâmega concessionadas à Iberdola.

A associação disse, em comunicado, que trabalhou, durante vários dias, para "sensibilizar candidatos e candidatas a autarcas dos municípios afetados a assinarem a 'Declaração pelo Tâmega', um documento que defende um rio limpo, sem poluição e sem novas barragens".

No entanto, até ao momento, segundo a organização "nenhum dos candidatos assinou a declaração".

Para sensibilizar e esclarecer as populações sobre os impactos das barragens, o GEOTA realiza, entre terça-feira e domingo, mais uma "Caravana pelo Tâmega".

Uma equipa da associação vai passar por várias localidades para falar com as populações, informar sobre o tema e insistir que os candidatos às autárquicas 2017 para que assinem a declaração.

"Esta é a segunda Caravana pelo Tâmega. Percebemos na primeira edição, em novembro de 2015, que muitos munícipes do Vale do Tâmega não concordavam com estas obras, nem se sentiam representados pelos autarcas. Em ano de eleições vamos explicar aos candidatos e candidatas o quão destrutivas são estas novas barragens e dar ferramentas a quem vota para agir", explicou Ana Brazão, coordenadora do Projeto Rios Livres - GEOTA.

A responsável referiu que a campanha "pretende mostrar às candidaturas e às populações locais que uma barragem produz mais do que energia elétrica".

"Na verdade, este tipo de construções tem impactes profundos a nível financeiro, ambiental e patrimonial, que não se justificam, uma vez que as barragens do vale do Tâmega vão ser responsáveis pela inundação de mais de 1.856 hectares. Era como se a Ilha do Corvo, nos Açores, ficasse debaixo de água. Tudo isto para produzir cerca de 0,4% da energia consumida em Portugal", salientou.

O GEOTA referiu que países como a Suécia, Reino Unido, Espanha, França e Estados Unidos da América "já removeram mais de 4.955 barragens", no entanto, em Portugal, vão ser construídas quatro "barragens inúteis no vale do Tâmega".

O projeto do Fridão está parado, enquanto, no Alto Tâmega já decorrem as obras do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (Daivões, Gouvães e Alto Tâmega), prevendo-se que estejam concluídas em 2023.

<https://www.ojogo.pt/extra/lusa/interior/geota-propoe-especies-autoctones-e-associativismo-para-reformar-a-floresta-8629185.html>

O Jogo

DATA: 11-07-2017

11-07-2017 | O Jogo | GEOTA propõe espécies autóctones e associativismo para reformar a floresta

GEOTA propõe espécies autóctones e associativismo para reformar a floresta

O grupo ambientalista GEOTA defende a aposta no associativismo e em espécies autóctones adaptadas ao território nacional para reformar a floresta portuguesa, numa posição enviada à Assembleia da República, divulgou hoje aquela organização.

Numa altura em que o assunto está em discussão no parlamento, com votação final marcada para 19 de julho, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) fez chegar a sua posição "com cinco orientações estratégicas para reformar a floresta portuguesa".

A primeira proposta passa pelo "desenvolvimento sustentável da floresta de espécies autóctones", com o GEOTA a defender que "carvalhos, sobreiros, azinheiras, castanheiros, nogueiras, cerejeiras, estão ecologicamente bem adaptadas ao território e têm grande potencial económico".

"A alteração da estrutura da floresta deve ser incentivada, remunerando os serviços prestados pelos ecossistemas florestais", acrescenta.

A segunda orientação é apontada pela organização ambientalista como "um dos desafios mais difíceis que o país tem pela frente" e que passa por "melhorar a coesão territorial e o desenvolvimento local".

Promover o associativismo florestal é outra das estratégias defendidas, com o argumento de que "em áreas onde predomina o minifúndio, o associativismo é indispensável para uma gestão adequada".

O GEOTA defende ainda a necessidade de "desenvolver e expandir as capacidades sobre a floresta, especialmente no setor público, do planeamento à prevenção de incêndios, da investigação científica e funções técnicas superiores, aos corpos de sapadores, guardas florestais e vigilantes de natureza".

Por último, defende que a promoção da "literacia sobre a floresta e a cidadania" devem fazer parte da reforma florestal tendo em conta que "a maior parte da população portuguesa tem hábitos urbanos, mesmo quem vive em áreas designadas "rurais".

A organização ambientalista entende que "pacote florestal, agora em discussão na Assembleia da República, toca apenas superficialmente o problema de fundo, que é o ordenamento florestal, e ignora de todo as questões igualmente críticas do despovoamento do mundo rural e das alterações climáticas".

O GEOTA refere que "o flagelo dos incêndios florestais agravou-se a partir da década de 80 do século XX, correspondendo ao êxodo rural, ao desinvestimento sistemático nos serviços florestais do Estado, à ignorância da importância do envolvimento e educação dos cidadãos para os riscos da floresta num país com condições propícias à ocorrência natural de fogos".

Para esta organização, "um ordenamento adequado só é possível mediante o associativismo florestal", num país em que "o Estado detém apenas dois por cento da floresta".

Os restantes 98%, continua, são ou baldios sem uma gestão coerente, ou pertença de meio milhão de proprietários com uma dimensão média da propriedade de cinco hectares, muitas vezes dividida em várias parcelas, sem que se conheça a titularidade das mesmas.

Uma das medidas que podem ser tomadas a curto prazo, como defende, é completar o cadastro florestal, assim como fazer cumprir a lei para a prevenção de incêndios, corrigir falhas no dispositivo, rever a lei do eucalipto e "desmontar interesses económicos associados aos incêndios florestais".

	DATA: 11-07-2017

11-07-2017 | Açoriano Oriental | GEOTA propõe espécies autóctones e associativismo para reformar a floresta

O grupo ambientalista GEOTA defende a aposta no associativismo e em espécies autóctones adaptadas ao território nacional para reformar a floresta portuguesa, numa posição enviada à Assembleia da República, divulgou aquela organização.

Numa altura em que o assunto está em discussão no parlamento, com votação final marcada para 19 de julho, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) fez chegar a sua posição "com cinco orientações estratégicas para reformar a floresta portuguesa".

A primeira proposta passa pelo "desenvolvimento sustentável da floresta de espécies autóctones", com o GEOTA a defender que "carvalhos, sobreiros, azinheiras, castanheiros, nogueiras, cerejeiras, estão ecologicamente bem adaptadas ao território e têm grande potencial económico".

"A alteração da estrutura da floresta deve ser incentivada, remunerando os serviços prestados pelos ecossistemas florestais", acrescenta.

A segunda orientação é apontada pela organização ambientalista como "um dos desafios mais difíceis que o país tem pela frente" e que passa por "melhorar a coesão territorial e o desenvolvimento local".

Promover o associativismo florestal é outra das estratégias defendidas, com o argumento de que "em áreas onde predomina o minifúndio, o associativismo é indispensável para uma gestão adequada".

O GEOTA defende ainda a necessidade de "desenvolver e expandir as capacidades sobre a floresta, especialmente no setor público, do planeamento à prevenção de incêndios, da investigação científica e funções técnicas superiores, aos corpos de sapadores, guardas florestais e vigilantes de natureza".

Por último, defende que a promoção da "literacia sobre a floresta e a cidadania" devem fazer parte da reforma florestal tendo em conta que "a maior parte da população portuguesa tem hábitos urbanos, mesmo quem vive em áreas designadas "rurais".

A organização ambientalista entende que “pacote florestal, agora em discussão na Assembleia da República, toca apenas superficialmente o problema de fundo, que é o ordenamento florestal, e ignora de todo as questões igualmente críticas do despovoamento do mundo rural e das alterações climáticas”.

O GEOTA refere que “o flagelo dos incêndios florestais agravou-se a partir da década de 80 do século XX, correspondendo ao êxodo rural, ao desinvestimento sistemático nos serviços florestais do Estado, à ignorância da importância do envolvimento e educação dos cidadãos para os riscos da floresta num país com condições propícias à ocorrência natural de fogos”.

Para esta organização, “um ordenamento adequado só é possível mediante o associativismo florestal”, num país em que “o Estado detém apenas dois por cento da floresta”.

Os restantes 98%, continua, são ou baldios sem uma gestão coerente, ou pertença de meio milhão de proprietários com uma dimensão média da propriedade de cinco hectares, muitas vezes dividida em várias parcelas, sem que se conheça a titularidade das mesmas.

Uma das medidas que podem ser tomadas a curto prazo, como defende, é completar o cadastro florestal, assim como fazer cumprir a lei para a prevenção de incêndios, corrigir falhas no dispositivo, rever a lei do eucalipto e “desmontar interesses económicos associados aos incêndios florestais”.

http://rr.sapo.pt/noticia/89384/muitas_declaracoes_mas_pouca_accao_depois_de_pedrogao_dize_m_ambientalistas?utm_source=rss

DATA: 22-07-2017

22-07-2017 | Rádio Renascença |
Pedrógão, dizem ambientalistas

Muitas declarações mas pouca acção depois de

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente lamenta que na questão concreta do ordenamento florestal se tenha feito tão pouco.

O grupo ambientalista GEOTA defende que, mais de um mês depois do incêndio na zona de Pedrógão Grande, centro, que provocou 64 mortes, há muitas declarações mas "pouca acção no fundamental".

Questionado pela Lusa se o país está a tirar as lições certas da tragédia de Pedrógão, para que não se repita, responde João Joanaz de Melo, do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), que ainda não se entendeu se se tirou alguma lição e lamentou que "no ordenamento florestal se tenha feito muito pouco".

"O mais importante é o ordenamento florestal, e o clima e o despovoamento do interior tende a agravar a situação. O resto são questões conjunturais", diz o dirigente à Lusa, salientando que é preciso perceber o que não funcionou no dispositivo de combate ao incêndio, ainda que não esteja em causa a boa vontade e abnegação dos bombeiros.

Não é, salienta, para atribuir culpas, é antes para aprender com os erros, porque o que aconteceu em Pedrógão não foi nada que não fosse previsível acontecer um dia.

E depois há uma série de questões fundamentais para resolver, como a de o Estado ter perdido capacidade no sector florestal. "Há matérias na área da gestão florestal que precisam da capacidade do Estado e dos privados. O Estado desequipou-se, alienou pessoas, conhecimento, infra-estruturas", diz

Joanaz de Melo, lembrando a existência, no passado, de guardas florestais e guarda-rios, de haver muitos mais vigilantes da natureza do que há hoje.

Joanaz de Melo lança outras sugestões, todas elas, entende, vitais. Faz sentido, por exemplo, criar zonas de proteção à volta das localidades e das estradas, porque não se para um incêndio no meio da mata mas nos corta-fogos.

E resume-as assim: "O grande problema é a completa ausência de uma estratégia de ordenamento do território. Falta uma estratégia e faltam meios para por essa estratégia em prática. É essencial uma discussão de fundo sobre o que queremos para o país, e isso não vemos acontecer".

Há uma semana o GEOTA apresentou uma posição sobre a política florestal e disse que as leis que foram discutidas e aprovadas na quarta-feira no parlamento tocam superficialmente o problema do ordenamento e ignoram o despovoamento do mundo rural e as alterações climáticas.

O grupo propõe uma floresta com espécies autóctones, melhor coesão territorial, promoção do associativismo florestal, ou então melhorar o cadastro, fazer cumprir a lei e rever a instalação do eucalipto.

E se não se resolve "de um dia par o outro os problemas acumulados por décadas de negligência", a verdade é que "as soluções essenciais são conhecidas". "Haja coragem política para assumir o caminho e bom senso para ouvir quem tem de ser ouvido".

Joanaz de Melo salienta o desleixo a que se votou a floresta desde as últimas quatro décadas e frisa também a necessidade de se voltar a plantar outras espécies que não pinheiros e eucaliptos, e que se acabem as manchas contínuas de floresta, que tornam a prevenção e o combate dos fogos muito mais difícil.

E volta à pergunta inicial para dizer que com calamidades como a de Pedrógão não há "uma medida que funcione como uma varinha mágica".

O que é preciso é uma discussão sobre a floresta, que envolva toda a sociedade. Uma discussão que, diz Joanaz, pode durar um ano. Mas tem de começar agora.

https://www.dn.pt/artes/interior/rodrigo-amarante-levanta-a-voz-contra-barragens-no-tamega-8658382.html?page=-1

Diário de Notícias	DATA: 24-07-2017
--------------------	------------------

24-07-2017 | Diário de Notícias | Rodrigo Amarante levanta a voz contra barragens no Tâmega

Cantor brasileiro aproveitou concerto em Amarante, no Festival MIMO, para se insurgir contra a construção de barragens no rio Tâmega

Rodrigo Amarante, um dos mais conceituados cantores brasileiros da atualidade, e cujas raízes familiares estão em Amarante, fez do futuro do rio Tâmega uma causa sua. A meio do concerto que decorreu no Parque Ribeirinho da cidade, integrado no Festival MIMO, o cantautor insurgiu-se contra o projeto de construção de quatro barragens no rio.

"Isto é lindo, menos o que se passa com o Tâmega. Esse rio tem gotas do meu sangue. Portugal tem sol, não precisa de mais barragens. É hora de parar essa besteira!", discursou, perante o aplauso generalizado do público.

A associação ambientalista GEOTA lançou a campanha Vota Tâmega com o objetivo de impedir a construção das barragens. No *sitevotatamega.com*, os ambientalistas disponibilizam a Declaração pelo Tâmega, a qual desafiam os candidatos autárquicos da região a assinar. Até ao momento apenas um candidato (Fernando Gomes, de Mondim de Basto (CDS) se declarou a favor da suspensão da construção das barragens.

Rodrigo Amarante não foi o único artista a expressar apoio à iniciativa da GEOTA por um rio livre de barragens. No concerto anterior do MIMO, o fadista Ricardo Ribeiro despediu-se do público com a frase "Vota Tâmega".

http://rr.sapo.pt/noticia/89683/organizacoes_exigem_posicao_firme_contra_mineracao_no_mar?utm_source=rss	
---	--

Rádio Renascença	DATA: 26-11-2017
------------------	------------------

26-11-2017 | Rádio Renascença | Organizações exigem posição firme contra mineração no mar

O apelo surge na fase de preparação do encontro anual da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, a decorrer de 7 a 18 de Agosto, na Jamaica.

A "Seas at Risk", uma associação europeia de organizações não-governamentais (ONG) dedicadas à defesa de questões ambientais, exige ao Governo que tome uma posição contra a mineração em águas profundas. O apelo surge na fase de preparação do encontro anual da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, a decorrer de 7 a 18 de Agosto, em Kingston, capital da Jamaica.

Para a associação europeia, o executivo deve assegurar que a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos aplica "o princípio da precaução e que determina o fim dos trabalhos de prospecção e exploração de minérios em curso actualmente".

A próxima sessão anual da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, entidade responsável pela regulamentação da exploração dos fundos marinhos e subsolo que estão para além da jurisdição nacional de um país, terá lugar em Agosto. No encontro, serão votadas possíveis reformas da própria instituição e dos procedimentos ambientais internacionais.

A "Seas At Risk" já tinha apelado para o fim da mineração em águas profundas na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas no início de Junho.

O GEOTA, a LPN, a Quercus e a Sciaena solicitaram ainda ao Governo uma reunião para expor as suas ideias e preocupações. Para estas ONG, há vários argumentos contra a mineração de fundos marinhos e a favor da aposta numa economia que respeite os ecossistemas e a biodiversidade nos fundos marinhos.

A mineração em mar profundo contraria as metas definidas na Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030. O impacto ambiental negativo destas actividades pode ser irreversível.

A "Seas At Risk" é composta por organizações como o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), a Liga Para a Protecção da Natureza (LPN), a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Sciaena – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação.

http://www.noticiasdonordeste.pt/2017/09/geota-alerta-para-poluicao-tamega.html	
---	--

Noticias do Nordeste	DATA: 14-09-2017
----------------------	------------------

14-09-2017 | Noticias do Nordeste | GEOTA alerta para poluição: "Tâmega poluído e moribundo tem o futuro ameaçado"

O GEOTA está desde a semana passada no Vale do Tâmega, a acompanhar a grave situação de eutrofização verificada no rio em Amarante, Mondim de Basto e Chaves.

A associação divulgou o caso nas redes sociais, apresentou denúncias ao Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente na GNR de Amarante e de Chaves e prepara um relatório sobre o estado do rio, acompanhado de um caderno de exigências à Agência Portuguesa do Ambiente e ao Ministério do Ambiente.

A equipa do projeto Rios Livres, do GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, está desde sexta-feira em Amarante a promover a campanha [Vota Tâmega](#), que pretende desafiar as candidaturas autárquicas da região a comprometerem-se com a defesa de um rio livre e limpo.

Ana Brazão, coordenadora do projeto Rios Livres, explica: *“Através do site, as pessoas podem exigir aos seus futuros representantes que assinem a Declaração pelo Tâmega. A questão é prioritária, como infelizmente se confirma. Verificámos este alarmante nível de eutrofização em Amarante, Mondim de Basto e Chaves. É evidente que não é um problema pontual. O rio está verde, cheio de algas, fétido e moribundo”*.

Esta semana o GEOTA denunciou a situação nas redes sociais e formalmente junto dos Serviços de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana de Amarante [dia 11/09/2017] e de Chaves [dia 13/09/2017].

Os fenómenos de desenvolvimento anormal de algas têm o nome técnico de eutrofização e acontecem quando a água está parada, se verificam temperaturas elevadas e há excesso de nutrientes, fruto de poluição.

Como era assumido no 1.º Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do Douro [2012-2015], do qual o Tâmega é afluente, todo o curso deste rio se encontrava em incumprimento dos objetivos da Diretiva Quadro da Água, sendo que este estava mais degradado a montante (concelho de Chaves), com classificação de «Medíocre». Acontece que a situação não melhorou no 2.º Plano, lançado no ano passado e vigente até 2021.

O problema acontece pelo menos desde 2008 e é do conhecimento dos municípios afetados e da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). O estado do rio Tâmega piorou do 1.º ciclo para o 2.º ciclo do PGRH do Douro. O número de massas de águas classificadas como «Bom» diminuiu e o número de massas de água classificadas como «Medíocre» aumentou.

Ana Brazão avisa que a qualidade da água do rio ficará ainda pior com a construção das barragens do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET) – Daivões, Gouvães e Alto Tâmega, concessionadas à Iberdrola. “*Se o Governo continuar a apadrinhar o SET e quiser ainda avançar com o Aproveitamento Hidroelétrico de Fridão [duas grandes barragens, de 38 e 94 metros], da EDP, suspenso até 2019, tudo o que estamos a assistir será pior*”, disse.

Clique aqui para ver o vídeo fornecido pelo GEOTA

O rio Tâmega tem já uma grande barragem, a do Torrão, no Marco de Canaveses, junto à confluência com o Rio Douro. A albufeira do Torrão foi classificada como zona sensível no parâmetro «Eutrofização» e encontra-se em «risco de eutrofização». De acordo com o 2.º PGRH do Douro, a massa de água da albufeira do Torrão não atinge o «Bom Estado» ecológico devido à existência da barragem. Na identificação das medidas de restauro necessárias para atingir o bom estado ecológico, as propostas eram claras: «*Eliminar a barragem e todos os seus órgãos; Recuperar a morfologia natural do curso de água; Repor o regime hidrológico natural do curso de água*». Contudo, nada foi feito neste sentido.

Para Marlene Marques, presidente do GEOTA, é necessário pedir contas às autoridades: “*Só não reconhece o problema que estas novas barragens vão trazer quem quer esconder os seus enormes impactos negativos. Estamos a preparar um relatório sobre o estado do rio Tâmega que enviaremos à APA e ao Ministério do Ambiente. Queremos que assumam as suas responsabilidades técnicas e políticas e façam cumprir a legislação. Não podemos permitir que se banalize a ideia de que é normal o Tâmega ser um rio de água inquinada.*”

http://www.dodouro.com/noticia.asp?idEdicao=621&id=36196&idSeccao=6410&Action=noticia

Notícias do Douro

DATA: 06-10-2017

06-10-2017 | Notícias do Douro | Rio abaixo!Rio acima!

Boas notícias para o Côa

A semana foi generosa com o Côa (Parque e Museu) pois, de uma assentada, foi anunciado que irá receber 450 mil Euros provenientes de fundos europeus, e que o

Parque Rupestre terá vigilância permanente.

O dinheiro será empregue na actualização tecnológica do Museu e valorização das valências administrativas do mesmo. Servirá ainda para reforçar a marca: Museu do Côa, difundindo-a em variadas plataformas de informação.

Novas viaturas destinadas a transportar os visitantes até aos núcleos de arte rupestre, bem como um sistema de videovigilância, estão previstos neste programa de investimento.

Por outro lado, e depois dos alertas resultantes dos actos de vandalismo ocorridos em Abril deste ano, em que foram danificadas várias gravuras por dois indivíduos que a polícia já identificou, o Ministro da Cultura anunciou que o

Parque vai ter vigilância permanente, garantido por um corpo de guardas.

As gravuras rupestres do Côa remontam há mais de 25 mil anos, e são um dos maiores pólos turísticos da região.

Azeite premiado na América do Sul

Em Mendonça, Argentina, realiza-se anualmente o mais internacional concurso de azeites a nível mundial, não fosse nessa cidade a capital da província com maior produção de azeite daquele país.

Trata-se do Festival Olivinus, concurso onde se apresentam mais de 500 marcas de todo o mundo.

O Azeite Olmais, produzido em Santa Comba de Vilariga, Vila Flor, na sequência da excelente classificação que já obtivera no certame do ano passado, este ano conseguiu ser premiado com 3 distinções, incluindo o Gran Prestigio Ouro, obtendo 91 pontos num total de 100.

Neste ano, o Azeite Olmais também dá a sua entrada no mercado brasileiro, conquistando assim, paulatinamente, um lugar de grande destaque no mercado da América do Sul.

A Quinta dos Olmais, localizada na histórica região do Alto Douro da Terra Quente, onde os olivais se estendem pelas colinas e vales de Vila Flor, região onde há registo de olivicultura desde 1286.

Juntamente com oliveiras mais novas plantadas há 30 anos, existem oliveiras centenárias, das variedades Cobrancosa, Verdeal e Madural exclusivas para Portugal, de que resulta um azeite extra virgem de características florais.

Apresenta aroma verde, seguido de sabor salgado e apimentado.

Recreios escolares em causa

Um estudo elaborado pela UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), em colaboração com o Instituto da Criança, concluiu que os recintos escolares (vulgo: "recreios") têm dimensões insuficientes, com uma baixa metragem por aluno, desprovidos de zonas verdes, limitando assim a actividade física e incentivando os alunos às actividades digitais.

Por outro lado, têm uma excessiva exposição solar de Verão, o que provoca altas temperaturas impeçam a sua frequência, e não estão preparados para a diversidade climática do país.

A falta de equipamentos também é grave, e desincentiva os alunos a brincar.

O estudo denuncia também o facto dos programas escolares negligenciarem as actividades lectivas de exterior, em favor do controle da criatividade, quase que impedindo os alunos de usufruírem da liberdade ambiental, para que, assim, se manifeste o seu potencial criativo.

Uma escola não é um presídio (digo eu), e deve possuir espaços amplos e preparados para que os alunos possam dar largas à sua vontade de viver, alegria e brincadeiras. E depois, nada disto custa muito dinheiro, se programado de raiz. Mas em Portugal como só o betão é importante...

Tâmega poluído e moribundo

O alerta vem da GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), que prepara um relatório sobre o estado do rio, para entregar no Ministério do Ambiente e à Agência Portuguesa do Ambiente.

Foi verificado um nível assustador de eutrofização (crescimento excessivo de plantas aquáticas) em Amarante, Mondim de Basto e Chaves. Contudo, não se trata de um problema pontual, dado que “!todo o rio está verde, cheio de algas, fétido e moribundo”.

O cerne do problema reside nos elevados níveis de poluidores presentes nas águas e que, nas alturas do Verão, quando as águas estão paradas, as temperaturas quentes das águas, aliado a um excesso de nutrientes, provocam a formação e crescimento de algas e plantas aquáticas em quantidade incontáveis e comprometem o equilíbrio biológico do rio. A sua deterioração é evidente e constatável.

Este problema já foi detectado em 2008, e é do conhecimento generalizado dos Municípios.

Há ainda que contar com o agravamento da situação, caso se concretizem as Barragens do Fridão (com 38 e 94 metros), entretanto suspensas até 2019.

Se não se tomarem medidas imediatas e urgentes, o Tâmega corre o risco de desaparecer.

O rio Tâmega é um rio internacional, que nasce na Serra de São Mamede, província de Ourense, (Galiza, Espanha) e desagua em Entre-os-Rios no rio Douro. Entra em Portugal pela extensa veiga de Chaves, seguindo sempre uma direcção Norte-Sul, serve de fronteira internacional numa extensão de cerca de 2 quilómetros.

Na primeira parte do seu curso em Portugal, ficam-lhe a Este as alturas do Brunheiro (919 metros), e a Oeste os vários degraus que formam a serra do Larouco. Em Portugal, o Tâmega banha a cidade de Chaves, as terras de Ribeira de Pena, e Basto, passa por Amarante e Marco de Canaveses, desaguando finalmente no Douro em Entre-os-Rios. Estabelece a fronteira entre os concelhos de Boticas e Vila Pouca de Aguiar

Lamego amigo do desporto

A Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD) e a Cidade Social (empresa especializada na área da certificação de qualidade) mantiveram este ano o Município de Lamego como “Município Amigo do Desporto”.

Por diversas vezes aqui temos dado conta das iniciativas desportivas levadas a efeito pela Câmara de Lamego, algumas delas de relevo internacional, bem como a preocupação na criação e de novos equipamentos desportivos e valorização dos existentes. Tem havido um forte investimento nas infraestruturas desportivas, bem como ajudas ao associativismo local, paralelamente com a organização de competições e torneios.

O Centro Municipal de Marcha e Corrida, os programas “Sénior Convida” e a “Escola a Nadar”, bem como os Jogos Desportivos que envolvem centenas de praticantes, são exemplos de iniciativas municipais que têm desenvolvido o voleibol, andebol, futebol

futsal, ténis de mesa, natação, triatlo, ginástica e minigolfe, por onde têm passado selecções nacionais, internacionais e regionais.

Se há algo em que Lamego tem apostado, é no desporto, pelo que o galardão em causa é perfeitamente justo.

<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=db7a27a3-1d14-4500-b727-97741794122e>

Tinta Fresca

DATA: 21-10-2017

21-10-2017 | Tinta Fresca | “Parar agora para não acabar para sempre”

Plataforma PONG-Pesca defende pausa na pesca da sardinha

O Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM, em inglês, ICES) divulgou, no dia 20 de outubro, o parecer científico sobre a pesca da sardinha ibérica para 2018, onde recomenda uma paragem total desta atividade. A Plataforma de Organizações Não Governamentais sobre a Pesca (PONG-Pesca) salienta que esta recomendação evidencia a má situação do stock da sardinha ibérica e deve ser seguida para dar as melhores hipóteses possíveis de recuperação, juntamente com a adoção de outras medidas de gestão e proteção da sardinha e dos habitats que lhe são essenciais.

A PONG-Pesca lamenta os impactos negativos que esta medida terá no sector da pesca, transformação e comercialização de pescado, mas considera que estes devem ser minorizados através do redirecionamento para outros stocks e de medidas de valorização da atividade.

O CIEM divulgou no esta sexta-feira o seu parecer para as possibilidades de pesca de sardinha ibérica para o ano de 2018, recomendando uma paragem total da pesca a esta espécie**. O documento – para o qual contribuem os investigadores do Instituto Português do Mar e Atmosfera (IPMA) - faz uma descrição detalhada da situação dramática em que este stock está nos últimos anos.

Perante este quadro, e como vem indicando há vários anos, a PONG-Pesca apela ao governo a seguir as recomendações científicas, articulando as medidas de recuperação e gestão com Espanha. PONG-Pesca alerta para a necessidade de se fazer um esforço na gestão da pescaria da sardinha ibérica com recurso a um plano de recuperação nos próximos anos e esperar assim que haja sinais claros de recuperação do stock para se voltar a ter uma pescaria revitalizada e sustentável.

Segundo Gonçalo Carvalho, coordenador da PONG-Pesca, “a situação é lamentável, mas não é de todo inesperada, pois os pareceres científicos e as informações vindas do mar já há muito tempo nos dizem que a sardinha está à beira do colapso. É tempo de parar a pesca à sardinha e tomar todas as medidas para esta poder recuperar.”

A PONG-Pesca reforça a importância do trabalho do IPMA e todo o seu esforço para assegurar a credibilidade dos dados que forneceram ao CIEM para a elaboração deste aconselhamento. Na situação atual é ainda imperativo intensificar o esforço no desenvolvimento de estudos científicos que permitam encontrar respostas e soluções pelo que a PONG-Pesca apela ao reforço na capacitação (recursos humanos, financeiros e institucionais) das entidades nacionais que fazem investigação em biologia pesqueira e avaliação de stocks, “não só para a recuperação da sardinha, mas também para podermos com confiança pescar outras espécies, como a cavala e o biqueirão, sem correr os riscos de os esgotar”, acrescentou Gonçalo Carvalho.

A PONG-Pesca mantém a sua disponibilidade e empenho em colaborar na procura de soluções para a frota do cerco. Como tal, chama a atenção para a necessidade premente em encontrar alternativas que podem passar, por exemplo, por redirecionar o esforço de pesca da frota para outras espécies. Outras soluções podem passar pela valorização de outras espécies e pela diversificação da atividade das embarcações e dos profissionais da pesca, como o turismo ou outras pescarias. “Permitir a continuação da pesca da sardinha nesta altura não só põe em risco o stock, como todas as pessoas que dependem da pesca do cerco. É tempo desta pescaria existir para além da sardinha, introduzindo medidas essenciais para a sua continuidade a curto, médio e longo prazo”, concluiu o mesmo responsável.

Integram a Plataforma PONG Pesca a Associação Portuguesa para o Estudo e Conservação dos Elasmobrânquios (APECE), Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), Liga para a Protecção da Natureza (LPN), Observatório do Mar dos Açores (OMA), Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), Associação de Ciências Marinhas e Cooperação (Sciaena), Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e WWF Portugal – World Wildlife Fund for Nature.

http://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/geota-lamenta-que-medidas-digam-muito-pouco-de-florestas_23148909.html

Sapo 24

DATA: 22-10-2017

22-10-2017 | Sapo 24 | GEOTA lamenta que medidas digam "muito pouco de florestas"

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) considerou hoje que “é bom sinal” pensar numa reforma da proteção civil, mas lamentou que as medidas anunciadas no sábado pelo Governo digam “muito pouco de florestas”.

Contactado pela Lusa, João Joanaz de Melo, do GEOTA, apontou que “há um aspeto notório pela ausência, que é [o facto de] praticamente não falarem das questões estruturais”, sublinhando que “praticamente só se está a falar de combate a incêndios e muito pouco de florestas”.

Para o responsável, aquilo que foi agora anunciado pelo Governo quer a nível de meios técnicos quer a nível de ordenamento da floresta "foi muito pouquinho".

Joanaz de Melo referiu que Portugal tem "uma floresta altamente vulnerável a incêndios, particularmente em regiões despovoadas do país" e disse que "não é evidente que caminho é que o Governo pretende ter nesta matéria".

Lamentando que o Governo não tenha consultado a maior parte dos parceiros sobre as medidas agora apresentadas, o dirigente do GEOTA entende que "é bom sinal que se esteja a fazer alguma coisa", mas deixou um alerta.

"Há um sério risco de fazer um pacote de medidas sobre coisas que são as mais fáceis de fazer e de deixar para as calendas gregas as medidas estruturais que são as mais difíceis de pôr em prática", apontou.

Joanaz de Melo disse ainda que "a maior parte dessas decisões vai no bom sentido", mas "são nada mais, nada menos do que pôr em prática recomendações feitas por uma série de entidades", pelo que "a novidade é de terem sido finalmente tomadas quando já estavam no papel há anos e anos".

O Governo pretende em 14 meses concluir a reforma da Proteção Civil, que visa aproximar a prevenção do combate aos incêndios e reforçar o profissionalismo, o que deverá passar pela entrada do Estado na rede de comunicações SIRESP e por vários apoios dirigidos às populações e às zonas mais afetadas.

O Governo discutiu no sábado a reforma nos sistemas de prevenção e combate aos incêndios e medidas de emergência de apoio às vítimas, depois dos incêndios de Pedrógão Grande (junho) e da zona Centro (15 e 16 de outubro), que provocaram a morte a mais de 100 pessoas e que deixaram um rasto de destruição de casas, empresas e património florestal.

http://observador.pt/2017/10/22/geota-lamenta-que-medidas-digam-muito-pouco-de-florestas/	
Observador	DATA: 22-10-2017

22-10-2017 | Observador | GEOTA lamenta que medidas digam “muito pouco de florestas”

Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente considera que as medidas anunciadas no sábado pelo Governo dizem "muito pouco de florestas".

Partilhe

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) considerou neste domingo que “é bom sinal” pensar numa reforma da proteção civil, mas lamentou que as medidas anunciadas no sábado pelo Governo digam “muito pouco de florestas”.

Contactado pela Lusa, João Joanaz de Melo, do GEOTA, apontou que “há um aspeto notório pela ausência, que é [o facto de] praticamente não falarem das questões estruturais”, sublinhando que “praticamente só se está a falar de combate a incêndios e muito pouco de florestas”. Para o responsável, aquilo que foi agora anunciado pelo Governo quer a nível de meios técnicos quer a nível de ordenamento da floresta “foi muito pouquinho”.

Joanaz de Melo referiu que Portugal tem “uma floresta altamente vulnerável a incêndios, particularmente em regiões despovoadas do país” e disse que “não é evidente que caminho é que o Governo pretende ter nesta matéria”. Lamentando que o Governo não tenha consultado a maior parte dos parceiros sobre as medidas agora apresentadas, o dirigente do GEOTA entende que “é bom sinal que se esteja a fazer alguma coisa”, mas deixou um alerta. “Há um sério risco de fazer um pacote de

medidas sobre coisas que são as mais fáceis de fazer e de deixar para as calendas gregas as medidas estruturais que são as mais difíceis de pôr em prática”, apontou.

Joanaz de Melo disse ainda que “a maior parte dessas decisões vai no bom sentido”, mas “são nada mais, nada menos do que pôr em prática recomendações feitas por uma série de entidades”, pelo que “a novidade é de terem sido finalmente tomadas quando já estavam no papel há anos e anos”.

O Governo pretende em 14 meses concluir a reforma da Proteção Civil, que visa aproximar a prevenção do combate aos incêndios e reforçar o profissionalismo, o que deverá passar pela entrada do Estado na rede de comunicações SIRESP e por vários apoios dirigidos às populações e às zonas mais afetadas.

O Governo discutiu no sábado a reforma nos sistemas de prevenção e combate aos incêndios e medidas de emergência de apoio às vítimas, depois dos incêndios de Pedrógão Grande (junho) e da zona Centro (15 e 16 de outubro), que provocaram a morte a mais de 100 pessoas e que deixaram um rasto de destruição de casas, empresas e património florestal.

<http://observador.pt/2017/10/29/plataforma-de-ong-discorda-dos-limites-acordados-para-captura-de-sardinha/>

Observador

DATA: 29-10-2017

29-10-2017 | Observador | Plataforma de ONG discorda dos limites acordados para captura de sardinha

Plataforma de Organizações Não Governamentais sobre Pesca preocupadas com os limites acordados para a captura da sardinha por ignorarem parecer científico que recomendava captura zero para 2018.

A Plataforma de Organizações Não Governamentais (PONG) sobre Pesca discorda dos limites acordados entre Portugal e Espanha para a captura de sardinha em 2018, uma vez que “desrespeita” um parecer científico que recomenda captura zero para o próximo ano.

A plataforma manifesta “preocupação” com o estabelecimento de quotas para pesca de sardinha, quando um parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM, em inglês, ICES) relativo à pesca da sardinha ibérica para 2018, divulgado no dia 20 de outubro, “recomendava captura zero para o próximo ano”, afirma em comunicado a PONG-Pesca.

“Uma vez mais, Portugal pretende desrespeitar os pareceres científicos, adiando a resolução de um problema que poderá resultar numa paragem na pesca da sardinha por muitos anos”, acusa a PONG-Pesca, que engloba associações ambientalistas como Quercus, Geota, LPN, SPEA e WWF, entre outras.

Em causa está uma reunião ocorrida entre os Governos de Portugal e Espanha para estabelecer as referidas quotas, que, segundo os ambientalistas, que citam a comunicação social, oscilam entre as 13.500 e as 14.000 toneladas.

A esta reunião sucedeu-se um encontro, à porta fechada, entre a tutela portuguesa e o setor das pescas, na passada sexta-feira, para discutir as futuras medidas de gestão e comunicar os valores acordados com Espanha, após o que a proposta deverá ser apresentada aos responsáveis da Comissão Europeia durante a próxima semana, para que seja tomada uma decisão final.

A PONG-Pesca manifesta-se ainda “indignada” pela “falta de diálogo por parte da tutela”, afirmando ter sido com “muita surpresa” que tomou conhecimento desta notícia.

“A Plataforma entende que se trata de uma comunicação que deveria ser feita em sede própria — a Comissão de Acompanhamento da Sardinha. Este órgão formal de gestão foi sempre veículo de informação e fórum de discussão relativamente à sardinha e à sua gestão, e dele fazem parte todas as partes interessadas, incluindo a PONG-Pesca”, afirma.

A PONG-Pesca acrescenta que “não compreende como uma informação tão importante e sensível é transmitida apenas ao setor, e não a todas as partes interessadas”, já que a plataforma tem seguido os trabalhos desta Comissão de Acompanhamento (da qual decorreram já 57 reuniões) “sempre de forma solícita, ponderada e construtiva, pelo que aguarda uma resposta da tutela quanto às razões que levaram à exclusão desta reunião em particular”.

A PONG-Pesca relembra ainda que este é um dos meios que asseguram uma “gestão participativa”, na qual se pressupõe a participação de todas as partes interessadas, e alerta que o modelo é “desvirtuado” quando não se incluem todos os parceiros.

Reiterando que este é o momento de o Governo assumir o papel de representante de todos os portugueses, protegendo e “gerindo de forma sustentável recursos que são de todos”, a plataforma sublinha a importância de este “considerar devidamente as recomendações científicas na tomada de decisão, articulando as medidas de recuperação e gestão com Espanha”.

http://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/plataforma-de-ong-discorda-dos-limites-acordados-para-captura-de-sardinha_23184256.html

Sapo 24

DATA: 29-10-2017

29-10-2017 | Sapo 24 | Plataforma de ONG discorda dos limites acordados para captura de sardinha

A Plataforma de Organizações Não Governamentais (PONG) sobre Pesca discorda dos limites acordados entre Portugal e Espanha para a captura de sardinha em 2018, uma vez que "desrespeita" um parecer científico que recomenda captura zero para o próximo ano.

A plataforma manifesta "preocupação" com o estabelecimento de quotas para pesca de sardinha, quando um parecer científico do Conselho Internacional para a Exploração dos Mares (CIEM, em inglês, ICES) relativo à pesca da sardinha ibérica para 2018, divulgado no dia 20 de outubro, "recomendava captura zero para o próximo ano", afirma em comunicado a PONG-Pesca.

"Uma vez mais, Portugal pretende desrespeitar os pareceres científicos, adiando a resolução de um problema que poderá resultar numa paragem na pesca da sardinha por muitos anos", acusa a PONG-Pesca, que engloba associações ambientalistas como Quercus, Geota, LPN, SPEA e WWF, entre outras.

Em causa está uma reunião ocorrida entre os Governos de Portugal e Espanha para estabelecer as referidas quotas, que, segundo os ambientalistas, que citam a comunicação social, oscilam entre as 13.500 e as 14.000 toneladas.

A esta reunião sucedeu-se um encontro, à porta fechada, entre a tutela portuguesa e o setor das pescas, na passada sexta-feira, para discutir as futuras medidas de gestão e comunicar os valores acordados com Espanha, após o que a proposta deverá ser apresentada aos responsáveis da Comissão Europeia durante a próxima semana, para que seja tomada uma decisão final.

A PONG-Pesca manifesta-se ainda "indignada" pela "falta de diálogo por parte da tutela", afirmando ter sido com "muita surpresa" que tomou conhecimento desta notícia.

"A Plataforma entende que se trata de uma comunicação que deveria ser feita em sede própria -- a Comissão de Acompanhamento da Sardinha. Este órgão formal de gestão foi sempre veículo de informação e fórum de discussão relativamente à sardinha e à sua gestão, e dele fazem parte todas as partes interessadas, incluindo a PONG-Pesca", afirma.

A PONG-Pesca acrescenta que "não compreende como uma informação tão importante e sensível é transmitida apenas ao setor, e não a todas as partes interessadas", já que a plataforma tem seguido os trabalhos desta Comissão de Acompanhamento (da qual decorreram já 57 reuniões) "sempre de forma solícita, ponderada e construtiva, pelo que aguarda uma resposta da tutela quanto às razões que levaram à exclusão desta reunião em particular".

A PONG-Pesca relembra ainda que este é um dos meios que asseguram uma "gestão participativa", na qual se pressupõe a participação de todas as partes interessadas, e alerta que o modelo é "desvirtuado" quando não se incluem todos os parceiros.

Reiterando que este é o momento de o Governo assumir o papel de representante de todos os portugueses, protegendo e "gerindo de forma sustentável recursos que são de todos", a plataforma sublinha a importância de este "considerar devidamente as recomendações científicas na tomada de decisão, articulando as medidas de recuperação e gestão com Espanha".

<http://www.sulinformacao.pt/2017/11/associacoes-pedem-chumbo-da-conformidade-ambiental-de-megaempreendimento-na-praia-grande-de-silves/>

Sul Informação

DATA: 16-11-2017

16-11-2017 | Sul Informação | Associações pedem chumbo da conformidade ambiental de «megaempreendimento» na Praia Grande de Silves

Seis Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) exigiram que o Relatório de Conformidade Ambiental (RECAPE) da primeira fase do megaempreendimento turístico da Praia Grande de Silves seja recusado, no contributo conjunto que deram durante a consulta pública do documento, que terminou na semana passada. As seis associações ambientalista consideram que este documento «está em muitos aspetos incompleto e não responde a várias das condições legalmente impostas pela Declaração de Impacte Ambiental (DIA)».

Este contributo para o processo de consulta pública foi dado pelas associações Almargem, A Rocha, GEOTA, Liga para a Proteção da Natureza (LPN), Quercus e Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), que constituem a Plataforma dos Amigos da Lagoa dos Salgados. As seis ONGA defendem que o projeto previsto para a Praia Grande de Silves «é claramente sobredimensionado, ilegal e destruidor do património público».

Num comunicado conjunto, as associações lamentaram «que tenham de ser os cidadãos a tentar parar este empreendimento, sendo quase imoral a permissividade das autoridades centrais e regionais».

«O Plano de Pormenor de Praia Grande de Silves refere-se a um megaempreendimento, com mais de 300 hectares, 3 hotéis, 2 aldeamentos turísticos, 4000 camas, um campo de golfe e zona comercial. Localiza-se na última fração de costa não edificada, entre as sobre construídas praias de Albufeira e de Armação de Pêra. Estas ONGA, assim como qualquer cidadão o fará, não podem deixar de relacionar o projeto com a especulação imobiliária e com a fraude económica do ex-BPN. Infelizmente, o projeto teve a aprovação da Câmara Municipal de Silves em 2012, contra o estipulado no Plano Regional do Ordenamento do Território (PROT Algarve)», enquadraram.

As organizações de defesa do ambiente acreditam que o projeto «não acrescenta nada de novo à oferta turística do Algarve, e vai destruir a última área natural da costa de Silves». Este é um local, asseguram, «com grande importância ambiental (pelos valores presentes e pelos benefícios que eles proporcionam a nível de ecossistema) e um enorme potencial educativo, de lazer e turístico, sendo claramente um elemento diferenciador da região».

Aqui, podem ser encontradas «espécies e habitats protegidos por lei». A zona de implantação do projeto é, também, um dos locais mais visitados pelos observadores de aves e outros amantes da natureza em todo o Algarve. «Os valores naturais e paisagísticos da área são adequados ao desenvolvimento de um projeto turístico mais ligeiro na construção, pleno de natureza, e mais aberto à visita e à educação, e não a mais dos mesmos erros destrutivos, cometidos já tantas vezes no Algarve», defenderam.

Quanto ao RECAPE, não cumpre com o estipulado na Declaração de Impacto Ambiental por diversos motivos, dos quais as seis organizações destacam as que consideram mais importantes.

Desde logo, porque «as medidas de monitorização e mitigação apresentadas são insuficientes ou não são claras, remetendo

inclusivamente para futuros RECAPES». Além disso, «a avaliação de efeitos cumulativos verificados sobre a fauna e flora é inadequada e incompleta».

Por outro lado, o relatório «não apresenta os estudos relevantes mencionados, inviabilizando a sua consulta e avaliação, do que resulta um problema de falta de fundamentação».

«As ONGA esperam que este RECAPE não seja aprovado, e que o megaempreendimento não seja autorizado a avançar. Têm confiança que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé se pronuncie a qualquer momento, uma vez que aguardam há mais de dois anos por uma decisão, que acreditam, só poderá ser pela anulação dos atos administrativos que viabilizaram o projeto. Esperam ainda que a Câmara Municipal de Silves se envolva ativamente na busca de uma alternativa de projeto que não destrua o património natural e os serviços dos ecossistemas que deixarão a Silves, o Algarve e o país mais pobre de uma forma irreversível», concluíram as seis associações ambientalistas.

<http://www.sulinformacao.pt/2017/11/plano-de-trabalhos-da-galpeni-leva-ativistas-anti-petroleo-a-reafirmar-disponibilidade-para-a-luta/>

Sul Informação

DATA: 20-11-2017

20-11-2017 | Sul Informação | Plano de trabalhos da Galp/ENI leva ativistas anti-petróleo a reafirmar disponibilidade para a luta

Movimentos e associações que têm vindo a denunciar e a lutar contra a prospeção e exploração de hidrocarbonetos ao largo da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano tomaram uma posição conjunta, onde reafirmam a sua determinação em parar este processo.

As 27 organizações, entre as quais quatro internacionais, lançaram um comunicado conjunto, onde voltam a deixar clara a sua oposição à prospeção e exploração de petróleo e gás no mar, em Portugal, e exortam «todos os cidadãos a tomarem uma posição ativa».

Esta posição foi tomada no seguimento do anúncio de que o consórcio Galp/ENI terá apresentado ao Governo o Plano de Trabalhos para 2018 nas concessões que detém ao largo do Baixo Alentejo e da Costa Vicentina.

Isto implica, desde logo, uma consulta às Câmaras de Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos, concelhos ao largo dos quais se prevê que haja prospeção de hidrocarbonetos. Neste campo, as organizações signatárias do comunicado esperam «que todos os municípios agora consultados mantenham a sua posição e emitam parecer contra este Plano de Trabalhos».

O que é certo é que os pareceres das Câmaras não são vinculativos. Ou seja, não terão nunca o poder de parar o processo, caso o consórcio quiser avançar e o Governo o autorize. Talvez por isso, os movimentos dizem «aguardar com expectativa o que se seguirá aos pareceres dos municípios».

As diferentes organizações consideram que não haver «qualquer dúvida de que a sociedade civil se opõe à exploração de petróleo e gás no seu território, e que a imposição desta atividade por parte do Consórcio Galp/Eni e do Governo às comunidades do Algarve e Alentejo é uma violação aos princípios democráticos que exigem uma governação transparente, consciente e participativa».

A sustentar esta crença está a oposição ao processo que manifestada pela sociedade civil e pelas autarquias, tanto a nível individual, como através das organizações que as representam, como a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL).

Movimentos e associações que assinam o comunicado:

Alentejo Litoral pelo Ambiente (ALA), Algarve Surf and Marine Activities Association (Asmaa), Associação Rota Vicentina, Campanha Linha Vermelha, Climáximo, Coletivo Clima, Futuro Limpo, Plataforma Algarve Livre de Petróleo – PALP (Aldeia, Almargem, Coletivo Clima, Climáximo, Geota, Glocalfaro, LPN, Newloops, PAS, Quercus, Rias, Rocha, Sciaena, SPEA; organizações internacionais: Ocean Care, Save the Waves, Surfrider, Sun Concept), Preservar Aljezur, Stop Petróleo Vila do Bispo, Tamera, Tavira em Transição.

<http://www.sulinformacao.pt/2017/12/camaras-disseram-nao-ao-petroleo-e-movimentos-querem-saber-o-que-fara-o-governo/>

Sul Informação

DATA: 18-12-2017

18-12-2017 | Sul Informação | Câmaras disseram «não» ao petróleo e movimentos querem saber o que fará o Governo

As associações e movimentos contra a prospeção e exploração de hidrocarbonetos em Portugal exigem saber o que fará o Governo, após a emissão de pareceres negativos das Câmaras de Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Aljezur, Vila do Bispo e Lagos contra o início de atividade do consórcio Galp/ENI.

Os ativistas não vão ficar à espera que a resposta chegue e já se estão a mobilizar para estar na quinta-feira, dia 21 de Dezembro, frente à Assembleia da República, para marcar a sua posição durante a discussão no Parlamento de nova petição contra a autorização dada ao consórcio para iniciar a prospeção de petróleo e gás natural ao largo do Algarve e do Alentejo.

A concentração servirá para «exigir a anulação de todos os contratos de prospeção e exploração de petróleo e gás em vigor em Portugal e reafirmar a urgência de apostar e investir imediatamente em projetos de energias renováveis descentralizados».

No seguimento dos pareceres negativos das Câmaras Municipais à prospeção e exploração de petróleo, os ativistas anti-petróleo colocam a bola do lado do Governo.

«Face à oposição dos municípios e das populações, e perante de todos os apelos internacionais, os movimentos e associações contra a exploração de hidrocarbonetos em Portugal perguntam ao Governo: E agora? O que vão fazer com os pareceres negativos das Câmaras Municipais? E com a opinião pública portuguesa? E com os pareceres de cientistas de todo o mundo? E com os compromissos assinados?», questionam.

Segundo os movimentos, os argumentos usados pela generalidade das autarquias que se pronunciaram – apenas não terão tido acesso ao parecer de Vila do Bispo – «são coincidentes com os dos movimentos e associações contra a prospeção e exploração de petróleo e gás, amplamente divulgados junto das autoridades e populações, os quais de forma unânime alertam para as catastróficas consequências de tais atividades».

Entre eles estão o risco ambiental, o potencial aumento do risco sísmico, os «avassaladores impactos negativos na pesca e no turismo» e a «necessidade urgente e global de diminuir a emissão de gases com efeito de estufa, originados pela exploração e utilização de hidrocarbonetos, designadamente de petróleo e gás».

Os movimentos recordam a posição conjunta de 80 economistas de 20 países, tornada pública a 7 de Dezembro, que apela «ao fim dos investimentos na produção e nas infraestruturas fósseis. “Nem mais um euro deverá ser concedido ao carbono, ao petróleo e ao gás”, pode ler-se na carta onde se advoga, entre outras coisas, um aumento massivo dos investimentos em energias renováveis», segundo a plataforma.

«Esta declaração procede a que foi lançada por mais de 15 mil cientistas de todo o mundo, em Novembro, na qual estes afirmaram que a Humanidade não está a tomar as medidas necessárias para proteger o planeta e os ecossistemas. Os referidos cientistas invocaram ainda a necessidade inadiável e tremendamente urgente, de uma “transição para a sustentabilidade”», acrescentam.

Os ativistas contra a prospeção e exploração de petróleo em Portugal apelaram à participação da população na concentração de dia 21, frente à AR, em Lisboa.

Associações e movimentos que assinam esta posição pública:

Alentejo Litoral pelo Ambiente (ALA), Algarve Surf and Marine Activities Association (Asmaa), Associação Rota Vicentina, Campanha Linha Vermelha, Climáximo, Coletivo Clima, Futuro Limpo, Plataforma Algarve Livre de Petróleo – PALP (Aldeia, Almargem, Coletivo Clima, Climáximo, Geota, Glocalfaro, LPN, Newloops, PAS, Quercus, Rias, Rocha, Sciaena, SPEA; organizações internacionais: Ocean Care, Save the Waves, Surfrider, Sun Concept), Preservar Aljezur, Stop Petróleo Vila do Bispo, Tamera, Tavira em Transição.

<http://observador.pt/especiais/como-santana-governou-lisboa-12-historias-para-conhecer-melhor-o-candidato-a-lider-do-psd/>

Observador

DATA: Dez 2017

Dez 2017 | Observador | Como Santana Governou Lisboa – 12 histórias para conhecer melhor o candidato a líder do PSD

O Túnel do Marquês e o Parque Mayer foram duas das maiores polémicas. O aumento da dívida é um dos problemas da gestão de Santana em Lisboa, interrompida quando assumiu o cargo de primeiro-ministro.

16 de dezembro de 2001. Ou melhor, já era 17 de dezembro de 2001. Santana Lopes apareceu na sede de campanha da candidatura de olhos vermelhos, de choro e emoção, já perto da uma manhã para dizer o que nunca saiu da cabeça de todos: **“Parecia quase impossível”**. Mas foi possível. A noite foi longa e de incerteza sobre a vitória. Pela hora do fecho das urnas, o seu amigo Pedro Pinto pedia “muita cautela”. A tensão continuou. Às 20h30, o então número dois da lista ainda não sorria e dizia apenas: “Seja qual for o resultado final enche-nos de alegria”. Restava saber se era muita alegria de uma vitória inesperada ou pouca alegria por uma derrota à justa.

A comida acabou na sede de campanha e, segundo uma reportagem publicada no jornal Público no dia seguinte, **“o nome de Deus”** começou a ser **“evocado com frequência”** com o avançar da noite. O partido ganhava Sintra, o Porto e a sala calava-se para ouvir o discurso Luís Filipe Menezes pelas 23h00, também ele vencedor em Vila Nova de Gaia. Havia informações de que o PS poderia estar à frente e de algumas freguesias nada se sabia. Os resultados de Marvila não apareciam e Pedro Pinto insinuava um golpe eleitoral: **“Estás a ver a nossa Flórida? Marvila é a nossa Flórida”**. Nesse Estado americano tinha existido a confusão que deu a vitória — em circunstâncias duvidosas — a George W. Bush na corrida à Casa Branca em 2000.

Pedro Santana Lopes ganharia a câmara por 856 votos. Pela meia-noite e meia começava a ficar claro que a vitória não escaparia. Bastou esperar que o socialista João Soares reconhecesse a derrota e apontasse um culpado: “Falhou sobretudo a imagem”. **A sede de Santana quase vinha abaixo com os festejos.** Começaram a ouvir-se os apitos dos carros dos apoiantes laranjas: uns foram para o Marquês de Pombal, outros ficaram pela rua da Misericórdia. Antes disso, já se celebrava a demissão de Guterres e, na sede atribuíu-se a Santana a queda do governante socialista. Não foi o único responsável, mas ajudou bastante. Na mesma noite, Rui Rio ganhava a câmara do Porto.

O Público do dia seguinte, na página em que elege os “vencedores” e “vencidos”, coloca-o como segundo grande vencedor da noite, logo a seguir a Durão Barroso e antecipa-lhe grandes voos: “Noutra conjuntura, sabe-se lá, até pode partir para a descoberta da América...” O céu não era o limite, mas seria Belém ou S. Bento. De tal forma que, antes do mandato autárquico chegar a meio, Santana torna-se pré-candidato presidencial e, antes de chegar ao fim do mandato, primeiro-ministro.

O mandato foi rico em polémicas: o **Túnel do Marquês**, os **apoios ao estádio do Benfica**, o **Parque Mayer**, o **caso do salário que recebia da Parque Expo** ou facto de viver em Monsanto foram algumas delas. Demonstrou aquilo que os seus apoiantes chamam “visão” e que os seus opositores classificam de “excentricidades” ao querer em Lisboa projetos de arquitetos de renome internacional como Niemeyer (para uma catedral), o francês Jean Nouvel, o português Siza Vieira (ambos para projetos) habitacionais, quis subsidiar GPS em todos os táxis de Lisboa e defendeu a municipalização da Carris e a privatização da Carris. Ainda ajudou a trazer o Rock in Rio para Lisboa e afirmou-se publicamente contra a OTA. Comprovar guerras em nome da cidade e cedeu noutras.

Num mandato de quatro anos, Santana esteve fora oito meses — para ser primeiro-ministro na sequência da saída de Barroso. **Ainda regressou à autarquia quando perdeu eleições legislativas**, mas tinha Carmona Rodrigues como autoridade paralela, porque entretanto assumira o cargo. Chegaram a partilhar gabinete. Tentou ser candidato novamente, mas Luís Marques Mendes tirou-lhe o tapete. Os primeiros dois anos e meio em que esteve na câmara tiveram de tudo: obras, polémicas e até um veto presidencial. Santana era o alvo do PS que, por vezes, o atacava mais do que ao próprio líder do partido, Durão Barroso.

Como aconteceu na Figueira da Foz, **Santana deixou uma câmara mais endividada do que tinha herdado** e não conseguiu equilibrar as contas. Foi um presidente com ideias e projetos, mas esteve longe do rigor orçamental. Eis 12 aspetos sobre a gestão de Santana Lopes na câmara de Lisboa que ajudam a perceber quem é o candidato do PSD.

As contas de Santana na câmara: dívidas a terceiros e passivo duplicaram

Há uma conclusão óbvia das contas da câmara no tempo de Santana: as dívidas a terceiros e o passivo aumentaram muito numa câmara que já estava endividada. O Tribunal de Contas fez uma [auditoria](#) financeira ao último ano de João Soares (2001) e aos dois primeiros anos de Santana Lopes, registando um aumento do **passivo de mais de 350 milhões de euros só nos primeiros dois anos do mandato do social-democrata**. O Observador consultou as Demonstrações Financeiras e os Relatórios de Gestão dos quatro anos de Santana na autarquia (Carmona foi presidente durante apenas oito meses) e os números ainda são mais avassaladores: o passivo mais do que duplicou em quatro anos, **passando de 561,8 milhões de euros quando Santana tomou posse para 1,2 mil milhões de euros no final de 2005**.

As dívidas a terceiros (incluindo curto e médio e longo prazo) **aumentaram logo 159,1 milhões de euros no primeiro ano de mandato de Santana Lopes** (2002) para 632,3 milhões de euros. E foram aumentando a um ritmo maior nos anos seguintes. De tal forma que, no final de 2005, quando Santana deixou a câmara, as dívidas a fornecedores ascendiam a 956,8 milhões de euros, dos quais 311 milhões correspondiam a dívida de curto prazo. Ou seja: as dívidas a terceiros aumentaram 483,6 milhões (mais do que duplicaram) em quatro anos.

Quanto ao endividamento líquido, foi enorme no primeiro ano de Santana, como já tinha sido elevado, no último ano de João Soares. Mas foi caindo ao longo do mandato. No último ano de gestão PS, em 2001, o endividamento líquido era de 96,4 milhões de euros. No primeiro de Santana, 2002, o endividamento líquido foi de 173 milhões de euros (o capital em dívida atingiu, então, os 583,7 milhões de euros). Em 2003, baixou para 837 mil euros e em 2004 e 2005 houve até uma redução do capital em dívida na ordem dos 57,58 milhões de euros.

Os restantes indicadores também não são famosos. A despesa com pessoal aumentou, só no primeiro ano de Santana, em mais de 7,8 milhões de euros. Quatro anos depois de Santana tomar posse, os encargos com pessoal já tinham aumentado em **41,8 milhões de euros anuais**, para um total de **245,4 milhões de euros**.

As **despesas diminuíram do início para o fim do mandato**, o que significa que o investimento e os gastos passaram muito pelo endividamento. As despesas eram, no último ano de João Soares, de 672,6 milhões de euros. No final de 2005, ficaram-se pelos 626,3 milhões de euros: uma redução de 46 milhões de euros. As receitas também não ajudaram à descida da dívida, tendo ocorrido uma ligeira quebra: as receitas eram de 666,9 milhões de euros no primeiro ano de João Soares e de 661,7 milhões de euros no último ano de Santana. Em 2003 e 2004 foram ainda mais baixas: 569,2 milhões de euros e 510,4 milhões de euros, respetivamente. Os impostos (diretos e indiretos) cobrados mantiveram-se estáveis, sendo a contribuição autárquica (a partir de 2004, o IMI), o SISA (a partir de 2004, IMT), o imposto municipal sobre os veículos e a Derrama as principais fontes de financiamento.

Santana só assume a responsabilidade política das contas dos dois primeiros anos. Mas, as contas de 2004 e 2005, são igualmente más. As de 2004 chegaram a ser [chumbadas](#) pelo Tribunal de Contas, num relatório aprovado a 19 de fevereiro de 2009. Pedro Santana Lopes fez questão de esclarecer na altura, em comunicado, que **as contas de 2004 da Câmara Municipal de Lisboa “foram da responsabilidade, na elaboração, na propositura e aprovação do então presidente da Câmara António Carmona Rodrigues e do então vereador das Finanças Carlos Fontão de Carvalho”**.

Santana alegava ainda, no mesmo documento, que “tendo o vereador das Finanças especial responsabilidade nesse documento, nunca Carlos Fontão de Carvalho exerceu essas funções com Pedro Santana Lopes, tendo sido vereador de João Soares [coligação PS/CDU, no mandato anterior] e de António Carmona Rodrigues [maioria PSD/CDS]”. A vereadora com o pelouro das Finanças no tempo de Santana era Teresa Maury.

O social-democrata só deixou a câmara a 15 de julho de 2004 e, por isso, não rejeitava “a responsabilidade do exercício da liderança da Câmara de Lisboa até julho desse ano”. Nesse comunicado — que Santana emitiu sendo já candidato às eleições autárquicas de 2009 — o ex-autarca explicava que “em 2004, a responsabilidade de Pedro Santana Lopes em matéria de contas foi pela Conta Geral do Estado e relativa a todo o ano, dado o exercício das funções de primeiro-ministro a partir de 17 de julho.” Ou seja: Santana esteve meio ano na câmara e meio no Governo, mas diz-se responsável apenas pelas contas do país.

O mel de Santana confirmado pelas sondagens

Santana Lopes foi, desde o primeiro dia na câmara — e até antes disso — um fenómeno de popularidade. A 20 de julho de 2002, João Soares — que tinha perdido a câmara por poucos votos meses antes contra o social-democrata — admitia ao Expresso: **“O pior é que Santana Lopes tem mel”**. E tinha mesmo. Pelo menos até ir para o Governo, em 2004. O barómetro DN/TSF de setembro de 2002 apontava Pedro Santana Lopes como o político “mais popular” entre as personalidades de direita, recolhendo opinião positiva de 54% dos inquiridos, muito à frente de Marcelo Rebelo de Sousa e Freitas do Amaral, ambos com 30%. Nessa época até batia Mário Soares que recolhia opinião favorável de 41% dos inquiridos.

As sondagens davam força a Santana Lopes. Um ano depois da eleição, uma sondagem da Aximage confirmava que uma ampla maioria dos eleitores apoiava Santana. **O autarca era considerado um “bom presidente” por 43,6 % dos inquiridos**, aos quais ainda se juntavam 5,8% que consideravam a atuação “muito boa”. A sondagem mostrava ainda que Santana recolhia opiniões mais favoráveis de eleitores do CDS do que dos do PSD.

Quatro dias depois, a 16 de dezembro de 2002, nova sondagem. Desta vez, da Universidade Católica e publicada no jornal Público, demonstrava que a maioria dos lisboetas (43,5%) considerava a gestão de Santana Lopes melhor que a de João Soares.

No dia seguinte, a manchete do Jornal de Notícias trazia novas boas notícias para o autarca. “Santana Lopes esmaga a concorrência”, podia ler-se na primeira página do diário, onde também era registado que a “imagem do autarca está em alta” e que **Santana “atingiria a maioria absoluta” se fosse a votos** naquela altura.

A popularidade de Santana começaria a ser, mais tarde, testada como candidato presidencial. A 28 de março de 2003, por exemplo, Santana aparece como segundo favorito na corrida Belém. Cavaco Silva aparece destacado no barómetro DN/TSF, recolhendo a preferência de 30% dos inquiridos, seguido de Santana Lopes que era o preferido de 14% (no mês anterior Santana estava nos 18% e cavaco nos 26%). Santana mantinha-se, por esta altura, à frente de figuras como o atual secretário-geral da ONU, António Guterres (com 11%), e o atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa (com 8%). O fosso entre Cavaco e os restantes continuou a aumentar.

Santana não seria candidato a Belém (embora tivesse ameaçado), mas chegou a primeiro-ministro no verão de 2004. Ainda era popular, mas a sua governação fê-lo cair na popularidade e na sondagem mais fidedigna, os votos: Santana obteve o pior resultado de sempre do PSD em legislativas: 28.77%. Voltou à câmara, mas já tinha perdido todo o élan. Uma sondagem da Aximage publicada no Correio da Manhã a 26 de março davam o presidente de câmara perder contra qualquer um dos nomes indicados como possíveis candidatos socialistas: Manuel Maria Carrilho (que perderia com Carmona Rodrigues), João Soares, Ferro Rodrigues ou Mega Ferreira. Santana começou o mandato com a popularidade em alta, manteve-a, mas perdeu-a ao aceitar assumir o cargo de primeiro-ministro.

Os tabus de Santana. Um presidente da câmara com aspirações (e inspirações) presidenciais

Não o disse uma nem duas vezes. Quando chegou à câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes **via em Jorge Sampaio uma inspiração**. Dizia-o em outubro de 2002, numa entrevista à TSF, onde admitia que procurava **“inspirar-se no exemplo” deixado por ele na câmara**; e a polémica obra do Túnel do Marquês, que tinha sido iniciada pelo autarca do PS, é disso exemplo. Ironia do destino. O socialista que foi presidente da câmara de Lisboa no início da década de 90, e que interrompeu o mandato para se candidatar a Belém, foi depois o socialista que, em Belém, deitou por terra o curtíssimo governo de Santana Lopes. Mas essas já são outras histórias. Para aqui interessa saber que o exemplo de Sampaio valeu até para inspirar a ambição presidencial do social-democrata. Desde cedo que Santana-autarca procurou manter vivo o tabu de que poderia ser o candidato do PSD às presidenciais de 2006 — as que viriam a eleger Cavaco Silva para dez anos de mandato — e até Durão Barroso teve de pedir silêncio.

Era presidente da câmara há meia dúzia de meses, literalmente, e faltavam ainda quatro anos para as eleições presidenciais, quando o tapete começou a ser estendido. **“Santana quer presidenciais:** Durão Barroso tem uma carta escondida na manga para as próximas presidenciais. Chama-se Santana Lopes e só será candidato em 2006 se Cavaco Silva deixar. O assunto está a ser lidado com ‘pinças’ e vai ser estrategicamente posto à margem do congresso do PSD que hoje começa”, lia-se numa artigo de antecipação do congresso do PSD que arrancava nesse dia, em julho de 2002, no Coliseu de Lisboa. De facto, foi esse o discurso que o enfant terrible levou preparado ao congresso. Entre muitos ataques a Marcelo, como era habitual, Santana lançava a primeira pedra para o debate presidencial desafiando o presidente do partido, Durão Barroso, a dar ao PSD a vitória nas presidenciais de 2006 para concretizar o velho sonho de Francisco Sá Carneiro: ter o governo, a maioria e a presidência pintadas de laranja. E foi muito — muito — aplaudido.

A rampa estava lançada. A partir daí, foi um tabu à Santana Lopes durante três anos — que durou, durou, e durou até ao fim. O fim, neste caso, foi a ida de Durão Barroso para Bruxelas, a consequente ida de Santana para São Bento, e a futura dissolução da Assembleia por parte do Presidente Jorge Sampaio oito meses depois. A reviravolta, contudo, não estava nos planos de Santana e, no final de 2005, acaba por ficar sem São Bento, sem Lisboa (porque Marques Mendes escolheu Carmona Rodrigues), e muito menos sem qualquer margem política para fazer o voo mais alto até Belém.

Vontade, porém, não lhe faltava. Do final de 2002 a meados de 2004 (ou seja, durante todo o seu mandato na câmara antes de ir para o Governo), várias foram as intervenções que fez no sentido de se mostrar **“disposto a contribuir” para o tal sonho de Sá Carneiro**. Falava tanto no assunto, que a oposição o criticava por não se focar nos problemas da cidade, preocupado que estava em “pisgar-se” para Belém. O sinal mais claro que deu foi em fevereiro de 2004, numa entrevista ao Expresso. **“Se for candidato às presidenciais julgo que as ganho”**, disse. E o Expresso logo classificou as palavras como uma **“pré-candidatura”**. Até Cavaco Silva, que estava na *pole position* para aquela corrida, Santana atacava nessa entrevista, dizendo que se fosse ele o candidato do PSD, então a coligação PSD/CDS não sobreviveria muito tempo, conhecida que era a má relação entre Cavaco e Paulo Portas.

A verdade é que as sondagens não lhe eram totalmente desfavoráveis. Cavaco aparecia em primeiro, mas o partido tinha uma clara preferência por Santana — sobretudo se comparado com Marcelo, que na altura também era presidencializável. Uma sondagem publicada em julho de 2003 no DN e TSF dava Cavaco como preferido dos portugueses (com 33,2% dos votos) seguido de Santana Lopes, na altura com 48 anos, e só depois apareciam os potenciais candidatos do PS, Mário Soares ou António Guterres. **Marcelo Rebelo de Sousa**, com mais dez anos do que Santana, também era contabilizado, mas sem grandes chances de vencer. Em fevereiro de 2004, contudo, o mesmo barómetro da Marktest já punha Marcelo à frente de Santana, com Cavaco a manter a preferência dos portugueses.

Marcelo era, de resto, crítico profissional no que dizia respeito a Santana, usando para isso o espaço de comentário que tinha ao domingo na TVI. Foi o que fez no rescaldo da entrevista de Santana ao Expresso. **Às críticas, Santana respondia com... Jorge Sampaio:** “O dr. Jorge Sampaio deu uma entrevista como presidente da câmara exatamente no mesmo dia 19 de fevereiro de 1994, quando as eleições só eram em 1995. O *timing* é exatamente o mesmo”, dizia. Isto, caso Santana avançasse mesmo para Belém. Mas a história estava longe de ir por aí.

Parque Mayer. O projeto de Gehry com um casino pelo meio, que Sampaio vetou

Santana quis, Sampaio vetou e obra não nasceu. A reabilitação do Parque Mayer era uma das bandeiras da campanha eleitoral Santana Lopes, que quis aproveitar a transformação do espaço para uma grande obra de regime. O presidente da câmara prometia fazer do degradado Parque Mayer um “templo da cultura e das artes”, numa ideia que era consensual, até o Expresso noticiar a 21 de setembro: **“Casino no Parque Mayer”**. O “ovo de Colombo” que iria financiar todo o projeto era um casino e o Governo — da mesma cor de Santana — aprovou um decreto-lei em Conselho de Ministros para aprovar o espaço de jogo.

A oposição não largou mais Santana até o projeto cair. O PCP foi demolidor desde a primeira hora e o PS, embora mais moderado, dizia ser “prematura” a aprovação do decreto do Governo antes do projeto ser viabilizado na câmara. O Bloco de

Esquerda, que não tinha vereadores, exigia — através do seu deputado municipal João Teixeira Lopes — um “**referendo local**”: rejeitava que uma decisão “de tamanha importância” ficasse “entre o presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes, e o empresário Stanley Ho.”

Várias figuras públicas juntaram-se para exigir esse referendo local e contra o casino: António Mega Ferreira, Camacho Costa, Carlos Marques, Manuel Maria Carrilho, Manuel Graça Dias, Nuno Teotónio Pereira, Fernando Nunes da Silva, Eduardo Prado Coelho, António Pinto Ribeiro, Miguel Portas, Lúcia Amâncio, Mísia, Ana Sara Brito, Alexandra Lencastre e Teresa Villaverde Cabral.

Os lisboetas dividiam-se sobre o assunto. A 21 de outubro de 2002, uma sondagem divulgada pela RTP e a Antena 1 mostrava que **42,9% dos inquiridos estavam a favor da solução de Santana**, mas 44,2 por cento estavam contra. O mesmo acontecia quanto à hipótese de referendo: 48,3% não queriam que o assunto fosse referendado, contra 45,4%.

Santana também tinha figuras públicas para contra-atacar. Sérgio Godinho, Carlos do Carmo, Fernando Mendes, Carlos Mendes, Diogo Morgado, Francisco Nicholson, Mico da Câmara Pereira, Toy, Mónica Sintra, Simone do Oliveira e Rão Kyao foram alguns dos artistas que se disponibilizaram a atuar no Parque Mayer para apoiar o projeto do então presidente da câmara. Os artistas Raul Solnado, Ruy de Carvalho e Eunice Muñoz também enviaram uma carta de apoio ao autarca.

O assunto ia enchendo as páginas de jornais, até que, a 8 de novembro, **o Presidente da República, Jorge Sampaio, decidiu vetar o decreto-lei que permitia o licenciamento de um casino em Lisboa**. Entre as justificações, Sampaio falava nas “inevitáveis repercussões” que a decisão significaria para “a regularidade da concorrência entre empresas do mesmo ramo de atividade.” Santana não recuou e prometeu ir “por outros caminhos”.

O Governo teve de fazer um novo decreto que permitia o casino na capital, mas sem especificar a localização. Desta vez, Sampaio promulgou. Mas Santana insistia que se o casino fosse no Parque Mayer e não perdeu tempo. O famoso arquiteto Frank Gehry — vencedor do prémio Pritzker em 1989 — chegou a Lisboa em janeiro de 2003 para começar a esboçar o projeto. O arquiteto do museu Guggenheim de Bilbao antecipava que teria “restaurantes, teatros, atividades que complementem o teatro e **talvez um casino**”. A 22 de janeiro, o Jornal de Notícias noticiava: “Teatros excitam Gehry”.

Entretanto, na sequência do veto, Santana começou a procurar outras alternativas para a localização do casino. Em maio, quando Gehry volta a Lisboa, já trazia um projeto sem casino. Meses depois, em outubro, Santana admitiu pela primeira vez que os custos demasiado elevados colocavam o projeto em risco. O presidente da câmara envia então o advogado Rui Gomes da Silva (um dos seus melhores amigos) e a arquiteta Ana Gonçalves a Los Angeles para negociar com Gehry e — a partir da Catalunha, onde foi inaugurar Pavilhão de Lisboa no “Barcelona Meeting Point” — explicava que a câmara tinha 100 milhões de euros para gastar no projeto. Inicialmente, falava-se entre 40 a 50 milhões de euros.

Helena Roseta, então presidente da Ordem dos Arquitetos, opôs-se à contratação de Gehry e começou a questionar a legalidade do contrato com o arquiteto, que poderia chegar aos 15 milhões de euros. Santana acusou-a de estar a fazer “jogatanas políticas”.

A câmara avançou então para permuta dos terrenos camarários da Feira Popular pelos do Parque Mayer, de um privado. A câmara ficou com os terrenos do espaço e, em troca, cedeu à Bragaparc (dona do Parque Mayer desde 1999) os terrenos da Feira Popular em Entrecampos. A câmara ficava, entretanto, com a responsabilidade de indemnizar os feirantes (em 20 milhões de euros) e de pagar anualmente 2,6 milhões à fundação “O Século” — que geria e explorava o recinto da feira — até arranjar haver uma nova localização para a Feira Popular.

O então candidato bloquista à presidência da câmara, José Sá Fernandes, denunciou ilegalidades do processo e foi processado pela câmara. Em 2008, já com Costa como presidente, a câmara passou a defender a nulidade da permuta. Foi o que acabou por acontecer em 2010, por decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

O projeto do Parque Mayer, como Santana sonhou, acabou por morrer. Frank Gehry recebeu 2,5 milhões de euros em honorários, mas o seu projeto estimado em 117 milhões de euros — que previa a construção de três teatros, um anfiteatro, uma mediateca, um clube de jazz, e seis salas de ensaio — nunca saiu do papel. Santana admitiu que esta foi uma promessa por cumprir.

Túnel do Marquês. Um “capricho eleitoral” que custou, custou, custou...

Foi, sem dúvida, o caso mais polémico, demorado, enguiçado, e, no fundo, o que mais ficou, da passagem de Santana Lopes pela câmara de Lisboa. Construir um túnel que ligasse as Amoreiras ao Marquês de Pombal, Avenida António Augusto Aguiar e Avenida Fontes Pereira de Melo era a solução que o social-democrata tinha na manga para resolver os estrangulamentos e condicionamentos naquelas artérias principais da capital. O chamado túnel das Amoreiras era já uma ideia antiga, do tempo de Jorge Sampaio na câmara, mas, tendo sido uma promessa de campanha de Santana Lopes, tornou-se rapidamente uma prioridade do mandato. De tal forma que, muitas vezes, a oposição a via como mero “capricho eleitoral”. Santana preferia vê-la como **“uma obra que vai ficar na história”**. E rezava para que ficasse pronta no final de 2004, logo depois do campeonato Europeu de futebol. **“Se Deus quiser, a obra acaba antes do final de 2004”**, dizia. **Deus (ou José Sá Fernandes) não quis**. E a obra embargou, embargou, meteu tribunais, recursos, suspensões e lá ficou feita ao fim de muitos anos. Hoje, ninguém a contesta.

Último troço do Túnel do Marquês foi inaugurado a 5 de abril de 2012

O concurso foi lançado em outubro de 2002. Na proposta inicial de abertura da empreitada, apresentada pela câmara em abril de 2002, lia-se que o desnivelamento da Avenida Duarte Pacheco, Rua Joaquim António Aguiar, Avenida Fontes Pereira de Melo e Avenida António Augusto de Aguiar estaria avaliado em 14 milhões de euros (três milhões de contos). A construção seria faseada e duraria 33 meses, além de que seria paga de forma igualmente faseada: 250 mil euros em 2002; 8.250 mil euros em 2003 e 5.500 mil euros em 2004. A ideia era estar pronto em janeiro de 2005. Mas a oposição na câmara, PS e PCP, nunca gostou da ideia.

Os vereadores Vasco Franco, do PS, e Manuel Figueiredo, PCP, foram os mais críticos, defendendo que o túnel só faria aumentar o trânsito no centro da cidade, em vez de o desviar para as circulares, além de que aumentaria a emissão de dióxido de carbono. E havia ainda as questões de segurança. É que a inclinação que se previa superior a 9,7 por cento na descida/subida da Avenida Joaquim António de Aguiar suscitava dúvidas: **“Se há um acidente dentro do túnel como é que chegam lá as ambulâncias?** Estou a falar de um pequeno acidente, já nem estou a pensar no caso de um acidente grave, que poderia ter conclusões catastróficas”, diria numa reunião de câmara o vereador comunista Manuel Figueiredo.

Mas Santana, e o então número dois na câmara, Carmona Rodrigues, estavam irredutíveis. O presidente da câmara defendia que o novo túnel iria “disciplinar o uso do automóvel” e “aumentar a velocidade dos transportes públicos”, o que faria reduzir as emissões poluentes. E não se cansava de dizer que estava convencido de que era uma obra que ia “marcar um tempo”, ia “marcar uma época”. Só que o barulho das vozes contra não parou de aumentar. Aos partidos juntaram-se as organizações ambientais como a GEOTA, que dizia que faltava um estudo de tráfego que justificassem a construção. Ou a Quercus, que iniciou um processo de recolha de assinaturas para fazer um referendo, e que criticava a falta de análise ao impacte ambiental e às questões de segurança.

Ainda assim, era “só” barulho. Os problemas reais ainda estavam para vir.

Problema 1: o concurso público internacional borregou, depois de as oito propostas concorrentes terem excedido em mais de 25% o preço base da empreitada. A câmara avançou, por isso, para um ajuste direto — o que implicou negociações para a escolha de um empreiteiro. Foi o primeiro tropeção, que fez PS e PCP pensarem que tinham conseguido um game over. **“Já o vi [a Santana] fazer uns passes de mágica, mas se conseguir adjudicar esta obra pelo preço base então**

assistiremos a um milagre”, disse a dada altura o socialista Vasco Franco, citado pela agência Lusa. O “milagre” aconteceu, em maio de 2003, e Santana e o vereador Pedro Pinto adjudicaram a obra à Construtora do Tâmega, SA e à Construtora e Manutenção Electromecânica, SA por 19.686 milhões euros (ainda assim, mais do que os 14 milhões inicialmente previstos). O tempo de construção previsto também aumentou: em vez de 33 semanas, levaria 72. **“Se Deus quiser, a obra começa este verão”**: Santana continuava a rezar por milagres.

A obra começou, de facto, no verão. Teve o aval do Tribunal de Contas, embora o PS alegasse que não estava conforme a legislação em vigor por o caderno de encargos do ajuste direto não corresponder ao caderno de encargos inicialmente previsto no concurso público. Ou seja, além das questões ambientais e de segurança, acrescia agora a dúvida da legalidade. Mas, tudo parecia correr bem a Santana, que não se cansava de dizer que o túnel não era **“um capricho de campanha eleitoral”**, mas sim “uma convicção cada vez mais firme de uma obra que é importante para a cidade”. No primeiro dia em que o túnel junto ao Centro Comercial Amoreiras esteve fechado devido às obras, a circulação de automóveis na cidade correu bem, sem congestionamentos de maior. A câmara até elogiou o “civismo dos automobilistas” por terem acatado as sugestões e terem optados pelas vias recomendadas. Mas o mesmo não aconteceu depois. “E ao segundo dia ficou caótica a entrada em Lisboa pelas Amoreiras”, titulava a agência Lusa em novembro de 2003.

Problema 2: José Sá Fernandes. O problema maior teve o nome do advogado José Sá Fernandes, que desencadeou uma guerra jurídica com Santana Lopes, que, por sua vez, virou o cano da espingarda para o então secretário de Estado do Ambiente José Eduardo Martins, também do PSD. Tudo começou quando o advogado interpôs uma ação no Tribunal Administrativo de Lisboa contra a construção do túnel do Marquês, por considerar que o projeto de construção tinha sido feito “sem um estudo de tráfego, sem um estudo de impacto ambiental” e que a obra começou “sem estar concluído o projeto de execução”, como explicou à SIC na altura. Em causa estava a suposta violação de diretivas comunitárias, que regulamentavam a obrigatoriedade da realização de um estudo deste tipo — e chegou inclusive uma queixa a Bruxelas.

“Se Deus quiser, a obra [Túnel do Marquês] acaba antes do final de 2004”

Santana Lopes rebatia, contudo, todas as acusações, garantindo que os juristas da câmara tinham assegurado que a abertura de túneis em vias municipais estava isenta de estudo de impacto ambiental. Mais: a informação de que não era obrigatório por lei fazer um estudo de impacto ambiental tinha sido corroborada pelo **secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins**, e Santana Lopes até tinha questionado os presidentes de câmara de Madrid e Barcelona que lhe deram a mesma resposta. “Eu acho que este vai ser o túnel mais seguro do mundo. Só me falta dizer que terá esplanadas e duche, porque este túnel tem tudo”, dizia. Mas a argumentação não chegou e, em abril de 2004, as **obras foram suspensas por decisão do Tribunal Administrativo de Lisboa**.

Era mesmo preciso um estudo de impacto ambiental para certificar que um túnel com aquele declive era seguro, dizia o tribunal. A partir daqui, foi um **passa-culpas** desenfreado. No dia seguinte à suspensão da obra, os títulos que apareciam nos jornais eram “Falta de estudo deve-se ao secretário de Estado, diz Santana Lopes”. Mas José Eduardo Martins mantinha a sua: no seu entender jurídico, não era preciso — em termos legais — estudo para aquela obra em específico porque, segundo a diretiva comunitária, a lei só obriga se tivesse mais de dez quilómetros. “Se a lei obrigasse, eu teria notificado a câmara”, dizia.

Entre dúvidas legais e recursos nos tribunais, a câmara de Lisboa lá encomendou o tal estudo ambiental e, por mais que Santana tivesse pedido a Deus que a obra estivesse pronta até ao fim de 2004, a inauguração da primeira fase só viria a ser feita bem mais tarde, em abril de 2007, pelo então presidente da câmara Carmona Rodrigues. Já a saída do túnel para a Avenida António Augusto de Aguiar, a última fase, só viria a ser inaugurada em 2012, cinco anos depois da inauguração da primeira parte, por António Costa como presidente da câmara de Lisboa.

Viver em Monsanto: o “palacete à borla” e a polémica das máquinas de ginásio

“Residência oficial” é um termo que se associa a altas figuras do Estado: a do primeiro-ministro, no Palácio de S. Bento, a do Presidente da República, no Palácio de Belém. Sobre o cargo de presidente da câmara de Lisboa, diz-se na gíria política que é ser “mais que ministro”. E Santana Lopes fez tudo por dar peso ao cargo. Um dos atos apontado como uma das excentricidades do então **autarca foi ter ido viver para a residência oficial do presidente da câmara de Lisboa**, inaugurada em 1989 por Krus Abecassis, mas que até então não tinha sido utilizada.

Um dia antes de Santana tomar posse, a 5 de janeiro de 2002, o semanário Expresso revelava: “**Santana admite viver em Monsanto**”. O artigo falava na intenção de o presidente da autarquia ir morar para um palacete propriedade da autarquia que Abecassis tinha transformado em residência oficial. Embora a tivessem utilizado em outras circunstâncias, nem Abecassis, nem Jorge Sampaio, nem João Soares tinha até então utilizado a casa para viver.

Uma semana depois, chegava a primeira polémica. Na primeira página, a 14 de janeiro, o 24 Horas puxava pelo lado mais sensível: os contribuintes iam pagar a opção de Santana se mudar para Monsanto com a família. O tablóide denunciava o “**Palacete à borla para Santana**”. E descrevia que “Pedro Santana Lopes e Catarina Flores [a namorada de então] já resolveram o problema da falta de espaço quando juntam os seus nove filhos — e vão habitar o casarão do município lisboeta, em Monsanto, **o que lhes permite ainda poupar umas boas centenas de contos por mês**”.

O jornal 24 Horas escrevia na primeira página que haveria “Palacete à borla para Santana” e complementava que “Pedro Santana Lopes e Catarina Flores já resolveram o problema da falta de espaço quando juntam os seus nove filhos -- e vão habitar o casarão do município lisboeta, em Monsanto, o que lhes permite ainda poupar umas boas centenas de contos por mês”

Nessa fase da vida lisboeta, Monsanto era um local pouco recomendável e Santana Lopes argumentava que a sua ida para a residência, também era uma forma de reabilitar a imagem do Parque Florestal. **Monsanto era uma zona de prostituição**. De facto, desde esse momento — com a ajuda de vários projetos de requalificação da própria autarquia — a prostituição foi desaparecendo e os habitantes da capital começaram, gradualmente, a usufruir cada vez mais do chamado “pulmão de Lisboa”.

Apesar das críticas, Santana não recuou e assumiu a opção de viver em Monsanto. Era lá que recebia jornalistas para entrevistas e onde fazia algumas reuniões com políticos. No seu livro *Percepções e Realidade*, quando se queixa que José Manuel Durão Barroso lhe serviu bitoque na residência de S. Bento no dia da tomada de posse, conta que em Monsanto, no verão escolhia sempre “peixe grelhado” para a refeição quando o primeiro-ministro ia lá almoçar.

Com a saída do autarca para o Governo, a residência de Monsanto voltou a estar envolvida em polémica. O social-democrata, no momento em que saiu da autarquia, levou consigo as máquinas e outros equipamentos do ginásio que tinha instalado em Monsanto. Os deputados do PS na Assembleia Municipal souberam disso e [quiseram](#) saber quanto é que Santana tinha gasto com os equipamentos. O então presidente da câmara, Carmona Rodrigues, explicou que Santana levou os equipamentos porque alguns já eram seus e outros pagou-os do próprio bolso. E garantiu: “**Não envolveu dinheiro da Câmara de Lisboa**”.

Anos mais tarde o próprio António Costa, como presidente da câmara, chegou a utilizar a residência, onde pernoitava com o filho, mas os serviços camarários aconselharam a venda do edifício e o presidente foi desalojado. Já no tempo de Fernando Medina, a casa foi concessionada por 30 anos, rendendo durante esse período 2.600 euros por mês. Durante a campanha das autárquicas Ricardo Robles, o candidato do Bloco de Esquerda denunciou o caso. Robles faz parte agora parte da maioria de Medina, o palacete vai mesmo ser alojamento local.

Parque Expo. Mandato em risco por receber dois salários?

Pedro Santana Lopes ainda não tinha cumprido um ano de mandato quando ficou em risco de o perder. “Santana treme”, podia ler-se na manchete do semanário Expresso a 19 de outubro de 2002. O social-democrata **estava então em “risco de perder o mandato**”. De acordo com o Estatuto dos Eleitos Locais, o presidente da câmara só pode auferir 100% do salário

quando está em exclusividade. O problema é que Santana recebia a totalidade do vencimento de presidente de câmara (5.008,81 euros) e ainda o de representante da autarquia na Parque Expo (2252,67 euros). Ora, pela lei, só podia ganhar o da Parque Expo se abdicasse de metade do vencimento de autarca. O que não aconteceu. Pior: não comunicou ao Tribunal Constitucional.

Santana ainda não tinha cumprido um ano de mandato quando ficou em risco de o perder. “Santana treme”, podia ler-se na manchete do semanário Expresso a 19 de outubro de 2002. O social-democrata estava então em “risco de perder o mandato”. De acordo com o Estatuto dos Eleitos Locais, o presidente da câmara só pode auferir 100% do salário quando está em exclusividade. O problema é que Santana recebia a totalidade do vencimento de presidente de câmara (5.008,81 euros) e ainda o de representante da autarquia na Parque Expo (2252,67 euros).

Na mesma situação estava o seu número dois, Pedro Pinto, que, além do salário de vereador (3.718,88 euros) ganhava mais 5.566,80 como administrador do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

No próprio dia da notícia, Santana enviou “**de imediato e apenas por precaução**” ao Tribunal Constitucional a informação da sua acumulação de funções na presidência da autarquia lisboeta e na empresa Parque Expo. Remeteu-se ao silêncio e, ao fim de dois, emitiu um comunicado onde garantia que “**não recebe dois vencimentos por inteiro**” e que “**nada foi secreto e ilegal**”, porque “intervieram no processo todos os órgãos competentes e tudo foi amplamente divulgado”. Santana explicou que — se recebesse só metade do vencimento de presidente de câmara — “chegaria à situação absurda de auferir menos pela acumulação de funções do que se exercesse apenas as funções de presidente da autarquia”.

Santana fez questão de mencionar o vencimento líquido, queixando-se de que a notícia citava os valores ilíquidos: “Aufero, no total, a quantia líquida de 4.500 euros”. O presidente de câmara dizia ainda ter a certeza que “a lei não prevê para qualquer destes aspetos a sanção de perda de mandato.”

A promessa não conseguida: expulsar os ministérios do Terreiro do Paço

Quando era candidato, já o tinha prometido durante a campanha eleitoral. No discurso de tomada de posse, a 6 de janeiro de 2002, avisou que queria os ministérios fora do Terreiro do Paço e que iria desafiar o novo Governo a não se instalar na construção pombalina. “**É preciso devolver os espaços de Lisboa aos lisboetas**”, disse, no primeiro discurso como presidente de câmara. No dia seguinte, a manchete do Diário de Notícias mostrava como era clara a intenção: “Governo expulso do Terreiro do Paço.”

O governo socialista estava nessa fase em gestão na sequência da demissão de António Guterres após as autárquicas e o país iria eleger um novo Governo em março, que se esperava que fosse liderado pelo PSD. E veio mesmo a ser, já que Durão Barroso venceu as legislativas. Santana tinha peso no partido — para alguns analistas, mais até que o próprio líder, Barroso — e não escondia que iria fazer uso desse estatuto para pressionar o Governo. Santana queria que **os ministérios fossem transferidos para o Alto do Lumiar** para que os espaços onde estavam instalados dessem lugar a zonas de lazer, como um Museu de Arte Contemporânea ou um Hotel de Charme.

A 29 de maio, já Barroso tinha tomado posse, Santana ligou ao primeiro-ministro a exigir uma reunião com os ministros para negociar a saída de alguns ministérios do Terreiro do Paço. O processo andava, no entanto, muito devagar. Mais de um ano e meio depois, a dezembro de 2003, Santana voltou a pôr pressão no Governo e anunciou que Barroso ia pronunciar-se sobre o caso: “Não quero substituir-me ao Governo, mas em breve o primeiro-ministro irá falar sobre este assunto.” Além disso, Santana garantia que as obras que dependiam “**exclusivamente da Câmara**” estavam “dentro do prazo”, ao contrário das que dependiam do Governo que estavam a andar “mais devagar”. Dois dias depois, Santana prometia que em 2006 os ministérios estariam fora do Terreiro do Paço.

O assunto começaria a criar alguma tensão entre a câmara e o Governo. O ministro adjunto José Luís Arnaut começava a dizer, no início de 2004, que a posição do Governo era conhecida na “primeira quinzena de março” e reduzia tudo o resto a “especulação”. A ideia era acalmar Santana.

Chegou a ser criada uma comissão, com membros da autarquia e do Governo, para discutir o assunto. Entretanto, no verão de 2004, Barroso seguia para Comissão Europeia e o próprio Santana Lopes assumia as funções de primeiro-ministro. Mudou de lado na negociação, mas os ministérios mantiveram-se no Terreiro do Paço. O assunto ficou fora da agenda do novo presidente Carmona Rodrigues e o primeiro-ministro Santana tinha com casos mais urgentes para gerir.

Depois de sair do Governo e de ter voltado à câmara, já em julho de 2005, Santana Lopes fez um balanço das promessas que deixou por cumprir e lembrou a saída dos ministérios do Terreiro do Paço. Ao mesmo tempo, parecia já ter desistido da ideia, uma vez que admitiu ser favorável a propostas de especialistas e cidadãos de Lisboa, como a historiadora Raquel Henriques da Silva, que defendiam **que o Terreiro do Paço se mantivesse “como símbolo de poder”**, mantendo ali a funcionar, pelo menos, o Ministério das Finanças, a Armada Portuguesa e o Supremo Tribunal de Justiça.

A confiança na vereadora que despediu funcionários para contratar seis ‘boys’

Santana Lopes nunca demorou muito a decidir. Confrontado na Assembleia Municipal com a contratação de “boys” da JSD, não deixou de criticar a sua vereadora e **anunciou que ia dispensar os “jotinhas” que não tivessem qualificações adequadas** para o cargo. A polémica começou quando a vereadora Ana Sofia Bettencourt despediu oito funcionários da Divisão de Apoio Juvenil, tendo de seguida contratado seis jovens com ligações à JSD.

Santana reafirmou a “total confiança na vereadora Ana Sofia Bettencourt”, mas sem deixar de lhe puxar as orelhas: **“Às vezes as pessoas não tomam opções inteiramente corretas. E este foi um caso”**. No fim dessa reunião, Santana Lopes voltou a criticar a “substituição de pessoas de uma cor partidária por pessoas de outra cor”, mas defendeu que “ser laranja (cor do PSD) não é impedimento”.

"Entendemos que não estão reunidas as condições para que a vereadora permaneça em funções, além de que a saída é a única forma da própria vereadora preservar a sua dignidade."

Sérgio Azevedo, então líder da JSD Lisboa

Quatro meses depois, a pressão para o afastamento da vereadora voltaria a aumentar. A JSD/Lisboa, através do seu líder Sérgio Azevedo — hoje deputado —, exigia a demissão da vereadora: “Entendemos que não estão reunidas as condições para que a vereadora permaneça em funções, além de que a saída é a única forma da própria vereadora preservar a sua dignidade.”

Santana queria que Ana Sofia Bettencourt saísse, mas temia que ela se desvinculasse e continuasse como vereadora sem partido. Dessa forma, o autarca deixava de ter maioria no executivo e ficava com problemas de governabilidade da autarquia. Santana ainda disse que era uma “questão de consciência” da vereadora. Na verdade, cedeu: era mais simples manter Ana Sofia Bettencourt, que continuou no cargo.

Comunidade LGBT. A guerra entre Santana e o Arco-Íris

Enquanto presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes não descolou (nem quis) da imagem do católico com valores próximos da direita conservadora. Foram, aliás, vários os esforços que fez, por exemplo, com o patriarcado, para que fosse construída **uma grande catedral em Lisboa**. Na mesma medida, não demorou muito até que a autarquia por si gerida tivesse uma relação de conflito com algumas associações de defesa dos direitos homossexuais.

Santana ainda não estava há meio ano à frente na câmara quando teve o primeiro conflito com a comunidade. A organização ILGA realizava desde 1997 o “Arraial Pride” na Praça do Município — sempre com o apoio da autarquia — e chegou a marcá-lo para 29 de junho de 2002. Porém, acabou por cancelar o evento devido à **“indiferença manifestada pela direção” do município**. Em comunicado, a ILGA denunciava que, apesar dos vários contactos, o gabinete de Santana Lopes sempre se tinha manifestado indiferente aos pedidos de apoio e para a associação não havia dúvida: “Ser indiferente também é discriminar”.

Santana deu parecer negativo a marcha do Orgulho gay na Avenida da Liberdade

Várias associações acabaram por criticar a indiferença da câmara. O Grupo de Trabalho Homossexual do PSR (uma das forças políticas fundadoras do Bloco de Esquerda) considerou então atitude da câmara um “absurdo” e **elogiou Rui Rio**, destacando que a câmara do Porto apoiou iniciativas similares na invicta.

Um ano depois, nova polémica. Em agosto de 2003, a organização do Festival Gay e Lésbico de Lisboa acusava a câmara liderada por Santana de “discriminação e homofobia” por ter retirado os apoios da sétima edição do evento, que se realizava no mês seguinte. Até então a autarquia tinha apoiado sempre o evento, mas naquele ano, algo mudou. O diretor do festival, Celso Júnior, divulgou uma série de faxes trocados a autarquia. Num de 5 de dezembro de 2002, a vereadora da Cultura da CML, Maria Manuel Pinto Barbosa sugeria à organização uma **“proposta renovada para um Festival de Cinema das Diversidades”**. Ou seja: a sugestão é que o festival não tivesse “gay” e “lésbico” no nome, mas sim a palavra “diversidades”.

A organização, naturalmente, não aceitou mudar o nome. A autarquia ainda aceitou ceder o espaço do Fórum Lisboa — como ocorreu nos anos anteriores para que os filmes fossem exibidos — mas, pela primeira vez, **recusou-se a financiar o festival**. Justificação: “Restrições orçamentais, reflexo da difícil conjuntura económica que se atravessa”, podia ler-se num fax de 9 de maio noticiado pela agência Lusa.

Celso Júnior não perdoou e disse que ficou “muito claro que a autarquia decidiu não apoiar uma iniciativa associada à comunidade gay, lésbica, bissexual e transsexual”, o que fez com que “desaparecessem 85 por cento das verbas essenciais para continuar a manter a dimensão do evento”. E carregava na tinta: **“Isto é homofobia no mais alto grau”**. A vereadora defendeu-se na altura a dizer que não discriminou, e que o motivo da retirada foram mesmo as restrições financeiras, alegando que também tinham sido retirados apoios ao DocLisboa.

Antes de Santana seguir para o Governo, no verão de 2004, comprava nova guerra com as associações de defesa dos direitos dos homossexuais. A 18 de junho desse ano, a câmara de Lisboa deu um **parecer negativo a realização da Marcha do Orgulho Gay**, marcada para o dia 26 desse mês. Neste caso, foi o próprio Santana Lopes a dar a cara e no lançamento da reedição do livro “Esgotos de Lisboa” assumiu a posição: **“Há uma orientação geral da Câmara de Lisboa para que na Avenida da Liberdade só se realizem manifestações em datas muito especiais, como o 25 de Abril, ou então provas” desportivas**.

“Há uma orientação geral da Câmara de Lisboa para que na Avenida da Liberdade só se realizem manifestações em datas muito especiais, como o 25 de Abril, ou então provas desportivas.”

Santana Lopes a justificar parecer negativo a Marcha do Orgulho Gay na Avenida da Liberdade

Santana dizia então que preferia que a marcha ocorresse “noutras zonas, porque senão a Avenida da Liberdade passava a vida a estar fechada”. E acrescentava: “Também prefiro que não se utilize o Terreiro do Paço”. No entanto, negava estar a discriminar: “Eu digo a estas organizações o mesmo que digo a outras que queiram utilizar a Avenida da Liberdade para desfiles”.

A organização da Marcha de Orgulho Gay decidiu, no entanto, realizar na mesma o evento, mesmo contra o parecer da câmara. Paulo Vieira, da “Não te prives – Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais” justificava na altura que o Governo Civil

autorizou a marcha e que a própria PSP não se opôs, só lamentou ter menos agentes, uma vez que havia jogo do Euro 2004. O presidente da Opus Gay, António Serzedelo, também acusava o presidente de discriminação e alertava Santana que a sua **posição poderia significar “a perda do voto gay**, em quaisquer eleições a que se apresente”.

A própria Opus Gay acabaria por discordar da forma como o processo foi conduzido e, nesse ano, não participou na marcha e criticou a “partidarização” da mesma. Na marcha participaram políticos como o fundador do Bloco de Esquerda, Miguel Portas, e a deputada do PEV Isabel Castro. Os jornais noticiaram um “desfile morno”. A guerra com Santana tirou força à marcha.

O ultimato aos proprietários e o imposto “Baixa Chiado”

Ao “Ultimato de Santana Lopes”, que fazia manchete do Diário de Notícias em janeiro de 2002, seguiu-se uma declaração de guerra ao recém-empossado presidente da câmara. **“Proprietários lisboetas contra Santana Lopes”** era a manchete d’A Capital no dia seguinte. O que estava em causa? Uma outra bandeira de Santana Lopes: a recuperação da Lisboa que estava “a cair”. Numa medida anunciada à cabeça do mandato, Santana Lopes mandou fazer um levantamento exaustivo do número de edifícios em mau estado, estimando que a capital tivesse mais de 1.400 edifícios em risco de ruir. A ideia era dar um prazo curto aos proprietários para fazerem esse levantamento, e depois intimá-los a reabilitarem os prédios. Se não o fizessem, a câmara utilizaria o sistema de obras coercivas: isto é, fazia as obras necessárias e depois apresentava a fatura aos respetivos donos.

“Os edifícios que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas serão alvo de uma ordenação camarária de demolição ou beneficiação”. Esta era a ordem de Santana Lopes, decretada numa conferência de imprensa onde também anunciou que ia começar a notificar todos os proprietários dos 1.400 edifícios em risco de ruína, e que estes tinham 25 dias para proceder ao emparedamento. O objetivo era dar prioridade à recuperação e não à nova construção. “Meia Lisboa está a cair” era a manchete do Correio da Manhã no dia seguinte, que dava força à intervenção de Santana.

Mas as ideias do novo autarca para **reabilitar a cidade e para lhe tirar o “ar desmazelado”** eram ambiciosas. Santana queria aumentar as sanções por violação das leis relativas a obras, assim como aumentar as multas aos proprietários que, tendo capacidade financeira para fazer obras, não o faziam. Queria aumentar as multas a quem estacionasse carros em segunda fila, e, numa mera operação de estética-política decretou, logo no primeiro mês de mandato, que todos os cartazes partidários sobre as autárquicas fossem retirados das ruas de Lisboa. Na verdade, o rosto de Paulo Portas, que tinha sido candidato pelo CDS, ainda era “a cara mais visível” nas avenidas lisboetas, segundo admitia o próprio Santana, por isso era preciso uma limpeza. Tudo em nome da imagem da cidade.

A **cruzada da reabilitação urbana** levou a um curioso acordo de princípios, em maio de 2002. A câmara de Lisboa juntou-se à câmara do Porto e de Coimbra para assinarem com a secretária de Estado da Habitação um diploma destinado a incentivar a reabilitação urbana. E quem era o presidente da câmara do Porto? Precisamente, Rui Rio. Segundo Santana Lopes, em declarações à agência Lusa depois da primeira reunião, documento que estava a ser preparado previa a criação de “sociedades” cujo funcionamento seria “quase equivalente ao Fundo de Investimento Imobiliário” — uma das ideias de Santana para resolver o problema da degradação dos edifícios. Dois anos depois, anunciou a criação de três sociedades de reabilitação urbana, uma para a Baixa Pombalina, outra para Alcântara/Ajuda e outra para a zona oriental da cidade.

Outra cruzada foi a circulação automóvel no Chiado: uma zona que se pretendia mais pedonal e mais atrativa aos turistas. Qual foi a ideia do presidente da câmara? **Taxar a circulação na Baixa e no Chiado**. O anúncio da medida foi feito no final de 2003, e o desenho passava por impor o pagamento de uma taxa, sob a forma de selo anual, que variava consoante o tipo de veículo, a quem quisesse circular de automóvel naquela zona histórica. As arestas foram limadas e em 2004 a ideia passou a ser taxar apenas durante o dia. **“À noite, os automobilistas podem circular sem pagar taxa. Mas quem quiser ter o luxo de circular naquela zona da cidade de carro durante o dia terá de pagar uma taxa”**, disse Santana Lopes, no final de uma reunião de câmara em janeiro de 2004, garantindo que a medida ia ser implementada de forma “moderada” para que “ninguém ficasse chateado”.

Moradores e comerciantes estavam isentos, e a fiscalização era feita através da instalação de um sistema de vigilância, por câmaras, em vez de haver barreiras físicas. Mas depois a história aconteceu: Santana foi para o Governo, Carmona Rodrigues ocupou o lugar e a ideia de taxar o Chiado ficou no plano das “ideias”. “Antes de pensar em pôr em prática ideias como essas, temos de criar condições que ainda não existem”, dizia Carmona em setembro.

Os entraves do ex-presidente do Sporting ao estádio do Benfica (e o apoio do Benfica ao PSD)

Quando Pedro Santana Lopes chegou à presidência da câmara de Lisboa, no início de 2002, o Euro 2004 estava à porta e o **Benfica tinha feito um acordo com o ex-presidente da câmara, o socialista João Soares**, sobre os apoios para a construção do novo Estádio da Luz — que ia acolher a grande final do campeonato de futebol. Mas o acordo foi apenas “verbal”, e foi essa declaração de intenções que Santana herdou. Portanto, quando, a 1 de outubro de 2001, os camiões e retroescavadoras entraram no recinto do Estádio da Luz para começarem as demolições para a construção do novo estádio, ainda não era conhecida qualquer promessa da câmara no sentido de apoiar financeiramente o clube. O embróglio duraria mais de sete meses e levaria o socialista Manuel Alegre a acusar o PSD de ter feito um “acordo secreto” com o Benfica: apoio eleitoral em troca de financiamento do estádio.

“A câmara não participará em sociedades de gestão dos clubes”. Este era o ponto assente de Santana Lopes, que teve várias reuniões com o então presidente do Benfica, Manuel Vilarinho. De um lado saía uma versão, do outro outra. Este era o cenário: Manuel Vilarinho dizia que o acordo (fechado com João Soares) era para a participação da câmara em **12,5 milhões de euros** na Sociedade Benfica-Estádio, o aumento da volumetria de construção nos terrenos do atual recinto e a exploração de uma bomba de gasolina no Eixo Norte-Sul. E dizia que esses três fatores tinham sido decisivos para o Benfica avançar para a construção do estádio. Já Santana negava qualquer participação da câmara no capital social daquela sociedade e dizia que não ia viabilizar o aumento da volumetria de construção nos terrenos. Quanto muito, **admitia “estudar” a possibilidade de autorizar a construção noutros terrenos**. Santana admitia ainda a exploração da bomba de gasolina mas, quanto à verba disponibilizada, só permitia dar ao Benfica e ao Sporting apoios “equivalentes” aos estabelecidos no protocolo de modernização dos equipamentos desportivos com o Belenenses — que tinha sido orçado em **7,75 milhões de euros** (longe dos 12,5 milhões pedidos por Manuel Vilarinho).

O impasse durou algum tempo, com o tema a ser tratado com pinças ainda para mais porque havia eleições legislativas à porta (em março de 2002). O então ministro do Desporto, o socialista, **José Lello, chegou mesmo a dar um murro na mesa, dizendo que não ia alterar o contrato-programa assinado com o Benfica**, que previa uma comparticipação do Estado à construção do novo Estádio da Luz de 22,6 milhões de euros. “Não pensem que, por estarmos em momento eleitoral, eu vou alterar uma vírgula ao que foi acordado entre o Benfica e o Estado. Eu cumpro. Se os outros não cumprem, que assumam essa decisão...”, disse à Lusa. Ou seja, do lado do Estado central não havia nem mais um cêntimo: “O problema é entre o Benfica e a Câmara (de Lisboa)”, afirmava o ministro.

“Depois de tudo o que os doutores João Soares e Pedro Santana Lopes disseram na campanha eleitoral (das autárquicas) não acredito que o estádio fique por construir... Acho que o doutor Santana Lopes vai resolver o problema. Não acredito que a obstinação do presidente da câmara inviabilize a construção do estádio”, dizia ainda José Lello. A tal “obstinação” levaria Santana Lopes a adiar sucessivamente a decisão. Primeiro disse que haveria acordo “depois do Carnaval”, depois, deu a si próprio dez dias, e posteriormente anunciou que só se pronunciaria sobre o caso depois das legislativas de março.

Acontece que as legislativas de março vieram adensar ainda mais o problema. Tudo porque o Benfica de Manuel Vilarinho resolveu, num jantar-comício do PSD, **manifestar implicitamente o apoio institucional do Benfica ao candidato do PSD, Durão Barroso**. “Quando votarem lembrem-se que estes senhores nos ajudaram a resolver a situação”, disse Manuel Vilarinho — o que fez soar todos os alarmes. A voz mais grossa foi do socialista Manuel Alegre, que quis logo que se esclarecesse se houve ou não algum “acordo secreto” ou “solução clandestina” entre a direção do Benfica e o PSD. “Como é que aqueles senhores [Santana Lopes e Durão Barroso] ajudaram? Há um acordo debaixo da mesa? O que é que há?”, questionava Manuel Alegre numa conferência de imprensa que convocou só para alertar para aquele “acordo escondido”.

Santana Lopes sempre negou qualquer troca de favores nesse sentido. “A solução a encontrar pela câmara de Lisboa será participada pela generalidade dos partidos com assento na câmara. Só isto faz cair por terra qualquer hipótese das pessoas pensarem que houve qualquer acordo com o PSD”, disse aos jornalistas na altura, depois de ter ido a um encontro com o Presidente da República.

Com ou sem o apoio dos benfiquistas, Durão Barroso ganharia as eleições de 2002. E o acordo para o financiamento do Estádio da Luz chegaria cerca de um mês depois: a câmara autorizava a construção de 65 mil metros quadrados nos terrenos circundantes do estádio mas a empresa de construção Somague tinha de sair, e entrava a empresa pública EPUL; além de que o clube ficava obrigado, como contrapartida, a erguer, em associação com a EPUL, 200 fogos de habitação destinados a sócios. **“Transformámos um ato de negócio privado num ato de interesse público”, disse na altura Santana**, considerando que o acordo celebrado abria “uma perspetiva inédita” na forma de as autarquias negociarem com clubes desportivos. Na altura, também Manuel Vilarinho aplaudiu.

Capítulo encerrado e estádio construído. Portugal foi à final do campeonato europeu, disputada no renovadíssimo Estádio da Luz, e perdeu. O acordo chegou a ser aprovado por todos os partidos na câmara, menos o PCP, depois de limadas algumas arestas, mas foi aberta uma investigação à legalidade do contrato-programa entre a câmara, a EPUL e o Benfica. As conclusões de um relatório chegariam apenas em 2010 e eram desfavoráveis à câmara, mas não haveria mais consequências: **“As formas de apoio acordadas e atribuídas ao clube da Luz para a construção do estádio consubstanciam verdadeiras participações financeiras, concedidas por instâncias municipais”**, [lia-se](#) no relatório da PJ, que dizia que o contrato-programa tinha contrariado os “normativos legais vigentes” por não terem sido quantificados devidamente os encargos das entidades públicas envolvidas em desrespeito pelos princípios da boa gestão dos dinheiros públicos.

Resumindo: a Câmara Municipal de Lisboa “instrumentalizou a EPUL”, que assumiu encargos diretos de 18 milhões de euros na prossecução de fins estranhos ao seu objeto social.

ANEXO 3 - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS E REUNIÕES EXTERNAS – 2017

LISTA DE REPRESENTAÇÕES DE 2017 - Original

JANEIRO

04-01-2017 – Reunião Comissão Executiva da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

04-01-2017 – Reunião do MIA – Movimento Ibérico Anti-Nuclear, Lisboa, Hélder Careto

06-01-2017 – Reunião Aliança Tâmega Vivo, Amarante, Ana Brazão, Pedro Santos, Ana Bento e João Joanaz de Melo.

09-01-2017 – Visita a possíveis locais de escombreira do Alto Tâmega – Sistema Eletroprodutor do Tâmega. Ana Brazão e Ana Bento.

11-01-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

11-01-2017 – Entrevista de João Joanaz de Melo à RTP3 sobre Almaraz

11-01-2017 – Reunião da Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Tornada, Teresa Lemos

12-01-2017 – Concentração “Fechar Almaráz”, MIA – Movimento Ibérico Anti-Nuclear, Lisboa, Hélder Careto, Marlene Marques e Miguel Jerónimo

17-01-2017 - Reunião preparatória conferência internacional sobre o nuclear, MIA – Movimento Ibérico Anti-Nuclear, Lisboa, Hélder Careto

17-01-2017 – 4ª Reunião do Grupo de Trabalho Temático Mobilidade e Transportes da Coligação para o Crescimento Verde, Lisboa, Nádja Pedroso

19-01-2017 - AUDIÇÃO PÚBLICA Central Nuclear de Almaraz – Riscos e Impactos, Grupo Parlamentar “Os Verdes”, Lisboa, João Joanaz de Melo

20/22-01-2017 - Seminário Nacional Eco-Escolas 2017, Associação Bandeira Azul, Ílhavo, o projecto Coastwatch participou com uma mostra das actividades, Carla Pacheco

20-01-2017 – Sessão Comemorativa do 1º Aniversário da ALIANÇA ODS PORTUGAL, Lisboa, Patrícia Tavares

20-01-2017 - Workshop "Ferramentas para avaliação da qualidade ecológica em sistemas ribeirinhos", APRH, Lisboa, Ana Bento

21-01-2017 – Reunião de Trabalho do Movimento Pró-Tejo, Vila Nova da Barquinha, Hélder Careto

21-01-2017 - World Cafe “Erosão Costeira e Turismo”, Projecto MARINA, Faro, Marlene Marques

24-01-2017 – Reunião Comissão Executiva da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

24-01-2017 – Reunião da Coligação C6, Lisboa, Hélder Careto

24-01-2017 - Reunião técnica sobre Zonas Húmidas | a Convenção de Ramsar em Portugal, ICNF, Lisboa, Teresa Lemos

25-01-2017 - Sessão Nacional de informação sobre o Programa LIFE, APA, Lisboa, Miguel Jerónimo, Rosário Oliveira, Justin Sondergaard, Hélder Careto

25-01-2017 – Seminário de encerramento do programa Cidadania Activa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Irina Gomes

26-01-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

FEVEREIRO

04-02-2017 – Conferência Internacional Anti-Nuclear “Fechar Almaráz”, MIA – Movimento Ibérico Anti-Nuclear, Lisboa, Irina Gomes, Marlene Marques e Helder Careto

09-02-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

11/12 – 02-2017 – Lançamento do Projecto “Muita Fruta”, Cozinha Popular da Mouraria, Lisboa, Irina Gomes

15-02-2017 - 1.º Dia WORKSHOP RiverBasins no MED: seleção de bacias hidro a trabalhar 2018-2022. Lisboa, Ana Brazão

16-02-2017 - 2.º Dia WORKSHOP RiverBasins no MED: estratégia & Partnership p/ bacias hidro a trabalhar 2018-2022. Lisboa, Ana Brazão.

16-02-2017 – Entrega da queixa contra incertos à Procuradoria-Geral da Republica, Lisboa, Marlene Marques, Pedro Santos, Ana Bento e João Joanaz de Melo.

15-02-2017 – Visita guiada aos viveiros da Mata do Buçaco, Teresa Lemos

15-02-2017 – Reunião Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

15-02-2017 - Reunião Coligação C6, Lisboa, Hélder Careto

17-02-2017 – Reunião com Valocar no âmbito do Projecto “O Meu-Ecosistema”, Lisboa, Hélder Careto

17-02-2017 - Congresso do Tejo III, Tagus Vivan, Vila Franca de Xira, Hélder Careto

18-02-2017 – Reunião para uma reflexão sobre a actividade da PASC- Casa da Cidadania em 2016, Lisboa, Hélder Careto e Marlene Marques

22-02-2017 – Reunião de preparação do Seminário CW no Oceanário, Helder Careto, José Maria, Carla Pacheco, Teresa Lemos

MARÇO

04-03-2017 – 2.^a Manifestação contra a poluição no Tejo e os seus afluentes, PRO-Tejo, Vila Velha de Ródão, Ana Brazão.

04-03-2017 - 2º Reunião de preparação Marcha Mundial do Clima,

07-03-2017 - Sessão de esclarecimento relativa à atribuição de apoio pelo Fundo Ambiental Sê-lo Verde

07-03-2017 - Reunião Comissão Executiva da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

09-03-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

10-03-2017 - Sessão de apresentação da ENEA-Estratégia Nacional de Educação Ambiental/Alentejo, Castro Verde, Marlene Marques e Carla Pacheco e Miguel Jerónimo

11-03-2017 - Encontro nacional contra a Exploração de Petróleo, Plataforma Algarve Livre de Petróleo, Lisboa, Patrícia Tavares

13-03-2017 - Apresentação do Pacote "ENERGIA LIMPA PARA TODOS OS EUROPEUS, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa, Marlene Marques

14-03-2017 – Ação de Rua pelo Dia Mundial pelos Rios e Contra Barragens, Lisboa, Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

17-03-2017 - Sessão Pública “Central Nuclear de Almaraz”, Associação Amigos do Forte, Forte da Casa, Hélder Careto

21-03-2017 – Ecoescolas – Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste, Carla Pacheco, Teresa Lemos

21/03/2017 – Reunião com Vice Presidente do IPMA, Marlene Marques, José Maria Candeias, Helder Careto

23-03-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

24/26-03-2017 - XXIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental da ASPEA, Guimarães, Marlene Marques e Carla Pacheco

24-03-2017 - Assembleia Geral Ordinária da Associação PATO, Tornada-Caldas da Rainha, Teresa Lemos

24-03-2017 – GreenFest Torres Vedras, Teresa Lemos, Irina Tarasova

29-03-2017 - Assembleia Geral Ordinária da ATTCEI, Setúbal, Hélder Careto

29-03-2017 – Debate sobre o Estado da Floresta Portuguesa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Miguel Jerónimo

30-03-2017 – Lançamento da 2º Edição da semana “Pergunte pelo Bio”, Agrobio, Lisboa, Saúde Martins

30-03-2017 - Conferência "A Importância do Mercado na Valorização da Floresta, FSC Portugal, Lisboa, Miguel Jerónimo

30-03-2017 - Assembleia Geral Ordinária da CPADA, Lisboa, Hélder Careto e Marlene Marques

ABRIL

03-04-2017 - *Workshop* Identificação de serviços ecossistema no Rio Tâmega (tese Catarina Miranda). Amarante. Ana Brazão.

05-04-2017 – Visita CAA-SET. Ribeira de Pena, Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

06-04-2017 – Reunião CAA-SET. Ribeira de Pena, Pedro Santos e Ana Bento.

05-04-2017 – Reunião da Coligação C6, Lisboa, Hélder Careto

06-04-2017 – Reunião Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

13-04-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

05-04-2017 - Seminário Território e Prospetiva, Direção Geral do Território, Lisboa, Miguel Jerónimo

17/19-04-2017 - LIFE WS Capacitação, APA, Lisboa, Miguel Jerónimo

18-04-2017 - Debate "Contradições de um modelo energético para Portugal", MPT, Lisboa, Patrícia Tavares

20-04-2017 - Audição Pública Parlamentar, com vista a debater em conjunto os efeitos e os impactos do CETA, Grupo Parlamentar “Os Verdes”, Lisboa, Patrícia Tavares

20/21-04-2017 – Ação de Educação Ambiental, Amarante. Ana Brazão e Pedro Santos.

22-04-2017 - Programa BIP/ZIP 2017 - Workshop de divulgação e capacitação, CM Lisboa, Lisboa, Nádia Pedroso

27-04-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

28-04-2017 - Conversas entre mergulhadores com Henrique Cabral, CPAS, Lisboa, José Maria Candeias

28-04-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

29-04-2017 - Marcha Mundial do Clima, Lisboa, Patrícia Tavares, Hélder Careto, Ana Brazão e Irina Gomes

MAIO

02-05-2017 - – Reunião Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

04-05-2017 – Reunião IV CRH-Norte (Convenção da Albufeira), Porto Leixões, Ana Brazão.

08-05-2017 - Reunião com APA sobre financiamentos, Lisboa, Marlene Marques e Hélder Careto

08-05-2017 – Reunião nos Pimpões sobre o evento Feira Infantil 2017, Teresa Lemos

10-05-2017 – Reunião do MIA, Helder Careto (SKYPE)

11-05-2017 - Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Hélder Careto

17-05-2017 – 2º conselho eco-escolas da EHTO (Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste) nas Caldas da Rainha, Carla Pacheco

17-05-2017 - Lançamento público TUA - Título Único Ambiental e e-GAR, Lisboa, Ana Brazão

19-05-2017 – Reunião grupo de trabalho da CPADA para a ENEA, Lisboa, Hélder Careto

22-05-2017 - Seminário Áreas Protegidas: Que Modelo De Gestão?, Observa e CNADS, João Joanaz de Melo participou como orador convidado, Marlene Marques, Irina Gomes e Miguel Jerónimo

22-05-2017 - TERTÚLIA LIAM: Enhancing maritime safety, security and environmental protection in the Atlantic, Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, Lisboa, José Maria Candeias

24/25-05-2017 - Fórum das Políticas Públicas 2017 – os desafios das políticas fiscais, CES, ISCTE-IUL, CIES-IUL, Lisboa, Hélder Careto

25-05-2017 - Homenagem a Jane Godall – Residência do Embaixador do Reino Unido, Lisboa, Marlene Marques

26-05-2017 – Reunião de trabalho da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Carla Pacheco, Teresa Lemos

27-05-2017 - Jantar de Gala da Liga para a Protecção da Natureza, Lisboa, Marlene Marques

29/31-05-2017 – Conferências do Estoril, Estoril, Helder Careto

29-05 a 04-06- 2017 - Feira infantil, Caldas da Rainha, Carla Pacheco, Teresa Lemos

30-05-2017 - 3º Encontro Nacional de Stakeholders do Projeto MINATURA2020, LNEG, Lisboa, Hélder Careto

JUNHO

02-06-2017 – Ação de Educação Ambiental, Cem Soldos, Ana Brazão.

15-06-2017 – Entrevista à Jornal da Noite da SIC Notícias, Lisboa, Ana Brazão.

28-06-2017 – V Reunião CAA-SET, Vila Pouca de Aguiar, Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

02-06-2017 - Ação de 2 de Junho da Coligação C6 – volta desassossegada pelo ambiente, Póvoa de Santa Iria, Hélder Careto, Miguel Jerónimo

02-06-2017 – Reunião do Programa Mar, Fogueteiro e Seixal, Helder Careto

02-06-2017 - Ação de 2 de Junho da Coligação C6 – volta desassossegada pelo ambiente, Campo de tiro de Monsanto e Póvoa de Santa Iria, Hélder Careto, Marlene Marques e Miguel Jerónimo

07-06-2017 - Seminário "A Zona Costeira de Portugal: Como a podemos defender?", APRH, Lisboa, Carla Pacheco

08-06-2017 – Reunião na CMCR com a Eng^a. Rute Henriques sobre a Reserva, Carla Pacheco, Teresa Lemos

11-06-2017 – Participação no evento Clean Up the Atlantic na Lagoa da Foz do Arelho pelo Projeto CW, Carla Pacheco

14-06-2017 - Reunião conjunta com Comissão Parlamentar de Ambiente, GEOTA, QUERCUS, LPN, WWF, SPEA, CPADA, Lisboa, Hélder Careto

14-06-2017 – Reunião da Coligação C6, Lisboa, Helder Careto

14-06-2017 – Reunião Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Hélder Careto

15-06-2017 – Entrevista AO Jornal da Noite da SIC Notícias, Lisboa. Ana Brazão.

19/20-06-2017 – Seas At Risk AGM, Estocolmo, Hélio Rasteiro

21-06-2017 - Reunião sobre Lagoa de Salgados e Ria Alvor, Lisboa, Hélder Careto

21-06-2017 – Reunião do Conselho Superior da PASC, João Joanaz de Melo, Marlene Marques

21-06-2017 – Reunião do Conselho de Representantes da PASC, Marlene Marques, Helder Careto

26-06-2017 - Jantar Debate Inovação no setor Agroalimentar, AIRO e OESTE SIM, Torres Vedras, Marlene Marques e Catarina Sim Sim

27-06-2017 - Conferência "Promoção do Voluntariado, SEDES, Lisboa, Marlene Marques e Miguel Jerónimo

28-06-2017 - Reunião conjunta C6-CPADA com Ministro do Ambiente, FAPAS, GEOTA, QUERCUS, LPN, WWF, SPEA, CPADA, Lisboa, João Joanaz de Melo

30-06-2017 – Reunião da Assembleia Municipal: Revisão do PDM de Amarante. Amarante. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

JULHO

02-07-2017 - Reunião do Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (RNL-PT), Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Teresa Lemos

02-07-2017 – Aniversário da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Carla Pacheco, Marlene Marques, Teresa Lemos

06-07-2017 – Reunião para abordar os processos de pré-contencioso referentes a Portugal, Representação Portuguesa da Comissão Europeia, Lisboa, Ana Brazão

11-07-2017 - 60.^a Reunião plenária do Conselho Nacional da Água, MAMB, Lisboa, João Joanaz de Melo.

18-07-2017 – Reunião da Coligação C6, Lisboa, Marlene Marques e Hélder Careto

18-07-2017 - Reunião Coligação C6, Lisboa, Marlene Marques

20-07-2017 – Assembleia Geral da CPADA, Lisboa, Helder Careto

20-07-2017 – Reunião do Conselho Executivo da CPADA, Lisboa, Helder Careto

27-07-2017 - Reunião com Presidente CMCR sobre a Reserva, Teresa Lemos

AGOSTO

SETEMBRO

07-09-2017: Reunião EEB, *EEB Hydro & N2K Guidance*, Lisboa, Ana Brazão.

11-09-2017 – Reunião da Coligação C6, Helder Careto

13/14-09-2017 – Projeto Urban Wins, Bucareste, Pedro Mota

14.09.2017: Visita ao Sistema Eletroprodutor do Tâmega. Ribeira de Pena. Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

15-09-2017: VI Reunião CAA-SET, Chaves, Ana Brazão, Pedro Santos e Ana Bento.

14-09-2017 - Pequeno-Almoço com a Sustentabilidade "Riscos Ambientais", Câmara Municipal de Orlendas/Oeiras 21 +, Oeiras, Hélder Careto

14-09-2017 – Sessão de apresentação da proposta de “Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2025)”, Direcção Geral do Território, Lisboa, Miguel Jerónimo

14-09-2017 – Reunião da Direcção da PASC, Lisboa, Helder Careto

14-09-2017 – Sessão de apresentação da proposta de “Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2025)”, Direcção Geral do Território, Lisboa, Miguel Jerónimo

18-09-2017 – Protesto “Contagem final contra o CETA”, Plataforma Não ao Tratado Transatlântico, Lisboa, Patrícia Tavares

22-09-2017 - Jornadas Europeias do Património 2017, Projecto CARACA, Teresa Lemos participou com uma comunicação sobre o Paul de Tornada. A comunicação terá o título: "O Paul de Tornada - um refúgio para a vida selvagem".

22-09-2017 - Jornadas Europeias do Património 2017, Projecto CARACA, CEEPT participou com uma comunicação sobre o Paul de Tornada. A comunicação com o título: "O Paul de Tornada - um refúgio para a vida selvagem".

22-09-2017 – Participação na Ecomostra do Dia das Bandeiras Verdes, no Parque Desportivo de Mafra, Carla Pacheco

26-09-2017 - Workshop “Os principais desafios jurídicos das organizações do 3.º setor”, Iniciativa Oceanos/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Ana Brazão, Pedro Santos e Miguel Jerónimo

26-09-2017 - Programa Sustainability Forum - The Navigator Company and the Circular Economy, The Navigator Company, Lisboa, Marlene Marques e Miguel Jerónimo

28-09-2017: V Reunião de CRH – Norte, Porto, Ana Brazão.

28-09-2017 – Reunião da Direção da PASC, Lisboa, Helder Careto

28-09-2017 – Participação no evento Greenfest, em Cascais, Carla Pacheco

OUTUBRO

10-10-2017 – Sessão comemorativa do 106º aniversário da república de Taiwan, Lisboa, Marlene Marques.

10-10-2017 – Reunião da Comissão Diretiva da Reserva, Carla Pacheco

14-10-2017 - 3ª MANIFESTAÇÃO CONTRA A POLUIÇÃO DO RIO TEJO E SEUS AFLUENTES, PRO-Tejo, Lisboa

17-10-2017 - XVII Simpósio Luso-Alemão de Energia "Energia Solar e Biomassa para o Setor do Turismo", CCILA, Lisboa, Hélder Careto

17/18-10-2017 – Reunião EEB – Water Working Group, Bruxelas, Ana Brazão.

18-10-2018 – Reunião de apresentação aos membros do CES do EEA Grants, Lisboa, participaram representantes da CPADA e da PASC, Helder Careto

25-10-2017 - “O Valor dos Oceanos”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Marlene Marques, José Maria Candeias e Hélio Rasteiro

26-10-2017 - Estreia de “Uma Sequela Inconveniente: a Verdade ao Poder®” de Al Gore, Associação Zero, Lisboa, Marlene Marques

26-10-2017 - Encontro Nacional de Ciência Cidadã, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa, José Maria Candeias

27-10-2017 - Conferência "Oceano Livre", José Maria Candeias

31-10-2017 – 32º Jantar de Aniversário da QUERCUS, Lisboa, Hélder Careto

27-10-2017 - Conferência "Oceano Livre"

NOVEMBRO

03-11-2017 - II Conferência Internacional de Turismo Outdoor, Câmara Municipal de Mafra, Ribeira D’Ilhas, Marlene Marques

5/6/7/9-11-2017 – Reunião EEB-Assembleia Geral, Edinburgh, Ana Brazão.

09-11-2017 – Reunião Eco-escolas EHTO, Carla Pacheco

14-11-2017 – Entrevista do João Joanaz de Melo à RTP3 sobre a questão da seca e alterações climáticas.

16-11-2017 – Encontro Nacional de Associações de Defesa do Ambiente, Lisboa, Helder Careto

16-11-2017 – Cerimónia de entrega do Prémio Nacional de Ambiente, Lisboa, Helder Careto, Irina Gomes.

16-11-2017 – Assembleia Geral da CPADA, Lisboa, Helder Careto

20-11-2017 - II Conferência Anual da PASC - CASA DA CIDADANIA, PASC, Lisboa, Marlene Marques

20-11-2017 – Cerimónia de Apresentação e Lançamento do Conselho Consultivo "Plano Municipal de Gestão Resíduos", Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Patrícia Tavares

23-11-2017 - Ciclo de Debates “Floresta e Incêndios Florestais - Incertezas e Verdades”, LPN, Lisboa, Marlene Marques

24-11-2017 – Reunião da Coligação C6, Lisboa, Helder Careto

28-11-2017 - "Gestão da água nos rios internacionais: novos desafios e oportunidades", Conselho Nacional da Água, Porto, Ana Brazão

29-11-2017 - Seminário de Política e Inovação em Ambiente sob o tema: "Actores políticos: ONGA", FCT-UNL, Monte da Caparica, Marlene Marques e Irina Gomes

29-11-2017 - 20 anos do GECORPA - Grémio do Património - Jantar comemorativo, Hélder Careto

30-11-2017 - 2ª Conferência Anual da PASC – CASA DA CIDADANIA, Lisboa, Marlene Marques e Irina Gomes

30-11-2017 - Ciclo de Debates “Floresta e Incêndios Florestais - Incertezas e Verdades”, LPN, Lisboa, Marlene Marques

30-11-2017 – Reunião com a EPAL para discussão de projetos futuros, Lisboa, Patrícia Tavares

DEZEMBRO

01-12-2017: WEBINAR da Wetlands International “Mapping and assessing discontinuities”, Lisboa, Ana Brazão.

02-12-2017: Conversa "É Apenas Fumaça": briefing sobre PNBEPH e decisões Governo Constitucional XIX, Lisboa, Ana Brazão.

06-12-2017 – Reunião do Conselho Estratégico do PNSAC, ICNF, Rio Maior, João Joanaz de Melo

06-12-2017 - Ciclo de Debates “Floresta e Incêndios Florestais - Incertezas e Verdades”, LPN, Lisboa, Marlene Marques

07/12/2017 – Reunião de Direção da PASC, Helder Careto

07-12/2017 - Lançamento do Livro "Almaraz e outras cosas más, Lisboa, Marlene Marques

11-12-2017 – Entrevista Academia Cidadã, Lisboa, Ana Brazão e Pedro Santos.

13-12-2017 - Seminário Comemorativo dos 10 anos de AAE em Portugal, APA, Lisboa, Marlene Marques e João Joanaz de Melo

13-12-2017 - 4ª reunião da Comissão Consultiva do PNPOT, DG Território, Lisboa, Irina Gomes

16-12-2017 – Encontro Nacional das Agências de Energia e Ambiente, Sesimbra, Helder Careto

14-12-2017 - Ciclo de Debates “Floresta e Incêndios Florestais - Incertezas e Verdades”, LPN, Lisboa, Marlene Marques

19-12-2017 - Workshop Diálogo Multipartes "O Relatório de Sustentabilidade como instrumento de transparência organizacional", ADP-Águas de Portugal, Lisboa, Patrícia Tavares

ANEXO 4 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2017

(Ordenada por tipos de entidades e por ordem alfabética, por qualquer tipo de apoio)

Entidades Públicas

APA – Agência Portuguesa do Ambiente	CM Penafiel
Área Metropolitana de Lisboa	CM Peniche
CCDR Algarve	CM Ponta Delgada
CCDR LVT	CM Portimão
Centro de Educação Ambiental de Marim	CM Sintra
Parque Natural da Ria Formosa	CM Torres Vedras
Centro de Educação Ambiental Funchal	CM V. R. Stº António
CM Águeda	CM V.N.Gaia
CM Albufeira	CM Vagos
CM Alcobaça	CM Vila do Bispo
CM Alcochete	CM Vila do Campo
CM Aljezur	CM Vila do Porto
CM Amadora	CM Vila franca de Xira
CM Barreiro	CM Vila Real de Stº António
CM Batalha	Direção Geral da Educação
CM Cadaval	Direção Geral do Território
CM Caldas da Rainha	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
CM Cartaxo	Governo Regional dos Açores
CM Cascais	ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta
CM Felgueiras	Instituto Português do Desporto e Juventude
CM Figueira da Foz	JF Odeceixe
CM Funchal	Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal
CM Horta	Junta de Freguesia Nossa Sra. do Pópulo (Caldas da Rainha)
CM Ílhavo	MA - Ministério do Ambiente
CM Lagos	Ministério da Educação e Ciência
CM Lisboa	OMA –Observatório do Mar dos Açores
CM Loures	Parque Biológico e Águas de Gaia
CM Mafra	PNA (Parque Natural da Arrábida)
CM Moita	PNLN (Parque Natural Litoral Norte)
CM Monchique	PNRF (Parque Natural da Ria Formosa)
CM Montijo	RNET (Reserva Natural do Estuário do Tejo)
CM Nazaré	Reserva Natural Local do Paul de Tornada (Câmara Municipal de Caldas da Rainha)
CM Odivelas	
CM Oeiras	
CM Oliveira de Azeméis	

Escolas e Universidades

Agrupamento de Escolas S. João do Estoril.	FCSH/UNL
Centro de Formação Orlando Ribeiro	FCT/UNL
Cercina	Fundação da FCT
Ciência Viva Algarve (Tavira, Olhão, Faro)	Instituto Piaget
Colégio Pedro Arrupe	IST/UTL
Escola Básica 2, 3 Roque Gameiro	Liceu Camões
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste	SCIENA -. Associação de Ciências Marinhas e Cooperação
Escola EB1 nº 1 do Laranjeiro	Universidade de Évora
Escola Superior de Educação de Coimbra - IPC	Universidade de Lisboa
Escola Superior de Educação de Coimbra - IPC	Universidade do Algarve
Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche	Universidade dos Açores
Externato Penafirme	Universidade Lusíada do Porto
Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNL	

Organizações Não Governamentais

AAMARG (Associação dos Amigos dos Moinhos e Ambiente da Região da Gândara)	Clube da Montanhismo da Arrábida
ADACE	Clube do Ambiente – Sta Mª da Feira
ADES	Clube Pesca e Náutica Desportiva – Albufeira
ADP Madalena	CNE – Corpo Nacional de Escutas
ADP Mértola	CPADA
AEAT	DECO
Agência Oeste Sustentável	EEB
AMCPN	Espeleoclube Torres Vedras
Amigos da Beira	Gê-Questa (Ilha Terceira)
APECE	Geração 21
Associação Ecológica Amigos dos Açores - S. Miguel	Grupo Ecológico de Cascais
Associação PATO	Grupo Flamingo
AZÓRICA (Faial)	Grupo Montanheiros
C6	LPN
Centro de Arqueologia de Almada	MAVA Fontation pour la Nature
Centro de Educação Ambiental Funchal	OIKOS – Leiria
Centro Português de Atividades Subaquáticas (CPAS)	Onda Verde - Vila Nova de Gaia
CIBIO	Ordem dos Engenheiros
	PALP
	PASC CC

Plataforma Salvar o Tua

PONG Pesca

Quercus – ANCN

Seas-at-risk

Seixal Surfing

SERS – Sindicato dos Engenheiros

SETA

Soc. Afonso Chaves - Expolab

SPEA

Entidades Privadas ou Empresariais Públicas

Anthony Frank Lambe

Designways

EPAL

INVESTIRE

MUSAMI

Senso Comum

TETRA PACK

TRATOLIXO

ANEXO 5 - GEOTA na Rede

Recursos educativos e de informação do GEOTA

Lista de links de páginas do GEOTA na Internet

Página institucional do GEOTA: www.geota.pt

Página do Projeto O Meu Eco-Sistema: www.omeueco-sistema.pt

Página do O Meu Ecoponto: www.omeuecoponto.pt (em integração com a página OMES)

Centro Ecológico Educativo Prof. João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada: www.ceept.pt

Projeto Rios Livres <http://rioslivresgeota.org/>

Blogues e páginas do Facebook:

GEOTA (página institucional do facebook) <https://www.facebook.com/www.geota.pt>

Geotàlupa (informação geral sobre ambiente): <http://geotalupa.blogspot.com/> e

BiodiverCidade (Projeto de ambiente urbano) <http://biodivercidade-geota.blogspot.com/> e <https://www.facebook.com/BiodiverCidade>

O Meu Eco-Sistema (blogue do Projeto O Meu Eco-Sistema) <http://omeueco-sistema.blogspot.com/> e <http://www.facebook.com/omeuecosistema>

Coastwatch (Blogue do Projeto Coastwatch) <http://coastwatch-coastwatch.blogspot.com/> e <http://www.facebook.com/pages/Coastwatch/193434474051232>

Pelos Rios Livres - Sem Mais Barragens (Página do facebook) <https://www.facebook.com/rioslivres> <http://rioslivresgeota.org/>

CEEPT <http://ceept.blogspot.pt/> e <https://www.facebook.com/pages/Centro-Ecol%C3%B3gico-Educativo-do-Paul-de-Tornada-Prof-Jo%C3%A3o-Evangelista/360549383968680>

RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2017

Análise de Contas

(mapas da contabilidade codificados segundo o SNC)

26 de Março de 2017

Análise de Contas
(mapas da contabilidade codificados segundo o SNC)

GEDA - GRUPO ESTUDOS ORD. TERRITÓRIO E AMBIENTE
Tv Monte Verde 17 0/V Edt
1000 737 Lisboa
NIF 501798931

ANÁLISE DE CONTAS

	2017												(Em mil)
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
CONTAS DE BALANÇO													
11 Caixa													
12 Bancos	72.667	57.669	41.969	25.628	40.048	24.519	5.071	12.079	5.665	2.962	19.917	11.526	11.526
21 Clientes	1.056	1.061	1.060	1.612	1.068	723	1.267	864	-1.162	1.134	-15.349	976	976
22 Fornecedoros	-12.345	-12.551	-12.219	-12.319	-12.943	-23.444	-16.595	-23.157	-23.919	-26.259	-26.171	-40.044	-40.044
23 Pessoal		5.079	200							2.891	-5.019		
24 Outros	-5.033	-3.579	-5.000	-5.388	-4.038	-5.000	-3.696	-5.000	-5.000	-3.271	-4.123	-4.469	-4.469
25 Participações sociais	-469	-259	-401	-1.121	-688	-319	-1.742	-27.282	-26.142	-26.359	-25.009	-27.999	-27.999
26 Aquisições													
27 Outros compr. e recuperaç.	-11.161	-4.738	-11.014	-16.061	-15.028	-11.161	-10.747	-10.039	-11.400	-16.368	-39.149	-20.909	-20.909
28 Diferimentos	-1.169	-1.169	-1.169	-1.169	-1.169	-1.169	-1.169	-1.169	4.332	6.739	20.644	20.204	20.204
29 Provisões													
CONTAS DE RESULTADOS													
601 Subcontratos													
6021 Trabalhos especializados	-1.139	-4.619	-362	-1.159	-1.001	-11.528	-312	-5.917	-5.917	-5.917	-13.488	-1.179	-52.719
6023 Publicidade e propaganda				122	79	19	919	55	30	173	6.779	47	61.799
6023 Vigilância e segurança													
6024 Honorários	-1.029	-4.669	-6.049	-3.669	-5.369	-2.762	-3.021		289	279	-17.069	-5.639	-51.812
6025 Comissões													
6026 Conservação e reparação													
6028 Outros serv. especializados													
6031 Fomento e promoção							30					379	409
6032 União e documentação técnica													
6033 Material de escritório	249	96	204	117	249	734	84	81	124	144	189	1.319	3.309
6034 Artigos para cliente													
6036 Outros materiais													
6041 Despesa de	162	149	139	154	149	127	139	132	127	139	164	149	1.009
6042 Condições													
6043 Água	9	94	17	81	12	61	11	66	9	66	11	62	427
6046 Outros fidej.													
6051 Despesas de estudos	-1.863	-269	-349	-1.584	-349	-1.042	-5.167	-2.427	-2.463	-919	-3.739	-3.089	-21.999
6052 Transportes de pessoas													
6053 Transportes de mercadorias													
6056 Outros despesas													
6061 Rendos e alugueres	749	749	749	749	749	749	749	749	749	749	749	749	8.979
6062 Conservação	162	159	259	162	173	201	142	164	164	179	-212	261	3.249
6063 Seguros	164				161		23					179	339
6064 Rendas													
6065 Conservação e materiais													
6066 Despesas de manutenção													
6067 Limpeza, registo e controle												9	9
6068 Outros serviços	24	3	3	29	114	19	10	69	65	39	303	97	1.219
63 Gastos com o pessoal	9.304	9.005,73	9.069	9.006	9.162	9.006	9.006	9.006	9.496	9.507	9.496	9.007	99.279
64 Gastos de depreciação	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	1.399	16.202
65 Perdas por impiedade													
66 Perdas redução justo valor													
67 Provisões de unidades													
68 Outros gastos e perdas	394	159	429	13		9			779		16.523	19	21.242
69 Gastos de financiamento								294					294
6 Total de gastos	16.857	21.591	16.973	16.719	16.069	27.681	16.047	20.969	15.071	13.474	70.669	16.279	293.712
71 Vendas													
72 Prestações de serviços	249	6.309	2.005	969	30.209	399	941		7.509	2.349	167	63.503	144.601
73 Variações revert. postação													
74 Trabalhos próprios executados													
75 Subvenções à exploração	14.439											65.307	80.001
76 Rendimentos													
77 Ganhos com a venda de valores													
78 Outros rendimentos												6.942	6.942
79 Alter. do valor atribuído													
7 Total de rendimentos	14.683	6.309	2.005	969	30.279	399	941		7.509	2.349	167	69.752	233.246
811 Resultado antes de impostos	-1.399	-15.289	-16.978	-17.319	-11.779	-27.289	-16.716	-20.003	-6.011	-11.129	-70.669	146.814	-47.279

Indicadores principais - performance geral						
Unid: EUROS	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de mercadorias						
Prestação de serviços	82.632	99.563	126.156	59.424	63.569	144.691
Volume de negócios total	82.632	99.563	126.156	59.424	63.569	144.691
Custo mercadorias vendidas						
Custo serviços prestados						
Total do custos das vendas						
Margem comercial	82.632	99.563	126.156	59.424	63.569	144.691
Margem comercial vendas %	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Outros rendimentos	27.844	22.631	30.969	89.366	126.634	88.649
Fornecim. e serv. externos	44.198	37.009	68.977	47.697	63.312	155.906
Gastos com o pessoal	41.504	53.305	65.324	94.185	105.209	86.875
Outros custos	5.119	3.696	5.662	19.499	18.083	37.829
Resultado antes de impostos	19.795	27.984	-2.738	-11.791	3.559	-47.376
Impostos						
Resultado líquido do período	19.795	27.984	-2.738	-11.791	3.559	-47.376
EBITDA	21.951	29.919	1.773	4.734	20.337	-30.790
EBIT	20.019	28.031	-2.738	-11.791	3.559	-47.082
Taxa crescimento das vendas		20,2%	26,7%	-52,9%	7,0%	127,6%
Rentabilidade das vendas	23,9%	28,1%	-2,2%	-19,9%	5,6%	-30,7%
Total do activo	82.910	109.591	304.125	226.729	212.647	153.147
Rentabilidade do activo	23,9%	25,5%	-0,9%	-5,2%	1,7%	-30,9%
Total dos capitais próprios	54.544	82.528	259.754	178.590	171.111	52.587
Rentabilidade capitais próprios	36,3%	33,9%	-1,1%	-6,6%	2,1%	-90,1%
Solvabilidade	192,3%	305,0%	565,4%	371,0%	412,0%	62,3%
Autonomia financeira	65,8%	75,3%	65,4%	79,8%	80,6%	34,3%